VOLUME 58

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa

EDUFES

Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.

Universidade Federal
do Espírito Santo

Reitor
Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor
Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete
Aureo Banhos dos Santos

EDUFES
EDITORA

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Diretor da Edufes
Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial
Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial
Douglas Salomão

Administrativo
Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos
Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design
Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização
Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel

Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

Diretor da Graúna Digital
Thiago Moulin

Supervisão
Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos
Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design
Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico
Edufes

Diagramação e capa
Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

Ilustração da capa por
Denis Novikov em
https://istockphoto.com.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Editora Universitária-EDUFES, ES, Brasil)

P426f

Peruzzo, Cicília Maria Krohling
Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa [recurso eletrônico] / Cicília Maria Krohling Peruzzo. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : Edufes, 2024.
266 p. ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes; 58

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-571-7

1. Comunicação. 2. Comunicação no desenvolvimento da comunidade. 3. Comunicação e educação. I. Título. III. Série.

CDU: 316.77

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

CICILIA M. KROHLING PERUZZO

Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa

EDUFES

Vitória, 2024

Dedicatória

Ao Dilvo Peruzzo (*in memoriam*), às filhas, Janaína e Maíra, e ao filho, Ernani, que vivenciaram, de algum modo, a tecitura das ideias e dos textos que compõem este livro, pelo apoio, pela compreensão e pelo amor compartilhados sempre.
Aos meus netos, Luca, Thomas, Arthur e Francisco, que ajudam a cultivar o amor incondicional e a esperança por uma sociedade com dignidade universalizada a todas as pessoas.

Prefácio

Thomas Tufte
Loughborough University London

Estamos passando por um momento em que o mundo vive uma série de desafios gravíssimos, criando subjetividades instáveis e incertezas ontológicas. A proliferação de posições políticas extremas e o abuso dos meios digitais para fins de desinformação estão minando a relação entre os políticos e a confiança das pessoas neles. A pandemia de covid-19 emergiu e a maneira como a liderança política e econômica global lidou com ela revelou algumas das gritantes desigualdades econômicas e de poder no mundo. A tensão internacional em torno de guerras e conflitos está igualmente desafiando a moral e a ética dos líderes mundiais, mas também levando a mudanças na geopolítica global. Enquanto isso, continuamos a experimentar um desenvolvimento econômico em que as desigualdades sociais crescem incessantemente — os ricos estão ficando mais ricos, e os pobres, mais pobres. Um relatório da Oxfam de 2024 documentou como as cinco pessoas mais ricas do mundo (todos homens) mais do que dobraram suas fortunas desde 2020, enquanto os 60% mais pobres da população mundial reduziram sua renda em 0,2% no mesmo período (Oxfam, 2024).

É também um momento de crescente concentração mediática e, mais recentemente, do surgimento e crescente prevalência da inteligência artificial, gerando novos questionamentos e desafios em torno da produção e gestão do conhecimento. É um momento que desperta oportunidades, mas também profundas incertezas e um cenário em que grandes segmentos da sociedade têm dificuldades em criar meios de subsistência sustentáveis, encontrar voz e visibilidade no debate público, e encontrar caminhos para um outro mundo possível. A capacidade de agir e encontrar uma direção é, em muitos aspectos, confusa. Direitos humanos estão em jogo.

É em contextos tão desafiadores que surge este livro, da estudiosa de comunicação Cicilia Maria Krohling Peruzzo. Um livro que explora, cultiva e amplia o espaço de pensamento crítico e reflexão em torno da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa. Trata-se de um livro em que Cicilia Peruzzo se baseia em sua experiência de décadas de engajamento com a teoria e a prática da comunicação popular, comunitária e alternativa. Este é um livro que produz uma sólida contribuição conceitual, além de transmitir experiências relevantes e *insights* práticos sobre como a comunicação pode servir como processo e prática para se constituir um mundo melhor e mais justo. É um esforço mais necessário do que nunca.

Esse é um campo de pesquisa e prática ao qual Cicilia Peruzzo dedicou a maior parte de sua carreira e para o qual continua contribuindo ativamente, por exemplo, em seu livro de 2022, explora a pedagogia da comunicação popular e comunitária dentro dos movimentos sociais e das comunidades (Peruzzo, 2022). Foi um foco semelhante que experimentei ao colaborar com Peruzzo em nosso livro conjunto, de 2011, *Trazos de una otra comunicacion en America Latina*, que coeditamos junto de Jair Vega (Peruzzo; Tufte; Vega Casanova, 2011). Essa publicação reuniu muitas contribuições latino-americanas do grupo de trabalho da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comuniación (ALAIC) sobre "Comunicacion Popular, Comunitaria y Ciudadania" que Peruzzo liderou por muitos anos. A maneira como ela conceitua a comunicação e apoia sua prática para o bem público está na maior parte do que ela se envolveu no passado, e é reforçada neste livro que você está prestes a ler.

Notavelmente, ao ler este novo livro de 2024, você descobrirá que Peruzzo traz consigo um forte legado e inspiração de Paulo Freire. Este livro é publicado no rescaldo das comemorações do Centenário de Paulo Freire, as quais foram inúmeras, tanto no Brasil, em toda a América Latina como internacionalmente. Na Loughborough University London organizamos uma série de eventos e publicações para celebrar Freire, e Cicilia Peruzzo foi palestrante em nosso primeiro

evento (2019) e depois contribuiu para a edição especial da revista *International Communication Gazette* (Peruzzo, 2020).

Nos dois primeiros capítulos deste novo livro, Cicilia Peruzzo explora como o pensamento freiriano contribui para a epistemologia da comunicação popular e que influência teve Freire no campo. Enquanto Cicilia avança nos capítulos seguintes, explorando a comunicação na era digital, analisando com mais profundidade as raízes epistemológicas e os percursos e processos práticos da comunicação popular, comunitária e alternativa contemporânea, você descobrirá uma influência sólida de Freire. No entanto, a perspectiva de Peruzzo é também formada por um diálogo e uma colaboração internacional muito mais amplos e de longa data. Embora enfoque principalmente o Brasil em sua própria obra, inclusive neste livro, Peruzzo está solidamente inserida também nos debates internacionais para os quais contribuiu e tem sido uma voz chave por muitos anos.

Uma contribuição adicional e muito significativa deste livro vem nos dois capítulos finais, nos quais Cicilia destrincha seu pensamento sobre direitos de comunicação e cidadania e conecta essas discussões às da decolonialidade. Ela já escreveu em outros lugares sobre os direitos de comunicação como uma 5ª geração de direitos, mas aqui ela traz algumas dessas discussões muito interligadas, impulsionadas pela questão de "Que cidadania queremos?", e termina seu posfácio refletindo sobre como as dinâmicas entre utopias e realidade criam oportunidades para que a dimensão cívica da cidadania seja fortalecida. Desse jeito, Peruzzo produz um argumento significativo para a relevância que a comunicação, que nas suas formas populares, comunitárias e alternativas, tem no mundo de hoje.

Boa leitura!

21 de janeiro de 2024

REFERÊNCIAS

RIDDELL, R. *et al.* INEQUALITY INC. How corporate power divides our world and the need for a new era of public action. OXFAM International, 15 jan. 2024. Disponível em: Inequality Inc | Oxfam International. Acesso em: 2 fev. 2024.

PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; VEGA CASANOVA, J. (org.). **Trazos de una otra comunicación en América Latina**. Prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales. Barranquilla: Universidad del Norte, 2011. Disponível em: Trazos de una otra comunicación en América Latina : prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales (uninorte.edu.co). Acesso em: 12 jan. 2024.

PERUZZO, C. M. K. Paulo Freire's role and influence on the praxis of popular communication in Brazil. **International Communication Gazette**, Londres, Sage, v. 82, n. 5, p. 425-439, july 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1748048520943693. Acesso em: 12 jan. 2024.

PERUZZO, C. M. K. **Pedagogia da comunicação popular nos movimentos sociais**. Porto Alegre: Sulina/Meridional, 2022.

Sumário

Introdução 15

Capítulo 1
Categorias do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a epistemologia da comunicação popular 20
Resumo 20
Introdução 21
1. Categorias (ou ideias-força) no pensamento de Freire 25
1.1 Ser sujeito 26
1.2 Conscientização 27
1.3 Diálogo 29
1.4 Emancipação/Libertação 30
1.5 Transformação social 31
2. Princípios ontológicos 33
3. O método freiriano na educação popular 34
4. Como as ideias de Freire ecoam na comunicação popular 36
Considerações finais 40
Referências 42

Capítulo 2
O lugar e a influência de Paulo Freire na comunicação popular no Brasil 45
Resumo 45
Introdução 46
1. Educação para quê? 47
2. Comunicação para a transformação 51
3. Intersecções entre princípios da educação libertadora de Freire e a comunicação popular 53
3.1 Comunicação como diálogo 54
3.2 Ser humano como sujeito 57
3.3 Comunicação como prática da liberdade 59

3.4 Conexão ao contexto 60
3.5 Transformação social 61
Considerações finais 62
Referências 66

Capítulo 3
Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freirianas e distopias 70
Resumo 70
Introdução 71
1. Palavras iniciais sobre comunicação popular, comunitária e alternativa e seu revigoramento na era digital 72
2. Revigoramento da comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital 74
3. O lugar da imprensa alternativa na atualidade 80
4. Utopia contra distopia nas redes e sites de mídia digital 84
Considerações finais 89
Referências 90

Capítulo 4
Matrizes epistemológicas da Comunicação Popular e Comunitária 99
Resumo 99
Introdução 100
1. A categoria comunicação popular 101
2. As matrizes epistemológicas da comunicação popular 105
2.1 Posição humanística 109
2.2 Visão progressista transformadora 111
2.3 Autonomia 113
2.4 Comunicação participativa e dialógica 114
2.5 Educação para a cidadania 115
Considerações finais 116
Referências 117

Capítulo 5
Matizes da comunicação popular, comunitária e alternativa na atualidade 121
Resumo 121
Introdução 122
1. Tendências da comunicação popular, comunitária e alternativa 123
1.1 Meios de comunicação popular no vetor comunal raiz 127
1.2 Meios de comunicação no vetor comunitário local e identitário ... 132
1.3 Meios de comunicação no vetor alternativo emancipatório e no libertário 134
1.4 Mídia no vetor independente progressista 142
1.5 Mídia independente no vetor conservador e no conservador extremista fascista 146
2. Práticas para além de fronteiras conceituais 159
Considerações finais 162
Referências 164

Capítulo 6
O processo de participação na comunicação popular e comunitária: dos conceitos às práticas sociais 175
Resumo 175
Introdução 176
1. Comunicação popular e comunitária 177
2. Participação popular na comunicação 181
3. Participação popular na comunicação comunitária: conceitos 183
4.Tendências da participação popular na prática 192
Considerações finais 196
Referências 197

Capítulo 7
A comunicação nos movimentos sociais e o direito à comunicação: sinais de um direito de cidadania de quinta geração 201
Resumo 202

Introdução 202
1. A comunicação nos movimentos sociais populares..... 205
2. Comunicação popular/comunitária e mobilização social 212
3. Comunicação como direito humano e de cidadania..... 218
4. O cruzamento entre educação e comunicação comunitária..... 227
Considerações finais 230
Referências 232

Capítulo 8
Comunicação e diretos humanos: que cidadania queremos?..... 238
Resumo 238
Introdução 239
1. Comunicar sobre os direitos humanos e por eles..... 240
2. Que cidadania? 247
2.1 Perspectivas decoloniais 253
Considerações finais 256
Referências 257

Posfácio 263

Introdução

Muito já se publicou sobre a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil, mas grande parte do repertório se constitui de artigos publicados em revistas cientistas, capítulos em coletâneas de livros e *papers* apresentados em congressos científicos, especialmente do campo da Comunicação, nacionais e internacionais. Desse modo, esta obra autoral tem a vantagem de reunir capítulos que tratam de assuntos convergentes ao tema dos fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa, de modo mais integral, no momento em que também os atualiza observando as transformações dos últimos tempos. Ela reúne capítulos inéditos e alguns já publicados, pois ajudam a complementar a proposta central da publicação. Para fazer jus ao material anteriormente publicado, conserva-se as versões então usadas, mas são feitos breves ajustes sempre ressaltados em notas de rodapé, procedimento também adotado para identificar a publicação original do trabalho. Ao mesmo tempo que o conjunto da obra tem uma unidade, seus capítulos podem ser lidos separadamente, pois também são unidades com começo, desenvolvimento e conclusão do assunto. Essa estratégia facilita a leitura e o eventual uso acadêmico para fins didáticos, em geral, cercados de limites.

O livro *Fundamentos teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa* — que entre as congruências e as especificidades da

comunicação, da mídia alternativa e/ou do jornalismo popular, do comunitário, do alternativo e da mídia independente, acrescidas de outras denominações que se referem a esse fenômeno comunicacional que transborda as barreiras e os limites dos *mainstream* mídia e dos usos convencionais das mídias digitais corporativas — atende ao interesse crescente que essas temáticas têm desfrutado na pesquisa acadêmica no Brasil e às práticas sociais movimentadas por centenas de iniciativas. As recriações, as inovações, as dúvidas, as incógnitas, as interfaces e as exclusões ajudam a tornar essa área de estudo bastante movediça. Nesta obra, o leitor vai encontrar uma tentativa de fundamentar perspectivas epistemológicas e teóricas, mas tendo como sinalizador as práticas desenvolvidas por atores — coletivos e individuais — no exercício do direito de comunicar. São oito capítulos que tentam reunir algumas perspectivas da práxis da comunicação no contexto dos movimentos sociais populares e comunidades cívicas, e para além deles, pois presta-se atenção também aos usos da dita mídia independente, mas conservadores extremistas, que ultrapassam os contornos da mídia emancipadora e progressista.

O primeiro capítulo, com o título "Categorias do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a epistemologia da comunicação popular", resgata a relevância do conjunto da obra de Paulo Freire em nível internacional, intensamente rememorada em 2021 devido aos 100 anos de seu nascimento, e procura sistematizar categorias de seu pensamento para analisar como os pressupostos epistemológicos por ele tecidos acabam ecoando na educação popular e na práxis Comunicação Popular e Comunitária. Dando continuidade a essa perspectiva teórico-epistemológica, mas com modo de abordagem distinto, o segundo capítulo, intitulado "O lugar e a influência de Paulo Freire na comunicação popular no Brasil", adentra na práxis de alguns movimentos sociais para apanhar de modo concreto as congruências entre alguns princípios da pedagogia libertadora e as práticas da comunicação. Apesar de Freire não ser um estudioso do campo da Comunicação enquanto área do conhecimento, sua percepção do

conceito nas relações pedagógicas traz um aporte importante à teoria da Comunicação e para a comunicação horizontal transformadora.

O terceiro capítulo recebe o título "Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freirianas e distopias" e resgata o conceito basilar da Comunicação Popular, observa o potencial de revigoramento que a era digital possibilita às formas de comunicação dos movimentos sociais, mas analisa também a emergência de desdobramentos que as mídias alternativas desenvolvem, principalmente no fim da segunda década do século XXI e início da terceira. Mas, no contexto da efervescência das mídias alternativas dessa época, discute também o embate político-ideológico entre as utopias — de uma comunicação que alimenta a construção de um mundo igualitário em direitos — e as distopias, encampadas por mídias de ascendência fascista e contra os valores cívicos.

"Matrizes epistemológicas da comunicação popular e comunitária" dá nome ao quarto capítulo. Nessas alturas, a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa já é mostrada como uma subárea do campo da Comunicação. Para tanto, evidencia as matrizes teóricas que revelam sua posição epistêmica, enquanto sistema de pensamento, uma vez caracterizada como a comunicação dos setores organizados das classes subalternizadas em suas lutas por transformação social e democratização da cidadania.

No capítulo cinco, "Matizes da comunicação popular, comunitária e alternativa na atualidade", enfrenta-se o desafio de refletir sobre as configurações atuais desse universo, principalmente das mídias alternativas, entre experiências que transladam do popular e do comunitário clássicos no Brasil, acrescidas daquelas que constroem novas formas de mídia independente, num emaranhando de situações e controvérsias, pois existem tanto as que atuam em favor de uma comunicação emancipadora e progressista, quanto aquelas que se alinham a visões e propostas incivis a serviço de interesses políticos sectários. Nesse sentido, tece-se um cenário marcado pela existência tanto de meios de comunicação no vetor comunal clássico,

quanto os de caráter comunitário local/identitário, e outros no vetor alternativo — que podem ser emancipatórios ou libertários, além dos independentes progressistas, e finalmente, a mídia independente de caráter conservador e conservador fascista.

O capítulo seis nos provoca a retomar a ideia de participação quando o foco é o exercício de uma comunicação libertadora. Sob o título "O processo de participação na comunicação popular e comunitária: dos conceitos às práticas sociais", chama-se a atenção sobre a premência em se aprofundar o que significa participação popular efetiva, em vez de se tomar a palavra em sentido vago e superficial. Participação pode significar muitas coisas, mas, quando o que está em questão é o desenvolvimento da cidadania comunicacional, como se participa, ou seja, em que nível a participação popular ocorre no fazer comunicacional — tanto na produção de conteúdos quanto no seu planejamento, na tomada de decisão e na gestão —, o que dá o tom é a qualidade da cidadania efetivamente exercida.

Diante da constatação histórica de que as classes populares sempre foram impedidas de participar do sistema midiático em condições de igualdade com os grandes grupos econômicos, o capítulo sete situa o tema do acesso aos meios de comunicação como uma dimensão dos direitos humanos e de cidadania. O capítulo recebe o título "A comunicação nos movimentos sociais e o direito à comunicação: sinais de um direito de cidadania de quinta geração". De forma breve, são tecidos conceitos sobre a movimentos sociais populares e a comunicação que se realiza no seu interior, em especial os entrelaçamentos desse direito no exercício da comunicação comunitária, mas também aprofunda a questão do direito à comunicação, colocando-o como uma nova geração de direitos de cidadania, uma geração específica de direitos para a comunicação, além do reconhecimento de como ela se interrelaciona com as demais gerações de direitos — civis e políticos, sociais, coletivos e os relativos à bioética. Essa é uma questão inovadora, pois em geral se contenta em pensar o direito à comunicação nas suas acepções de liberdade de acesso à informação e de

liberdade de expressão. Nesse sentido, o reconhecimento da comunicação como uma nova geração de direitos daria um grande passo no avanço da qualidade da cidadania que não diz mais respeito só ao civil, ao econômico, ao social e ao político, mas também às comunicações, nesse mundo altamente conectado pelas vias tecnológicas, mas cujo poder de manejar e controlar as comunicações ainda continua concentrado nas mãos das grandes corporações midiáticas e dos donos das plataformas digitais.

O livro se encerra com um oitavo capítulo: "Comunicação e diretos humanos: que cidadania queremos?". É hora de voltar a pensar que comunicação e que cidadania queremos. O cenário brasileiro tem sido conflitivo, pois as visões de direitos humanos são diferentes. Quando parecia haver consenso entorno da importância e o reconhecimento de direitos das pessoas, e da própria cidadania sempre dar um passo à frente na noção de direitos e deveres, eis que forças retrógadas conflitam essas visões, motivadas até pela desinformação que também contamina a cultura informativa. Então, cabe sim voltar a se discutir direitos humanos em pleno século XXI. Não só na perspectiva da necessidade do reconhecimento e do respeito aos direitos já adquiridos, mas sobre a premência de comunicar sobre eles à sociedade, além de estabelecer pontes e canais de diálogo com os debates decoloniais e para se repensar a própria noção de cidadania em sua concepção eurocêntrica.

Capítulo 1

Categorias do pensamento de Paulo Freire e sua contribuição para a epistemologia da comunicação popular

RESUMO

Este capítulo discute a influência de Paulo Freire na comunicação popular uma vez inserida nos processos de educação popular. O objetivo é identificar ideias-força do pensamento freiriano e discutir como elas ecoam na práxis da Comunicação Popular, além de situar a relevância da sua obra. Trata-se de um artigo baseado em pesquisa bibliográfica que coloca em debate conceitos centrais do autor, mas consciente da incompletude da abordagem. Conclui-se que no cerne da proposta pedagógica de Freire está a transformação das condições de subjugação social mediante o desenvolvimento

do conhecimento a partir de relações dialógicas entre educador e educando. O autor posiciona a comunicação como elemento central no processo de ensino e aprendizagem ao cimentar as relações comunicativas entre esses atores com base no diálogo. Suas ideias, além de contribuírem para a educação formal, não formal e informal, transcendem para a comunicação popular. Esta se realiza no bojo das dinâmicas sociais transformadoras, participando de um processo de educação informal humanizadora das relações sociais nas lutas por respeito aos direitos humanos e de cidadania para a construção de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: Paulo Freire; Diálogo; Comunicação popular; Comunicação horizontal; Educação libertadora.

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem o objetivo de identificar ideias-força do pensamento de Paulo Freire e discutir como elas ecoam na práxis da Comunicação Popular, além de situar brevemente a relevância da sua obra.

A Comunicação Popular, ou Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, como expressão de uma comunicação de resistência, desde suas origens práticas e teorizações, incorporou conceitos de Freire, dentro de uma linha de "comunicação libertadora", em analogia à "educação libertadora", defendida pelo autor que tanto apregoou a necessidade de uma educação humanizadora, democrática e transformadora.

Os títulos de vários livros de Paulo Freire são expressivos na indicação de suas proposições humanistas, por exemplo, *Pedagogia do oprimido, Educação como prática da liberdade, Conscientização, Pedagogia da indignação, Pedagogia da autonomia, Pedagogia da tolerância*, entre outros. São expressões carregadas de sentido que, em última instância, dão chaves de leitura de sua obra e indicam a perspectiva de emancipação humana como dimensão central do seu pensamento.

O ano 2021 marca o centenário de nascimento de Paulo Freire (19/9/1921). Brasileiro, nascido na cidade do Recife, cujas obras principais, publicadas nas últimas décadas do século passado, ganham progressivas reedições, o que mostra que guardam atualidade e relevância singulares.

Um dos indicadores da relevância de sua obra é mostrar-se viva e sendo rememorada em muitas partes do Brasil e no exterior por ocasião das comemorações dos seus 100 anos de nascimento. No exterior, por exemplo, ocorreram dois simpósios na Inglaterra, um em dezembro de 2019 e outro em junho de 2021, na Loughborough University Londres, além de outros eventos que discutem suas contribuições mundo afora, como na Universidade Católica Boliviana San Pablo, no coração da América Latina, ocorrido em setembro de 2021. No Brasil, também foram realizados neste ano de 2021 mais de duas dezenas de eventos específicos sobre a obra de Freire em distintas instituições.

O autor já foi visto como "o educador mais importante da segunda metade do século 20" (Carnoy, 2004, p. 7), "o John Dewey da era presente" (Kanpol, 1997, p. 13), "o Rousseau do século 20" (Bhattacharya, 2011, p. 101), e o criador de uma teoria do conhecimento (Brandão, 2006).

A importância de Freire também pode ser percebida pela aceitação internacional e no Brasil de sua obra. Não por acaso ele recebeu pelo menos 39 títulos de *Doutor Honoris Causa*, além de dezenas outras honrarias (prêmios, medalhas, condecorações) prestadas por universidades e outras organizações do Brasil e de outros países (Veiga, 2019). Seu livro *Pedagogia do Oprimido*, publicado em primeira edição em espanhol no ano de 1970 enquanto estava exilado no Chile, foi escrito entre 1964 e 1968. No Brasil, a primeira edição foi em 1968, mas ficou inédito até 1974, pois foi proibido de circular no país pela Ditadura Militar instaurada em 1964. Como lembra Carlos Rodrigues Brandão (2006, p. 15), "durante boa parte dos anos dos governos militares no Brasil, os seus livros foram proibidos, as suas ideias foram consideradas perigosas e o seu próprio nome foi impedido de ser pronunciado

em nossas escolas e universidades". E, apesar desse cerceamento, com a redemocratização do país suas ideias continuaram a repercutir. Esse livro, em 2019, já estava em sua 71.ª edição, pela Editora Paz e Terra. *Pedagogia do oprimido* é o terceiro livro mais citado em trabalhos de ciências humanas no mundo, segundo o Instituto Paulo Freire (2016), e foi traduzido para mais de 30 idiomas (Araujo Freire, 2018). É o único livro de autor brasileiro a constar da lista dos 100 títulos mais indicados por professores nas bibliografias das universidades de língua inglesa (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia) pesquisadas pelo projeto Open Syllabus (Vieira, 2021). Outras obras do autor também foram traduzidas para mais de 20 idiomas[1].

Outro dado que indica a internacionalização de suas ideias é que existem centros educativos e de pesquisa com seu nome em nove países: Finlândia, África do Sul, Áustria, Reino Unido, Alemanha, Holanda, Portugal, Estados Unidos e Canadá (Veiga, 2019), e ainda na Espanha e no Peru (Brandão, 2006), além de vários pelo Brasil. Mas, no Brasil sua presença é incomparável a qualquer outro pensador brasileiro. Segundo Brandão (2006, p. 15), "de Sul a Norte de nosso país, mais de três centenas de escolas públicas e particulares têm o seu nome".

Sua relevância no Brasil também é confirmada pela grande aceitação de suas ideias desde o fim do século XX até os dias atuais também na educação popular. Por um lado, seu pensamento ecoa em instituições da educação formal por meio da assimilação de alguns de seus conceitos, embora sua proposta pedagógica não tenha chegado a se tornar uma Política Pública de Educação efetiva em nível nacional. Por outro lado, houve a incorporação de suas ideias e a ressignificação

---

1 Quase todos os livros de Freire estão traduzidos para o Inglês e o Espanhol. Muitos deles também foram traduzidos para o Italiano, o Francês e o Alemão. Há traduções também para Valenciano, Coreano, Finlandês, Japonês, Hindu, Iídiche, Hebraico, Sueco, Holandês, Indonésio, Dinamarquês, Ucraniano, Paquistanês, Basco, Árabe e Sérvio (Araujo Freire, 2018).

de seu método no contexto da educação popular, aquela que acontece no âmbito dos movimentos sociais, pastorais da Igreja Católica — como a Pastoral da Terra e Pastoral Operária, e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) —, como também por outras instituições religiosas e organizações não governamentais.

No entanto, o coroamento do reconhecimento de sua contribuição para uma educação humanista e emancipadora, alicerçada no diálogo e em convivência pacífica entre pessoas, instituições e povos, é o fato de Paulo Freire ter sido declarado Patrono da Educação Brasileira, título conferido pela Lei 12.612, em 2012, pelo Congresso Nacional.

Porém, a pedagogia freiriana não tem aceitação plena no país. Ela incomoda os setores conservadores adeptos a valores do patriarcalismo e do fascismo, tal como aqueles representados no governo federal prévio. Jair Bolsonaro, que foi presidente da República entre os anos 2019 e 2022, chegou a xingar Paulo Freire de energúmeno[2], além de ter prometido, no primeiro ano de seu governo, extirpar sua pedagogia no Brasil (Muzui, 2019). Entre os anos de 2017 e 2019, foram feitas tentativas de revogação da honraria como Patrono da Educação Brasileira junto à Câmara dos Deputados, tendo sidos rejeitadas.

Apesar de passados mais de 50 anos da publicação de suas obras clássicas, por exemplo, *Pedagogia do Oprimido, Educação como Prática da Liberdade*, e *Extensão ou Comunicação*? — numa conjuntura de opressão dos anos 1960 e 1970 —, suas ideias ainda repercutem no momento atual e conservam a relevância. Freire partiu da realidade brasileira e de outros países por onde passou para pensar seus antagonismos e vislumbrar uma vida digna aos oprimidos. Os problemas econômicos, políticos e culturais a partir dos quais ele desenvolveu sua pedagogia continuam vigentes, embora ampliados e mais complexos.

É a partir desse inconformismo com a realidade brasileira que ele desenvolve a pedagogia da libertação. Ele critica a educação bancária

---

2 Ver reportagem sobre o assunto em: https://www.youtube.com/watch?v=b1qOurwvmCk

— vertical, verborosa e baseada na transmissão de conteúdos — e propõe a educação libertadora, centrada em relações dialógicas entre educador-educando.

Este texto se baseia em pesquisa bibliográfica e se desenvolve numa perspectiva ensaística, levantando aspectos da obra de Freire ora colocados em debate, sem a pretensão de certeza e consciente da incompletude da abordagem, pois sua contribuição conceitual pode ser apreendida segundo as lógicas de distintas áreas do conhecimento.

A seguir nomeio algumas categorias teórico-filosóficas, ou ideias-força, ressaltadas no pensamento de Freire que, a meu ver, guiam a sua proposta educativa e repercutem na comunicação popular — a comunicação que se realiza no contexto dos movimentos sociais, associações comunitárias e coletivos populares cívicos.

1. CATEGORIAS (OU IDEIAS-FORÇA) NO PENSAMENTO DE FREIRE

A robustez teórica do pensamento freiriano se expressa em algumas ideias-força, ou categorias teórico-filosóficas, que permeiam toda sua produção bibliográfica e sobressaem-se no desenvolvimento de sua argumentação, das quais ressalto cinco, mas sem entendê-las em ordem sequencial ou cronológica, pois são interrelacionadas e mutualmente constituídas na práxis, quais sejam: ser sujeito, conscientização, diálogo, emancipação/libertação e transformação social[3]. São categorias que se entrecruzam em vários escritos de Freire, pensadas no âmbito da Educação, mas as relaciono com a Comunicação Popular — aquela constituída no contexto da educação popular dos segmentos organizados das classes subalternizadas, por identificar nelas um grande poder comunicacional.

---

3 Existem outras leituras das categorias freirianas, como a de Antunes, Gadotti, Padilha (2019), que identificam três: oprimido, liberdade e diálogo.

1.1 Ser sujeito

Para Paulo Freire (1981), o ser humano tem vocação para ser sujeito, o que implica deixar a condição de alienação, a superação de sua compreensão ingênua do mundo e no desenvolvimento crescente da consciência crítica. Ser sujeito significa "estar no mundo e *com* o mundo", ao desempenhar um "papel de sujeito e não mero e permanente objeto" (Freire, 1981, p. 109). A educação é o alicerce para essa realização. Então a emancipação humana é uma dimensão central do pensamento freiriano. Contudo, para Freire (1979) a educação é um processo que se dá tanto dentro como fora da escola formal. Tanto que seu método de alfabetização foi pensado para a educação de jovens e adultos, aqueles sem condições de frequentar as instituições de ensino tradicionais no período padrão. Seus ensinamentos foram apropriados na educação popular, aquela dos circuitos da educação não formal e informal que se concretiza nas práticas sociais do âmbito das comunidades, organizações sociais cívicas, movimento sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O princípio básico dessa "educação libertadora" é a dialogia — relações de igualdade entre educador e educando na troca e geração de conhecimentos. Ela devolve à pessoa a condição de ser sujeito no processo de desenvolvimento do conhecimento. É uma contraposição à "educação bancária", baseada na transmissão unilateral do conhecimento, que é praticada pelos sistemas tradicionais de educação.

A educação libertadora é problematizadora, fundamentada "sobre a criatividade e estimula a ação e a reflexão verdadeiras sobre a realidade". Ela responde à "vocação dos homens[4] que não são seres autênticos se não quando se comprometem na procura e na transformação criadoras" (Freire, 1979, p. 81).

---

4 Quando utilizada a palavra "homem", leia-se homens, mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Já a educação bancária aciona forças de "imobilização e de fixação, não reconhecendo os homens como seres históricos" (Freire, 1979, p. 81). Em outros termos, a educação bancária passa a ser "um 'o ato de depositar', no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita. Em lugar de comunicar, o professor dá comunicados que os alunos recebem pacientemente, aprendem e repetem. É a concepção acumulativa de educação [...]" (Freire, 1979, p. 79).

> Na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que nada sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão. É a negação da educação e do conhecimento como processo de procura (Freire, 1979, p. 79).

Ser sujeito é "deixar de pensar com a cabeça dos outros". Ou, como disse uma pessoa em um dos Círculos de Cultura do Recife: "quero aprender a ler e a escrever para deixar de ser sombra dos outros" (Freire, 1981, p. 113).

1.2 Conscientização

A categoria conscientização ajuda a explicar as bases conceituais da ideia-força anterior, o ser sujeito. Para Freire (1979, p. 67), existe um nível inicial de consciência, que ele chama de semi-intransitiva ou ingênua, condicionada pela dependência à visão dominante. Quando ela cresce, passa a ter "consciência ingênua-transitiva - aquela mais elaborada, mas que ainda é ingênua porque é domesticada, embora em menor grau" (Freire, 1981, p. 105). Num nível mais elaborado está a "consciência transitiva", ou crítica, quando se consegue enxergar as correlações entre as circunstâncias e as causas dos acontecimentos, ou seja, a compreensão da realidade.

Disse Paulo Freire (1981, p. 105), citando Alvaro Vieira Pinto: a consciência crítica "é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas relações causais e circunstâncias. A consciência ingênua (pelo contrário) se crê superior aos fatos, dominando-os de fora e, por isso, se julga livre para entendê-los conforme melhor lhe agradar".

Essa passagem é proporcionada pela formação libertadora. Da "educação para a domesticação", que aliena, à "educação para a liberdade", que ajuda na constituição da pessoa como sujeito. Mas, não se pode esquecer que essa formação não é responsabilidade unicamente da educação formal. Ela perpassa a cultura que se espraia em todos os níveis do viver numa sociedade.

A democracia, diz Freire (1981, p. 80),

> [...] antes de ser uma forma política, é uma forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dento de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns.

O ser humano não pode "participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade de sua própria capacidade de transformá-la" (Freire, 1979, p. 40).

Conscientização significa saber ler o mundo, que, ao ser relacionada à alfabetização, para ele (Freire, 1979) significa mais do que ler palavras. É ter a capacidade de ler criticamente a realidade e interpretá-la uma vez defrontando-a em suas reais configurações estruturais e conjunturais.

1.3 Diálogo

Diálogo é uma das categorias mais importantes do pensamento freiriano porque é a essência da "educação como prática de liberdade" (Freire, [1968] 2019, p. 107). É a relação horizontal entre seres humanos possibilitando a comunicação. Referindo-se a Karl Jaspers, Freire (1981, p. 107) afirma que o diálogo "nasce de uma matriz crítica e gera criticidade".

Diálogo como fenômeno humano é a palavra, mas não qualquer palavra (que pode ser falta, inautêntica), e sim a "palavra verdadeira" (Freire, [1968] 2019, p. 107). Essa palavra surge da práxis, na ação-reflexão, e significa a problematização do mundo para transformá-lo. É o encontro entre pessoas, mediatizadas "pelo mundo, para *pronunciá-lo,* não esgotando, portanto, na relação eu-tu" (Freire, [1968] 2019, p. 109, grifo do autor), ou seja, se estende na ação social (Lima, 2011). O diálogo entre sujeitos é essencial num processo comunicativo, na visão de Freire (1981), pois só o diálogo comunica e requer amor, pelo mundo e pelos seres humanos, e exige humildade: "designar o mundo, ato pelo qual os homens recriam constantemente este mundo, não pode ser de arrogância" (Freire, 1979, p. 83). Como mostram Antunes, Gadotti e Padilha (2019), o amor, a esperança, a humildade, a fé e o pensar crítico seriam condições para o diálogo.

Para Freire (1979, p. 83), enfim, diálogo não é depositar ideias, não é intercâmbio de ideias, não é discussão hostil nem polêmica, e não é impor a própria verdade. Então, diálogo é a comunicação entre sujeitos, em condições de igualdade. Como se pode inferir, é no diálogo que o autor situa a essência do conceito de comunicação humana, pois a comunicação implica reciprocidade, intercomunicação, inclusive de valores, e constituição de algo em comum. Ele, no livro *Educação como prática da liberdade* (1981, p. 108), defende uma pedagogia da comunicação para vencer o "desamor acrítico do antidiálogo arrogante", processo inserido na superação da consciência ingênua e desenvolvimento da democratização da cultura como fundamental para democratizar a sociedade.

Ao ensinar que o diálogo se dá numa relação horizontal, ele diz: quando os "[...] dois polos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se, então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação" (Freire, 1982, p. 107).

O agir comunicativo, nesse sentido, não é tarefa fácil devido às "condições culturológicas de nossa formação paternalista, vertical, por tudo isso antidemocrática" (Freire, 1981, p. 91). Em outros termos, não é fácil despir-se de valores autoritários, em geral impregnados na cultura e naturalizados na doxa. Para tanto, há que se assumir nova posição epistemológica e nova postura nas práticas educativas e no relacionamento social.

1.4 Emancipação/Libertação

Essa categoria também é central no conjunto da obra freiriana. Ela aparece várias vezes em diferentes obras. Quer dizer libertar da opressão, da ignorância, da injustiça, da alienação. A emancipação é conseguida com uma "educação como prática da liberdade", título de um dos seus livros. Libertar-se ou emancipar-se significa tornar-se sujeito, ter consciência de sua própria condição e a dos outros.

Desse modo, é possível inferir que a emancipação humana começa pela descoberta da condição de sujeito da pessoa, e pela própria pessoa, submetida à opressão, mas que continua no desenvolvimento da ação e da reflexão (práxis) que ajudam a desvendar a obscuridade sobre as condições da submissão. Freire (1996) acredita na possibilidade dessa emancipação por parte dos oprimidos, que ele identifica como os "esfarrapados do mundo" submetidos ao sofrimento e às injustiças. Porém, essa mudança requer uma ética universal do ser humano (Freire, 1996), que combata todas as formas de discriminação, como de raça, de cor, de gênero e de classe, pois afetam a substantividade do Ser.

> Paulo Freire colocou o oprimido no palco da história – como ator, autor e sujeito de sua história – pelo seu engajamento político e pela sua teoria como contra narrativa ao discurso dos poderosos e privilegiados. Ele valorizava, além do saber científico elaborado, também o saber primeiro, o saber da vida cotidiana. Ele sustentava que quem aprende não registra em separado as significações instrutivas das significações educativas e cotidianas. Ao incorporar conhecimento, o/a estudante incorpora outras significações e linguagens: como conhecer, como se produz e como a sociedade utiliza o conhecimento; enfim, o saber da vida cotidiana de seu grupo social (Antunes; Gadotti; Padilha, 2019, p. 517).

Em *Pedagogia do oprimido* ([1968] 2019), Freire trabalha justamente os métodos e princípios pedagógicos para emancipação do ser humano, para ele se libertar da condição de objeto e tornar-se sujeito. No interior do processo de libertação está a perspectiva da inclusão, do crescimento integral da pessoa, intelectualmente e como Ser. Ele agrega os ingredientes da utopia e da esperança — como possibilidade de modificar a realidade para melhor, de tornar o mundo mais humano.

A emancipação está no âmago da concepção educativa de Freire, que é a educação crítica, aquela que busca as raízes das coisas. Não é dogmática, sectária. "Não é centrada no educador, nem no educando, mas na relação entre os dois" (Antunes; Gadotti; Padilha, 2019, p. 520).

1.5 Transformação social

A posição filosófica e epistemológica de Paulo Freire é transparente no conjunto de suas obras e, do meu ponto de vista, é situada em dois polos: a realidade concreta brasileira — marcada pelos antagonismos, pelas desigualdades e contradições de classe — e o anúncio de uma sociedade possível — mais humanizada e que permitiria ser construída pelas pessoas como sujeitos da história.

No polo da realidade concreta, ele revela um conhecimento situado no Brasil da segunda metade do século XX, antes, durante e logo após a Ditadura Militar. Um cenário de pobreza, desenvolvimento desigual, opressão dos que têm o poder (econômico, político, cultural e midiático) e na manipulação política e ideológica de classe por parte dos governantes.

No outro polo, para se constituir uma sociedade humanizada, haveria a necessidade da transformação em dois níveis: a) Da pessoa e das pessoas, pois ele fala da educação pessoal, mas também da educação das massas, perpassada pela alfabetização, mas também democratização da cultura; b) Mudança na realidade, pois ela é injusta, opressiva e excludente das maiorias.

Freire se preocupou com a educação das "massas", mirando em especial em quem não tinha condições de frequentar a escola, ou seja, sem acesso à educação formal com seus dias consecutivos e seus turnos cheios. E por que ele valoriza a educação das massas? Nos livros *Educação como prática da liberdade* (1981) e *Pedagogia do oprimido* ([1968] 2019), Freire fala bastante no desenvolvimento da cultura como parte de um processo de mudança, pois reconhece que as condições culturológicas dos brasileiros e das brasileiras como impregnadas de valores do patriarcalismo e de práticas antidemocráticas geradores do mutismo e da cultura do silêncio, com origem na estrutura latifundista — no caso do camponês, na escravidão e nos demais enquadramentos políticos e econômicos impingidos ao povo pelos governantes. É devido a essa situação que ele vislumbra a necessidade de passagem de uma mentalidade de inexperiência participativa e de analfabetismo para outra baseada na criticidade, o que se faria com base em processos educativos emancipadores. Em outras palavras, a educação seria um caminho para se sair da condição de desinformação, ignorância e manipulação.

No desenvolvimento de seu pensamento quanto à transformação da realidade, Freire fala muito de uma práxis de educação libertadora, ou seja, da relação teoria e prática, ou entre ação no mundo e na reflexão sobre ela, como foi explicado na categoria diálogo.

2. PRINCÍPIOS ONTOLÓGICOS

As categorias comentadas anteriormente fundamentam a pedagogia libertadora freiriana, por intermédio das quais Paulo parece vislumbrar um processo possível de um novo estar no mundo e com o mundo, algo coadjuvado na práxis de uma educação libertadora. Nessa pedagogia, ele, como humanista-cristão, opera com vários princípios ontológicos[5] como matriz de sua posição filosófica, quais sejam: diálogo, amor, esperança, humildade, empatia, fé e confiança, princípios que se entrelaçam em sua práxis pedagógica.

Em *Pedagogia do oprimido,* o autor fala do amor ao mundo, à vida e às pessoas como premissa do diálogo, fala da humildade como base do diálogo, da fé dos seres humanos em sua vocação de ser mais, e da esperança que "está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca" (Freire, [1968] 2019, p. 112-114). Em outro livro (Freire, 1981), ele acrescenta a confiança e a criticidade nessa matriz do diálogo.

Na obra *Conscientização* está escrito: "o diálogo não pode existir sem esperança. A esperança está na raiz da inconclusão dos homens [e mulheres], a partir da qual eles se movem em permanente busca. [...] Contudo, a esperança não consiste em cruzar os braços e esperar" (Freire, 1979, p. 84).

É nessa perspectiva que o autor (Freire, 1976) fala de utopia como esperança, mas do verbo esperançar (animar-se, atuar, correr atrás...), e não do verbo esperar. Portanto, ele concebe a utopia não como algo impossível de ser realizado, mas passível a ser construída pela práxis humana uma vez embutida numa nova ética humanitária. Nesse sentido, a utopia pode ser vista como algo que pode vir a ser, na perspectiva de justiça, de paz e de respeito às diferenças

---

5 Alguns desses princípios foram, inclusive, amplamente discutidos no *Centenário Paulo Freire,* promovido pela Loughborough University, de Londres (Inglaterra), em março de 2021.

— em consonância com a clássica concepção de Thomas More (1478–1535), mesmo que o significado da palavra utopia no grego seja "lugar nenhum" (More, 2004). Então, utopia projeta o futuro como uma possibilidade do ser humano "ser mais" em sua humanização e consciência social (Freire, 1976) na construção de uma sociedade justa e livre.

3. O MÉTODO FREIRIANO NA EDUCAÇÃO POPULAR

Como se daria o processo educativo necessário para a pessoa se reconhecer como sujeito libertando-se da condição de objeto? Além de teorizar sobre as relações dialógicas entre educador e educando, Freire oferece um método de alfabetização, o qual desenvolveu e que lhe rendeu um exílio de 15 anos (1964–1979). Um método que alcançou alfabetizar jovens e adultos em 45 dias, segundo consta na experiência dos Círculos de Cultura realizados em Angicos[6], no Rio Grande do Norte. Um método que ensina não apenas a ler e escrever palavras, mas a ler a realidade e, a partir dela, escrever palavras.

Esse método remete a toda uma pedagogia, em parte mostrada a partir das ideias-força e dos valores já comentados, e foi desenvolvida para a alfabetização de jovens e adultos, mas translada para o universo da educação formal dos demais níveis e também para o âmbito da educação popular — informal e não formal — nas lutas de resistência de organizações da sociedade civil às desigualdades e

6 Em 1963, Paulo Freire desenvolveu um programa de alfabetização de jovens e adultos em Angicos, no Rio Grande do Norte, a partir de uma iniciativa formal do governo do estado, uma experiência muito referenciada por ter conseguido concluir a alfabetização em 45 dias. Nesse mesmo ano também chegou a ser criado no Brasil o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), baseado no método freiriano, mas que foi revogado no dia 21 de janeiro de 1964, na iminência do Golpe Militar de 31 de março de 1964 (Araujo Freire, 2018, p. 179 e 189). Em seguida, Paulo Freire foi preso e, depois de solto, exilado por 15 anos. Retornou ao Brasil em 1979 e trabalhou na PUC-SP e na Unicamp, além de ter sido reincorporado à UFPE em 1991.

para a constituição de uma sociedade com justiça e um bem viver para todas as pessoas.

O ponto de partida do método é estar ancorado no chão da realidade, ou seja, parte da realidade concreta das pessoas ou dos grupos com os quais se trabalha — nas fases sintetizadas a seguir: a) Na primeira fase, é feito um estudo do universo vocabular dos educandos pelos educadores, buscando identificar os termos a serem usados para uma melhor sintonia com a realidade deles; b) Em seguida, é feita a escolha das palavras geradoras baseada na riqueza fonética, nas dificuldades da língua (que devem aparecer de forma crescente) e no teor plural relacionado à realidade; c) Na terceira fase, identificam-se as situações existenciais típicas do grupo, situações-problema favoráveis ao debate e à conscientização; d) Na quarta fase, há a elaboração de fichas-roteiro com os elementos que ajudem o debate (sem ser prescritivos); e) A última fase da preparação é a feitura das fichas-roteiro com decomposição das famílias fonéticas relativas às palavras geradoras. Exemplo: de (ti-jo-lo) para (ta-te-ti-to-tu), (ja-je--ji-jo-ju) e (la-le-li-lo-lu). Na execução prática, essas fichas servem de guia para a leitura e a formação de palavras, como loja, lajota, tatu, juta, luta, lote etc. (Freire, 1981, 1979).

No âmbito da educação e da comunicação populares, o método foi absorvido nas práticas e nos conceitos, não literalmente, porque na alfabetização o método trabalha com palavras geradoras e delas para fonemas e a formação de palavras, como já foi visto. No popular são incorporados: a) A noção de se ter como ponto de partida a realidade dos grupos com os quais se atua, o que, em geral, é feito a partir de técnicas de dinâmica de grupo de modo a começar com problemas e temas que pautam a vida das pessoas (olhar crítico sobre contexto); b) O esforço em se estabelecer relações dialógicas no desenvolvimento do conhecimento. Valoriza-se, por exemplo, o saber popular que é colocado em inter-relação com o saber especializado e científico (prática do diálogo); c) Valorização do pensar crítico sobre a realidade, o que ajuda a desenvolver a visão política a

partir do entendimento das causas geradoras dos problemas enfrentados (conscientização para tornar-se sujeito); d) A partir da reflexão sobre a realidade é processado o autoestímulo à ação proativa: desenvolvimento de propostas e programas de intervenção social com vistas à solução de problemas (transformação da realidade imediata). Esse processo significa que há a efetivação da práxis: teoria e prática, ou reflexão-ação, que Freire coloca como base do diálogo. Um exemplo é o que se pratica na Igreja Católica por intermédio dos setores adeptos à Teologia da Libertação, que contribuem com a educação popular de vários segmentos sociais, desde o Movimento de Educação de Base (MEB), Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o Grito dos Excluídos, entre outras iniciativas.

4. COMO AS IDEIAS DE FREIRE ECOAM NA COMUNICAÇÃO POPULAR

A contribuição de Freire à comunicação dá seu sinal quando ele a coloca como central no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, nas relações comunicativas entre educador e educando para o estabelecimento do diálogo. Ao ensinar sobre diálogo, o autor, repito, aponta para a essência do conceito de comunicação humana. Comunicação não é difundir informação, não é fazer comunicados. Nessa perspectiva, ele critica a mídia que prima por fazer "comunicados" às massas, bem como o extensionismo nas relações do agrônomo com os camponeses, porque conduzem visões e manipulam comportamentos os domesticando.

Comunicação é estabelecer reciprocidade (Freire, 1981, 1979) e intercomunicação. Na obra *Extensão ou comunicação?* ele afirma: "na comunicação não há sujeitos passivos. Os sujeitos cointencionados ao objeto [assunto, questão] do seu pensar se comunicam [sobre o] seu conteúdo" (Freire, 1977, p. 67).

Pontua também que "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação de significados" (Freire, 1977, p. 69).

Entrando no espraiamento das ideias freirianas na Comunicação Popular, esclareço que tomo essa expressão como categoria ampla, ou numa visão de conjunto, que também pode ser identificada como Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa[7]. Refere-se à comunicação do povo[8], aquela constituída no âmbito dos movimentos sociais populares e organizações sociais correlatas de resistência cívica contra as injustiças em favor do avanço da qualidade da cidadania. Ela se realiza no contexto da educação popular, quando se pratica de algum modo a pedagogia do método Paulo Freire.

Como foi dito em outro texto (Peruzzo, 2020), enquanto categoria ou conceito macro, à comunicação popular alinham-se vertentes comunicacionais historicamente derivadas dela, como as de cunho comunitário e alternativo[9], as quais aos poucos foram tecendo especificidades segundo as balizas teóricas e as práticas desenvolvidas em cada contexto. Em suma, assim como a educação popular, a comunicação popular tem sido muito influenciada pelo pensamento de Paulo Freire, apesar de não poder ser generalizada nos dias atuais, haja vista as limitações e distorções também impingidas ao longo do tempo em muitas das experiências, especialmente quando se descuidam do senso coletivo e participativo.

---

7 Às vezes essa comunicação também é denominada de participativa, dialógica, comunitária, grupal, horizontal, alternativa, educativa ou comunicação para a transformação social.

8 Povo aqui é tomado não como um todo, mas a partir de seus segmentos subalternizados organizados que protagonizam movimentos de resistência, reivindicam mudanças e reconhecimento de direitos e, como tal, desenvolvem sua própria comunicação.

9 Ver Peruzzo (2008, 2012).

Ele inspirou muitos pensadores de outras distintas áreas do conhecimento, como também teóricos da Comunicação, a exemplo de Armando Mattelart, Mário Kaplún, Luis Ramiro Beltrán, Juan Diaz Bordenave, Jesus Martin-Barbero, Daniel Prieto Castillo, Diego Portalles, Fernando Reyes Matta, Frank Gerace, Francisco Gutiérrez, Thomas Tufte, Regina Festa e a própria autora, entre tantos outros.

Como as ideias-força de Freire repercutem na comunicação popular? Ele oferece uma base teórica que inspirou a formulação de conceitos de comunicação participativa, horizontal e comunitária, o que se transladou para as práticas sociais do âmbito da comunicação dos movimentos populares e comunidades.

A seguir, comento algumas das dimensões desse influxo na Comunicação Popular.

a) Comunicação horizontal: a comunicação popular é horizontalizada ao ter como protagonista os membros dos próprios movimentos populares, grupos e comunidades que geram seus próprios meios e formas de comunicação para satisfazer suas necessidades de comunicar. Expressa a prática da democracia idealizada por Freire e aposta na capacidade de "ser sujeito" dos seus membros. Essa democracia resulta numa comunicação feita por, com e para a comunidade (Peruzzo, 2008), a partir do envolvimento direto de pessoas que nela vivem ou participam;
b) Sintonia com a realidade: é a comunicação popular e comunitária, mas suas melhores práticas acontecem enraizadas ao ambiente em que se efetiva. Não se trata de algo externo aos processos de intervenção social, e sim entranhados neles, em que a capacidade de ler o mundo por intermédio da ação-reflexão-ação é constantemente posta em prática, ajudando o pensar crítico sobre a realidade. E também por dar voz e vez aos membros da comunidade, do movimento social e assim por diante;

c) Pensar crítico/Conscientização: a comunicação popular e comunitária atua interconectada aos processos de conscientização durante todo o tempo, uma vez que seu forte é estar imbricada às dinâmicas de leitura crítica da realidade e na conscientização sobre os direitos e deveres de cidadania. Portanto, valoriza o pensar crítico para entender a realidade e desenvolver a visão política sobre os acontecimentos e os fatores causantes das desigualdades e discriminações;
d) Dialogicidade: o diálogo visto por Freire como premissa da comunicação humana passa a ser central na comunicação popular — tanto que esta chega a ser denominada de dialógica, entre outros adjetivos. A comunicação popular, comunitária e alternativa se desenvolve como dialógica e entre sujeitos. Ela é fruto de relações colaborativas, troca de conhecimentos e de comunicação como coordenação de ações, embora use também canais midiáticos tecnológicos e outras formas de expressão como mediação comunicacional. É escutar e falar. É respeitar a reciprocidade que está no âmago do conceito de comunicação humana. Claro que o diálogo não acontece somente em clima de harmonia, pois nesses cenários sempre há conflitos de interesses. O bacana é que os processos de ação coletivizados dão margem a disputas e debates, mas também aos consensos e/ou à aceitação das vozes majoritárias;
e) Participação e direito à palavra: a participação cidadã ativa na comunicação popular e comunitária é método e estratégia, pois mobiliza pessoas para o envolvimento direto no fazer comunicacional ao mesmo tempo que contribui para devolver a palavra ao povo para que usufrua do direito de comunicar. A participação ajuda a desenvolver a capacidade de a pessoa ser sujeito, consciente e capaz de pronunciar o mundo que o cerca. A participação popular ajuda, ainda, a colocar em prática os mecanismos de colaboração e o diálogo.

Possibilita exercer o protagonismo, pois a pessoa pode ser ativa nos processos de planejamento, produção de conteúdos e na gestão da comunicação. É nessa dimensão que se desenvolveram os conceitos clássicos de comunicação horizontal e de comunicação participativa;

f) Comunicar para transformar: a comunicação popular ajuda na emancipação dos oprimidos ao participar de todo um processo de educação para a cidadania por meio da educação não formal e educação informal, intrínsecos às dinâmicas de consciência-organização-ação dos grupos populares. Toda a razão de ser dos movimentos sociais populares e da comunicação popular no seio deles é a transformação da realidade opressora, o que está em sintonia com essa ideia-força central do pensamento de Freire. Em última instância, a finalidade dos movimentos sociais e, como tal, da comunicação por eles efetivada é transformar tanto a realidade concreta das pessoas e dos grupos submetidos a condições de desrespeito a seus direitos e à justiça, quanto a cultura política, de modo a incentivar participação ativa na feitura de uma sociedade mais humanizada interferindo para modificar as políticas públicas[10] e desenvolvendo alternativas de desenvolvimento social e comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A releitura da obra de Freire, no difícil momento que o Brasil viveu, de 2019 a 2022, e de alguma maneira ainda vive, pois certos ideários fascistas ainda perduram em alguns segmentos da sociedade, mesmo que a presidência da República tenha mudado, é essencial porque pode

10 As leis de cotas nas universidades, de proteção do idoso, da criminalização do racismo, dos conselhos tutelares e tantos outros são fruto da pressão dos movimentos sociais.

contribuir para entender o país, além de dar pistas de caminhos para se enfrentar o mutismo, a cultura do silêncio (Freire, [1968] 2019) e a ausência de consciência política — a consciência ingênua, entendida no nível da falta de entendimento sobre os reais mecanismos de manipulação da opinião e de controle ideológico de segmentos da população, principalmente dos segmentos subalternizados. Serve também para entender e enfrentar a gritaria desumanizadora, que disputa espaço na esfera pública, pregando o antidiálogo, o desrespeito e o ódio pelos semelhantes e pelos bens comuns, como a natureza e as conquistas sociais.

Paulo Freire enxergou uma realidade, principalmente a situada no Nordeste e no Norte do Brasil, marcada pelas desigualdades e pela injustiça social — até hoje persistentes —, e apregoou a necessidade de transformação dessa realidade.

No contexto das lutas cívicas por mudanças da realidade opressiva, a comunicação popular assume configurações que exalam as ideias de Freire na construção de uma democracia comunicacional alternativa à grande mídia por cuidar das demandas e interesses dos grupos populares subalternizados.

A transformação social é uma importante chave do seu pensamento, pois é a partir da visão de que é possível mudar que ele desenvolve sua pedagogia, essencialmente comunicativa, uma vez baseada nas relações dialógicas entre educador e educando, e em seu método, cuja pedagogia ultrapassa a alfabetização. O que ele ensina vai além de um método para se aprender a ler e a escrever. É uma educação dialógica que facilita o desenvolvimento do conhecimento que acontece em distintas esferas da vida. É uma educação para a humanização das relações sociais e construção de uma sociedade democrática, justa e culta.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. B.; GADOTTI, M.; PADILHA, P. R. Três categorias que marcaram a pedagogia do oprimido. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa-MG, v. 9, n. 2, p. 514-526, set./dez. 2019.

ARAÚJO FREIRE, A. M.de. **Paulo Freire:** uma história de vida. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

BHATTACHARYA, A. **Paulo Freire**: Rousseau of the Twentieth Century. Rotterdam: Sense Publishers, 2011.

BRANDÃO, C. R. **Paulo Freire, educar para transformar**: fotobiografia. São Paulo: Mercado Cultural, 2006.

CARNOY, M. F. **FREIRE, P. Pedagogy of the heart.** New York: Continuum, 2004.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**? 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, [1968] 2019.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Paulo Freire é o terceiro pensador mais citado em trabalhos pelo mundo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 8 jun. 2016. Disponível em: https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo. Acesso em: 20 maio 2021.

KANPOL, B. **Critical Pedagogy**: An Introduction. (Critical Studies in Education & Culture). Westport: Praeger Publishers, 1997.

LIMA, V. A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. rev. Brasília: UnB, 2011.

MORE, T. **Utopia/Thomas More**. Tradução de Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1516] 2004.

MUZUI, G. Bolsonaro chama Paulo Freire de 'energúmeno' e diz que TV Escola 'deseduca'. **Portal G1**, Rio de Janeiro, Globo, 16 dez. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml. Acesso em: 12 jan. 2024.

PERUZZO, Cicilia. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra Clave**: Revista da Facultad de Comunicación. Cundinamarca/Colombia, Universidad de la Sabana, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008.

PERUZZO, C. M. K. Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. *In*: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (coord.). **Comunicación y desarrollo.** Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012. p. 25-55.

PERUZZO, C. M. K. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Revista Famecos**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-RS, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2017.

PERUZZO, C. M. K. Paulo Freire's role and influence on the praxis of popular communication in Brazil. International Communication Gazette, Londres, v. 82, n. 5, p. 425-439, 28 jul. 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1748048520943693. Acesso em: 20 set. 2021.

VEIGA, E. Paulo Freire: como o legado do educador brasileiro é visto no exterior. **BBC News Brasil,** 12 jan. 2019. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46830942. Acesso em: 20 abr. 2021.

VIEIRA, K. L. Bildung e pedagogia do oprimido: análise e reflexão dos elementos formativos da práxis para a liberdade. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-23, e-16737.017, 2021. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor. Acesso em: 12 out. 2021.

Capítulo 2

O lugar e a influência de Paulo Freire na comunicação popular no Brasil[1]

RESUMO

O texto aborda a relação entre os pressupostos da educação libertadora e a comunicação popular. O objetivo é compreender em que aspectos o pensamento de Paulo Freire tangencia os conceitos e as práticas da comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil. O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica, especialmente da obra de Freire, e tece reflexões sobre a presença de alguns dos princípios da educação libertadora na práxis da comunicação popular

1 O presente texto foi traduzido e publicado com o título "Paulo Freire's role and influence on the praxis of popular communication in Brazil" na ***International Communication Gazette,*** Londres, Sage, v. 82, n. 5, p. 425-439, 28 july 2020.

no contexto dos movimentos sociais. Conclui-se que princípios de comunicação como ato dialógico, capacidade de ser sujeito, educação prática da liberdade, conexão à realidade e transformação social, que fazem parte do pensamento freiriano, estão presentes nos conceitos e em práticas da comunicação popular e comunitária.

Palavras-chave: Comunicação popular. Educação libertadora. Paulo Freire. Comunicação libertadora.

INTRODUÇÃO

A despeito das controvérsias recentes no Brasil sobre a obra de Paulo Freire, principalmente nos anos 2018 e 2019, a partir da posição de contestação a suas ideias por parte do então presidente da República Jair Bolsonaro, que iniciou seu mandato em 1.º de janeiro de 2019, e de alguns dos seus aliados, não se apaga o legado teórico do pedagogo nem a atualidade de suas contribuições. Opto por não tratar o teor das referidas controvérsias neste texto por questão de espaço e porque extrapolaria o propósito temático delimitado ao estudo.

Assim sendo, entro diretamente no tema que motiva a elaboração deste texto, ou seja, o de identificar o lugar e as possíveis influências de Paulo Freire na comunicação popular. O objetivo é compreender em que aspectos o pensamento de Freire tangencia os conceitos e as práticas da comunicação popular, comunitária e alternativa no Brasil.

O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica, principalmente da obra de Paulo Freire, a partir da qual se observa a práxis da comunicação no contexto de movimentos sociais e de comunidades, a exemplo do Polo Sindical da Borborema (Território da Borborema – Paraíba), da Cooperativa de Produção Agropecuária União da Vitória (Copavi), um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Paranacity – Paraná) e o movimento comunitário de Heliópolis, por intermédio da União de Núcleos e Associações dos

Moradores de Heliópolis e Região (Unas), Heliópolis, bairro da capital de São Paulo, todos no Brasil, mas que se aplica a outras iniciativas de mobilização afins, e tece reflexões sobre a presença de alguns dos pressupostos da educação libertadora de Freire nesse contexto.

Paulo Freire não se dedicou a estudar propriamente o campo da Comunicação, no entanto, suas ideias repercutiram nele, em especial na comunicação no contexto dos movimentos sociais e coletivos correlatos, mesmo que indiretamente, ao inspirar a formulação de conceitos e de práticas comunicativas. Mas, mesmo sem ser um estudioso do campo, ele abordou a questão da comunicação e a colocou, no seu sentido intrínseco, na base do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, como diálogo no processo de geração de conhecimento e como central nas relações entre educador e educando, e das relações humanas em geral, como por exemplo entre quem detém o saber técnico e de liderança e as pessoas com quem se relacionam no nível das instituições e movimentos sociais. Para ele, comunicação quer dizer interação, troca, reciprocidade, diálogo, e não atos unilaterais de transmissão de informação ou de saber.

1. EDUCAÇÃO PARA QUÊ?

Os elementos centrais da influência de Freire na comunicação popular vêm de sua concepção de pedagogia da educação libertadora — *Pedagogía de la Liberación* em espanhol. A pedagogia libertadora é colocada em contraposição a que ele denomina de "educação bancária", aquela predominantemente praticada nos sistemas educacionais tradicionais.

Na concepção bancária,

> [...] a educação passa a ser 'o ato de depositar', no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita. Em lugar de comunicar, o professor dá comunicados que os alunos recebem pacientemente, aprendem e repetem. É a concepção acumulativa de educação. [...] Nela o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se

> consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que não sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão. É a negação da educação e do conhecimento como processo de procura (Freire, 1979, p. 79).

À educação bancária ele contrapõe a pedagogia libertadora, na qual o aluno se transforma em estudante. É a educação problematizadora

> [...] fundamentada sobre a criatividade e estimula uma ação e reflexão verdadeiras sobre a realidade, respondendo assim à vocação dos homens [entenda-se pessoas] que não são seres autênticos se não quando se comprometem na procura e na transformação criadoras (Freire, 1979, p. 81).

Freire (1979) esclarece essa perspectiva educacional — que se dá tanto dentro como fora da escola — concebendo-a como crítica e reconhecedora das pessoas como seres em devir, como seres inacabados, incompletos, mas conscientes de sua incompletude e, como tal, estão em condições de mobilizarem-se como sujeitos e a desenvolverem a sabedoria.

Essa concepção de educação foi pensada no contexto da realidade brasileira dos anos 1950 e 1960 e seguiu nos anos seguintes, caracterizada pela desigualdade e pela injustiça social (pobreza, analfabetismo, domínio de oligarquias políticas, desinformação etc.). Inconformado com esse tipo de situação, Freire, no conjunto de sua obra, propõe a transformação social começando pela democratização da sociedade e da cultura, nas intermediações com a educação. Contudo, não qualquer educação, mas "educação como prática da liberdade" (1981), como chega a indicar um dos títulos de seus livros.

Em 1964, o quadro político se complica no Brasil com a instauração da Ditadura Militar (1964–1985), quando as contradições sociais crescem e se ampliam o controle político-ideológico e a repressão por parte do Estado. Num primeiro momento, todas as forças políticas

de resistência foram caladas, mas no decorrer de aproximadamente uma década a sociedade civil passa a se reorganizar, e nesse contexto as ideias de Freire repercutem.

Mas, voltando ao tema da educação libertadora, foi diante dos altos índices de analfabetismo no país que Freire desenvolveu um método de alfabetização de adultos que parte de palavras-chave, ao que chama de palavras geradoras, que fazem parte da realidade dos educandos, a partir das quais se problematiza a realidade, pois não se trata apenas de ensinar a ler e escrever palavras, mas de ler o mundo. Em suas palavras (Freire, 1982, p. 11): "o processo envolve a compreensão crítica do ato de ler, que não se esgota na descodificação pura da palavra ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]". Trata-se da leitura da realidade, não para contemplá-la, mas para possibilitar sua compreensão com vistas a transformar as condições de injustiça e opressão.

Na minha leitura da obra, um dos pressupostos filosóficos da concepção freiriana de educação libertadora é a posição epistemológica de entender a pessoa como sujeito, o que quer dizer com capacidade de se desenvolver, conscientizar-se e de sair da ignorância e da subjugação política e ideológica dos detentores do poder, seja o poder econômico ou poder político representados pelos governantes, que em última instância se inter-relacionam.

No âmbito de suas contribuições para o campo da Educação, da pedagogia nas relações professor-aluno, do método de alfabetização etc., ele discute a comunicação dialógica; a democratização da cultura (reconhecimento de que o povo também é produtor de cultura); a necessidade de mudança social; a consciência crítica (saber ler o mundo como descoberta pessoal e de conhecimento, uma condição para se deixar de pensar com a cabeça dos outros, ou seja, "deixar de ser sombra" e tornar-se sujeito); e a educação das massas (necessidade de alcançar os que estão fora da escola de modo que possam se tornar sujeitos e sair da condição de desinformação e ignorância),

entre muitas outras assertivas. Esses pressupostos parecem orientar grande parte dos seus conceitos de educação libertadora.

Se por um lado seu método de alfabetização não chegou a ser incorporado oficial e plenamente no sistema de educação formal no Brasil, apenas alguns de seus pressupostos, juntamente aos de grandes pensadores, tais como Jean Piaget, Maria Montessori e Célestin Freinet, transcendem tanto em políticas educacionais formais como em práticas sociais de educação não formal[2] e informal[3]. Neste último nível ocorrem formas de intervenção social variadas de iniciativa civil. É nesse ambiente, especialmente em comunidades e movimentos sociais, que passo a refletir sobre as repercussões, em geral bastante discretas, do pensamento de Freire. Discretas porque se durante a vigência do regime de exceção era prudente não mencionar seu nome, com o passar do tempo certas ideias foram sendo naturalizadas.

O próprio Paulo Freire, uma vez preocupado com a alfabetização daqueles sem condições de passar pelas escolas, desenvolveu os Círculos de Cultura — núcleos de alfabetização de adultos — visando a sua alfabetização; e tal projeto foi interrompido no período de vigência da Ditadura Militar. Contudo, suas ideias continuaram sendo incorporadas nas diferentes instâncias de organização e mobilização cidadã.

---

2 A educação não formal, segundo Maria da Glória Gohn (2015, p. 16), "é um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais. A educação não formal não é nativa, no sentido de herança natural; ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento, o aprendizado não é espontâneo, não é dado por características da natureza".

3 A educação informal é aquela que se constitui fora das instâncias formais de educação. Ela acontece na relação das pessoas entre elas mesmas e com os coletivos e demais instituições com as quais se relacionam, tais como igrejas, partidos políticos, meios de comunicação, ambientes de interação na internet etc.

É nessa perspectiva que identificamos princípios da educação libertadora tangenciando a práxis da comunicação popular.

2. COMUNICAÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO

No contexto da decadência e posterior fim da Ditadura Militar, que durou de 1964 a 1985, os movimentos sociais e demais atores cívicos engajados nas lutas pela democracia e busca de soluções para os problemas sociais se reorganizam. Nos seus processos de consciência-organização-ação incluem a comunicação. Essa passa ser constituída e constituinte dos referidos processos e, como tal, caracteriza-se como comunicação popular — ou comunicação do povo, porém daqueles segmentos dele formados pelas classes subalternizadas, mas que se organizam e protagonizam movimentos de resistência e sua própria comunicação.

Assim sendo, a comunicação popular, também denominada de participativa, dialógica, comunitária, grupal, horizontal, alternativa, educativa ou comunicação para a mudança social, realiza-se no contexto mais amplo de mobilização social com vistas a reivindicar direitos tanto os relacionados às condições básicas de existência quanto às questões de acesso à terra, de direitos trabalhistas, respeito ao meio ambiente, direitos humanos e à participação política.

Como diz Maria da Glória Gohn (2011, p. 335-336), movimentos sociais são organizações sociais coletivas

> [...] de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. [...] Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. [...] Os movimentos

> realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social.

É no contexto desse tipo de movimento social que acontece a comunicação popular enfatizada neste artigo. É nesse patamar que ela desenvolve um caráter emancipatório ao representar atores cívicos oriundos dos segmentos organizados das classes subalternizadas.

A expressão comunicação popular, numa visão de conjunto, pode ser caracterizada como de resistência e, ao mesmo tempo, compartilha de movimentos proativos no sentido de reivindicar mudanças e o reconhecimento de direitos. Enquanto conceito macro, à comunicação popular alinham-se vertentes comunicacionais historicamente derivadas dela, como as de cunho comunitário e alternativo, as quais aos poucos foram tecendo especificidades segundo as balizas teóricas e as práticas desenvolvidas em cada contexto[4].

Mesmo havendo limitações, a comunicação popular já foi percebida como importante contribuição para o processo de educação para a cidadania. Ela expressa um contexto de "luta do povo", elabora conteúdo crítico emancipador, é espaço para expressão democrática, tem segmentos da população como protagonistas, é instrumento das classes subalternas para se comunicar e para externar seus protestos e reivindicar direitos (Peruzzo, 2004, p. 124-128).

Desde sempre a comunicação popular se expressa em formas e meios ao alcance de grupos aos quais se vincula, segundo suas necessidades de comunicar, seja por meio da comunicação dialógica face a face — interpessoal e grupal, e/ou através de instrumentos aproximativos e artesanais como faixas, cartazes, teatro, poesia, boletins informativos —, bem como incorporando as tecnologias impressas, eletromagnéticas, informáticas e as digitais da era da internet.

---

4 Ver Peruzzo (2012).

Por outro lado, há que se considerar que a expressão comunicação popular não tem sentido uníssono, pois tem sido usada para caracterizar diferentes processos comunicacionais. Além daquela enfatizada neste texto, ela tem sido empregada para caracterizar outros fenômenos, como por exemplo as manifestações comunicacionais nas interfaces com folclore e outras expressões culturais, ditas populares, como também para destacar as particularidades de certos programas dos meios de comunicação massiva convencionais, tais como os popularescos ou sensacionalistas cativantes de amplas audiências de setores ditos populares, mas no sentido de baixa escolaridade e distantes da "alta cultura". Em outros termos, os princípios da educação libertadora analisados não se aplicam a qualquer iniciativa popular, mas somente àquela cuja práxis corresponde à constituição de um tecido social cívico e transformador. Refere-se à da comunicação popular no contexto dos movimentos sociais e coletivos afins, em geral, concebida como contracomunicação, na qual passo a discutir as intersecções com o pensamento de Paulo Freire. Esta baliza-se por uma ótica diferente tanto daquela que privilegia as culturas populares quanto a de segmentos dos mainstream media, em especial os de entretenimento e jornalismo sensacionalista, pois é criada e gerida pelos próprios movimentos sociais e de comunidades e protagoniza conteúdos críticos desde as bases da sociedade e tendo como fontes eles próprios, em suas realizações, reinvindicações e propostas de mudança de acordo com suas visões de mundo.

3. INTERSECÇÕES ENTRE PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE FREIRE E A COMUNICAÇÃO POPULAR

São cinco os princípios[5] da pedagogia da educação libertadora que, no meu entender, foram incorporados de forma mais detectável nos conceitos e nas práticas da comunicação popular.

---

5 Os princípios aqui discutidos foram originalmente apesentados em outro texto (Peruzzo, 2017), porém a abordagem foi totalmente reelaborada para esta edição.

3.1 Comunicação como diálogo

Paulo Freire desenvolveu o conceito de comunicação como diálogo, como relação de proximidade entre sujeitos. Para ele,

> [...] diálogo é o encontro entre homens [entenda-se pessoas], mediatizado pelo mundo, para designá-lo. [...] Este diálogo não pode reduzir-se a depositar ideias em outros. Não pode também converter-se num simples intercâmbio de ideias, ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também uma discussão hostil, polêmica entre homens [pessoas] que não estão comprometidas nem em chamar ao mundo pelo nome, nem a procurar a verdade, mas a imposição de sua própria verdade (Freire, 1979, p. 83-84).

Ao falar da comunicação entre sujeitos, o autor parece ter fortalecido a proposta de comunicação dialógica, ou seja, uma comunicação entre sujeitos, e não entre emissores e receptores de mensagens como polos separados e com supremacia do emissor.

No universo da comunicação popular, comunitária e alternativa a repercussão dessa premissa é percebida tanto na prática como na teoria. No nível teórico é clara a absorção da ideia de democracia na comunicação expressa nas noções de participação efetiva, horizontalidade e comunitarismo trazida por autores latino-americanos, como Mário Kaplun (1985), Luis Ramiro Beltrán (1981), Juan Diaz Bordenave (1988), José Martinez Terrero (1988), Rosa Maria Alfaro Moreno (1988), Jorge Merino Utreras (1988) e a própria autora (Peruzzo, [1988] 2004, 1996, 2008, 2010), entre muitos outros.

Mário Kaplún (1985), por exemplo, foi um dos primeiros a falar numa relação de comunicação horizontal em que os emissores se tornam também receptores (EMIREC), e vice versa, para indicar a troca de papéis e a função de sujeito de todos os atores do processo de comunicação popular. Kaplún (1988) ensina toda uma pedagogia da comunicação participativa, fortemente fundamentada em Paulo Freire e Célestin Freinet.

Juan Diaz Bordenave (1988) trouxe inegável contribuição ao campo da comunicação popular ao se dedicar às relações comunicação e educação, à comunicação rural, planejamento e à participação. Possui várias obras publicadas, entre elas, *Estrategias de enseñanza--aprendizaje, Comunicación y sociedad, Participación y sociedad, Planificación y comunicación* e *Qué es la comunicación rural.*

Luis Ramiro Beltrán (1981) também publica artigo, entre outros, com o título "Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal", no qual argumenta em favor da democratização da comunicação que tem como alicerces o acesso, o diálogo e a participação, possibilitando a comunicação horizontal, aquela que baseada na igualdade de participação nos meios de comunicação.

José Martinez Terrero (1988), além de documentar experiências de comunicação grupal libertadora, como ele mesmo denomina, em países como Brasil, República Dominicana, México, El Salvador, Venezuela etc., analisa suas contribuições para a "comunicação para a libertação" e desenvolve toda uma pedagogia de comunicação grupal capaz de contribuir para o protagonismo social transformador.

Rosa Maria Alfaro Moreno (1988, 2000) também tem contribuição relevante para a comunicação popular ao pesquisar, entre outros temas, a importância da educação para os meios massivos, a participação social neles e a comunicação para o desenvolvimento numa perspectiva cidadã, além de acompanhar as mudanças nesse tipo de comunicação ao longo do tempo.

Sem vaidade pessoal, devo dizer que eu mesma procurei compreender as configurações da comunicação dos movimentos sociais pelo ângulo da questão participativa. Recuperei (Peruzzo, 2004, 2010) os níveis de participação na comunicação trazidos por Merino Utreras (1988)[6], com base em reunião sobre autogestão realizado em Belgrado, em 1977, e em Seminário Latinoamericano de Comunicación

6 Merino Utreras (1988) trabalha a participação nos níveis da produção, planejamento e gestão da comunicação.

Participatoria, promovido pelo Ciespal/Unesco[7] em 1978, e os ampliei[8] tendo como patamar as práticas da comunicação popular e comunitária. Em suma, a palavra participação pode virar uma simples palavra de ordem ou significar a participação popular efetiva na comunicação, que tanto pode ocorrer em níveis elementares (participação na mensagem por meio de entrevistas, avisos etc.) quanto avançados (participação na produção, difusão e decisões sobre conteúdos, no planejamento, na avaliação e na gestão do meio de comunicação), dependendo do grau de consciência e capacidade de mobilização dos atores envolvidos e das estratégias participativas postas em prática. Participar é uma questão política que diz respeito ao modo como se viabiliza o envolvimento efetivo dos cidadãos nas diferentes fases do processo comunicacional.

No nível das práticas sociais, são incontáveis as experiências no Brasil e em outros países da América Latina em que a noção de participação ativa e efetiva das pessoas participantes de grupos, comunidades e movimentos sociais nos processos do fazer comunicacional. A participação democrática dos membros desses coletivos passou a ser uma premissa e uma estratégia de mobilização e ação, em especial quando se vai além da concepção de uso dos meios de comunicação apenas como "instrumentos" para difusão de informações e demais conteúdos, e são operacionalizados como atividade meio — ou mediação — nos processos de intervenção social. Contudo, a participação efetiva não quer dizer que todos os membros participem sempre de todas as fases do processo de planejamento, produção, difusão e gestão do meio de comunicação. Para isso, existem canais de representação.

---

7 Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina/Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

8 Peruzzo ([1998], 2004, p. 144-145) parte destes níveis, mas os amplia para melhor compreender o envolvimento popular na comunicação popular e comunitária apontando os níveis de participação nas mensagens; na produção e difusão de mensagens, materiais e programas; no planejamento dos meios; na gestão dos meios de comunicação; na avaliação e elaboração de políticas públicas.

As práticas sociais "ecoam em diferentes regiões e experiências os princípios do diálogo, do protagonismo popular, da participação horizontal, da criticidade e de educação emancipadora, principalmente, em se tratando da educação não formal e informal" (Peruzzo, 2017, p. 8).

Cabe ainda frisar que a comunicação como diálogo em Freire, como mostra Venício Lima (2011, p. 102-103), supera a tradicional visão do diálogo como ação interior e na relação eu-tu (Buber, 1977), pois Freire fala de diálogo como "ação social" e o direciona à transformação social.

Ao relacionar o diálogo entre pessoas mediado pelo mundo, fica clara a importância da comunicação dialógica no processo de conscientização sobre a realidade e de como se relacionar com ela. O que explica a frase de Freire citada em página anterior ao falar do diálogo entre pessoas "mediado pelo mundo". Essa dinâmica é percebida na comunicação popular se levarmos em conta que se trata de uma comunicação que se realiza no bojo de movimentos sociais que dialogam o tempo todo com a realidade, e não uma comunicação apenas de caráter difusionista processada apenas a partir da noção de meios (canais) de difusão de mensagens, apesar de em geral incluí-los, mas de priorizar uma comunicação face a face, interpessoal, grupal e como coordenação de ações, que nesse contexto prima pela horizontalidade.

3.2 Ser humano como sujeito

Para Paulo Freire (1979, p. 34), a "educação deve considerar a vocação ontológica do homem [pessoa] – vocação de ser sujeito – e as condições em que ele vive: em tal lugar exato, em tal momento, em tal contexto". Ele acredita na capacidade do ser humano de se emancipar das amarras da manipulação e subjugação política e ideológica, transformar-se e transformar a realidade opressora.

Didaticamente coerente com o seu método de alfabetização de adultos, ele ensina que a mudança só se efetiva a partir da realidade

vivida pelas pessoas, desde que estejam abertas a ela em atitude reflexiva, e na relação com outro. Daí sua visão de ser humano como "ser de relações e não só de contatos" que não apenas está no mundo, mas com o mundo (Freire, 1981, p. 81). Nessas condições o ser humano é capaz de ser sujeito da própria história, desempenha função ativa na sociedade, não se deixa manipular e não estabelece relações de dependência para não deixar sua condição intrínseca de ser humano. Significa ter capacidade de "deixar de ser sombra dos outros" (Freire, 1981, p. 113), por exemplo quando se supera o analfabetismo — de leitura e escrita, mas também a compreensão do mundo. Em suas palavras: "ler e escrever a palavra só nos fazem deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a 'leitura do mundo', tem que a ver com o que chamo de 'reescrita' do mundo, com sua transformação" (Freire, 2000, p. 88).

Na relação dialética de se estar "com" o mundo gera-se conhecimento, que, de acordo com Freire (1977, p. 27), "reclama reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer". A comunicação no contexto dos movimentos sociais é intrínseca ao processo de geração do conhecimento proporcionado na dinâmica participativa dessas ações, pois se constituem em troca de conhecimento e na geração de novos saberes a partir de sua práxis. Como diz Washington Uranga (2009, p. 182),

> [...] a comunicação comunitária e popular é um lugar de encontro no espaço da vida cotidiana, entre quem tem práticas diferentes. E esse lugar, como tal, é um lugar de produção de conhecimento. É um lugar de diálogo e de intercâmbio onde o conhecimento emerge. Nesse sentido, a comunicação comunitária é também uma vocação política para, desde o encontro, ser capazes de socializar o conhecimento, convertê-lo em alimento político e motor da ação no espaço público.

O pressuposto da capacidade do ser humano de ser sujeito tem ressonância na práxis da comunicação popular nos aspectos já apontados relativos ao protagonismo das comunidades e movimentos sociais na feitura da comunicação, quando esta passa a ser constituída por eles mesmos desde suas problemáticas e segundo suas necessidades e seus interesses. É quando esses sujeitos coletivos se empoderam da comunicação, portanto, sendo sujeito dela como emissor e receptor, como já propunha Kaplún (1985, 1988).

3.3 Comunicação como prática da liberdade

Se Paulo Freire advoga a "educação como prática da liberdade" (1981), também à comunicação popular incorporou-se essa noção quando ela se expressa como grito de emancipação em prol das pessoas como protagonistas cívicos e vinculados às suas organizações e movimentos sociais que as representam. Portanto, estou falando de liberdade de expressão, e mais do que dela, estou falando do direito à comunicação (Peruzzo, 2005), quando há o empoderamento de social de modos de comunicar e de tecnologias como forma de resistência e para colocá-los a serviço da realização de direitos individuais e coletivos relativos à dignidade, igualdade e participação política.

A comunicação popular inscreve-se nesse patamar de lutas sociais reivindicando ou colocando em prática a liberdade desse direito de comunicar como um direito humano e de cidadania, no mesmo nível dos demais direitos da pessoa.

A plenitude da vida, o direito à felicidade, é o ápice da razão do existir e da existência das sociedades. É um direito de todos e não apenas daqueles que detêm determinadas características físicas e acumulação de bens econômicos. Assim sendo, as lutas contra as condições desumanas de existência e para interferir nas políticas públicas, nas leis e nas ações do Estado, em favor das minorias e maiorias oprimidas, são legítimas e de interesse público cívico.

A comunicação no bojo desses processos só pode ser a liberadora. Ela não ocorre de forma isolada, mas implicada em ações mais amplas por transformações balizando-se pela participação ativa e pela difusão das vozes cidadãs de caráter cívico, ou seja, dos interesses máximos de uma nação. Nesse universo ela se entrelaça à educação não formal e informal, pois educação e comunicação são indissociáveis.

3.4 Conexão ao contexto

O princípio de aderência à realidade, ou de conexão ao contexto em que os atores se situam, enquanto elemento básico do método de alfabetização de adultos de Freire, aplica-se de modo primoroso à comunicação popular libertadora. É crucial na sua práxis o estar em sintonia à realidade dos grupos, segmentos, movimentos sociais e de comunidades, pois, como foi falado, trata-se de um processo comunicativo-educativo orgânico à realidade. Fala-se criticamente dela (os problemas, as dificuldades, as conquistas) e parte-se dela para se comunicar dentro dela, respeitando suas linguagens e demandas, e para se comunicar com os públicos externos para estabelecer suas relações públicas e se posicionar no conjunto da sociedade. Valoriza-se a participação efetiva dos membros dos próprios grupos e movimentos sociais, como também o próprio saber popular que é resgatado e reconhecido enquanto conhecimento válido e importante.

A ideia de ler o mundo, e não apenas as palavras, o que significa aprender a ler a realidade, como já foi visto, coaduna-se com o "Método Ver, Julgar e Agir" aperfeiçoado pelo Cardeal Joseph Cardijn[9], fundador do Movimento Juventude Operária (JOC), que já

---

9 Cardijn disse aos delegados do *Primeiro Congresso Internacional da JOC*, em 1935: "Líderes e membros devem aprender a ver, julgar e agir. Ver o problema do seu destino temporal e eterno para julgar a situação presente, os problemas, as contradições, as demandas de um destino eterno e temporal. Agir com vistas à conquista do seu destino temporal e eterno" (Ver [...], 2011, s.p.).

vinha sendo empregado desde antes dos anos 1950 e depois amplamente empregado pelo Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgidas no início da década de 1960[10], pelos quais muitas lideranças passaram. Trata-se de um método que auxilia o trabalho de desenvolvimento da consciência crítica que entende que, para se transformar a realidade, há primeiro que conhecê-la e julgá-la — analisar e discernir sobre ela, à luz do evangelho, dado que seu surgimento se dá no interior da Igreja Católica. Esse é contexto originário no qual emerge a comunicação popular, um contexto de acirramento das contradições de classe, da desigualdade socioeconômica, mas também da constituição de iniciativas coletivas em favor da justiça e exercício da cidadania, tanto no eixo civil — conquista de direitos —, quanto na perspectiva cívica — a obrigação de interferir em benefício da justiça e do interesse público da nação.

3.5 Transformação social

Como vem sendo dito ao longo deste texto, a questão da transformação social está posta desde os primeiros argumentos de Freire sobre a realidade opressora e a necessidade de transformá-la. Os movimentos sociais progressistas nos quais a comunicação popular tem seu ambiente ideal de realização, não querem outra coisa senão transformar as condições que justificam sua criação e suas ações. Portanto,

---

10 "As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Encontraram sua cidadania eclesial na feliz expressão do Cardeal Aloísio Lorscheider: 'A CEB no Brasil é Igreja — um novo modo de ser Igreja'" (História [...], [2016?], s.p.).

a transformação das condições injustas e a conquista do respeito aos direitos da pessoa e seu reconhecimento público e por parte do Estado, como direitos de cidadania, é a razão de existir dos movimentos e de outras organizações coletivas afins.

Desse modo, a comunicação popular, comunitária e alternativa constituída na práxis dos movimentos sociais contribui para obter ganhos concretos a partir de suas denúncias e reivindicações, uma vez tornadas públicas, como por exemplo a instalação de uma escola, a suspensão de um projeto de construção de barragens fluviais que inundariam localidades habitadas, a legalização de um assentamento de terras, a aprovação de uma lei protetora de crianças e adolescentes etc. Transforma também pessoas, pois ajuda a desenvolver suas capacidades intelectuais e o conhecimento. Ajuda a interferir na política sensibilizando o Parlamento, o Poder Executivo e o Judiciário para suas causas, e a redirecionar as políticas públicas.

Enfim, os princípios da educação libertadora também contribuem para uma comunicação libertadora porque incentivam a capacidade humana de ser sujeito e participar da feitura da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pôde ser visto no decorrer do texto, a noção educação libertadora translada-se para a comunicação popular, comunitária e alternativa, uma vez entrelaçada aos movimentos sociais em suas dinâmicas de intervenção sociocomunitária. Enfim, os princípios da educação libertadora contribuem para uma comunicação emancipadora porque incentivam a capacidade humana de agir, criar e transformar em favor dos direitos dos segmentos subalternizados da população. Processo que pode ser mais bem compreendido ao se levar em conta que os princípios da educação libertadora, tais como comunicação como diálogo, capacidade de ser sujeito, educação como prática da liberdade, conexão crítica à realidade e transformação social, que são centrais nas ideias freirianas, ajudam a tecer as raízes dos movimentos

sociais e da comunicação popular. Portanto, direta e indiretamente estão presentes nos conceitos e em práticas da comunicação popular, comunitária e alternativa em sua práxis.

Esse posicionamento político — toda ação é política — advém da conscientização das lideranças facilitadoras da participação popular efetiva, que se formam no bojo das lutas sociais, que em geral tem passagem nas CEBs e em outros movimentos sociais e políticos progressistas.

Enfim, não é o método de alfabetização que é empregado, mas alguns dos seus princípios filosóficos e educativos inspiram os conceitos e as práticas comunicacionais desenvolvidas em comunidades e movimentos sociais ou a partir delas, no caso da teoria.

Por fim, cabe ressaltar que se durante mais de quatro décadas houve avanços significativos nas conquistas cidadãs no Brasil, a partir de participação social e cívica, desde o dia 1.º de janeiro de 2019 se instituíram retrocessos com a chegada ao poder de Estado de forças conservadoras representadas pelo governo Bolsonaro. Exemplos desses retrocessos estão na interferência do Governo nas políticas públicas democráticas de representação civil em Conselhos de gestão de órgãos públicos; de certo aval à violência de Estado no combate à criminalidade; de certa tolerância ao racismo e à homofobia; no enfraquecimento do combate ao desrespeito aos direitos dos povos indígenas e ao meio ambiente; e assim por diante. Essas posições, entre tantas outras que afetam as conquistas sociais, que vão da liberação crescente de agrotóxicos, antes proibidos, ao rompimento de regras democráticas de escolha de dirigentes de universidades públicas, corte de verbas da educação e da pesquisa científica, além do estabelecimento de critérios morais e políticos conservadores para a política cultural, não são atitudes isoladas. Fazem parte de uma política de governo, na qual inclui-se o desagrado às ideias de Paulo Freire, pelo menos por parte das principais autoridades no exercício do poder.

As manifestações do presidente da República nesse período, militar aposentado, mostrando sua aversão a Paulo Freire já faziam parte de seus discursos na campanha eleitoral de 2018 e em seu "programa" de governo, os quais acabaram tendo ressonância em parte dos seus aliados e eleitores. Nesse sentido, a sensação é de estarmos revivendo algo marcante da história do Brasil. Afinal, quando da vigência da Ditadura Militar, no século passado, as ideias em favor das igualdades, da soberania popular e da democracia eram reprimidas e seus expoentes presos, banidos ou exterminados. O próprio Paulo Freire teve que se exilar do país para se proteger. Atualmente, em plena segunda metade do século XXI, suas ideias voltam a incomodar e são rejeitadas por determinados segmentos político-ideológicos.

À pergunta sobre o porquê dessa situação, talvez se possa responder inferindo tratar-se da atualidade das obras de Freire e do seu potencial em provocar mudanças. Afinal, os problemas então existentes (na época de Freire) decorrentes das contradições de classe persistem e parecem insolúveis[11], apesar de ter havido avanços na distribuição de renda e na implementação de políticas públicas sociais de atendimento aos direitos de cidadania em governos anteriores recentes. Contudo, a sociedade civil se fortaleceu criando mecanismos de participação e se organizando, o que também desagrada segmentos político-ideológicos que nesse momento governam o país. Então,

---

11 As consequências dessas contradições são visíveis nas estatísticas. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2018, os mais ricos, que perfazem 10% da população, concentraram quase a metade da renda do país (43,1%). O desemprego ainda atinge 2,4 milhões (ver mais em: https://economia.ig.com.br/2018-12-05/desigualdade-e-concentracao-de-renda-no-brasil.html). E segundo o Atlas da Violência de 2019, em 2017 foram cometidos 65.602 homicídios, sendo que 75% das vítimas de homicídio são negras; 4.936 mulheres foram assassinadas em 2017 (13 vítimas por dia); e 35.783 jovens (69,9 por 100 mil habitantes) foram assassinados em 2017 (ver mais em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432).

não é de estranhar que se queira suprimir determinadas conquistas democráticas e minar as ideias progressistas. Mudanças no quadro sócio-histórico de maiorias excluídas das benesses do desenvolvimento requereria todo um trabalho de conscientização e mobilização social, em tese, mais eficientes se baseado em princípios libertários como os de Freire. Portanto, não interessa aos expoentes dessa política comprometida com o conservadorismo dos costumes e no controle político e ideológico fundamentado em tradições, que no fundo representam setores da economia defensores do liberalismo econômico extremo, mas, principalmente, tementes a mudanças no sistema capitalista, que as pessoas se mobilizem na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e politicamente democrática.

No entanto, como a história é dinâmica e plena de processos de afirmação e negação do antigo e do novo ao mesmo tempo, os segmentos da sociedade civil identificados com as lutas por igualdade e respeito aos direitos humanos e de outras formas de vida no planeta seguem seu curso. Na época da ditadura vozes foram caladas, mas os ecos por mudanças em favor das pessoas[12] continuaram existindo, tanto que ampla mobilização civil protagonizou o restabelecimento dos patamares democráticos na sociedade brasileira. Algo semelhante segue acontecendo. Embora exista forte embate entre forças conservadoras e progressistas, entre avanços e retrocessos, a sociedade civil, melhor dizendo, parte dela, segue lutando pelos ideais da civilidade como direito de todos/as. Os movimentos sociais e muitos outros atores cívicos continuam sua trajetória combativa e propositiva visando à ampliação dos direitos de cidadania e pela cultura cívica. Em outras palavras, apesar dos antagonismos atuais, não

---

12 Refiro-me ao sentido intrínseco do que significa ser pessoa — em direitos e capacidade de desenvolver-se intelectual e humanitáriamente. Desse modo, a defesa do tradicionalismo e da supremacia de "raça", cor da pele, sexo, procedência ou condição econômica é contra o caráter intrínseco da pessoa enquanto ser humano.

há paralisação dos movimentos sociais e outros atores progressistas. Estes historicamente veem mais longe, apontam para um horizonte com futuro melhor, razão pela qual são empreendedores de mudanças em favor de segmentos específicos da sociedade e em benefício da humanidade.

REFERÊNCIAS

ALFARO MORENO, R. M. Culturas populares y comunicación participativa: en la ruta de las redefiniciones. **Oficios Terrestres**, La Plata, UNLP, n. 7-8, p. 199-208, 2000.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Comunicação. S.B.do Campo: UMESP, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação?** 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

BUBER, M. **Eu e tu**. São Paulo: Cortez, 1977.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPED, v. 16, n. 47, p. 333- 362, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf. Acesso em: 2 jan. 2010.

GOHN, M. da G. Introdução – cenário geral: educação não formal... *In*: GOHN, M. da G. (org.). **Educação não formal no campo das artes**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 15-27.

FREINET, C. **Para uma escola do povo**: guia prático para a organização material, técnica e pedagógica da escola popular. São Paulo: Martins Fontes, [1978] 1996.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**? 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HISTÓRIA das CEBs. **Portal das CEBs;** Iser Assessoria/ISER – Instituto de Estudos da Religião, Rio de Janeiro, [2016?]. Disponível em: http://portaldascebs.org.br/historia-das-cebs/. Acesso em: 1 dez. 2023.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación.** Madrid: Ediciones de La Torre, 1998.

LIMA, V. A. de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire. 2. ed. rev. Brasília: UnB, 2011.

MERINO UTRERAS, J. **La comunicación participatoria en América Latina**. Quito: Ciespal, 1979.

MERINO UTRERAS, J. **Comunicación popular, alternativa y participatoria**. Quito: Ciespal, 1988. (Manuales Didácticos Ciespal).

MARTINEZ TERRERO, J. **Comunicação grupal libertadora**. São Paulo: Paulinas, 1988.

PERUZZO, C. M. K. Participation in community communication. *In*: SERVAES, J. (org.). **Participatory communication for social change.** New Delhi/Thousand Oaks/London: Sage, 1996. p. 162-179.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 4. ed. Petrópolis: Vozes, [1988] 2004.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 3, p. 18-53, 2005.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra Clave**: Revista da Facultad de Comunicación. Cundinamarca/Colombia, Universidad de la Sabana, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008.

PERUZZO, C. M. K. Aproximaciones entre la comunicación popular y comunitaria y la prensa alternativa en Brasil en la era del ciberespacio. *In*: MARTINEZ HERMIDA, M.; SIERRA CABALLERO, F. (coord.). **Comunicación y desarrollo.** Prácticas comunicativas y empoderamiento local. Barcelona: Gedisa, 2012. p. 25-55.

PERUZZO, C. M. K. O processo de participação na comunicação popular e comunitária. *In*: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (org.). **Usos y abusos del participare**. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010. p. 229-247.

PERUZZO, C. M. K. Ideias de Paulo Freire aplicadas à comunicação popular e comunitária. **Revista Famecos**: Revista do Programa de

Pós-Graduação em Comunicação da PUC-RS, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2017.

VER, julgar e agir: 50 anos de prática social católica. **Instituto Humanitas Unisinos**/Adital, São Leopoldo, 21 maio 2011. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/noticias/43514-ver-julgar--e-agir-50-anos-de-pratica-social-catolica. Acesso em: 3 jan. 2020.

URANGA, W. La comunicación comunitária: processo cultural, social e político. *In*: MATA, C. *et al.* **Construyendo comunidades**... Reflexiones actuales sobre comunicación comunitaria. Buenos Aires: La Crujía, 2009. p. 177-186.

Capítulo 3

Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freirianas e distopias[1]

RESUMO

O texto aborda o tema da comunicação popular e alternativa em meio às controvérsias das manifestações de mídias "independentes" utópicas e antiutópicas. O objetivo é discutir o revigoramento da Comunicação Popular na era da internet e a transcendência das mídias alternativas na atualidade diante da intensificação do midiativismo e, em certo sentido, da emergência de alguns desdobramentos — nem sempre tão alternativos ou independentes quanto podem parecer à

1 Publicado originalmente com o mesmo título na revista **Media & Jornalismo**, Lisboa, Instituto de Comunicação da Nova (ICNOVA), Universidade Nova Lisboa, v. 42, n. 1, p. 23-36, 2023. Pede-se usar esta publicação original para citações.

primeira vista. O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa cumpre um papel importante no caminhar da construção de um mundo justo e livre. Em especial as mídias alternativas vêm atestando uma diversidade de expressões, mas suas características intrínsecas em suas origens são carregadas de alternatividade de caráter libertário.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Mídia Alternativa; Liberdade de Expressão; Utopia; Distopia.

INTRODUÇÃO

A diversidade de manifestações da comunicação popular, comunitária e alternativa na atualidade motiva a realização de estudos visando à compreensão do fenômeno, especialmente das mídias alternativas e independentes incrementadas a partir da disseminação do acesso à internet levando ao debate de conceitos e à realização de cartografias instigantes por demonstrarem a amplitude e a diversificação de iniciativas.

Nesse contexto, as utopias e as distopias se entrecruzam. As utopias estão no âmago da busca por liberdade de expressão representada nas lutas pela democratização da comunicação no Brasil e sua efetivação também por meio das mídias comunitárias e alternativas, de modo a ampliar a dimensão cívica da cidadania que ganha força e mais alcance diante das possibilidades de ampliação de canais e espaços de interação que a internet potencializa, tendo por base a realidade brasileira. Por outro lado, tomando por base o território brasileiro, as distopias também amplificam seus ambientes de difusão que, em nome da liberdade de opinião, enchem as redes digitais de certas bolhas antidemocráticas de desinformação e conteúdos contrários ao respeito aos direitos de cidadania assegurados por leis e pela Constituição do Brasil.

Com base em pesquisa bibliográfica, o texto objetiva discutir o revigoramento da Comunicação Popular na era da internet, bem como a transcendência das mídias alternativas na atualidade diante da intensificação do midiativismo e, em certo sentido, da emergência de alguns desdobramentos — nem sempre tão alternativos ou independentes quanto podem parecer à primeira vista.

1. PALAVRAS INICIAIS SOBRE COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA E SEU REVIGORAMENTO NA ERA DIGITAL

As expressões Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa — ou simplesmente Comunicação Popular — são usadas como categoria abrangente para falar do conjunto de iniciativas de comunicação que ocorrem no âmbito dos movimentos sociais populares, associações comunitárias e demais articulações cívicas de segmentos das classes subalternizados organizados.

Essa categoria remete a um segmento comunicacional e a uma subárea do campo da Comunicação, embora não tenha sido tratada desse modo pelos estudiosos das teorias da Comunicação. Possui um corpo de conhecimentos e uma pedagogia sistematizados, no entanto, passa por atualizações constantes devido ao movimento histórico que mexe com a práxis do movimento popular.

A Comunicação Popular aflorou com características específicas, próximas ao que conhecemos ainda hoje, como uma vertente comunal ainda no fim dos anos 1970 e nos 1980, no contexto de abertura política do regime militar, no Brasil. Seguiu seu curso ao longo de mais de 50 anos, com atualizações e ressignificações. Dela germinaram iniciativas denominadas de comunicação dialógica, comunicação horizontal, educativa, participativa, alternativa ou comunitária, mas a partir dos anos 1990/2000 as vertentes comunitárias e alternativas foram ganhando contornos mais peculiares.

Originalmente, a Comunicação Popular desenvolveu dimensões epistêmicas de clara posição de inconformismo diante da opressão da Ditadura Militar (1964–1985) e de luta pela democracia no Brasil. Essas dimensões são fundamentadas em visão humanista — em grande parte com absorção de ideias de Paulo Freire e seus seguidores —, de tendência transformadora, defesa da autonomia e voltada à educação popular informal e não formal em suas interfaces com a comunicação emancipadora.

A Comunicação Popular distingue-se como uma comunicação de resistência porque acontece no bojo e é vinculada aos movimentos sociais, comunidades e coletivos populares que lutam por direitos e denunciam diversas formas de opressão. Trata-se de uma contracomunicação, em relação aos padrões convencionais da grande mídia. Ela acontece devido às necessidades de comunicar desses atores coletivos, desde dentro, na voz deles e de acordo com seus interesses e suas demandas, razão pela qual é conhecida como comunicação popular, horizontal ou comunitária. Sua práxis situa-se no campo de lutas simbólicas de segmentos subalternizados por justiça social, para dar visibilidade a causas humanistas e reinvindicações, e para participar do debate público oferecendo uma visão crítica e diferenciada sobre temas de interesse público.

Desse modo, a Comunicação Popular pode ser vista como um desborde (Marí Sáez, 2018) ou uma ultrapassagem das bordas dos limites políticos e institucionais estabelecidos. Como diz Marí Sáez (2018, p. 10), usando uma terminologia de Cornelius Castoriadis, o conceito de desborde — no sentido de transbordar, extravasar — "em forma de substantivo, esta palavra aparece em relação a aquelas práticas políticas lideradas pela cidadania nas quais desbordam os limites institucionais estabelecidos".

A comunicação popular se caracteriza por: a) Possui processos comunicacionais constituídos no nível de comunidades, movimentos sociais, coletivos populares etc. que vão além de meios (canais) — apesar de estes serem importantes e fazerem parte da dinâmica

social. São processos implicados em lutas mais amplas por direitos e que incluem a comunicação direta face a face, interpessoal, grupal, a coordenação de ações, a mobilização e a ação coletivas; b) É conduzida por princípios de ordem pública, uma vez guiada por finalidades educativas, de desenvolvimento social e ampliação da cidadania; c) É sem fins lucrativos, propicia a participação ativa, pertence a movimentos e organizações coletivas, expressa os interesses e as necessidades de comunicação desses atores no contexto em que se inserem e desenvolve mecanismos de propriedade e de gestão coletivas; d) Cultiva a proximidade, pois tem laços de cunho comunitário com os referidos atores coletivos, sejam eles de matriz geográfica, de identidades étnicas, culturais, históricas, linguística, de ação política ou comunitária.

Em última instância, da Comunicação Popular derivaram várias outras feições de comunicação comunitária e de meios alternativos e independentes, revelando a existência de uma diversidade de iniciativas comunicacionais (Peruzzo, 2008, 2009; Carvalho, 2011; Miani, 2011; Fígaro; Nonato, 2017; Pachi Filho; Souza; Moliani, 2019; Haubrich, 2017; Fernandes, 2019). No fundo são iniciativas que carregam em comum, apesar de haver especificidades e até distorções, a busca por liberdade de expressão através dos meios de comunicação próprios, dos analógicos aos digitais, que sempre estiveram sob controle majoritário do grande capital econômico e dos governos.

2. REVIGORAMENTO DA COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA NA ERA DIGITAL

A era digital simboliza um novo tempo para a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa em múltiplos sentidos, tais como: a) Potencializa a abertura de novos canais próprios para se comunicar; b) Democratiza o acesso à comunicação mediática historicamente concentrada em conglomerados econômicos; c) Beneficia-se da simultaneidade na disseminação de conteúdos; d) Propicia a criação de novos ambientes comunicativos, mais interativos.

Essa possibilidade de democratização da comunicação e consequente amplificação das vozes cidadãs que a internet proporciona serve também para nos lembrar que, mesmo passadas três décadas das lutas históricas pela quebra da concentração dos meios de comunicação de massa no Brasil[2] em grandes grupos econômicos e sem pluralidade política, a situação de controle dos meios continua vigente e amplificada, pois se expandem para o domínio também na internet.

Os mesmos grupos dominam também os portais informativos na internet, além de outros mecanismos de produção e difusão de bens de entretenimento — da música ao audiovisual. A situação é ainda mais grave, pois acrescenta-se o domínio de outros quatro grandes grupos, também movidos pelos interesses do capital, que controlam não só os conteúdos que circulam na internet, mas as vidas das pessoas. É o caso dos grandes grupos (García Canclini, 2019) apelidados de GAFA (Google, Apple, Facebook e Amazon), que, na aparente neutralidade algorítmica, reformam o poder econômico-político e redefinem o sentido social — dos hábitos cotidianos ao significado do trabalho, ao consumo e à comunicação ou ao isolamento das pessoas.

O controle algoritmo exercido por esses e tantos outros grupos econômicos sobre nossos acessos e trânsitos na internet, e a apropriação dos dados dos usuários, fazem parte de uma política deliberada e incomplacente em favor de seus negócios. Algoritmos não têm ética, nem responsabilidade social, mas têm donos. Eles conduzem os usuários a publicidades que não pediram para ver. Movem a publicidade comercial automatizada que financia contas verdadeiras ou falsas que sustentam atores reais ou movidos por robôs difusores de informações inverídicas para manipular a opinião pública. Porém, essa manipulação vai além da publicidade e impacta cenários políticos,

---

2 Um marco importante foi criação, nos anos 1990, do FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Ver: http://fndc.org.br/forum/quem-somos/.

a exemplo do caso capitaneado pela Cambridge Analytica[3], que se apropriou de dados de 50 milhões de pessoas para ajudar na campanha eleitoral que elegeu Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, e em outras ações eletivas no mundo, que até resultou em sua extinção, tamanho o escândalo envolvendo, entre outros aspectos, a apropriação de dados de usuários cedidos pelo Facebook[4] para direcionar conteúdos manipulatórios de cunho ideológico-político.

Por outro lado, nesse contexto, e apesar de os movimentos sociais também sofrerem boicotes de postagens demandadas por algoritmos, a internet chega para romper barreiras e abrir novas perspectivas para reforçar as experiências de comunicação popular, comunitária e alternativa. As rádios comunitárias, que além do dial estão na internet, rompem, assim, os limites do alcance de suas transmissões. Os movimentos sociais criam seus próprios espaços na internet como sites e blogs, além de outros canais de relacionamento nas mídias sociais digitais para postagens de suas informações institucionais e de produções audiovisuais, fotos, boletins informativos e assim por diante. Os coletivos populares de comunicação — que existem às centenas no Brasil — tendem a desenvolver processos de comunicação local com seus públicos destinatários prioritários, mas também difundem conteúdos emancipatórios em canais criados nas mídias digitais, por exemplo o Coletivo Força Tururu, originário da região metropolitana da cidade do Recife, em Pernambuco, que atua na organização e ação coletivas nos bairros e tem seus canais ou perfis no YouTube e no Instagram, além de blog próprio[5].

---

3 Ver mais em: https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/01/09/cambridge-analytica-se-declara-culpada-por-uso-de-dados-do-facebook.ghtml e https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_de_dados_Facebook%E2%80%93Cambridge_Analytica

4 Vale a pena assistir ao documentário "Privacidade hackeada", disponível no *streaming* Netflix.

5 Ver mais em: http://coletivoforcatururu.blogspot.com/

Nessa perspectiva, a era digital, além de reforçar as experiências tradicionais de existentes da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, também possibilita criação de novos espaços de comunicação, exclusivamente on-line, que ajudam na ampliação do universo de iniciativas de comunicação cidadã. É o caso de WebTV (popular/comunitária) e de dezenas de iniciativas de jornalismo alternativo e jornalismo independente.

Mas, cabe lembrar que a potenciação da comunicação popular, comunitária e alternativa digital não significa que as formas comunicativas tradicionais tenham desaparecido. Elas continuam tendo vez devido a sua efetividade e alcance junto a populações especificas, embora sempre precisem se reinventar, como no caso da pandemia do coronavírus.

Nesse contexto, é ilusório considerar que todas as ações internas e externas que movem os movimentos sociais populares estão ou passem pela internet. Além de existir toda uma práxis (ação-reflexão-ação) que permanece no nível interno, a comunicação face a face e grupal, as faixas, o rádio de alto-falante — seja em postes ou em carro de som —, a rádio comunitária FM, o vídeo, as caminhadas de protesto etc. continuam em vigor, segundo a realidade de cada lugar. Entretanto, há outro aspecto a considerar, justamente relacionado às singularidades regionais. A pandemia ajudou a quebrar o "imaginário" de que a internet de boa qualidade está ao alcance de todos. Afinal, milhões de crianças ficaram sem aulas ou com aulas precárias por falta de internet, computador e até mesmo de um aparelho celular apropriado. Outras tantas tiveram que compartilhar o uso do celular, no mesmo turno de aulas, com irmãos e outros familiares. O antigo sistema de rádio no dial salvou situações desse tipo, quando as rádios comunitárias cederam espaços em suas programações para a transmissão de aulas por parte de professores e escolas diante da necessidade de distanciamento social e da precariedade do acesso à internet.

Na prática, existe a conjugação de uma diversidade de expressões comunicacionais em duplo sentido. Primeiro, pela confluência de diferentes formas e meios de comunicação — do presencial à radiodifusão, e desta ao digital. Segundo, porque dessa situação também decorre a geração de diversos matizes nos tipos e nos modos de funcionamento de meios de comunicação do campo popular. Essas práticas mexem também com os conceitos que requerem um olhar cuidadoso sobre o que permanece e o que se modifica, além de demandarem novas elaborações. Como disse Victor Marí Sáez (2018, p. 10), existe grande densidade de novidade, mas a sensação é de que

> [...] o velho ainda não terminou de morrer e que o novo, ainda não se cristalizou totalmente. Essa velha ideia gramasciana é um convite a estabelecer continuidades e descontinuidades entre as práticas e teorias comunicativas atuais e aquelas que foram parte da tradição do campo.

Em suma, a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa transita do presencial — da comunicação cara a cara e grupal à impressa, e da sonora e do audiovisual ao digital, em conformidade com a conjuntura de cada época. Isso significa que suas feições dependem das necessidades de comunicar que cada contexto constitui e depende também das condições reais existentes em termos operacionais, como o acesso às tecnologias, a capacidade econômica e de manuseio técnico, e do nível de organização e de mobilização comunitária.

Historicamente, privilegiou-se a comunicação dialógica face a face e os meios simples e artesanais porque eram esses que estavam ao alcance dos grupos populares em determinado momento, tanto por sua eficácia local como por questões tecnológicas e legais (leis impeditivas de uso do rádio e da televisão). Entretanto, os movimentos sociais sempre correram atrás das tecnologias emergentes em cada época. O videocassete revolucionou a comunicação popular nos anos

1970, uma vez possibilitado pelo videoteipe, que permitia gravar e reproduzir imagens e sons com equipamentos portáteis. O vídeo popular[6] (Santoro, 1989), especialmente nos formatos de documentários e TV de Rua, teve um papel importante na educação popular. Mais adiante surge a lei de Televisão a Cabo (8.977/1995), que institui canais de uso gratuito, entre eles os canais comunitários, obrigatoriamente destinados pelas operadoras a associações comunitárias, em todas as cidades em que realizam suas transmissões. Houve também uma luta muito grande até que se conquistou uma Lei (9.612/1998) que permitiu o funcionamento de rádios comunitárias em FM no Brasil. Mais tarde também se conquistou o Canal da Cidadania para uso civil partilhado nos municípios. Mas, a voz dos movimentos sociais entrou até no cinema ainda nas décadas de 1960 e 1970, como mostram os estudos de Marcos Correa (2016) sobre os filmes *Acidentes de Trabalho*, do cineasta Renato Tapajós, de 1977; *Braços Cruzados, Máquinas Paradas*, de Roberto Gerviz e Sergio Segall, de 1979; *Trabalhadores: Presente!*, de João Batista de Andrade, 1979; *Chapeleiros*, de Adrian Cooper, 1983, entre vários outros.

Atualmente, é a internet que possibilita uma infinidade de novas iniciativas comunicacionais, como já foi falado, com inúmeras vantagens, que geraram inclusive certo deslumbramento, uma fascinação que requer cuidados e criticidade. Ela não é onipresente, pois há limites até de acesso e de manuseio qualificado. Há o controle exercido pelas grandes corporações econômicas e grupos políticos de interesse que manejam os algoritmos segundo as lógicas de mercado e de seus interesses econômicos e político-ideológicos, os quais geram o impedimento do acesso universal aos conteúdos, uma vez condicionado em bolhas, além de financiarem através da publicidade automatizada, contas que alimentam a informação mentirosa

---

6 Existiu até a Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP), que reuniu produções audiovisuais de todo o país que circulavam mediante empréstimo ou cópias.

e a desinformação como forma de manipular a opinião pública. Há ainda, no caso dos movimentos sociais, o risco de predominar a tendência à individualização dos processos, afetando as dinâmicas coletivizadas inerentes aos movimentos sociais.

3. O LUGAR DA IMPRENSA ALTERNATIVA NA ATUALIDADE

Persistem as interrogações, feitas desde as últimas décadas do século XX, sobre o que é ou não mídia alternativa ou jornalismo independente, mas esse não será o foco principal de abordagem neste momento, pois a intenção é relacionar aspectos históricos da imprensa alternativa com suas manifestações atuais a fim de debater alguns desdobramentos relacionadas às distopias.

Apenas para situar, convém ressaltar que o termo alternativo é impreciso e amplo e vem sendo aplicado como guarda-chuva que dá sentido a diferentes produções comunicacionais (FERNANDES, 2019) diante dos meios de comunicação hegemônicos.

As expressões correlatas bastante usadas no debate acadêmico ajudam a indicar a abrangência do fenômeno e, ao mesmo tempo, refletem as distintas bases teóricas apropriadas, quais sejam: comunicação popular/comunitária (Peruzzo, 2004, 2008, 2009; Paiva, 2007; Miani, 2011), mídia comunitária (Carpentier, 2016), mídia alternativa (Atton; Hamilton, 2008; Meyers, 2008; Forde, 2011; Peruzzo, 2009; Carvalho, 2011), mídia radical (Downing, 2002), mídia contra hegemônica (Paiva, 2008; Moraes, 2008, 2010), mídia independente (Fígaro; Nonato, 2017; Muniz JR., 2016; Forde, 2011) e mídia cidadã (Rodrigues, 2001), entre outros.

As tentativas de respostas mais recentes, perante o contexto atual em que há uma efervescência ímpar de iniciativas de comunicação ditas alternativas, independentes ou autônomas, entre outras adjetivações, podem ser vistas nos estudos mencionados e ainda em Colodeti (2016), Fígaro, Pachi Filho e Nonato (2018), Fígaro (2018),

Pachi Filho, Souza e Moliani (2019), Haubrich (2017), Fernandes (2019) e Santiago (2016), entre outros[7].

A imprensa alternativa é um segmento da imprensa que se constitui em processos de comunicação eminentemente jornalísticos e que, no Brasil, historicamente, tem um caráter não alinhado aos padrões dos meios de comunicação convencionais — privados e públicos — nem aos governos e demais setores sintonizados com os interesses das classes dominantes. Não alinhado no sentido de que são independentes, pois não comungam das mesmas visões políticas e ideológicas desses atores, além de tecerem configurações diferenciadas do ponto de vista dos processos de produção de conteúdos, abordagens e, em geral, até mesmo dos assuntos pautados.

Como diz Gabriel Kaplún (2019, p. 73), "o 'alternativo' é sempre uma categoria relativa, que se constitui como um 'outro' frente ao hegemônico, ao qual se opõe ou o complementa [...]". O mesmo pode-se dizer para o independente. Assim sendo, são as configurações mais estruturais, organizativas, simbólicas e ideológico-políticas que ajudam a entender o alternativo e o independente, e não suas formas, seus suportes usados e suas linguagens.

Meyers (2008, p. 376) ajuda a entender essas dimensões ao enumerar quatro características do meio alternativo de comunicação: a) sua estrutura econômica se diferencia das grandes corporações; b) seu viés ideológico é vinculado a agendas radicais de grupos excluídos dos meios tradicionais; c) a autopercepção como diferentes ou opostos aos meios tradicionais de comunicação; e d) o desafio que faz a certos valores, normas e práticas do Jornalismo *mainstream*. A

---

7 Para abordagens sobre a imprensa alternativa em contextos anteriores e em segmentos específicos, ver: Simpson Grinberg (1981), Festa (1986), Kucinski (1991), Chinem (1995), Imprensa Alternativa (2005), Downing (2002), Vozes da Democracia (2006), Prudêncio (2006), Domingues (2007), Woitowicz (2008), Peruzzo (2008), Oliveira (2009), Coelho (2019), Barbosa (2019), Araújo (2019), Marcos (2021), Otre (2015) e Sarmento (2020).

essas características, em conformidade com a realidade brasileira, acrescento mais uma: a autonomia política, ideológica e econômica em relação aos governos e demais forças políticas alinhadas às classes dominantes. Portando, há um conjunto de fatores que ajudam a definir a alternatividade.

A imprensa alternativa teve um papel muito significativo nos anos 1960 e 1970 no Brasil. Mas, já antes de 1964 — ano do golpe militar — existiam jornais alternativos, por exemplo o *Binômio*[8], criado em 1952 em Minas Gerais, *A Peble*, 1917, e o *Novo Horizonte* (1946–1961), em São Paulo, entre dezenas de outros pasquins.

Durante a Ditadura Militar, se por um lado muitos jornais alternativos foram banidos, por outro, surgiram centenas deles em diferentes estados do Brasil (Kucinski, 1991), com claros aportes de enfrentamento à censura e com tratamento diferenciado da informação, desde a crítica social e política até os padrões culturais vigentes. Mas, a imprensa alternativa não é só coisa do passado. Houve uma recriação do jornalismo alternativo. Ele transcendeu de um contexto de vigência da Estado de Exceção durante a Ditadura Militar (1964–1985), em que a imprensa alternativa teve um importante papel na luta por democracia política e cultural, para outro momento, de mais liberdade, uma vez conquistada a democracia com a promulgação da Constituição de 1988, em que suas pautas cidadãs e os protagonistas se ampliaram.

Nos anos 1960 e 70 e início dos 80, ficou bem visível o papel de denúncia e de leitura crítica da realidade política, econômica e social por parte da imprensa alternativa (Kucisnki, 1991; Chinem, 1995; Barbosa, 2019), a exemplo dos famosos jornais, tais como *Movimento, Posição, Opinião, Versus, Em Tempo, Pif Paf* e *Pasquim*, também existiram aqueles reivindicativos de direitos de determinados segmentos sociais, por exemplo os jornais alternativos negros (*Jonegro, Africus,*

---

8 Ver mais em: https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2015/10/27/o-binomio-um-jornal-alternativo-nas-minas-gerais/.

Pixaim, Negô), feministas (*Mulherio, Nós Mulheres)*, lésbicos (*Iamuricumá, ChanaComChana*), gays (*Lampião da Esquina, Gente Gay*), jornais operários (*Tribuna Metalúrgica, O Berro*) etc.

Mas além dos jornais alternativos de referência, hoje catalogados ou referenciados como documentos históricos em diferentes sítios na internet, existiram também dezenas de pequenos jornais alternativos, os boletins informativos, panfletos etc. produzidos pelos movimentos populares e sindicais nos anos 1970 e 80, que também têm sua memória preservada, contendo cerca de 100 mil documentos, pelo Centro de Documentação e Pesquisa[9], antigo CVP (Centro de Pastoral Vergueiro) (Valim, 2020), atualmente transferida para o *Arquivo Edgard Leuenroth* da Universidade Estadual Paulista (Unicamp), em Campinas, estado de São Paulo.

Uma segunda dimensão da recriação da imprensa alternativa pode ser identificada no movimento recente de enorme ampliação do escopo das mídias alternativas e as independentes. Estas transcendem do impresso, como principal suporte, para o audiovisual e o digital. Transcendem dos boletins e jornais aos portais digitais. Transcendem também em diversos intentos temáticos específicos e em práticas organizativas e operativas inovadoras, como a autossustentabilidade, o relacionamento operacional remoto, horizontalidade e/ou financiamento colaborativo.

Com a ampliação crescente do acesso à internet na segunda década do século XXI, desenvolveram-se centenas de iniciativas de meios alternativos e/ou independentes. Ou seja, são criados jornais, blogs, plataformas digitais colaborativas, revistas alternativas, portais independentes, fanzines virtuais, audiovisuais, podcasts, canais e perfis nas mídias sociais digitais, redes em aplicativos etc. que produzem e difundem conteúdos diferenciados dos da grande imprensa e dos portais das corporações midiáticas, além de serem distintos daqueles dirigidos ou cooptados por atores alinhados a forças políticas

9 Ver mais em: http://www.cpvsp.org.br/

extremistas e/ou governamentais. Portanto, reporta-se ao universo de iniciativas do midiativismo (Braighi; Lessa; Câmara, 2018) crítico-cívico de cunho progressista. Aquelas que prezam a democratização dos meios de comunicação e da sociedade a bem do interesse público, defesa dos direitos humanos, da igualdade e da diversidade, respeito ao meio ambiente e da ética universal como bem público de interesse das maiorias. São centenas de iniciativas, a exemplo do *Mídia Ninja*, *Ponte Jornalismo* e *Alma Preta,* e podem ser consultadas no *Mapa do Jornalismo Independente*[10], levantamento interativo de experiências que nasceram na rede e são ligadas a projetos coletivos, idealizado pela Agência Pública.

4. UTOPIA CONTRA DISTOPIA NAS REDES E SITES DE MÍDIA DIGITAL

No universo da comunicação cívica progressista, em especial no âmbito dos movimentos sociais populares, opera-se com a utopia, no sentido de uma desejável sociedade com justiça social, bem-estar para todos e convivência pacífica mesmo entre diferentes.

Desde Thomas More (1478–1535), a utopia é vista como algo ainda sem lugar ou impossível de se realizar (More, [1516] 2004), mas ela também tem sido ressignificada como uma possibilidade, como sinônimo de esperança (Freire, 1976, 1997), mas do verbo esperançar, e não esperar. Esperançar é construir, levar adiante. "Não há esperança na pura espera. [...] A desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo. [...] enquanto necessidade histórica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude história" (Freire, 1997, p. 5). Portanto, esperança remete ao sonho, assim como ato político e conotação histórico-social remetem à utopia.

10 Ver mais em: https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/.

> Não há utopia verdadeira fora da tensão entre denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica em denúncia e anúncio. [...] A nova experiência do sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (Freire, 1997, p. 47).

Nesse sentido, utopia pode ser vista como uma construção simbólica para o futuro e que inspira a presença humana transformadora no mundo. Iniciada por uns e continuada por outros... porque o processo é longo e ocorre em ambientes controversos. A possibilidade de transformação social pode ser percebida na posição filosófica e epistemológica de Paulo Freire (1981), porque ele situa sua proposta de educação libertadora na realidade brasileira concreta vivida pelos oprimidos e acredita na capacidade humana de ser sujeito, e que pela conscientização, que é embalada pelo diálogo, age para construir um mundo melhor.

Na perspectiva da comunicação popular, comunitária e alternativa, os sentidos da utopia se concretizam na dialética entre o simbólico voltado ao futuro e o mundo real. No nível simbólico opera-se com a utopia da igualdade, respeito pleno às diferenças e de cidadania para todos, mas não como algo irrealizável, e sim como passível de ser conquistado. Do contrário, os movimentos sociais populares nem se constituiriam, pois as pessoas se organizam para lutar por seus direitos na expectativa de conquistá-los. A utopia está também no nível do real porque existem milhares de iniciativas de organização popular e comunitária — às quais a comunicação popular se interconecta, e que, de algum modo, ajudam a transformar a realidade de opressão de jovens, crianças e adultos, e o meio social e natural de vida em favor da civilidade planetária. São transformações em pequena escala, é verdade, mas que ao se transformarem e se multiplicarem em diferentes e muitos territórios da vida concreta, tornam-se gigantes. Ou

seja, a utopia também se reveste de concretitude em práticas da educação e comunicação libertadoras na América Latina.

Em outros termos, a utopia eleva-se a algo realizável ao inspirar o agir humano no sentido de práxis sociais transformadoras, no lento passo a passo histórico, mesmo que sofra reveses de movimento contrário, ou seja, de sua negação, motivada por diferentes fatores. Essa talvez seja uma das razões do porquê a utopia não morrer, pois ao se concretizar, mesmo que timidamente, ela alimenta a própria utopia, como de uma sociedade justa e livre. Entretanto, essa utopia também possui reações contrárias, a antiutopia. O "movimento" distópico atual no Brasil chega a ridicularizar a utopia e as lutas sociais que se relacionam a ela, como a defesa da vida, dos direitos humanos, do cuidado com o meio ambiente e da substantividade do Ser.

Na realidade atual, democratizou-se o acesso generalizado das pessoas aos canais de participação dos ambientes interativos que a internet proporciona, na perspectiva de todos para todos — que foi uma "utopia" em parte realizada. Mas, a arena de participação cívica democrática — idealizada — transformou-se, em especial na fase do bolsonarismo[11] no Brasil, em arena de discórdia, de abuso de liberdade de opinião, do incentivo à violência, da disseminação de informação falsa, inclusive contra a saúde pública, propagação do ódio, da difamação, da injúria e da calúnia. Tudo é feito sob a alegação de liberdade de expressão, mas esse preceito — altamente necessário às democracias — não se aplica quando os atos caracterizam crimes previstos em leis (Código Penal, Código Civil etc.), na Constituição do Brasil e em convenções internacionais, como é o caso de narrativas racistas, preconceituosas[12], xenofóbicas, homofóbicas e misóginas, e a difusão de conteúdo falso, calunioso e difamatório, como atestam algumas das mídias bolsonaristas, neonazistas e similares às vezes até chamadas de "alternativas" ou "independentes".

---

11 Em referência ao período do governo Jair Bolsonaro (2019–2022).

12 Até em relação a pobres, local de procedência, pessoas com deficiência e com características físicas como cor da pele, peso e idade.

Nada há de alternativo libertário, nem de cívico em manifestações desse tipo de ativismo midiático que usa suportes tecnológicos tradicionais e modernos. O midiativismo libertário é movido pela transgressão (Jordan, 2002), mas de causas cívicas e de interesse coletivo. Outros midiativismos podem ser radicais (Downing, 2002), assim como o libertário é, mas não condizem à experiência histórica da alternatividade.

A discriminação, tal como apontada anteriormente, é crime, pois fere a Constituição brasileira e outras leis, portanto não está amparada pela liberdade de expressão também prevista legalmente. A concepção de civilidade (Veira, 2000) corresponde a valores máximos de uma sociedade na ordem do interesse público, dos deveres para com o todo e da responsabilidade pelo bem-estar coletivo. Em outras palavras, a justificativa dada a atos e postagens de discursos difamatórios, mentirosos, de ódio, preconceituosos, anticonstitucionais, de apologia à violência e até ao crime, como sendo resguardados pela "liberdade de expressão" — garantida pela Constituição do Brasil — não tem validade jurídica, pois manifestações desse tipo entram em choque com a própria Constituição e outras leis que vedam a discriminação de qualquer natureza e os tipificam como crimes. A Constituição também proíbe o anonimato e a difusão de informação e atos contrários à saúde pública, como ocorreu por parte desses grupos na pandemia de SARS-CoV-2. Portanto, ações desse tipo são criminosas e não estão protegidas pela liberdade de expressão. O direito à liberdade de expressão é uma conquista fundamental a ser preservada e exercida, mas é um direito que não pode ser confundido com a vontade própria de violar direitos e de romper regras do legado jurídico.

A antiutopia tem estado em alta nos últimos anos no Brasil, principalmente a partir de 2018, com a ascensão política do bolsonarismo. A cultura do ódio e todo um discurso discriminador são disseminados mais às claras e com grande presença das redes sociais digitais, mas que se elevou ao âmbito de política de governo (2019–2022). Trata-se de uma antiutopia, que não é puramente cultural e ideológica. Ela carrega também interesses pessoais e motivações político-partidárias

e econômico-financeiras. Adeptos e seguidores do bolsonarismo querem desinformar a opinião pública para manter seu domínio político. Querem faturar muito dinheiro manipulando canais e perfis digitais que disseminam informações falsas, amplamente chamadas de fake news, e valores discriminatórios e reacionários. Por de trás, além dos interesses políticos há os econômicos. Contas reais ou falsas são monetizadas, pois estão no circuito da publicidade automatizada, a partir de cliques e likes, nos sistemas das empresas dos meios digitais.

Em junho de 2021, a *BBC News* publicou matéria informando que investigações da Política Federal e da Procuradoria Geral da República revelaram que 12 canais bolsonaristas de apoiadores de Jair Bolsonaro ganharam R$ 4,2 milhões no YouTube, de junho de 2018 a maio de 2020 (Magenta; Schreiber, 2021). Essas mesmas investigações, abertas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre os atos antidemocráticos no Brasil revelaram como youtubers bolsonaristas ganham R$ 100 mil mensais com informações privilegiadas do Planalto (Camporez; Pires; Moura, 2020). Canais que pregaram o golpe de Estado nos primeiros meses de 2021 teriam lucrado milhões de reais com esse tipo de remuneração.

Na sua gênese, a imprensa alternativa não visa ao lucro, além de ser motivada pela alteridade (Arruda, 2002; Bassi, 2021). O que não significa que não possa arrecadar recursos financeiros para sua sobrevivência. Então, não é coerente classificar conteúdos falsos, distorcidos e cheios de ódio contra pessoas, conteúdos inconstitucionais, conteúdos contra valores humanitários e cristãos, nem os canais dessa mesma índole, tais como portais, blogs, jornais e perfis em mídias digitais e redes de aplicativos como alternativos. Por que não? Porque situam-se alinhados ao circuito do poder político governamental constituído em determinado momento no Brasil e, ainda, porque são movidos por interesses econômicos em nome de posições ideológicas e políticas reacionárias extremistas e antidemocráticas. Ou daria para considerar o canal "Terça Livre", a "Folha Pública", o "Jornal da Cidade Online" ou o "Brasil Paralelo" como meios alternativos?

Em suma, as rebeldias nas comunicações são de diferentes índoles, podem ser libertárias ou fascistas, e, como tal, requerem tratamento diferenciado. Razão pela qual a categoria "mídia radical", de John Downing (2002), parece ser abrangente o suficiente para abrigar essa diversidade midiativista contemporânea.

Por outro lado, não convém confundir todo e qualquer jornal independente[13] ou autônomo, portal noticioso ou canal em mídias digitais com linha editorial progressista como sendo alternativos. Essa seria uma simplificação. Existem muitos meios de comunicação independentes com espírito público diligente, mas que não são e não se reconhecem como alternativos. Afinal, o alternativo atesta certas características constitutivas da alternatividade como suas estruturas operativas e econômicas, autonomia em relação às instituições, corporações midiáticas e governos, além de carregar uma conotação de caráter libertário e humanista, uma perspectiva cidadã de caráter público abnegativo que não pode ser confundido com qualquer manifestação midiática situada fora do circuito midiático hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa cumpre um papel importante no caminhar da construção de um mundo que garanta direitos e deveres igualitários, respeitadas as diferenças, das pessoas num processo civilizatório em que o interesse público prevaleça sobre os demais interesses. Sua existência é marcada por uma diversidade de expressões que, por vezes, assumem mais a cara de comunitário e outras de alternativo ou independente, mas que não se confundem com iniciativas, por vezes chamadas de "alternativas"

13 Há, ainda, a ressalva de que o independente, assim como o alternativo, é de caráter relacional, portanto, dependem de cada contexto e das relações internas e externas que estabelecem.

ou "independentes" porque, mesmo sendo radicais, são de caráter fascista e contra os valores cívicos.

Há que se perceber ainda que o discurso de ódio e preconceituoso, bem como a apropriação de dados das pessoas pelos gigantes da internet, mesmo que consentidos, para fins estatísticos ou uso com propósitos manipulatórios — econômicos ou político-ideológicos —, ferem os direitos da pessoa, direitos inerentes ao ser humano e que são universais, e também violam os direitos de cidadania, aqueles garantidos pelo Estado e pela ordem jurídica instituída.

Mais do que nunca se faz necessário combater a naturalização dos abusos verbais, escritos, gestuais e imagéticos tornados públicos através de tecnologias desenvolvidas para servir a humanidade rumo à civilidade, não contra ela.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V.T. de. **Imprensa negra na internet**: enquadramentos dos conteúdos produzidos pelos sites Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

ATTON, C.; HAMILTON, J. F. **Alternative Journalism**. London: Sage Publications, 2008.

BARBOSA, P. E. S. **Trajetória da imprensa lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)pensar o jornalismo. 2019. 292 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

BASSI, I. G. **Gandhi, Mandela e Luther King**. As autonarrativas e o diálogo por direitos humanos. Florianópolis: Insular, 2021.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles. **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP, São Bernardo do Campo, n. 6, p. 5-35. set. 1981.

BRAIGHI, A. A.; LESSA, C.H.; CÂMARA, M.T. (org.). **Interfaces do midiativismo**: do conceito à prática. Belo Horizonte: CETEF-MG, 2018.

CAMPOREZ, P.; PIRES, B.; MOURA, R.M. Como youtubers bolsonaristas ganham R$ 100 mil mensais com informações privilegiadas do Planalto. **Estadão**, São Paulo, 4 dez. 2020. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,como-youtubers-bolsonaristas-ganham-r-100-mil-mensais-com-informacoes-privilegiadas-do--planalto,70003539302. Acesso em: 5 jan. 2021.

CARPENTIER, N. Community media as rhizome. **Journal of Alternative and Community Media**, v. 1, n. 1, p. 4-6, 2016.

CARVALHO, G. Jornalismo Alternativo na era digital: reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, ECA-USP, a. 2, v. 2, n. 4, p. 126-142, jul./dez. 2011.

CHINEM, R. **Imprensa Alternativa** - jornalismo de nomenclatura e inovação. São Paulo: Ática, 1995.

COELHO, H.M.de S. **Jornal sem patrão:** o Preto no Branco no enfrentamento da ditadura militar. 2019. 255 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

COLODETI, E. **Jornalismo alternativo para o século XXI:** um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CORRÊA, M. **Filmar operários**. O registro e ação política de cineastas durante a ditadura militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2016.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo,** Niterói, UFF, v. 23, p. 100-122, 2007.

DOWNING, J.D.H. **Mídia Radical**: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FERNANDES, K. B. **Informação e engajamento político**: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal. 2019. 340 p. Tese (Doutorado em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade) – Universidade do Minho, Braga, 2019.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da. (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.

FÍGARO, R.; NONATO, C. Novos 'arranjos econômicos' alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea**: Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, Ufba, v. 15, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2017.

FÍGARO, R.; PACHI FILHO, F.; NONATO, C. Relações de Comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. **Líbero,** São Paulo, a. XXI, n. 41, p. 100-115, jan./jun. 2018.

FÍGARO, R. (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho – ECA-USP, 2018.

Disponível em: https://comunicacaoetrabalho.eca.usp.br/publicacoes_cpct/as-relacoes-de-comunicacao-e-as-condicoes-de-producao-no-trabalho-de-jornalistas-em-arranjos-economicos-alternativos-as-corporacoes-de-midia-2/. Acesso em: 6 dez. 2023.

FORDE, S. **Challenging The News:** the journalism of alternative and community Media. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1992] 1997.

GARCÍA CANCLINI, N. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara: Centro de Estudos Avançados da América Latina Maria Sibylla Merian (CALAS)/Bielefeld Univetsisty Press/Editorial Universidad Guadalajara, 2019.

GOHN, M. da G. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGS. **Revista Nómadas**, Bogotá, Universidad Central, n. 20, p. 149-150, 2004. Disponível em: http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/textos/GOHN.%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20_%20Sociedade%20Civil%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

GOMES, P. G. **O jornalismo alternativo no projeto popular.** São Paulo: Paulinas, 1990.

HAUBRICH, A. **Mídias Alternativas:** a palavra da rebeldia. Florianópolis: Insular, 2017.

HARLOW, S. Losing focus: goal displacement at an alternative newspaper in El Salvador. **Media Culture & Society**, a. 37, n. 8, p. 1119-1137, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0163443715591665. Acesso em: 1 dez. 2023.

IMPRENSA ALTERNATIVA: apogeu, queda e novos caminhos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2005. (Cadernos da Comunicação. Série Memória; v. 13).

JORDAN, T. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books, 2002.

KAPLÚN, G. La comunicación alternativa entre lo digital y l decolonial. Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, CIESPAL, n. 141, p. 75-94, ago./nov. 2019.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários.** São Paulo: Scritta/Página Aberta, 1991.

MAGENTA, M.; SCHREIBER, M. Canais bolsonaristas investigados ganharam R$ 4 milhões no YouTube, calcula PGR. **BBC News ComComuni,** 8 jun. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57404691. Acesso em: 1 dez. 2023.

MARCOS, P. S. M. P. **Comunicação contra-hegemônica com perspectiva emancipatória**: experiências argentinas e brasileiras

no século XXI. 2021. 594 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2021.

MARÍ SÁEZ, V. Sobre o conceito de desborde aplicado a las práticas contemporáneas de comunicación social transformadora. *In:* MARÍ SÁES, V.; CEBALLOS CASTRO, G. (coord.). **Desbordes comunicativos**: comunicación, ciudadanía y transformación social. Madrid: Editorial Fragua, 2018. p. 9-27.

MEYERS, O. Contextualizing Alternative Journalism: Haolam Hazeh and the irth of critical Israeli newsmaking. **Journalism Studies**, a. 9, n. 3, p. 374-391, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14616700801999170. Acesso em: 1 dez. 2023.

MIANI, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **InTexto,** Porto Alegre, UFRGS, n. 25, p. 221-233, dez. 2011.

MORAES, D. de. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. *In*: COUTINHO, E. G. (org.). **Comunicação e contra- hegemônica.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. p. 39-64.

MORAES, D.de. Comunicação, hegemonia e contra hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Debates**, UFRGS, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORE, T. **Utopia/Thomas More.** Tradução de Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1516] 2004.

MUNIZ JR., J. de S. Os sentidos sociais da produção cultural independente: usos e abusos de uma noção instável. **Parágrafo**, v. 4, n. 1, p.

106-117, 2016. Disponível em: http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/366/391. Acesso em: 1 dez. 2023.

OLIVEIRA, D. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 7., USP, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, USP, nov. 2009.

OTRE, M.A. C. **Comunicação popular, alternativa e comunitária**: um olhar sobre 40 anos de pesquisas no Brasil. São Paulo: Fundação J.Kubitschek, 2016.

PAIVA, R. Para reinterpretar a comunicação comunitária. *In*: PAIVA. R. (org.). **O retorno da comunidade:** os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 133-148.

PAIVA, R. Contra-mídia-hegemônica. *In*: COUTINHO, E.G. (org.). **Comunicação e contra-hegemônica.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008. p. 163-174.

PACHI FILHO, F.F.; SOUZA, R. B. de; MOLIANI, J.A. Os conceitos diferenciados de comunicação e jornalismo alternativos e o mapeamento da produção acadêmica brasileira recente. **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP, São Bernardo do Campo, v. 41, n. 2, p. 5-28, 2019.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares.** A participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra Clave**: Revista da Facultad de Comunicación, Cundinamarca/Colombia, Universidad de la Sabana, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PRUDENCIO, K. C. S. **Mídia ativista.** A comunicação dos movimentos por justiça global na internet. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RODRIGUEZ, C. **Fissures in the Mediascape**: An International Study of Citizens' Media. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2001.

SANTINI, R. M. A indústria da desinformação: fábricas de mentiras, ad-techs e as novas formas de resistência. *In*: PRATA, N.; PESSOA, S.C.; ANDRADE, I.H.de (org.). **Um mundo e muitas vozes**: da utopia à distopia? São Paulo: Intercom, 2021. p. 122-133.

SANTIAGO, C. G. **Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016.

SANTORO, L.F. **A imagem nas mãos** – o vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

SARMENTO, P.B. **Duas décadas de resistência:** o jornalismo autoenunciado independente do digital século diário contra silenciamentos no Espírito Santo. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2020.

SIMPSON GRINBERG, M. (org.). **Comunicación alternativa y cambio social en América Latina.** Ciudad de México: UNAM, 1981.

VALIM, A. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil**: décadas 1970/1980. Rio de Janeiro: NPC/CPV, 2020.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização.** 4. ed. São Paulo: Record, 2000.

VOZES da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

WOITOWICZ, K. J. (org.). **Recortes da mídia alternativa:** histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008.

Capítulo 4

Matrizes epistemológicas da Comunicação Popular e Comunitária[1]

RESUMO

Discussão sobre as bases epistemológicas que deram origem aos conceitos de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na América Latina, a partir da segunda metade do século XX. O objetivo é identificar os pressupostos epistemológicos que nortearam a concepção teórica dessa subárea da Comunicação. O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica e em observação assistemática de iniciativas de comunicação desenvolvidas por movimentos e organizações sociais e coletivos populares. Conclui-se que as matrizes teóricas dessa

1 Versão atualizada e ampliada do artigo com o mesmo título originalmente publicado no livro *Reinvidicar el cambio: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía*, organizado por Washington Uranga e Sandra Meléndez-Labrador, Buenos Aires, Huvaiti Ediocnes/ALAIC, 2022. p. 21-39.

comunicação apontam para uma posição epistêmica, enquanto sistema de pensamento, voltada à transformação social das estruturas injustas, sejam elas as econômicas e políticas ou aquelas ideológicas que instituem e reproduzem modos culturais de opressão, além de ser defensora da autonomia e sintonizada com a educação popular informal e não formal voltadas à ampliação da cidadania.

Palavras-chave: Comunicação popular; Epistemologia; Comunitarismo; Participação; Pedagogia da comunicação.

INTRODUÇÃO

Neste capítulo discutem-se as bases epistemológicas que deram origem aos conceitos de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa na América Latina a partir da segunda metade do século XX. O objetivo é identificar os pressupostos epistemológicos que nortearam a concepção teórica dessa subárea da Comunicação Social. Do ponto de vista metodológico, trata-se de pesquisa bibliográfica com abordagem teórica de caráter ensaístico que se baseia na relação teoria e prática a partir de observação assistemática de iniciativas comunicacionais de organizações e movimentos sociais populares.

A concepção de Comunicação Popular na América Latina é diferente de como seria entendida em países de outros continentes, pois se refere à comunicação que ocorre no contexto de movimentos sociais, comunidades e organizações congêneres dos setores subalternizados em suas lutas emancipatórias.

A expressão Comunicação Popular — ou Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa — é tomada como categoria abrangente, da qual derivam denominações como comunicação comunitária, participativa, dialógica, horizontal, alternativa, radical e outros adjetivos

similares, porém com matizes um tanto distintos[2] que se constituem no percurso histórico. Essa situação resulta em especificidades devido aos contextos e às práticas sociais singulares, conforme o tipo de atores envolvidos e os interesses em jogo, além de haver influência da base conceitual que serve de inspiração ou fundamento para a práxis[3].

1. A CATEGORIA COMUNICAÇÃO POPULAR

A expressão Comunicação Popular, que também tem sido reportada como Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, distingue-se como categoria macro para designar os processos comunicacionais desenvolvidos no contexto de movimentos sociais, comunidades e demais organizações associativas populares sem fins lucrativos nas lutas por melhores condições de existência e por participação política. Nessa acepção, a Comunicação Popular, desde suas origens na América Latina, deriva da palavra "povo", tomando-o como classe subalterna, não no seu todo, mas a partir dos seus segmentos conscientizados[4] e mobilizados em torno de uma práxis transformadora cidadã. Portanto, a noção de Comunicação Popular na América Latina, ao possuir esse significado, distancia-se de noções convencionais de popular tanto na Língua Portuguesa quanto na Língua

---

2 As distinções rígidas não são pertinentes tendo em vista as interfaces existentes nas práticas sociais. Ou seja, às vezes, mesmo sendo denominada de comunitária ou de alternativa, persistem características do popular.

3 Sobre aproximações e diferenças entre essas denominações, ver Peruzzo (2008, 2009).

4 Essa noção de "povo" tem a ver com uma visão presente nos movimentos sociais dos anos 1970 e 80 no Brasil que incorporam ensinamentos de Paulo Freire quanto à necessidade de conscientização das "massas" e do diálogo. Entre seus registros, Freire (1981, p. 120) relata a politização de um ex-analfabeto de Angicos (CE) nos anos 1960, que, em discurso diante do então presidente da República João Goulart (1961–1964), disse que já "não era massa, mas povo", pois já sabia ler palavras e a realidade.

Inglesa, em que a palavra popular remete à notoriedade ou a algo acessível, afamado, popularesco, vulgar ou simplório, o que não tem nada a ver com a noção de popular nos movimentos sociais. Estes ressignificam a palavra popular tanto no sentido de classe como de uma comunicação horizontal e feita pelo povo.

Mas o uso do termo popular, mesmo no referido contexto e como derivado de povo, é também bastante controverso, pois não garante significado uníssono, até porque "povo" pode ser interpretado de modos distintos (Wanderley, 1979), além de o adjetivo "popular" acoplado à comunicação comportar diferentes noções, como de "popular massivo" e "popular folclórico", além do "popular alternativo" (Peruzzo, 2004). Acrescenta-se que os "populares" massivo e folclórico podem ter faces de resistência popular dependendo dos atores e do momento histórico.

> O 'popular' não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras (Chartier, 1995, p. 184).

Como explica González (2016, p. 74), o adjetivo "popular" não é imputável a qualquer fenômeno simbólico oriundo da população, pois "o popular de um fenômeno deve se estudar como um fato social com uma específica historicidade, posto que a noção povo = classes subalternas é uma variável histórica e não natural. Por isso, o que em uma época foi popular, bem poderia em outra não ser".

Desse modo, se o popular remete a uma relação social historicamente determinada, faz todo sentido que a comunicação popular dos anos 1970 e 80 tivesse o caráter classista que teve, pois foi um momento histórico de resistência das classes populares e de "combate" subjetivo à ordem autoritária estabelecida. Hoje em dia não existe a

união dos setores populares que então se configurava, nem a definição clara de um polo opressor a ser contestado.

A Comunicação Popular representou — e ainda representa — a voz dos segmentos organizados da sociedade civil como contracomunicação em relação aos meios de comunicação convencionais comerciais e público-governamentais, com suas lógicas de mercado voltadas ao lucro ou à política governamental. Ainda mais, quando esses meios estão sob censura em contextos de regimes autoritários, como foi, por exemplo, durante as ditaduras militares na América Latina, que deixaram de existir apenas nas últimas décadas do século XX.

Com a redemocratização da sociedade brasileira e o surgimento de novas configurações das tecnologias de comunicação e informação, da práxis da Comunicação Popular emanam vertentes comunicacionais que geram iniciativas distintas (Peruzzo, 2008, 2009), em especial nos âmbitos do comunitário[5] e do alternativo[6], cujos matizes serão abordados mais adiante. Contudo, nas diferenças também há congruências entre distintas iniciativas quando revelam ter em comum a busca por mudança nas realidades opressoras da condição humana e impedidoras da liberdade de expressão dos setores organizados das classes subalternizadas alijados do poder de empoderarem-se em pé de igualdade dos meios de comunicação social.

---

5 A comunicação comunitária ganha um brio próprio ao derivar das lutas populares e ampliar seu raio de ação, principalmente, por meio das rádios comunitárias, num primeiro momento funcionando como rádios livres, no Brasil, pois não tinham autorização para funcionar, e mais tarde legalizadas diante da conquista da lei de radiodifusão de baixa potência (Lei 9.612/1998).

6 O jornalismo alternativo se recria, com a democratização do acesso à internet, constituindo inúmeras e diferentes propostas editoriais. Mas, no segmento imprensa alternativa, a experiência histórica brasileira é ampla e não se restringe aos jornais alternativos mais expressivos, tais como o *Pif Paf*, *Movimento, Pasquim* etc., porque no nível dos movimentos populares também se usou muito o pequeno jornal alternativo, em geral artesanalmente confeccionado.

A Comunicação Popular, como categoria conceitual macro, faz jus a sua historicidade, porque na América Latina o fenômeno nasce como comunicação popular, mas foi recebendo distintas denominações, como alternativa, participativa, horizontal, dialógica, educativa, comunitária ou contra-hegemônica, em conformidade com as bases conceituais de sustentação e realidades que lhe são constituintes. Essas distintas denominações remetem às práticas sociais historicamente situadas e à fundamentação teórica, com clara influência de Paulo Freire em outros autores latinos do campo da Comunicação, como Mário Kaplún, Juan Diaz Bordenave, Luis Ramiro Beltrán, Daniel Prietto Castillo, Jesús Martinez Terrero, entre outros, e seus continuadores, e na militância, como indicam as palavras educativo, participativa, horizontal e dialógica. Mas, numa visão de conjunto, a comunicação popular, comunitária e alternativa caracteriza a comunicação dos movimentos sociais e de comunidades, ou uma "outra comunicação", como disse Mário Kaplún (1985) já nos anos 1980. É a comunicação do "povo", tomado pelo ângulo dos segmentos das classes subalternizadas conscientemente organizados, quando adquirem capacidade de discernir sobre suas condições de estar no mundo (Freire, 1981) e de seus direitos de cidadania (Vieira, 2000; Bobbio, 1992) e se organizam para denunciar, reivindicar, agir concretamente e conquistar respostas às suas demandas, tanto em termos de melhor qualidade de vida e respeito aos direitos humanos quanto aos demais direitos de cidadania, incluindo o de participação política.

Apesar de movimentos dessa natureza ocorrerem ao longo da história, aqui se aborda o fenômeno comunicacional constituído no Brasil e em outros países da América Latina desde o final da década de 1970, e que acontece no contexto dos referidos atores coletivos, quando se constituem em formas de resistência às ditaduras militares, e posteriores a elas, para fazerem frente às demandas por ampliação da cidadania.

Nessa perspectiva, essa visão de conjunto se justifica ainda pelo fato de, nas práticas sociais, nem sempre existirem fronteiras rígidas

demarcadas entre comunicação popular, comunitária e alternativa em razão das interfaces existentes, pois, mesmo sendo denominada de comunitária ou de alternativa, pode carregar características do popular enquanto categoria abrangente. A exceção é a mídia alternativa recente, que há umas três décadas vem assumindo características mais específicas[7], em especial ao se manifestar como segmento da *imprensa* alternativa. Mas, convém não esquecer que o aparecimento da *comunicação* alternativa, no bojo do conceito amplo de Comunicação Popular, deve-se à evidência da presença, desde os anos 1970, de formas alternativas de comunicação, tais como o teatro popular, a poesia, o disco, o autofalante, os audiovisuais (programas de rádio, TV de Rua, videodocumentário), os pequenos jornais alternativos e fanzines no âmbito dos movimentos populares e associações comunitárias, portanto, confluentes à comunicação popular. Por outro lado, com o espraiamento de iniciativas dessa comunicação de resistência, nas últimas décadas outras denominações foram ganhando repercussão, como a de comunicação comunitária, cuja linha definidora é tênue, o que recomenda o uso da expressão Comunicação Popular e Comunitária quando se pretende dar uma visão de conjunto que melhor dê conta da realidade.

2. AS MATRIZES EPISTEMOLÓGICAS DA COMUNICAÇÃO POPULAR

O ponto de partida para identificar as matrizes epistemológicas da Comunicação Popular, no recorte temporal feito para este estudo, é sua origem histórica. Em alguns países da América Latina, especificamente no Brasil, as ditaduras militares foram marcos históricos que funcionaram como "divisor de água", pois houve uma ruptura radical das formas de organização sociocomunitárias e de participação política democrática. Houve a instituição da censura aos meios de comunicação

7 Ver Peruzzo (2009).

e de formas de opressão, vigilância, controle e punição aos insurgentes — com prisão, morte ou exílio —, sobre os modos de se viver na sociedade, o que perdurou durante todo o período de vigência das ditaduras militares que, no caso do Brasil, foi de 1964 a 1985. Desse modo, a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa dessa época foi configurada publicamente no final da década de 1970, ainda antes do fim da ditadura, em seu período de "abertura política lenta, gradual e segura" permitida no governo do General Ernesto Geisel (1974–1979) e continuada pelos sucessores. É nesse contexto que se origina a Comunicação Popular, o que não significa que não existia antes[8]. Ela surge no contexto da (re)constituição de formas de conscientização-organização-ação de movimentos populares e organizações congêneres nos anos de 1970 e 1980, no Brasil e na América Latina, e seguem se recriando nos anos subsequentes (Bordenave, 1983; Bunge [1980] 2002; Festa, 1986; Peruzzo, 2004). Estes criam formas alternativas de comunicação que funcionam como canais de informação, meios de expressão, além da comunicação direta face a face e grupal, importantes na coordenação de ações e em todo o processo de lutas por direitos de cidadania, então total ou parcialmente negados. Essa comunicação

> [...] não se caracteriza como um tipo qualquer de mídia, mas como um processo de comunicação que emerge da ação dos grupos populares. Essa ação tem caráter mobilizador coletivo na figura dos movimentos e organizações populares, que perpassa e é perpassada por canais próprios de comunicação (Peruzzo, 2008, p. 2).

---

8 O recorte deste texto refere-se ao período pós-ruptura institucional com a instauração do Estado autoritário da Ditadura Militar. Mas, a comunicação de segmentos populares organizados existiu em abundância no contexto das reformas reclamadas pela sociedade ainda no governo João Goulart, e mesmo antes deste. Que o diga o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 (Wanderley, 1984), e a imprensa operária anarquista (Ferreira, 1988), ainda nas primeiras décadas no século XX.

Na América Latina, "a comunicação sempre foi *outra coisa*: um assunto não somente de meios ou tecnologias, mas de processos, práticas e experiências de cultura; mais do que jornalismo ou meios, comunicação" (Rincon, 2018, p. 66).

Do ponto de vista conceitual, a comunicação popular enfatizada neste texto foi definida "como comunicação do povo oprimido que se expressa e reclama seus direitos conculcados, usando para isso os meios de comunicação que mais ajudem a sua libertação" (Martinez Terrero, *apud* Gomes, 1990, p. 43). Ela exerce "uma função contrária à da comunicação burguesa. Neste caso, seria deseideologizante, libertadora, conscientizadora, mobilizadora, como uma função que parte da ideia de 'dar a palavra ao povo'" (Martinez Prado *apud* GOMES, 1990, p. 43).

Mário Kaplún (1985, p. 7) também se referiu ao fenômeno da comunicação popular e alternativa como "uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista".

Em pesquisa realizada no fim dos anos 1980 e começo dos 90 (Peruzzo, 2004, p. 148), constatou-se que a comunicação popular se valia, sobretudo, de meios simples e de baixo custo, tais como

> [...] os meios grupais, impressos, visuais, sonoros e audiovisuais: festas, celebrações religiosas, teatro popular, música, poesia, jornalzinho, boletim, mural, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, faixas, camisetas, fotografias, filme, sequências sonorizadas de slides, discos [vinil, inicialmente, e mais tarde DVD], alto-falantes, carro de som, programas radiofônicos, troças carnavalescas etc.

No decorrer do tempo, foram sendo gradativamente incorporados novos suportes tecnológicos ao alcance dos movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos, segundo cada conjuntura, legislação, recursos econômicos, parcerias e capacidade de empoderamento tecnológico. Hoje em dia é crescente o uso das tecnologias digitais, como aplicativos e os canais audiovisuais na mídia social

digital na internet (YouTube, Spotify, Vimeo, Instagram, Facebook, Telegram, Twitter etc.), criação de redes sociais digitais através de perfis próprios nestas mídias, além da criação e/ou uso de aplicativos corporativos, a exemplo do WhatsApp[9], na formação de redes.

Contudo, a incorporação de tecnologias avançadas tradicionais e modernas não significa o desprezo ao uso de meios mais artesanais e da comunicação direta face a face interpessoal e grupal, mas que inclui a comunicação mediada por tecnologias. Percebe-se, então, uma convivência entre a comunicação cara a cara e o uso de tecnologias — artesanais, eletromagnéticas e digitais, antigas e modernas —, pois existe a questão de adequação ao contexto, em termos de condições e necessidades de comunicação dos emissores e receptores, além das expertises e dos recursos financeiros existentes para empoderamento das tecnologias. Entretanto, a incorporação das tecnologias digitais é crescente, o que representa, inclusive, um rearranjo e a possibilidade de incremento da comunicação popular, comunitária e alternativa.

Em pesquisa empírica recente realizada nas cinco regiões do Brasil, Suzina (2018, p. 263) constatou a continuidade do uso de tecnologias baratas e rudimentares, mas "a prevalência de plataformas analógicas [ocorre] em meio a uma presença crescente das plataformas digitais". Por outro lado, ela ressalta também que as condições precárias limitam concretamente a capacidade de ação dos atores sociais que desenvolvem a mídia, mas a "escolha da tecnologia rudimentar não indica necessariamente sua fraqueza" (Suzina, 2018, p. 264), pois o que determina o tipo de tecnologia, por exemplo, se é um sistema de alto-falantes, uma rádio FM ou uma webradio, são as necessidades reais da comunidade e o contexto, ou seja, as condições de acesso às tecnologias e de recursos humanos, financeiros e operacionais, além da visão que se tem da práxis comunicacional.

Os conceitos formulados sobre um fenômeno social têm íntima relação com os pressupostos epistemológicos aos quais se

9 Ver Peruzzo (2018).

alinham, pois remetem à sua natureza e às concepções de mundo que os orientam.

A epistemologia toma a ciência como objeto de estudo para entender sua natureza, seus princípios ontológicos, hipóteses e resultados. Nas palavras de Mário Bunge ([1980] 2002, p. 21), "a epistemologia, ou filosofia da ciência, é o ramo da filosofia que estuda a investigação científica e seu produto, o conhecimento científico". Portanto, a epistemologia é a "ciências das ciências" (Bunge, [1980] 2002, p. 17). A abordagem deste texto observa justamente como os pressupostos conceituais tecidos pela literatura incidem sobre o fenômeno comunicacional em questão.

Em outros termos, a epistemologia é uma "reflexão de segundo grau sobre a ciência, uma metaciência [...]" (Blanché, *apud* Santos, 1989, p. 19). Desse modo, não se emprega aqui o termo epistemologia como sinônimo de teoria, pois epistemologia se refere ao entendimento mais profundo do processo de geração de conhecimento e das próprias teorias que o fundamenta — preocupando-se inclusive com o percurso metodológico —, ou seja, a busca da natureza da investigação científica, de suas bases epistêmicas.

A partir desse entendimento é que se tenta estabelecer neste texto quais são as matrizes epistemológicas da Comunicação Popular enquanto fenômeno comunicacional protagonizado pelos movimentos sociais desde suas formas autônomas de organização e ação social. Pergunta-se: quais são suas matrizes filosóficas e os princípios ontológicos que orientam sua base conceitual que, por sua vez, estão em estreita relação com sua práxis? Essas matrizes, salvo melhor análise, podem ser percebidas nas dimensões aninhadas na práxis da Comunicação Popular, a seguir discutidas.

2.1 Posição humanística

Desde suas origens, a Comunicação Popular parte das premissas de que o ser humano é portador de direitos e capaz de ser sujeito da histórica,

portanto, também protagonista de seus meios de comunicação. Por um lado, todas as lutas populares das quais a comunicação popular é parte constituinte (ajuda a constituir) e constitutiva (é constituída por elas) carregam a noção de direitos humanos — segundo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e de Cidadania — de acordo com as leis do país, nos quais as pessoas são portadoras de direitos e requerem o respeito. Portanto, o grito pelo respeito à igualdade, pela não discriminação, por liberdade de expressão e o direito de participação política e de livre associação permeiam as lutas dos movimentos sociais populares de caráter cívico no continente latino-americano. Por outro lado, a premissa do ser humano como capaz de se tornar protagonista das mudanças sociais requeridas, a partir de um processo de conscientização e organização de base, mesmo num contexto de opressão política e crescente desigualdade social, fez parte de todo um movimento histórico desde as últimas décadas do século passado.

Do ponto de vista teórico, há a contribuição de Paulo Freire e de muitos outros pensadores humanistas, marxistas e de outras correntes filosóficas (Karl Marx, Antonio Gramsci, Karl Jaspers, Inmanuel Kant, Martin Buber, Simon Rodriguez, Amartya Sem, Mário Kaplún, Juan Diaz Bordenave, Carlos Rodrigues Brandão, Orlando Fals Borda, Arturo Escobar, Pedro Demo e tantos outros), nesse tipo de posicionamento e de concepção de mundo que inclui a visão da potencialidade humana para emancipar-se da opressão e ter um desempenho ativo para transformar a realidade em sua volta.

No que se refere especificamente a Freire, a elaboração e difusão de conceitos da educação libertadora em negação à educação bancária, do método de alfabetização de jovens e adultos, da conscientização, do diálogo, do comunicar-se, entre outros aspectos, constituem-se como parte dos fundamentos de uma proposta de Comunicação Popular envolvida na mudança da condição de manipulação a que as pessoas estão sujeitas, visando ao desvendamento do olhar e a devolução da palavra ao povo (Freire, 1977), um conceito básico que remete ao direito de se comunicar.

Essa visão humanista dos movimentos sociais cívicos articula a noção de direitos de todas as pessoas à premissa da necessidade de conscientização para poder alcançá-los, pois pressupõe visão crítica da realidade e mobilização social. Tornar-se sujeito da história para transformar a realidade de modo a eleger o ser humano, a natureza e a vida de todos os seres como centralidade dos modos de viver, é uma conquista coletiva. Como diz Pedro Demo (1988, p. 67-69), participação é conquista e tem como objetivos a autopromoção, a realização da cidadania, a definição das regras do jogo, o controle do poder e a construção da cultura democrática.

Entre avanços e recuos, entre desaparições e nascenças, os movimentos sociais e a comunicação popular se alimentam da realidade concreta e da utopia para trilhar caminhos participativos para a progressiva conquista dos direitos de cidadania.

Então, esse tipo de visão de mundo ajuda a alimentar a práxis da comunicação popular na direção de mudança de mentalidade em favor da emancipação humana para se alcançar condições dignas e sustentáveis de existência.

2.2 Visão progressista transformadora

Na práxis da comunicação popular e comunitária está subjacente uma visão crítica da realidade, ou seja, enxerga-se a sociedade como fundada nas contradições estruturais externadas na pobreza de grande parte da população brasileira e nas desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas entre as classes sociais. Ela se constitui no contexto de movimentos sociais e outras forças progressistas como uma das formas de comunicar, de denunciar, de resistir e de tornar públicas as reinvindicações por mudanças (Kaplún, 1985; Festa, 1986; Peruzzo, 2004) e de celebrar as conquistas.

Esses atores parecem respirar ideias de Paulo Freire, pois a criticidade em relação à realidade é algo intrínseco às lutas sociopolíticas nesse universo levando à conscientização. Afinal, como ensina

Freire (1979, p. 40), "o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade de transformá-la". Processo esse que auxilia a postura de não se deixar manipular, pois esse é requisito para que a pessoa não perca a condição intrínseca de ser humano, na visão do autor. Nesse sentido, Freire (1979, 1981) exemplifica tentando mostrar que a educação libertadora é primordial nessa passagem no nível de consciência, de ingênua à crítica, ao falar de uma pessoa do Recife que percebeu que ao ser alfabetizada deixava "de ser sombra dos outros" porque aprendeu a escrita e a leitura, não só de palavras, mas do mundo.

A comunicação popular e comunitária se aloja no ninho dos movimentos sociais populares, das comunidades e organizações congêneres, mas existem muitos outros atores coletivos (sindicatos, universidades, partidos políticos de esquerda, setores de igrejas progressistas, organizações não governamentais, fundações etc.) que igualmente lutaram e lutam em favor de melhor qualidade de vida e de participação política popular na redefinição dos destinos da sociedade. Por exemplo, existiu forte presença nas lutas pela redemocratização de igrejas, como da Igreja Evangélica tradicional e de segmentos da Igreja Católica, desde a Opção Preferencial pelos Pobres — a marca do Concílio Vaticano II —, em especial das Conferências do Episcopado Latino-Americano de Medellín (1968) e de Puebla (1979)[10], além da Comissão de Justiça e Paz e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) atuantes na linha da Teologia da Libertação.

O processo constituinte de 1987/1988, no Brasil, quando houve intenso e abrangente trabalho de base para a elaboração de propostas para a nova Constituição, promulgada em 1988, é um exemplo do resultado de décadas de mobilização social por transformações motivadas por esses tipos de atores. Nesse bojo acontece a conscientização política, pois as lutas são pelo desenvolvimento da cidadania, ou

10 Ver Lourenço (2017).

seja, a conquista de direitos civis, sociais, políticos e comunicacionais. Esse caráter de resistência e de reinvindicações por mudança dentro da ordem capitalista e das conjunturas políticas possibilitou importantes conquistas à democracia brasileira.

Em suma, a Comunicação Popular faz parte de todo um movimento histórico (Festa, 1986; Peruzzo, 2004; Valim, 2020) que, a partir da leitura crítica da realidade e do inconformismo com as desigualdades e contradições que afetam grandes contingentes populacionais, tem participado de conquistas na busca por mudança da realidade concreta visando a melhores condições de participação civil e de acesso aos bens de consumo coletivo, redução das desigualdades e respeito aos direitos humanos e de cidadania.

2.3 Autonomia

Devido à visão predominante na época do regime militar, de que a revelação de qualquer vínculo com partidos políticos de esquerda (banidos pela ditadura) e outros atores progressistas seria motivo de coerção e repressão por parte do Estado, os movimentos sociais populares e demais organizações civis procuravam, inicialmente, deixar explícita a sua autonomia em relação aos partidos políticos e governos (Peruzzo, 2004). As lutas eram por uma causa — a vida humana digna e a democracia política e econômica, e foi em torno dela que os vários atores se uniram, com os devidos graus de independência.

No tocante à comunicação, essa autonomia transparece na decisão de os movimentos sociais desenvolverem seus próprios meios e formas de comunicar, portanto, desde eles próprios, das comunidades, segundo suas visões e necessidades de comunicação. Para tanto, procuraram a autossustentabilidade, com seus próprios recursos — daí o uso de meios artesanais e de baixos custos —, mas também contavam com apoio de organismos de fomento nacionais e internacionais para os programas de intervenção social mais ousados, a exemplo da CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços, criada por Igrejas cristãs

evangélicas e católicas)[11] e da Miserior (Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação ao Desenvolvimento)[12].

2.4 Comunicação participativa e dialógica

Coerente com as premissas da visão humanista, que toma a pessoa como portadora de direitos e de capacidade de reconhecer e de ser sujeito da história, o desenvolvimento da ideia da participação ativa, democrática e dialógica passou a fazer parte dos processos de comunicação populares. A Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, como subárea do campo da Comunicação, teve (e tem) forte inspiração conceitual em Paulo Freire, como já foi dito, mas congrega os estudos e as formulações teóricas de vários pensadores e precursores da comunicação participativa latino-americana, em geral seguidores das ideias freirianas[13].

Nessa perspectiva, a participação ativa (Merino Utreras, 1979; Peruzzo, 2004; Thornton; Cimadevilla, 2010) das pessoas como emissoras e receptoras é um dos grandes diferenciais dessa subárea da Comunicação. Ela incorpora, ao mesmo tempo, uma didática favorável à educomunicação e uma estratégia para desenvolver o protagonismo popular não só na comunicação comunitária como na sociedade, pois contribui para desenvolver pessoas para a vida. No âmbito da comunicação participativa, fala-se da necessidade de "dar voz ao povo" e também "de dar vez", ou seja, de estabelecer uma comunicação democrática e dialógica, o que quer dizer dar condições para que a comunicação seja realmente feita pelo povo, com o povo

---

11 Ver mais em: https://www.cese.org.br/quem-e-a-cese/a-cese/

12 Ver mais em: https://www.misereor.org/pt/

13 Como já mencionado em outro capítulo, entre eles estão Mário Kaplún, Juan Diaz Bordenave, Luis Ramiro Beltrán, José Martinez Terrero, Jorge Merino Utreras, Daniel Prieto Castillo, Miquel Azcueta, Fernando Ossandrón, Rosa Maria Alfaro Moreno e Eduardo Contreras.

e para o povo. Portanto, uma das premissas do protagonismo popular está inscrita na comunicação horizontal (Beltrán, 1981) movida pela participação ativa dos sujeitos em todo o processo de planejar, produzir, difundir e receber conteúdos comunicacionais, resultando numa comunicação realizada de acordo com os interesses e as necessidades das comunidades e dos movimentos sociais em suas dinâmicas de mobilização. Essa "coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo" (Freire, 1977, p. 66-67).

2.5 Educação para a cidadania

Intrinsecamente ligadas às dimensões anteriores, as práticas comunicativas no contexto de comunidades e movimentos sociais também têm uma dimensão educativa, pois não se constituem em algo isolado, mas interrelacionadas às dinâmicas de educação informal e não formal, favorecendo a educomunicação comunitária (Peruzzo, 1999, 2015). Em outras palavras, o processo comunicacional desenvolvido é altamente educativo, pois ajuda no desenvolvimento do conhecimento, na compreensão do mundo para se agir nele, mostrando as intersecções entre Comunicação e Educação. Esse processo contribui na conscientização sobre o poder da informação, da união e da solidariedade. Também contribui para melhorar a autoestima, para despertar o interesse nos estudos da área, como cursar faculdade — de Jornalismo, Letras etc. —, e para desenvolver a capacidade de liderança e o espírito cívico.

Nas palavras de Mário Kaplún (1985, p. 17), os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos como "instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador" porque as mensagens são produzidas "para que o povo tome consciência de sua realidade" ou "para suscitar uma reflexão", ou ainda "para gerar uma discussão". Ela é, ao mesmo tempo,

processo, no qual a ação de comunicar-se e de produzir meios de comunicação geram uma dinâmica formativa que transforma a vida das pessoas e altera a condição dos receptores em emissores, tornando-os sujeitos. A educação não se dá apenas pela absorção de mensagens transmitidas, mas no próprio processo de fazer comunicação. No entanto, apesar dessa potencialidade educativa, existe um entendimento bastante generalizado entre as lideranças mais circunscrito ao caráter instrumental da comunicação popular, comunitária e alternativa, ou seja, a visão de sua importância para transmitir informações, conscientizar e mobilizar, o que é verdadeiro, mas a comunicação popular não se resume a instrumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões epistemológicas aqui discutidas constituem-se em sentidos não necessariamente explícitos, nem facilmente detectáveis nas práticas comunicacionais, o que não surpreende, pois referem-se ao caráter epistêmico do fenômeno, cujo desvendamento requer um olhar investigativo anterior às evidências. Afinal, o marco epistêmico "representa um sistema de pensamento, raramente explicitado, que permeia as concepções da época em uma determinada cultura e condiciona o tipo de teorização que surge em diversos campos do conhecimento" (Garcia, 2002, p. 120).

No cenário da Comunicação Popular, conclui-se que suas matrizes teóricas apontam para uma posição epistêmica voltada à transformação das estruturas injustas, sejam elas econômicas, político-ideológicas e culturais que instituem e reproduzem valores e modos de opressão. Nesse processo, preza-se a autonomia e, sintonizadas, a educação popular informal e não formal voltadas ao desenvolvimento da cidadania.

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles. **Comunicação & Sociedade: Revista do Programa de Comunicação**. S.B.do Campo, UMESP, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORDENAVE, J. D. **Além dos meios e das mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BUNGE, M. **Epistemología.** Curso de actualización. 3. ed. México: Siglo Veintiuno, [1980] 2002.

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005/1144. Acesso em: 15 dez. 2019.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988.

FERREIRA, M N. **Imprensa operária no Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: CECA/CEDAC, 1988.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da. (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA, R. **O conhecimento em construção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GOHN, M. da G. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Nómadas,** Universidad Astral, n. 54, p. 140-150, enero/jun. 2021. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_20/20_12G_Sociedadecivil.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

GOMES, P.G. **O jornalismo alternativo no projeto popular.** São Paulo: Paulinas, 1990.

GONZÁLEZ, J. A. **Sociología das culturas subalternas**. Curitiba: Appris, 2016.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.

LOURENÇO, V. H. A "opção preferencial pelos pobres" como chave hermenêutica da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium. **Revista de Cultura Teológica,** São Paulo, PUCSP, a. XV, n. 89, jan./jun. 2017. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/culturateo/article/view/rct.i89.31591/pdf. Acesso em: 4 maio 2020.

MARTINEZ TERRERO, J. **Comunicação grupal libertadora**. São Paulo: Paulinas, 1988.

MARTINEZ PRADO, H. **Comunicación popular - Comunicación Cristiana:** desafío y cambio. Buenos Aires: WACC, 1981.

MERINO UTRERAS, J. **Comunicación popular, alternativa y participatoria**. Quito: Ciespal, 1979. (Manuales Didácticos Ciespal).

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista Comunicação e Informação,** Juiz de Fora, UFJF, v. 2, n. 2, p. 205-228, jul./dez. 1999.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: http://www.4shared.com/office/hII-tKg_o/COMUNICAO_NOS_MOVIMENTOS_POPUL.htm. Acesso em: 4 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Revista Palabra Clave**, Cundinamarca, Universidad de La Sabana, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008. Disponível em: https://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1690. Acesso em: 17 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, PUC-SP, n. 17, p. 131-146, jun. 2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108. Acesso em: 4 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Community Communication and Education for Citizenship. **Critical Studies in Media Communication**, Londres, Routledge/Taylor & Francis Group, National Communiation Association (NCA), v. 32, n. 3, p. 205-228, ago. 2015.

PERUZZO, C. M. K. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web. **Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação**. São Paulo, ECA-USP, v. 12, n. 3, p. 77-100, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/142473/149821. Acesso em: 17 mar. 2023.

RINCON, O. Mutações bastardas da comunicação. **Revista Matrizes**: Revista do programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECA-USP, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2018.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Gral, 1989.

SUZINA, A.C. ***ASYMMETRIC.* Popular media initiatives and the issue of political asymmetries in the Brazilian democracy in times of digital disruption**. 452p. Thèse (Doctorat du Domaines des Sciences Politiques et Sociales) – Louvain, Université Catholique de Louvanin, 2018.

THORNTON, R.D.; CIMADEVILLA, G. (org.). **Usos y abusos del participare.** Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010.

VALIM, A. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil**: décadas 1970/1980. Rio de Janeiro: NPC/CPV, 2020.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WANDERLEY, L.E. Apontamentos sobre a educação popular. *In:* VALLE, J. E.; QUEIROZ, J. (org.) **A cultura do povo**. São Paulo: Cortez, 1979. p. 58-79.

WANDERLEY, L. E. W. **Educar para transformar**. Educação popular, igreja católica e polícia no Movimento de Educação de base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Capítulo 5

Matizes da comunicação popular, comunitária e alternativa na atualidade

RESUMO

Estudo sobre as alterações desenvolvidas no âmbito da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa enquanto categoria que pretende, numa visão de conjunto, caracterizar expressões comunicacionais dos setores subalternizados da sociedade. O objetivo é compreender as novas configurações midiáticas que vão sendo constituídas nos anos recentes, que transladam do popular e do comunitário clássicos no Brasil. Trata-se de uma abordagem ensaística que tem por base pesquisa bibliográfica e em observação assistemática de iniciativas de comunicação desenvolvidas por movimentos e organizações sociais, além de coletivos populares e grupos independentes. Conclui-se que as práticas sociais vão constituindo distintos matizes comunicacionais desde as comunidades, coletivos de comunicação e grupos independentes em decorrência de fatores históricos e conjunturais que inspiram iniciativas em prol da democracia

dos meios de comunicação e de cidadania, mas com lugar também para a disputa político-ideológica de grupos anticívicos.

Palavras-chave: Comunicação comunal; jornalismo alternativo; mídia comunitária; mídia independente; fascismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo é compreender novas as configurações midiáticas que vão sendo constituídas nos anos recentes, que transladam do popular e do comunitário clássicos no Brasil. Trata-se de uma abordagem ensaística que tem por base pesquisa bibliográfica e em observação assistemática de iniciativas de comunicação desenvolvidas por movimentos e organizações sociais, além de coletivos populares e grupos independentes.

As dimensões epistemológicas da Comunicação Popular apresentadas no capítulo anterior — posição humanista, visão progressista transformadora, autonomia, comunicação participativa dialógica e educação para a cidadania — não acontecem de forma isolada, mas interrelacionadas entre si. São detectáveis nos marcos originários do fenômeno da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, numa acepção ampla, desde a segunda metade do século passado.

Esses fundamentos epistemológicos, percebidos no conjunto da literatura, persistem na práxis dos processos comunicativos no contexto dos movimentos sociais populares e de comunidades, embora hoje em dia não possam ser generalizados a todas as expressões comunicacionais ditas populares, comunitárias e alternativas, e as independentes. Junto ao crescimento de iniciativas midiáticas ocorre uma transição na natureza dos processos comunicacionais e dos atores que gestam a comunicação popular e comunitária, bem como a imprensa alternativa e independente desenvolveram-se novos meios, de forma crescente, principalmente devido à expansão do acesso à internet nas últimas décadas, gerando uma diversificação de experiências antes não imaginada. A realidade dos meios de comunicação que acontecem

fora do eixo central da grande mídia corporativa e da pública é movediça e não está livre de distorções e contradições.

A Comunicação Popular[1], que incorpora as dimensões epistemológicas originárias interconectadas a algumas matrizes filosóficas e ontológicas do pensamento freiriano, também serviu de canteiro a partir do qual germinaram experiências comunicacionais diversas e, assim, vão constituindo novas configurações estruturais e operativas, cuja compreensão remete a conjunturas e ao atual momento histórico, o que não exclui a possibilidade de, em última instância, possuírem em comum o interesse na democratização dos meios de comunicação e na oferta de conteúdos de interesse público.

A seguir apresento o cenário dessa diversidade comunicacional gerador de matizes distintos, fruto das alterações históricas, conjunturais e tecnológicas que movem a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa na sociedade civil, tomando como referência a realidade brasileira.

1. TENDÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO POPULAR, COMUNITÁRIA E ALTERNATIVA

Com o fim dos regimes políticos militares autoritários e, principalmente, a partir dos anos 1980, houve alterações no cenário sociopolítico com a instauração de governos eleitos democraticamente e a volta à normalidade das instâncias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, criaram-se expectativas de solução dos problemas por parte do Estado, em meio a promessas, mas também da efetivação de leis e políticas públicas em favor da democratização. No Brasil, a sociedade civil constituiu-se num cenário de maior participação em que

1 Como já foi dito, há de se considerar que o termo popular não é uníssono e pode não conter em todos os lugares e usos, necessariamente, um sentido emancipatório. Mais um motivo da importância de apanhá-lo no processo em que se realiza.

se instituem mecanismos de pressão e de envolvimento de representações civis nas definições das políticas públicas.

A crise econômica e as mudanças tecnológicas acabam gerando crescente redução do emprego de trabalhadores e o crescimento do trabalho informal, além de afetarem os coletivos de trabalhadores provocando apuros nos sindicatos e consequente questionamento de suas estratégias históricas de atuação, como as paralisações e greves. É uma conjuntura que também provocou descontinuidades e alterações nas práticas dos movimentos sociais. Outro componente que ajudou na configuração de um novo momento da ação política foi o crescimento da tendência carismática dentro da Igreja Católica, o que pode ter provocado a redução do empenho na formação de lideranças e apoio às lutas populares por parte desse importante ator no campo das lutas cidadãs antes, durante e logo após a Ditadura Militar no Brasil. Também a implementação de políticas públicas favoráveis aos interesses de segmentos minorizados da sociedade — tão reclamadas pela população —, a partir de governos progressistas eleitos democraticamente, ao mesmo tempo que atenderam demandas sociais, podem ter contribuído para certo esmorecimento na participação política de base. Por exemplo, num momento em que as reivindicações pela abertura de canais de participação civil em instâncias consultivas e deliberativas do Poder Público, tais como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Conselhos Tutelares, são atendidas, modificam-se algumas das formas de atuação civil.

Nesse contexto de conquistas em que há também forte tensão social, pobreza crescente e crise no emprego, fortalecem-se as políticas neoliberais com todo o discurso de redução do papel do Estado na economia (Bauman, 1999; Alves, 2013) e de pressão sobre os trabalhadores para adesão "voluntária" (Antunes, 2000; Chauí, 2019) ao empreendedorismo que é aliado à meritocracia. Esse clima favorece o "salve-se quem puder" na busca por fontes de renda e sobrevivência, o que é um dos fatores que impulsiona o surgimento de mídias independentes. Paralelamente, inserem-se as narrativas da chamada

"teologia da prosperidade" (Xavier, 2009) no nível de algumas das correntes evangélicas e do "Sindicalismo de Resultados" (Antunes; Silva, 2015) defendido por uma ala do movimento sindical, contribuindo também para modificar os modos de se perceber o capitalismo e a ascensão do neoliberalismo, os problemas do trabalho e o engajamento nas lutas sociais. Há ainda o crescimento das organizações não governamentais, que transladam da função de assessoria aos movimentos sociais na solução das desigualdades de determinados segmentos, para a seara de atuação direta nos redutos sociais vulneráveis, por meio da execução de projetos voltados à educação popular, à geração de renda, à mobilização cidadã etc. Em outras palavras, ao mesmo tempo que as associações comunitárias e os movimentos sociais continuam suas operações, há a proliferação de organizações não governamentais e o crescimento do terceiro setor, além da emergência do aumento de outros atores coletivos e individuais que disputam esses espaços de atuação civil. Projetos de intervenção social são executados, em geral, financiados por meio de doações, recursos distribuídos mediante editais de órgãos públicos ou privados, tais como secretarias de governo, institutos ou fundações e beneméritos, empresariais ou religiosos ou, ainda, autossustentados com base no trabalho voluntário e na prestação de serviços. Há também projetos executados diretamente por institutos e setores de grandes corporações, universidades, que se somam à ação cívica. No caso das universidades, a extensão universitária é uma via que possibilita a incidência nas variadas esferas da vida civil.

Desse modo, multiplicam-se as formas de intervenção social que envolvem ou são focadas em meios de comunicação, e com essa diversificação modificam-se alguns objetivos, algumas estratégias e o próprio *modus operandi* mexendo com os sentidos de lutas sociais e incluindo nova práxis. Em suma, as características e as circunstâncias de operação das organizações sociais e coletivos populares influenciam os propósitos, os níveis de consciência política e de classe envolvidos na práxis comunicacional. Por exemplo, esta será diferenciada

se tiver como mentor uma organização não governamental militante (Gohn, 2021), um movimento social, uma fundação empresarial ou um coletivo popular de bairro. Em qualquer contexto, os conceitos induzem às práticas, se a base teórica vem de Paulo Freire, a experiência tende a ser mais coletivizada e democrática. No entanto, se o que estiver em jogo for interesses econômicos ou partidários, os ideais empreendedoristas individualizados prevalecem.

As mudanças também remetem à incorporação crescente das novas tecnologias de informação e comunicação. A criação de sítios na internet (blogs, homepages, portais), o uso de plataformas colaborativas (tipo wiki), a criação de canais e perfis nos sites da mídia social digital (YouTube, Facebook, Twitter) e de aplicativos próprios (RadCom[2], Mãe d'Água[3], Guardiões da Saúde[4]), criação de redes comunitárias de telefonia (Rede Rizomática[5]), redes comunitárias na internet[6] (Maria Lab[7]), uso de aplicativos corporativos, a

---

2 Aplicado para rádios comunitárias que ajuda a ampliar o alcance de difusão.

3 Fornece informações em tempo real sobre a qualidade da água consumida em uma comunidade direto da tela ou no celular. O dispositivo foi desenvolvido pela Rede InfoAmazônia e é usado em comunidades ribeirinhas do Norte do Brasil. Mais informações em: https://thegreenestpost.com/aplicativo-monitora-qualidade-da-agua-em-tempo-real-2/

4 Mais informações sobre o aplicativo em: https://www.vencendoacovid19.ufscar.br/guardioes

5 Informações sobre a experiência em: https://catracalivre.com.br/cidadania/em-oaxaca-comunidade-indigena-tem-a-primeira-rede-comunitaria-de--telefonia-celular/

6 São redes criadas e mantidas por comunidades em territórios específicos como meio para ampliar o acesso compartilhado de conexão à internet. São configuradas a partir de ponto de internet com distribuição através de roteadores, fibra óptica, antenas ou cabos. Elas podem ser com voltadas à saúde coletiva, ao feminismo e a outras problemáticas, conforme as necessidades locais, formando assim territórios nos quais se incide ação cívica.

7 Maria Lab é um exemplo de organização social parceira para a criação desse tipo de rede comunitária. Ver mais em: https://www.marialab.org/

exemplo do WhatsApp, Instagram e Telegram, entre outros, também são fatores intervenientes nas configurações no modo como se utilizam e operam as tecnologias comunicacionais na atualidade.

Em síntese, as transformações que marcaram o momento histórico e interferiam nas novas feições da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, tomada aqui numa visão de conjunto, ajudam a compreender se os elementos epistêmicos conceituais persistem e quais seriam os principais sinais de alterações ocorridas nas décadas recentes, ou seja, convém distinguir o que permanece e o que se revela com novos matizes dessa comunicação que desborda (Marí Sáez, 2018) dos limites institucionalizados. Para tanto, discuto os matizes que ora se manifestam como categorias, ou vetores, capazes de aglutinar tipos de práticas e sentidos em comum de expressões comunicacionais existentes à margem da mídia hegemônica convencional.

1.1 Meios de comunicação popular no vetor comunal raiz

Nessa categoria cabem as iniciativas de comunicação popular e comunitária que trazem em seu interior a matriz epistemológica comunal, o sentido do comum, de *Commons*, como essencial de sua práxis, tal como concebida no capítulo precedente deste livro, com suas matrizes humanista, transformadora, autônoma, de participação dialógica e dimensão educativa. Trata-se de uma categoria importante dessa comunicação, que tem sua origem na segunda metade do século passado, considerando o lapso de tempo que a Ditadura Militar interrompeu todas as formas de organização civil, mas que continua viva na atualidade, pois alimenta sentidos e práticas da comunicação popular em seu espírito participativo e combativo no contexto das lutas por causas e para ampliar o exercício da cidadania, o que acontece no âmbito de organizações comunitárias e movimentos sociais populares no Brasil. Em outros termos, persistem iniciativas no contexto dos movimentos sociais e de comunidades que conservam as bases conceituais da comunicação popular horizontal e dialógica, pois coexistem a

criticidade, a participação ativa, o vínculo comunitário, centralidade nas necessidades da pessoa, mobilização e lutas por direitos, criação de canais de expressão próprios e a facilitação do protagonismo popular comunicativo que educa (Kaplún, [1983] 2021; Freire, 1976). Essas são dimensões que dão o tom de muitas lutas sociais e, como tal, da comunicação protagonizada por atores cívicos coletivos. É a comunicação que se constitui "em processo de interação [...] [no qual as pessoas] compartilham suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário" (Beltrán, 1981, p. 30). É a comunicação popular e comunitária típica da América Latina, o lugar onde se tem pensado um outro modo a comunicação, um modo "que parte mais das pessoas e menos dos meios, mais das identidades, menos da indústria" (Rincon, 2018, p. 66).

Enfim, iniciativas de comunicação com expressivos vínculos sociocomunitários, em especial no contexto de movimentos sociais populares e comunidades perpassam a história da América Latina em suas lutas por transformação das estruturas injustas. Em tempos recentes e atuais, por exemplo, no Brasil, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Rádio Comunitária Cantareira, movimentos dos povos indígenas, movimentos por direitos humanos, movimentos comunitários em bairros periféricos, movimentos de mulheres, coletivos populares etc. seguem participando da constituição da história dos segmentos subalternizados. São atores coletivos atuantes no desenvolvimento de processos comunicacionais e de meios de expressão, desde a comunicação direta face a face — dialógica, interpessoal, grupal — e a coordenação de ação, a criação de canais próprios de informação e comunicação, o uso de tecnologias, mas que também podem culminar em formas comunicativas de manifestações públicas, como a Marcha das Margaridas[8]. Além da comunicação interativa direta,

8 A Marcha das Margaridas surgiu no ano 2000 e leva no nome homenagem a uma mulher sindicalista paraibana, Margarida Maria Alves, assassinada

sempre correm atrás das tecnologias do seu tempo, e assim criam pequenos jornais, videodocumentários, WebTVs, rádios comunitárias, podcasts, sítios na internet, canais e perfis nas plataformas de mídia social digital, redes comunitárias de internet e em aplicativos e assim por diante. Isto é, a matriz comunal (no sentido de comum, de *commons*) é um dos mais importantes, no passado e na atualidade, pois alimenta sentidos e práticas de comunicação popular em seu espírito combativo, de resistência à opressão e em favor da ampliação do exercício de democratização da cidadania. Essa comunicação demonstra como os desbordes comunicativos (Marí Sáez, 2018) se processam em favor da cidadania e da transformação social, e são marcados pela criatividade popular em sua manifestação política.

No vetor "comunal raiz" situa-se a comunicação popular e comunitária, quando há transparência de sua relação orgânica com um movimento social popular ou alguma comunidade. Ou seja, quando os vínculos entre os membros são tão íntimos que não deixa dúvida quanto ao caráter coletivo, pois essa comunicação pertence a esses atores, é gerida e feita por eles e para eles. Especificamente, e em outras palavras, quanto à comunicação comunitária, quer dizer que a comunicação é feita com, pela e para a comunidade (Peruzzo, 2008; Jane, 2006). Ela expressa, portanto, seus interesses e suas necessidades comunicacionais, além de privilegiar a propriedade coletiva e a gestão compartilhada dos meios de comunicação por pessoas da própria comunidade ou do movimento social e cuidar da preservação da participação ativa dos seus membros.

A participação no processo de produzir e difundir conteúdos é uma das características da comunicação comunitária de proximidade que se realiza por intermédio de processos constituídos no interior

---

em 1983, a mando de fazendeiros, devido a sua liderança nas lutas sindicais por direitos da mulher camponesa. Essa manifestação vem se repetindo ano a ano e implica grande mobilização educativa nas localidades. Sobre a edição de 2023 ver: https://www.marchadasmargaridas.org.br/

das comunidades organizadas — dos mais diferentes tipos, sejam as de base geográfica, por compartilhamento de circunstâncias de vida em comum, ou por identidades de matriz cultural, histórica, linguística, étnicas, e ainda por escolha, como de ação política, cultural etc. Essa comunicação é baseada em princípios de ordem pública, tais como contribuir com os processos mobilizadores da própria comunidade, difundir conteúdos com a finalidades educativas e culturais, e a inserida a lutas por conquistas de direitos de cidadania. Outras características são não ter fins lucrativos, reportar aos assuntos que dizem respeito à própria comunidade e valorizar a cultura e o saber local.

Essa índole da comunicação comunitária fica mais clara se pensada a partir dos conceitos de comunidade que a concebe como tecida de laços sólidos entre seus membros, mas segundo Buber ([1935] 1987), são eleitas para se fazer parte, o que quer dizer que os vínculos são por "laços de escolha", pois as pessoas escolhem se juntar em comunidade ou em movimento social. Nessa situação, um grupo compartilha de interesses em comum, sentimento de pertença e participa ativamente da vida em comunidade. Nesse sentido, movimentos sociais parecem estar gerando novos tipos de comunidades as quais as pessoas elegem organizar e participar (Peruzzo, 2023) desenvolvendo espírito agregativo e colaborativo em torno de causas e objetivos em comum.

A partir de Buber ([1935] 1987, p. 33-34), essa nova forma de comunidade (de escolha) tem como finalidade "a si mesma e a Vida. [...] Vida que liberta de limites e preconceitos. [...] Comunidade e vida são uma coisa só. A comunidade que imaginamos é somente uma expressão de transbordante anseio pela Vida em sua totalidade [...]". Portanto, a comunidade que se escolhe participar é aquela com a qual há identificação de sentimentos de cooperação e compromisso que transbordam os interesses individuais.

É imperativo a formação de

> [...] pequenas comunidades vivas, por organismos celulares fortes em coexistência sem mediação, que entram em relação direta e vital, uns com os outros, como seus membros o fazem, e que se unem em vista desta associação igualmente de modo direto e vital. [...] Urge libertar a verdadeira vida entre os homens. É imperativo o renascimento da comunidade, da comunidade da vila, da cooperativa, do companheirismo, da união religiosa (Buber, [1935] 1987, p. 56).

A existência de comunidades nessa perspectiva é bem difícil na atualidade. As culturas individualistas e da concorrência, incentivadas e reproduzidas pelos mecanismos do modo de produção capitalista, acabam conduzindo para a prevalência de interesses individualistas e competitivos, mas em contraposição existem grupos, coletivos e movimentos sociais populares imbuídos de espírito coletivo, do nós e do interesse público.

Esses coletivos não estão livres de conflitos e de disputas, até mesmo no seu interior, mas também buscam consensos e convivência pacífica. É um contexto complexo em que os referidos protagonistas convivem em ambientes, por vezes radicalmente combativos, mas também existem aqueles com tendências ao assistencialismo, às fragmentações de campos de lutas e ao personalismo de lideranças, o que acaba dificultando a formulação de estratégias de construção de projeto comum de sociedade mirando o futuro. Contudo, a construção do espírito comum e dos esforços de coletivização estão presentes e carregam a noção de utopia, na visão de Freire (1976), entendida como esperança e possibilidade histórica desejável. A busca do comum, como princípio que anima a construção do autogoverno (Dardot; Laval, 2017), é um desafio do porvir.

Nessa perspectiva estão experiências de comunicação comunitária de matriz territorial geográfica, especialmente as rádios comunitárias, em geral transmitindo desde o dial mas presentes na internet, os boletins informativos, podcasts, WebTVs comunitárias, que têm

como base um lócus territorial específico em determinadas localidades, bairros, pequenas cidades ou zonas rurais, bem como aquelas iniciativas gestadas em territórios identitários por grupos étnicos, culturais, religiosos, identidades de gênero etc. A expertise desses dois segmentos está em prestar serviços de informação, entretenimento, mobilização e conscientização, com inclinação ao trabalho de educação informal para a cidadania, conforme a área de atuação. Portanto, essa comunicação mantém laços estreitos com algum tipo de comunidade ou lugar, apesar de poder ocorrer certo esgarçamento na conexão participativa e representativa, em geral por falta de canais diretos de representação e para participação popular ativa nas instâncias decisórias e demais mecanismos de partilha da disseminação de conteúdos.

Na realidade concreta, constroem-se distintos relacionamentos em territórios de pertença em localidades, na vizinhança, em bairros e em grupos sociais com identidades em comum, alguns são mais horizontais e outros marcados por centralismo e certo autoritarismo de lideranças.

Essa situação, alinhada a outros fatores, como a ideia do empreendedorismo, dos interesses econômicos e político-partidários, contribuem para a feitura da comunicação comunitária multifacetada. De fato, existe uma diversidade de iniciativas comunicacionais e nem todas se enquadram bem no vetor comunal, mesmo trazendo algo de comunitário no seu interior. É nessa perspectiva que convém reconhecer que existe um nível de mudanças nas práticas sociais, o qual ajuda a constituir novas (e nem tão novas) vertentes de comunicação e de mídia desde as bases da sociedade civil que reclamam a liberdade de expressão e a democratização dos meios, sobressaindo aqueles ressaltados a seguir.

1.2 Meios de comunicação no vetor comunitário local e identitário

Algumas experiências de comunicação que se autodenominam de comunitárias, e, de fato, possuem algumas características dos meios comunitários - rádios, por exemplo, como serem de pequeno porte, terem autorização para funcionamento dentro da lei de radiodifusão

comunitária, de reportarem desde e para localidades específicas e serem gerenciadas por pessoas do lugar, mas de fato, desviam-se das práticas coletivistas das associações comunitárias e movimentos sociais do seu do entorno, em prol de estratégias reprodutivistas da mídia convencional privada. É quando a comunidade não sente aquele veículo de comunicação como pertencendo a ela. Tendem a ser iniciativas centradas em lideranças, de tendência personalíssima, apesar de darem voz às pessoas, grupos ou aos públicos a quem servem ou se dirigem. Essas lideranças, em geral, gozam de popularidade mas podem se caracterizar com feitios distintos, como serem guiadas por interesse legítimo no desenvolvimento social local, por interesses político-partidários – que cedo ou tarde aparecem - interesses econômicos, ou por compromisso com causas de determinados segmentos sociais, sem descartar a mescla de interesses. São meios de comunicação importantes por se constituírem, em geral, como únicos ou entre os poucos canais de comunicacionais que falam desde localidades e de segmentos sociais "esquecidos" pelas políticas públicas do meio rural ou urbano. Próximo a esse segmento, existe uma vertente de meios comunitários identitários, que, às vezes, assumem mais claramente características de meios alternativos, ou seja, são meios que atuam no âmbito de grupos minorizados e discriminados pelas culturas patriarcais, xenofóbicas, lgbtfóbicas e de outras índoles. Apesar de possuem caráter e características comunitaristas, não chegam a pertencer às comunidades. Tendem a ser iniciativas conduzidas por lideranças militantes.

Os meios do vetor comunitário local acabam sendo movidos por padrões semelhantes aos dos veículos comerciais em termos de características do conteúdo, interesses econômicos, interesses políticos partidários e de grupos religiosos, entre outros, bem como pela estrutura gerencial. Por exemplo, quando há centralização em pessoas, ou seja, quando o meio tem "dono", é sinal de que não é tão comunitário quanto parece. Isto é, são meios que tendem a reproduzir os mecanismos dos meios de comunicação comerciais, funcionando como unidade de produção econômica, de propaganda ou

pregação religiosa em busca de audiência. Nesses moldes, são pequenos negócios comerciais, cujos donos buscam recursos financeiros para a manutenção do veículo ou para sustento pessoal diante de crises econômica e do emprego. Há também aqueles com interesse na propagação de convicções religiosas[9], por exemplo de segmentos evangélicos pentecostais focados na evangelização.

Essas situações acabam confundindo as visões de meios comunitários de comunicação porque atuam no mesmo território daquelas iniciativas de caráter comunitarista, mas com objetivos e modos de operar distintos. Em geral, denominam-se de comunitário, mas a palavra tem mais efeito ornamentativo, o de insinuar laços vinculativos, porém, quando esses laços são tênues, caracterizam-se melhor como meios locais. Mas, dependendo da visão que se tem de comunidade e do contexto em que operam, a caracterização pode fazer jus ao termo, em especial em localidades carentes de meios de comunicação que operam desde elas mesmas, até porque na legislação brasileira de radiodifusão não existe a possibilidade de concessão para meios locais. O que não significa colocar esse tipo de meio no mesmo patamar daqueles que correspondem aos conceitos seminais de Comunicação Comunitária no Brasil.

1.3 Meios de comunicação no vetor alternativo emancipatório e no libertário

Outra vertente que transparece nas práticas sociais é a dos meios alternativos ou da imprensa alternativa, ou ainda do jornalismo alternativo, às vezes também denominados de independentes. São palavras controversas, porque comportam distintos significados, o que indica ser necessário captar os processos como se realizam mais do que nomear por etiquetas para melhor caracterizar o fenômeno.

---

9 Há exceções: existem experiências de meios comunitários emanados de organizações religiosas que fazem trabalhos emancipadores vinculados às comunidades.

Desde os anos 1980 essa dificuldade é discutida, porque se maneja com uma expressão ambígua, de significados variados, o que dificulta saber com precisão a que fenômeno específico a comunicação alternativa se refere. O mais comum é o conceito de alternativo se referir tanto a opções originadas na própria estrutura unidirecional dos meios, como no regime de propriedade e controle, isto é, perante os oligopólios midiáticos detentores do poder de informar em larga escala e a públicos diversos (Simpson Grinberg, 1987).

No bojo do alternativo formam-se iniciativas comunicacionais criadas por pessoas, coletivos civis ou organizações sociais, cujos meios e próprio jornalismo alternativo atuam em contraposição ao sistema midiático convencional — das corporações midiáticas privadas e do setor público — e privilegiam a contrainformação e a criticidade na abordagem dos acontecimentos e de temas de interesse público cívico. Assim sendo, os meios alternativos se caracterizam, como já foi dito anteriormente (Peruzzo, 2009), como iniciativas fora das engrenagens das corporações midiáticas, além de serem autônomos em relação a governos e demais forças políticas e econômicas alinhadas às classes dominantes, e por possuírem uma linha editorial político-ideológica progressista no tratamento das informações — além de se diferenciarem nos modos de organização para produção e circulação de conteúdos, nos modos de gestão, nas formas de propriedade e nos níveis de participação cidadã.

De modo semelhante, Meyers (2008, p. 376) também distingue o jornalismo alternativo pela diferença na sua estrutura econômica; pelo seu viés ideológico vinculado a agendas radicais de grupos excluídos dos meios tradicionais; pela autopercepção como diferentes ou opostos aos meios tradicionais de comunicação; e pelo desafio que faz a certos valores, normas e práticas do Jornalismo *mainstream*.

Portanto, há um conjunto de fatores que ajudam a definir a alternatividade, que não se limitam ao tipo de suporte, ou seja, ao fato de usurem canais paralelos aos *mainstream* mídia, nem aos conteúdos. Em suma, a alternatividade tende a se manifestar (Kaplún *et al.*, [2019]) nas formas de propriedade – diferente da empresa privada, o setor se

organiza de modo cooperativo e com economia solidária; nas formas de gestão – participação coletiva na gestão de projetos midiáticos, na tensão entre trabalho militante e remunerado; nos conteúdos – modo de construção, fontes diversificadas e nas temáticas abordadas; modelos de comunicação que buscam gerar vínculos mais dialógicos com as audiências e favorecem sua participação na produção midiática.

Nesse cenário, a comunicação alternativa se manifesta de diferentes maneiras, desde as iniciativas no âmbito dos movimentos sociais e comunitários — nas formas não somente jornalísticas, tais como teatro popular (Boal, 1989), TV de Rua (Santoro, 1989; Peruzzo, 2022), faixa, poesia, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, cassete-fórum, carro de som, música, broche, grafite, vídeo e o podcast — até aquelas propriamente noticiosas constituídas em jornais, boletins informativos, plataformas digitais, canais audiovisuais nas mídias digitais etc.

Na história do Brasil, os segmentos de imprensa alternativa (Kucinski, 1991) dos anos 1960 e 70 perfilavam em duas categorias: o jornalismo político (posição de esquerda marxista em favor do nacional e do popular em oposição à política dominante) e o jornalismo existencialista (voltado à crítica aos costumes, ruptura cultural e contracultura). Com o passar do tempo, apesar de ainda existirem essas perspectivas jornalísticas, o jornalismo alternativo foi sendo recriado e ressignificado conforme as conjunturas sociopolíticas e econômicas, ampliando-se seu espectro político-ideológico e o existencialista, mas conservando a essência, ou seja, como expressão de resistência, de denúncia e anúncio. Esses novos jornalismos são imbuídos de propósitos e pautas emancipadores, seja no tocante à macro política, à liberdade de expressão, à democratização dos meios e à defesa de causas identitárias, e sempre com enquadramento crítico sobre temas do *status quo*, tratamento investigativo e aprofundado (outra visão em relação à voz padrão da mídia *mainstream*, busca das razões de acontecimentos ou jornalismo de dados) de assuntos menosprezados, omitidos, parcialmente tratados ou degenerados pela grande mídia. São abordagens que apontam tanto para o mundo da política

e da economia quanto da crítica à própria mídia, aos costumes, ao patriarcalismo e em defesa de causas de interesse societário.

Nesse sentido, desenvolvem pautas da macro política, pautas econômicas, sobre o meio ambiente, o sistema midiático, problemas do cotidiano, direitos humanos, pautas identitárias, como contra a discriminação do imigrante, das periferias, dos indígenas, da mulher, do negro, de pessoas LGBTQIA+, que ao mesmo tempo reafirmam o direito à diferença e a suas identidades. Portanto, nesses últimos segmentos não se trata apenas de bandeiras contra a discriminação, mas essencialmente de afirmação de identidades e reivindicação de direitos. No campo da política, são exemplos históricos os jornais *Movimento*, *Opinião*, *O Bondinho* e *Voz da Unidade*, entre dezenas de outros. Na crítica aos costumes e padrões machistas de comportamento, o exemplo clássico é o *Pasquim*. No segmento da afirmação de identidades e críticas aos valores coloniais e patriarcais, alguns dos exemplos são da imprensa negra – *O Homem de Cor/O Mulato, A Voz da Raça, Correio Nagô* (Araujo, 2021); da imprensa feminista – *Mulherio, Brasil Mulher, Nós Mulheres, Portal Catarinas*[10] (Festa, 1986; Tamião, 2009); da imprensa gay – *Snob, Lampião da Esquina* (Boita, 2022; Silva Junior, 2023); e da imprensa lésbica – *ChanaComChana* e o *Iamuricumá* (Barbosa, 2019).

Esses são exemplos de jornais, mas no processo de recriação do alternativo o segmento amplia-se para mídia alternativa, pois diversificam-se os formatos, as formas, os canais e as linguagens. O jornal dá lugar ao portal noticioso, um portal não necessariamente se resume ao teor jornalístico, por exemplo. Na busca de compreensão do emaranhado de manifestações comunicacionais do alternativo, são usados diferentes termos para caracterizá-lo, entre eles: jornalismo alternativo (Chinem, 1995; Kucinski, 1991; Goes, 2007; Meyers, 2008; Coelho, 2019; Colodeti, 2016; Carvalho, 2011; Atton; Hamilton, 2008), comunicação alternativa (Peruzzo, 2009; Kaplún *et al.*, [2019]), mídia alternativa

10 O Portal Catarinas se apresenta como de jornalismo independente, feminista e antirracista. Ver em: https://catarinas.info/nossa-historia/

(Atton, 2002; Barranqueiro, Treré, 2021), meios cidadãos (Rodrigues, 2001), mídia radical (Downing, 2002), jornalismo alternativo/independente (Fígaro, 2018), mídia independente (Bastos, 2021), mídias populares (Suzina, 2019), meios contra hegemônicos (Marcos, 2021), mídias nativas (Di Felice, 2017; Pereira, 2010), entre outras expressões, como de jornalismo comunitário, jornalismo de favela, jornalismo periférico. Estes três termos, além de corresponderem a características do alternativo, como as já discutidas, enfatizam tratar-se de um jornalismo feito de dentro, das próprias realidades, ou seja, delas e para elas.

Na diversidade de meios alternativos, duas correntes podem ser percebidas no âmago das experiências: a emancipatória e a libertária. A primeira revela um caráter crítico e emancipador, ou seja, é de resistência e representa uma fonte de informação alternativa diante da mídia convencional, sem obviamente substituí-la, mas está interessada em transformações cívico-humanísticas, demandadas por segmentos minorizados e pelo conjunto da sociedade. Em última instância, questiona os macros sistemas sociais, econômicos, políticos e culturais, mas não chega a lutar por mudanças drásticas das estruturas governamentais e legislativas, do sistema de classes ou do modo de produção capitalista.

Já a outra corrente, a libertária, desenvolve um caráter crítico e político-ideológico libertário, ou seja, revolucionário — como transgressão em favor do civismo e do interesse público (Jordan, 2022), como ativismo que se "baseia no futuro para criar o futuro" e correspondem a "movimentos transgressivos, movimentos que buscam mudanças sociais que redefinam estruturas sociais" (Jordan, 2002, p. 26, 36). Temos, por exemplo, as iniciativas alternativas de comunicação ligadas ao feminismo radical, que mira na destruição do patriarcalismo. É um ativismo contestador do sistema, portanto assume uma perspectiva contra-hegemônica[11]. Nesse sentido, é possível fazer uma

11 Não é intenção discutir os conceitos de comunicação contra-hegemônica, mas há um debate interessante sobre esse tema em Moraes (2008), Paiva (2008) e Marcos (2021).

aproximação ao termo mídia radical (Downing, 2002), se tomado no sentido profundidade, de penetrar nas raízes das questões, embora o autor não faça esse tipo de distinção ao tratar das mídias radicais[12].

Nessa perspectiva, estão ainda as iniciativas de meios alternativos explicitamente mais combativos, que dependendo da conjuntura histórica podem se caracterizar por uma alternatividade libertária em períodos revolucionários (Peruzzo, 2004), seja de enfrentamento de governos autoritários, como por exemplo os jornais alternativos da época da Ditadura Militar no Brasil (Kucinski, 1991; Chinem, 1995; Coelho, 2019). E ainda aqueles gerados em contextos de movimentos sociais, como o jornal *Brasil de Fato* e outras modalidades de comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que são críticos ao capitalismo e ao neoliberalismo, traduzidos nos "modelos" econômico e energético brasileiros, e são exemplos de protagonistas[13] que desenvolvem lutas sociais propositivas de mudanças nas estruturas — econômicas, políticas, culturais e ideológicas —, visando à conquista de posições na geração de nova direção política-ideológica (Gramsci, [1955] 1978), ou seja, uma nova hegemonia (Peruzzo, 2004; MORAES, 2008) ou a hegemonia popular (Bastos, P, 2020).

No conjunto, a comunicação alternativa e o jornalismo alternativo desenvolvem pautas, processos operacionais, conteúdos e ação política diversificados, dependendo do lugar de fala, do contexto e das

---

12 O uso do termo radical, contudo, exige cuidado se a intenção é não desvirtuar o sentido dado por Downing, de penetrar na raiz das problemáticas, porque ele emprega o termo radical como categoria ampla para caracterizar toda a variada gama de meios, formas ou modos alternativos de expressão comunicativa, até os broches e grafites, por exemplo, em diferentes contextos e sem distinguir posições progressistas das conservadoras de direita ou ditatoriais.

13 Ressalto a nomeação desses atores como exemplos, mas não são os únicos e estão entre as incontáveis iniciativas que têm esse potencial de mexer com as culturas e as estruturas de dominação, como aquelas que acontecem na alçada da comunicação popular e comunitária comunal.

estratégias políticas. Não são fenômenos uníssonos, mas se caracterizam como expressão de resistências e de defesa de causas em busca de alternatividades transformadoras mirando o interesse público e a cidadania igualitária, que têm seus parâmetros definidos na Constituição do país.

No âmbito das duas correntes — emancipatória e libertária —, existem tanto iniciativas de comunicação de grupos, coletivos populares, associações, militantes individuais, ONGs, cooperativas, coletivos de jornalistas ou outras formas agregativas, quanto de movimentos sociais populares, como os já mencionados e outros, como os movimentos de mulheres, os ecológicos, os de juventudes, contra o racismo e outras formas de discriminação, aqueles voltados à saúde coletiva, à melhoria das condições de trabalho, de moradia, de bairros periféricos e assim por diante.

Nesses contextos, criam-se movimentos cívicos nos quais entrecruzam-se os mais diversos modos de se comunicar, incluindo os meios e os jornalismos comunitários, alternativos e independentes que, em geral, atuam em territórios específicos e na relação com forças locais de mobilização cidadã. Portanto, pode haver confluência entre esses atores ao mesmo tempo que as diferenças persistem. É dessas realidades, com seus problemas e as condições de vulnerabilidade ou de desrespeito aos direitos, que extraem pautas e subsídios temáticos, e para onde retornam as produções, pois pode existir também a intenção mobilizadora educativa e de ação cultural, como mostram as experiências do Coletivo Justiça Nos Trilhos (Belém – PA), o Coletivo Força Tururu (Recife – PE)[14], a Agência de Notícias Jovens Comunicadores da Amazônia (Belém – PA), o Alma Preta Jornalismo[15] (São Paulo – SP), entre muitas outras.

---

14 Ver o modo de atuação do coletivo em: https://mapadamidiape.marcozero.org/coletivo/coletivo-forca-tururu/

15 O histórico e o modo de ação podem ser vistos em: https://almapreta.com.br/

Esses jornalismos alternativos e a mídia alternativa se expressam em diferentes linguagens, da impressa (jornais, revistas, cadernos e livros editoriados) à sonora (rádio, podcast) e à audiovisual (Web-TVs, vídeo, clips, cinematografia, canais no YouTube), mas com tendência crescente a difundir suas produções nos meios digitais como plataformas, portais, sites, blogs, canais, perfis nas mídias digitais e em redes de aplicativos de mensagens. Em geral, os públicos visados são segmentados, mas há iniciativas que visam a públicos ou audiência mais amplos, e que trabalham temáticas mais gerais e no calor dos acontecimentos, a exemplo do *Jornalistas Livres*, *Coletivo Ponte Jornalismo* e *Mídia Ninja* (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), que congregam algumas características do alternativo, apesar de se autodefinirem como independentes.

Uma das características centrais da imprensa alternativa, na história brasileira (Chinem, 1995; Kucinski, 1991), é o alto grau de autonomia e de independência em relação às corporações, aos governos e às demais instituições, características que persistem na atualidade, embora sempre se recriando e estabelecendo novas rotinas produtivas. A imprensa alternativa, propriamente dita, busca a autossustentabilidade, mas não se caracteriza como negócio que visa ao lucro. Para sua existência, optam por uma ou mais fontes de recursos, tais como trabalho voluntário, recursos de editais que financiam projetos de incidência social, publicidade de baixa incidência, *crowdfunding*[16], doações/contribuições, assinaturas, prestação de serviços etc.

O cenário é controverso, tornando difícil estabelecer critérios precisos para compreender um fenômeno multifacetado cujos processos se alteram continuamente. Às vezes um meio de comunicação é alternativo em sua origem, mas aos poucos, em decorrência de fatores conjunturais, vai mudando suas características, acaba transladando para independente, ao incorporar novos arranjos no seu *modus operandi*.

---

16 É uma forma de financiamento coletivo feito mediante campanha nas redes sociais digitais, popularmente conhecidas como "vaquinha".

1.4 Mídia no vetor independente progressista

Com um deslocamento ou desmembramento de meios alternativos, mas que, em alguns casos, confundem-se com eles, existe o vetor de jornalismo e de veículos independentes (portais noticiosos, blogs, jornais, revistas, canais e perfis audiovisuais nas mídias sociais digitais, plataformas) que perfilam características diferenciadas, apesar de haver algo em comum no que diz respeito a temáticas, abordagens e posições político-ideológicas, por exemplo. Tendem a defender a ética da profissão jornalística em sintonia com princípios, como servir ao interesse público, à verdade, a ouvir os dois lados e à objetividade.

A categoria independente, tão problemática quanto a alternativa, "se configura na literatura como desvinculação política e econômica, como compromisso autocentrado, mais especificamente, no caso do jornalismo, restringe-se à não vinculação com interesses políticos vigentes e à ideia de neutralidade [...]" (Fígaro, 2018, p. 39). Em outras palavras, os meios ou o jornalismo independente não interpretam literalmente o sentido vocabular da palavra independente, mas pretendem se caracterizar como livre das amarras narrativas (Marcos, 2021) e dos modos de operar da mídia tradicional oligopolizada, dos grupos dominantes no exercício do poder político e da dependência da publicidade das grandes corporações, dentro da lógica do capitalismo neoliberal.

Em geral, são meios vinculados a coletivos populares, cooperativas, indivíduos, equipes de jornalistas, Organizações Não Governamentais (ONG), Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), mas também microempresas empreendem nessa área, ou seja, atuam como pequenas unidades de produção e de "negócios" em busca da sustentação econômica e financeira tanto das organizações como a remuneração dos colaboradores que nelas atuam, quiçá miram alguma rentabilidade, o que ajuda a explicar o porquê de se considerarem independentes, e não alternativos; já que os meios alternativos não se caracterizam como negócio que visa ao lucro. Entretanto, quando alguns meios se constituem

como empresas, podem até ser consideradas como independentes, já que o conceito é ambíguo e carregam o peso de algumas características do alternativo, mas estão a um passo do mercado convencional do setor privado das comunicações. As fronteiras só são passíveis de serem claramente percebidas no bojo das práticas desenvolvidas, que também mutáveis ao longo do percurso.

Nesse ínterim, alguns meios se assumem como empresas, mas independentes, possivelmente devido às desvinculações antes mencionadas. Por outro lado, complementando a nebulosidade do setor alternativo/independente, em outros casos, apesar de terem um histórico como alternativos, algumas iniciativas tendem a se autodefinir como independentes (Fígaro, 2018; Marcos, 2021; Bastos, 2021), como é o caso do *Midia Ninja*, *Agência Pública*, *Ponte Jornalismo*, entre outros.

Entre esses tipos de organizações estão novos arranjos econômicos e de trabalho caracterizados como alternativos/independentes ou empreendedor/inovador criados por profissionais jornalistas (Fígaro; Nonato, 2017) para fazer frente à crise do Jornalismo que tem provocado a redução da empregabilidade no setor, mas também como opção de trabalho que pode ser executado com mais liberdade em relação aos condicionantes do grande capital. Os meios *Revista Fórum*, *Agência Pública*, *AsMina*, *Nexo*, *Opera Mundi*, *Amazônia Real*, *Jornal Pessoal*, *Catraca Livre*, *Aos Fatos*, *Meteoro Brasil*, *Revista Badaró*, *Ponte Jornalismo*, o coletivo *Desenrola e Não Me Enrola* (Coletivo de Comunicação Periférica de São Paulo – SP)[17], *Periferia em Foco* (Belém – PA), entre muitos outros[18], servem como exemplos, embora experiências

17 Este coletivo atua na zona sul de São Paulo e nasce tratando de temas relacionados à problemática da negritude e dos problemas da população que vive nas periferias. Atualmente, amplia seu espectro discutindo e reportando outras temáticas de interesse público e da população negra. Acompanhe em: https://desenrolaenaomenrola.com.br/

18 Ver o Mapa do Jornalismo Independente, criado pela *Agência Pública*, um mapa interativo que documenta centenas de experiências frutos de projetos coletivos: https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/

desse tipo, numa acepção mais ampla do alternativo e dependendo da fase em que são observados, podem ser considerados alternativos (Fernandes, 2019; Peruzzo, 2009; Ramalho; Maia; Gradim, 2021; Carvalho, 2011; Fígaro, 2018), pois em alguns aspectos de fato o são, ao incorporarem características como modos de gestão e operação não hierárquico, abordagem e tipo de conteúdo, formas de financiamento das atividades, tipo de remuneração etc.

O cerne dessas iniciativas é a produção jornalística, de linha progressista, que preenchem espectros da informação diferenciada, aprofundada e crítica, tão desejável à sociedade. No conjunto, apesar de haver a convenção de dizer que estão fora do espectro da grande mídia, acabam fazendo parte da esfera pública midiática, pois participam da difusão de conteúdos que suprem a sociedade como fontes alternativas de informação[19], principalmente hoje em dia, quando a internet possibilita a disseminação pública da informação, embora sejam em escala menor e de caráter vanguardista. Contudo, essa interação é ainda mais visível quando alguns coletivos produzem conteúdo para os veículos da mídia convencional, por exemplo o Coletivo Popular Periferia em Foco, de mídia independente, da região metropolitana de Belém (PA), que é contratado para produzir reportagens para o jornal o *Estado de São Paulo*, como estratégia deste de trazer conteúdos e abordagens mais enraizadas em realidades periféricas para veicular em seu portal[20]. Talvez seja nesse sentido a constatação de que o "adjetivo independente dialoga na dúbia chave: a) sem compromisso com os interesses dos conglomerados de mídia; b) sem

19 Na medida em que se desenvolvem, acabam fazendo parte do sistema convencional de mídia, competindo no mercado e, em parte, coincidindo em termos de linha editorial com alguns veículos da mídia progressista tradicionais que perfilam na mesma direção, como a *Carta Capital*, *Revista Piauí*, *Portal Metrópoles* etc.

20 Veja uma das reportagens: https://expresso.estadao.com.br/naperifa/no-para-projetos-combatem-a-violacao-de-direitos-das-criancas-e-dos-adolescentes/. Projeto semelhante é desenvolvido também pelo jornal *Folha de S. Paulo*, entre outros veículos.

fazer oposição aos conglomerados de mídia – podem ser parceiros ou concorrentes" (Fígaro, 2018, p. 16).

Semelhantes aos meios alternativos, os independentes progressistas buscam a sustentação principalmente por meio de recursos provindos de assinaturas, contribuições e/ou de projetos advindos de editais públicos e de corporações privadas, monetização digital, *crowdfunding*, anúncios publicitários, *paywall*[21] (acesso pago) ou prestação de serviços, dependendo de cada organização social. Organizados ou não como empresas, há a tendência de a remuneração dos profissionais ocorrer por trabalho de freelancer e *home office*. É característico ainda dos últimos tempos o fato de se auto-organizarem remotamente para produzir e difundir conteúdos (documentários, vídeos, portais de notícias na internet, podcast, impressos etc.) e difundi-los através de plataformas on-line, canais audiovisuais, canais e perfis em mídias sociais digitais, blogs ou em portais e sítios próprios.

Por fim, pontuo que meios independentes e o jornalismo independente tendem a aumentar sua importância e fazer parte mais substantiva do cenário da mídia convencional à medida que crescem como empresas e desenvolvem seu alcance e sua pretensão de coberturas informativas e de audiência (seguidores, assinantes), a exemplo do *Portal Metrópoles*[22], coincidindo, em termos de linha editorial e status empresarial, com alguns veículos da mídia progressista tradicionais que perfilam na mesma direção, como a *Carta Capital*, *Revista Piauí* etc. Esse desenvolvimento tende a ter relação com sua performance nas plataformas digitais ao conseguirem grande número de usuários, assinaturas, seguidores e acessos, o que lhes garante a entrada de recurso via monetização.

---

21 *Paywall*, termo em inglês que significa "muro de pagamento", ou seja, quando o acesso a conteúdos só é permitido se for pago.

22 O *Portal Metrópoles* informa que alcança 86 milhões de usuários por mês. Ver em: https://www.metropoles.com/quem-somos

1.5 Mídia independente no vetor conservador e no conservador extremista fascista

Os meios de comunicação independente e o jornalismo independente não são privilégio dos progressistas. Estes existem também no âmbito político conservador e disputam espaço no debate na esfera pública mediática, mas refletindo múltiplas posições político-ideológicas da sociedade, perfilam nesse universo midiático tanto os meios de tendências conservadora, a exemplo do *O Antagonista* e a *Revista Crosué*, quanto conservadora extremista fascista, comentados mais adiante. Contudo, diante do sentido impreciso do termo independente, aqui são entendidos como independentes, especialmente em relação aos conglomerados de mídia, seu perfil conteudístico, rotinas produtivas etc., pois essa independência não se mostra evidente em relação ao governo, pelo menos entre os anos 2019–2022, no Brasil. São iniciativas constituídas por pessoas individualmente, grupos, pequenas empresas etc. que usam portais, produtoras de conteúdos, sites, blogs, canais audiovisuais, páginas nas mídias digitais e redes em aplicativos etc. para difundir seus conteúdos. Estes têm suas fontes de sustentação[23] em rendas próprias ou mediante anúncios publicitários, *paywall*, assinaturas, doações, contribuições, monetização pela atuação na internet etc.

A compreensão sobre esses meios de caráter político-ideológico conservador, que se proliferam nos anos recentes, remete a um histórico que tem como um dos marcos simbólicos as Jornadas de Junho de 2013 (Gohn, 2017; Peruzzo, 2013), quando grupos de direita disputaram o espaço nas ruas e praças públicas com os movimentos

23 Eu excluiria desse vetor, como também do vetor alternativo, aqueles meios que se estruturam na lógica empresarial, alguns com alta rentabilidade, uma vez monetizados por repasse financeiro do sistema digital. Estes se enquadrariam no sistema da mídia convencional, privada, mesmo que de pequeno porte, só que com perfil de direita.

sociais, com suas pautas em favor da melhoria da educação pública e da saúde, para protestarem contra o governo Dilma Rousseff (2011–2016) e partidos políticos de esquerda.

No âmbito das grandes manifestações públicas dessa época, no início de cunho reivindicativo e de protesto contra o aumento do preço da passagem do transporte coletivo, a participação cidadã, alguns meses depois e na fase final dos protestos, foi se tornando mais obscura, quando indivíduos de classe média e alta passaram a usar com intensidade os meios digitais para avançarem uma agenda conservadora, nacional populista, neoliberal e inclusive militarista (Jimenez-Martinez; Tufte; Suzina, 2020). É dessa época a aparição pública do autodenominado Movimento Brasil Livre (MBL) e do Vem Pra Rua, que mais tarde, em 2015, atuaram em favor do Impeachment da então presidenta, que foi destituída do cargo em 2016, e em seguida colocaram suas figuras mais conhecidas, que ganharam projeção nessas manifestações, a atuar na disputa eleitoral para instâncias diversas do poder legislativo, o que revela seus interesses eleitorais e partidários de direita presentes desde as manifestações de 2013.

Nessa dinâmica histórica, e com o passar do tempo, outros fatores intervieram no debate público, especialmente as denúncias de corrupção, indiciamentos, prisões etc. de pessoas ilustres sob a direção de um setor da Justiça que ficou conhecido por Força Tarefa Lava Jato[24], que com apoio jornalístico dos conglomerados de mídia estabeleceu-se todo um clima de construção do imaginário de indignação que favoreceu os protestos e arranjos político-partidários de direita, melhor dizendo, das direitas no Brasil. Entre elas, perfilam correntes como a de direita conservadora tradicional — que sempre existiu como defensora do capitalismo liberal e do tradicionalismo cultural e político, até a chamada nova direita, que desenvolve meios próprios

24 Apesar da importância do trabalho de combate à corrupção da Lava Jato, mais tarde vários processos foram anulados judicialmente por inconsistências jurídicas constatadas.

de comunicação para difundir suas posições, além de já possuírem respaldo de parte da mídia convencional.

A nova direita (Chaloub; Perlatto, 2016), ou novas direitas, ou ainda novíssimas direitas (Rosa; Rezende; Martins, 2018), teriam emergido nas últimas décadas no contexto do "ressurgimento de vertentes variadas do pensamento de direita em diversas partes do mundo, impulsionadas – de maneira geral, pela crise do Estado de Bem-Estar social e pelo abalo provocado no pensamento marxista pelo desmoronamento do bloco soviético" (Chaloub; Perlatto, 2016, p. 71). No Brasil, o distanciamento temporal da Ditadura Militar teria impulsionado certo esquecimento de atrocidades e o não constrangimento na manifestação de visões "de direita", além da reação de atores liberais às políticas voltadas ao bem-estar social de governos petistas[25], ancoradas na agenda do Estado mínimo (Chaloub; Perlatto, 2016).

Esse cenário político e social foi se configurando na esfera pública narrativas com posições extremadas contra as esquerdas e a favor de agendas tradicionais de direita[26], unindo o conservadorismo moral e a adesão ao capitalismo liberal, que foram "ganhando espaço, sobretudo, entre as camadas médias, desempenhando papel

---

25 Governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

26 São visões de mundo também compartilhadas por intelectuais, jornalistas, influencers e por redes institucionais, por exemplo o Instituto Millenium, que já desfrutam de amplos espaços nos meios de comunicação convencionais e no mercado editorial, garantindo a disseminação de seus conteúdos. Chaloub e Perlatto (2016) mencionam alguns desses intelectuais: Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo (*Folha de São Paulo*), Luiz Felipe Pondé (*Folha de São Paulo*), Rodrigo Constantino (*O Globo*), Guilherme Fiuza, Marco Antonio Villa (*O Globo*), Denis Lerrer Rosenfield (*O Estado de São Paulo*), Diogo Mainardi (*Revista Veja, O Antagonista, Revista Crosué*), entre outros, que ganharam espaço no debate público do país, até por serem colunistas de jornais de referência, como os mencionados, além de atuarem nas mídias digitais com suas agendas de direita, como Twitter e Facebook.

decisivo na eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República em 2018" (Puglia, 2018, p. 42).

Assim, no âmbito das novas direitas são operadas mídias independentes, tomadas no sentido clássico de serem desvinculadas dos conglomerados de mídia, de grandes grupos econômicos e governos, considerando conceitos já discutidos, mas que nos anos recentes essas características acabam se tornando nebulosas. Na prática, há perfis distintos, e entre eles estão os meios de comunicação de direita (jornais, portais, blogs, sítios e redes em mídias digitais e em aplicativos) e, inclusive, canais nas mídias sociais manejados por influenciadores digitais[27], entre eles os que se mostraram vinculados política e ideologicamente ao então governo Bolsonaro (2019–2022), além de possuírem interesses econômicos e de se constituírem como empresas, o que, se observados no rigor do conceito, seriam transladados para a esfera do mercado midiático comercial convencional.

As mídias desse segmento são os meios de linha político-ideológica conservadora, mas parecem se configurar em duas correntes: uma de direita conservadora tradicional e a outra de extrema direita conservadora. Ambas defendem o liberalismo e o neoliberalismo — a livre iniciativa e redução do papel do Estado, os valores tradicionais do patriarcalismo e a democracia —, mas da corrente extrema direita conservadora se sobressaí a tendência fascista, a qual ganhou grande repercussão nos anos recentes no Brasil, em especial durante a campanha eleitoral para presidência em 2018 e durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), beneficiando-se do uso massivo das redes nas mídias digitais e em aplicativos de mensagens tipo WhatsApp e Telegram.

O fascismo se fundamenta numa política e em táticas (Stanley, 2020) voltadas a criar consensos em torno da recuperação de

---

27 Cabe comentar que esse ambiente também não deveria ser confundido com a atuação de atores como os que já atuam dentro das corporações midiáticas (jornalistas da mídia convencional que mantêm seus blogs individuais).

um passado mítico glorioso, com apelo à noção de pátria e a defesa da hierarquia patriarcal[28]; defesa da limpeza étnica[29]; uso da propaganda para distorcer conceitos e desacreditar instituições; cultivo de hierarquias autoritárias e intenção de criar um líder; e o uso da lei e da ordem como apelo para justificar o "nós" — os bons, os honestos, os bem-aventurados — contra "eles" — os preguiçosos, criminosos, "esquerdistas", corruptos; ataques à universidade[30], à ciência e a intelectuais; instituição de políticas em prejuízo do bem-estar social, entre outros aspectos.

Depois de um certo tempo, "com essas táticas, a política fascista acaba por criar um estado de irrealidade, em que as teorias conspiratórias e as notícias falsas tomam o lugar do debate fundamentado" (Stanley, 2020, p. 16), tal como se viu no Brasil. O debate fundamentado

---

28 O que ajuda a explicar os ataques ao respeito às diferenças de gênero, pois representa uma ameaça à família patriarcal, além da defesa da escola tradicional na qual se imagina a prevalência da autoridade máxima do professor. Nesse sentido, Paulo Freire foi execrado e chamado de energúmeno por Jair Bolsonaro (ver em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml) e até tentaram cassar seu título de Patrono da Educação Brasileira.

29 Discursos em desfavor de algumas etnias, o racismo e as estratégias um tanto camufladas de genocídio demonstram o argumento comum de pretensa superioridade do branco. Nesse sentido, pode-se fazer uma aproximação do referido governo, por meio da atuação de algumas figuras públicas que não se importavam com a morte dos mais fracos (pobres, idosos) por conta da covid-19 em plena pandemia do Coronavírus, o que tem correlação com a efetivação da política antivacina e anticiência efetivadas.

30 Um ex-ministro da educação da época disse que as Universidades Federais são espaços de balbúrdia, politicagem e ideologização (ver em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/), em desrespeito ao trabalho de formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa científica efetivados por essas instituições.

é "substituído por mentiras óbvias repetidas", processo pelo qual "a política fascista destrói o espaço da informação" (Stanley, 2020, p. 60).

O estudo de Stanley (2020) sobre como funciona o fascismo é fundamentado com observáveis precisos sobre como operou o fascismo ditatorial de Bento Mussolini na Itália (1922–1943), fascismo explícito no nazismo de Adolf Hitler (1933–1934) na Alemanha, e algumas políticas fascistas do governo de Donald Trump nos Estados Unidos (2017–2021). O autor não faz referência ao Brasil, mas há passagens no livro que permitem enxergar algumas coincidências com o período no exercício do poder de Jair Bolsonaro (2019–2022), que teve seu plano de continuidade no poder derrotado nas eleições presidenciais de 2022. A distorção e os conteúdos e fatos, até históricos, como sobe a índole da Ditadura Militar no Brasil, a posição anticiência em plena pandemia da covid-19, o fundamentalismo religiosos apregoado, os preconceitos discriminatórios contra negros e indígenas que favorecem sentimentos de presumível superioridade branca, o incentivo ao armamento e a divisão da sociedade entre os bons (eles) e os maus (os outros que não comungam com suas ideias e interesses, chamados de "comunistas", "esquerdopatas", "petralhas") são exemplos corriqueiros vividos nesse período de governo, o que alimenta a discriminação e o ódio[31].

Os meios utilizados para a disseminação de conteúdos, não necessariamente jornalísticos, por essa segunda corrente andaram se autodefinindo como alternativos, mas se diferenciam da mídia alternativa e da independente progressistas até então experimentadas no país. Revelaram-se anticívicos e antidemocráticos deliberadamente difusores de desinformação e intencionados a caluniar, desestabilizar o *status quo* democrático no país ao pregar contra as instituições,

31 O discurso de ódio e preconceito contra raça, etnia, cor da pele e condição social é proibido pelo artigo 3º, Inciso IV e pelo artigo 5º da Constituição, e também pelo Código Penal Brasileiro, artigo 53, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras Convenções internacionais.

difundir *fake news* e outras informações falsas, além de conteúdo de ódio e contra a saúde pública, mesmo em período de pandemia. Desse modo, transmitem um reacionarismo anticívico e anticonstitucional, pois contribuem para encher as redes digitais e redes em aplicativos de mensagens com esse tipo de conteúdo, o que colabora com a formação de consciências antipatriotas, em nome do patriotismo, e golpistas alinhadas a interesses de grupos no exercício do poder, como no caso do Brasil, na época do governo Bolsonaro. Algumas consequências desse tipo de postura, alinhada a outros fatores, apareceram no dia 8 de janeiro de 2023, quando da invasão e depredação das três mais importantes instalações dos poderes da República: Supremo Tribunal Federal, Palácio do Planalto e Congresso Nacional. Claro que essas mídias não foram responsáveis por esses acontecimentos, mas não se pode ignorar que aos poucos foram contribuindo para a formação de opiniões e ações contrárias aos direitos de cidadania e à própria democracia como ordem estabelecida pela Constituição do país.

Dentro da ordem democrática estabelecida no Brasil, seria natural que defendessem o ideário liberal e o tradicionalismo cultural e político, entretanto, o que se verificou foi a incorporação por parte de um segmento de atores extremistas de práticas e valores políticos e ideológicos que correspondem aos fundamentos do fascismo, como os apontados por Stanley (2020).

Em última instância, algumas dessas mídias se autodeclaram independentes e outras alternativas, mas se diferenciam totalmente da mídia alternativa, segundo os conceitos já abordados e por se aproximarem do fascismo, além de outras razões como as discutidas a seguir.

Primeiro, porque refletem posições do fascismo ao disseminarem conteúdos divisionistas nomeando os bons e os maus, o que incentiva o ódio, a violência, o uso desmensurado de armas de fogo, a misoginia, a homofobia, o racismo contra pessoas negras e contra as identidades de gênero. Não bastassem esses aspectos, também se incentiva a desestabilização de instituições da República e do regime democrático constitucionalizado, distorcendo informações e valendo-se em

grande medida do impulsionamento pago de robôs, que falseiam o real alcance e repercussão de postagens e acessos. A propagação de calúnia, injúria e difamação[32] de figuras públicas, a criação e difusão de *fake news* e outros conteúdos mentirosos sobre diversos outros assuntos. A disseminação de informações falsas prejudicando a saúde pública ao pregar contra a vacina preventiva do SARS-CoV-2 (Coronavírus) e os cuidados em relação à covid-19[33], não se importando com a vida humana, além de passarem informações inverídicas, anticientíficas e contra universidades. Portanto, são conteúdos de caráter antidemocráticos e contra o interesse público, pois este está resguardado pela Constituição e outras leis, e na medida que estas são desrespeitadas ao se violar os direitos por elas assegurados, por exemplo quanto a não discriminação, preservação da honra pessoal, do cuidado com a saúde pública e paz social, está se infringindo a lei de modo criminoso.

Segundo, por serem meios manejados por pessoas (*digital influencers*), grupos e pequenas empresas, em especial através de portais, plataformas, sites, blogs, canais audiovisuais (no YouTube, por exemplo), perfis nas mídias digitais, além do uso de redes em aplicativos de mensagens, entre outros, aparentemente independentes, de fato eram alinhados política e ideologicamente ao então governo Bolsonaro, o que descaracteriza uma das dimensões do alternativo e do independente.

A imprensa tradicional[34] divulgou que empresas midiáticas desse setor, que, em parte, teriam sido até pautados por fontes do então governo em consonância com a provável existência não oficial de um "gabinete do ódio", que teria sua base nas instalações do Palácio

---

32 Código Penal Brasileiro (Decreto Lei 2.848/1940), estabelece nos artigos 138, 139 e 140 que caluniar, difamar e injuriar alguém são crimes contra a honra.

33 O Código Penal Brasileiro, no artigo 268, imputa crime a quem infringe "determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa".

34 Veja matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo: https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-e-o-gabinete-do-odio-entenda-as-investigacoes-da-pf/

do Planalto[35], estavam imbuídas da produção desse tipo de conteúdo, cujas evidências foram denunciadas por meios de comunicação[36], assim como também tem sido comum a reprodução de mensagens fraudulentas (informações falsas e conteúdo de ódio) nas redes digitais por agentes do próprio governo da época, em nome da "liberdade de expressão"[37].

O antigo canal Terça Livre[38] foi desativado pela Justiça por sua atuação nas mídias digitais na difusão de informações falsas, de difamação e afronta à ordem democrática, e cujo dono, reprodutor incondicional das ideias de Olavo de Carvalho, está sob ordem de prisão e é foragido da Justiça no exterior. Outro exemplo é o *Jornal da Cidade Online*, que se apresenta como empresa localizada no Rio Grande do Sul e que se dizia comprometido "com a análise dos fatos, material opinativo, pluralidade e compromisso com a verdade", em 30 de janeiro de 2023[39], um mês após a posse do novo presidente brasileiro, eleito em sufrágio universal, continuou negando identificar Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, preferindo chamá-lo de "ex-presidiário", termo muito usado pelos bolsonaristas extremistas na campanha eleitoral de 2022, e a disseminar ódio e desinformação. Entre tantos outros, menciono ainda o Brasil Paralelo (razão social: Brasil Paralelo Entretenimento e Educação), que se define como independente e se declara como empresa brasileira

---

35 Sede do poder executivo, em Brasília – DF.

36 Sobre a existência de um gabinete do ódio ver também: https://www.brasildefato.com.br/2022/02/11/pf-confirma-a-existencia-de-gabinete-do-odio-em-relatorio-enviado-ao-stf-leia-o-documento

37 A liberdade de expressão, um direito assegurado pela Constituição do país, foi deslocado do seu lugar cívico para tornar-se crime, uma vez confundido com liberdade para discriminar, oprimir e difamar ferindo princípios e regras legais.

38 Ver notícia sobre a exclusão do canal das mídias digitais: https://www.poder360.com.br/midia/youtube-suspende-mais-uma-conta-de-allan-dos-santos/

39 Mais informações sobre esse site em: https://www.jornaldacidadeonline.com.br/paginas/institucional

fundada em 2016 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e produtora de conteúdo "sem qualquer ideologização", mas nos seus textos assume seu viés ideológico de extrema direita conservadora[40]. Declara como sendo sua missão "resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros" (Sobre Nós, [2016?]).

Ao funcionarem como empresas, esses portais, canais, sites desviam-se até da denominação "independente", tal como antes discutida do ponto de vista conceitual na perspectiva progressista, embora, ao que transparece, mantenham rotinas produtivas diferenciadas e uma relação de antagonismo com as grandes corporações midiáticas, embora nem todas, pois se conheceu também a atuação da Rádio Jovem Pan, entre outros veículos, com um posicionamento político e ideológico em sintonia com o "bolsonarismo extremista".

Em razão das contradições discutidas, a qualificação desse tipo de mídia como independente é um tanto provisória, datada, podendo mudar a depender do desenrolar de suas unidades de negócio, até porque, em geral, apresentam-se como empresas. Desse modo, acabam fazendo parte do macro sistema midiático majoritariamente liberal-conservador. Por outro lado, a perspectiva de independente não é uníssona, podendo, inclusive, significar apenas uma independência, do ponto de vista da deontologia jornalística, como uma autonomia para tratar a informação de modo imparcial e objetivo. Nesse sentido, "mídias bolsonaristas" se diziam antagônicas aos principais meios de comunicação hegemônicos brasileiros.

Esse antagonismo em relação à grande mídia não é apenas do ponto de vista estrutural, mas também de posição discursiva. Wilson Gomes (2020) comentou que o jornalismo independente — como ele identifica o jornalismo da grande imprensa "independente", aquele que crê na imparcialidade e na objetividade — e o bolsonarismo "vivem às turras". Esse jornalismo de referência vinha sendo desqualificado e tratado

40 Ver em: https://site.brasilparalelo.com.br/

com insultos[41], no contexto de então, em 2020, e nos anos posteriores. Mas, já percebia que interessava ao "bolsonarismo" que o jornalismo da imprensa tradicional fosse "destituído de sua jurisdição social, da sua competência reconhecida, poder simbólico de arbitrar sobre narrativas falsas ou verdadeiras", porque se almejava um alinhamento aos projetos de uma "ecologia midiática de direita – composta por blogs, perfis de influenciadores de direita em mídias digitais, sites de notícias destituídas de verdade e outras formas de produção e distribuição de fake News – a ocupar o lugar" do jornalismo e dos jornalistas (Gomes, 2020, p. 2).

Em terceiro lugar, essa vertente midiática, mesmo que às vezes tente se passar por mídia alternativa, também se distingue frontalmente desta quando possui interesses econômicos voltados ao lucro em suas operações. São meios que se sustentam financeiramente com base em assinaturas, doações, contribuições, anúncios publicitários e a monetização no ambiente digital. Aliás, são muito bem pagos por intermédio do dinheiro da publicidade de anunciantes gerados a partir da navegação na internet; acessos, cliques e curtidas de usuários dos canais digitais gerando numerário, que é repassado aos donos de portais, sites, blogs etc. pelos gigantes da mídia digital e pelos esquemas de pagamento de influenciadores. Entre junho de 2018 e maio de 2020, 12 canais bolsonaristas ganharam R$ 4,2 milhões de reais no YouTube, segundo resultado de investigação da Procuradoria Geral da República divulgado em 2021 pela *BBC News* (Magenta; Schreiber, 2021).

A liberdade de expressão é evocada por esses grupos para justificar os abusos cometidos por expoentes e defensores dessas mídias conservadoras antidemocráticas, cujos mentores intelectuais tentam fazer crer que haja um "sistema opressivo de esquerda" (Vrydagh; Jiménez-Martínez, 2020) dominando a sociedade.

---

41 Foram contabilizadas, em 2022, 376 casos de agressão a jornalistas por Jair Bolsonaro. Mais detalhes em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/com-bolsonaro-2022-registrou-376-casos-de-agressao-a-jornalistas/

Um dos intelectuais que alimentou essa visão no interior dessa corrente de ativistas midiáticos extremistas foi o Olavo de Carvalho, que se autodenominava filósofo, desfrutando de certa devoção a ideias e ideologias por ele articuladas. Por ser visto como o maior influenciador das novíssimas direitas conservadoras no Brasil e ter influenciado a política brasileira de 2019 a 2022, chegou a ser identificado como guru do bolsonarismo. Segundo Felinto (2020, p. 2), entre seus imaginários delirantes[42] difundidos em livros, redes digitais, palestras, entrevistas e cursos on-line, pregou o combate à suposta "hegemonia cultural de esquerda" e ao Foro São Paulo, visto como "parte importante de um complô esquerdista de dominação na América Latina".

Nesse sentido, na visão dele, o Foro São Paulo se "constituiria o braço local de uma conspiração comunista[43] visando fazer do Brasil o celeiro do movimento" (Felinto, 2020, p. 8), algo totalmente distante da realidade, num momento que o comunismo anda bastante ausente do debate político. Acrescenta-se ainda que as ideias de Olavo de Carvalho têm forte ancoragem em fundamentalismos religiosos que defendem crenças messiânicas (Felinto, 2020) e etnocêntricas, ou seja, numa cosmologia ocidental e conservadora, amparada na caricaturização de visões da tradição judaico-cristã imbuídas de certa hierarquização de valores, segundo sua própria perspectiva (Rosa; Rezende; Martins, 2018). Esse tipo de posicionamento

---

42 Um dos exemplos: "Em vídeo intitulado 'Rock, Beatles e Satanismo', postado no YouTube em dezembro de 2019, Carvalho sugere que Woodstock, o êxito do rock e a difusão do LSD devem-se, em última instância, à ação da Escola de Frankfurt!" (Felinto, 2020, p. 8).

43 Na época da pandemia do Coronavírus, o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araujo, adepto de Olavo de Carvalho, chegou a conjecturar que o consórcio Covax Facility, articulado pela Organização Mundial de Saúde como forma de favorecer a distribuição mais equitativa da vacina contra a covid-19, fazia parte de uma manipulação da China para implantar o domínio capitalista no mundo (Uchôa, 2021, s/p).

> [...] simplifica de tal maneira a realidade que a polarização se torna a única possibilidade cosmológica e, portanto, a forma exclusiva de enxergar o mundo e mais, esse mundo passa a ser constituído de "nós" e "eles". Certamente para as novíssimas direitas conservadoras, "nós" somos as pessoas de bem, que trabalham, que seguem uma vida cristã, dentro da lei e da ordem, dentre muitas outras características que, no limite, reiteram a condição de "civilizados"; enquanto "eles" são os esquerdistas, comunistas, anarquistas, índios, prostitutas, gays, drogados, defensores de bandidos e dos direitos humanos (Rosa; Rezende; Martins, 2018, p. 196-197).

Portanto, essas são visões das novas direitas que correspondem a alguns dos princípios do fascismo e que passam a ser assumidos por grupos conservadores, notadamente reprodutores da visão de mundo de Olavo de Carvalho. Estes passaram a se articular "por canais da internet, divulgando informações equivocadas, distorcidas ou mesmo sem uma fonte devida e que operam como digital influencers atuantes no campo das moralizações promovendo racismo de Estado em defesa da sociedade", na perspectiva de Foucault (Rosa; Rezende; Martins, 2018, p. 174).

Como se pode observar, a última vertente de mídia mencionada, a de direita conservadora extremista ou fascista, está inserida nesse circuito dos "independentes" e não cabe na categoria mídia alternativa, como já foi dito, pois fere os princípios da alternatividade, apesar de poder se enquadrar na categoria mídia radical (Downing, 2002), no caso, radical de extrema direita, que para o autor se constitui de forças radicalmente negativas quando são de cunho extremista, fascista e fundamentalista.

Esse tipo de mídia congrega formas de expressão que representam um segmento da sociedade, não simplesmente de direita, mas da extrema direita antidemocrática, que existe ao longo dos séculos, mas que ganha mais visibilidade e poder de circulação de suas ideias devido ao respaldo encontrado nas forças reacionárias no exercício

do poder político e a possibilidade de difundir suas posições diante do amplo acesso e domínio operacional das tecnologias da era da internet, fenômeno não apenas brasileiro, mas que acontece em vários países do mundo.

Contudo, a vigência da força da política fascista em alguns momentos da história não quer dizer que seja perene, apesar de poder ser prolongada. A história mostra que as superações e as resistências reposicionam o rumo do processo civilizatório na direção do respeito aos direitos fundamentais e da paz social. As lutas do indiano Mahatma Gandhi (1869–1948), do estadunidense Martin Luther King Jr. (1929–1968) e do sul africano Nelson Mandela (1918–2013), em momentos de acirrada crise moral e ética, e uma infinidade de movimentos sociais da atualidade, como o *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), movimentos sociais de mulheres, de negros, de pessoas não binárias e tantos outros, servem de exemplo para mostrar que sempre há protagonistas que trazem à tona exigências de desrespeito às diferenças e aos direitos humanos fundamentais como direitos de cidadania.

> *Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (Marx, 1986, p. 17)*

2. PRÁTICAS PARA ALÉM DE FRONTEIRAS CONCEITUAIS

Os matizes distintos que caracterizam na atualidade a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, e da mídia independente, portanto, aquela feita fora dos circuitos da mídia hegemônica, mas derivados dela, são distintos e revelam uma diversidade de iniciativas que participam do debate público, em geral em arenas ou públicos segmentados, mas por vezes repercutem no conjunto da sociedade. Diferentes fatores ajudam a dar o tom dos diferentes meios, formas

e jornalismos, entre eles os contextos históricos em que são forjadas, os interesses em questão e as condições políticas e econômicas em vigor. Em sua diversidade, cada vertente tem seu valor, validade e importância dentro do contexto social em que opera, exceto o desserviço prestado pelos meios anticívicos reprodutores de valores fascistas e suas ideias correspondentes voltados à desconstrução das conquistas cívicas e do interesse público em torno de um crescente movimento civilizatório em que a justiça e cidadania não sejam privilégios de alguns.

Às vezes, uma rádio comunitária, mesmo esvaindo-se do comunitarismo raiz, pode ter relevância local ou na comunidade identitária, pois acaba discutindo temas importantes e prestando serviços informativos e de entretenimento necessários aos segmentos nos quais e para os quais atua.

Diante da diversidade entre as referidas iniciativas — de comunitaristas às acomodativas e libertárias e as independentes —, há que se observar tanto as diferenças como as intersecções existentes que as aproximam entre si. Ao mesmo tempo que há distinção, há algo em comum, tanto do ponto de vista histórico que mostra num primeiro momento, o alternativo e o comunitário entrelaçados (Peruzzo, 2008), ou seja, como expressões do popular, quanto das estratégias de conteúdo direcionadas ao interesse público e à ampliação dos direitos de cidadania, inclusive a comunicacional. Assim sendo, desenvolvem, de alguma forma, certas resistências ao controle dos meios de comunicação e das tecnologias pelas grandes corporações midiáticas ligadas a poderosos grupos econômicos e políticos, e contribuem para a ampliação de vozes cidadãs visando democratizar a comunicação. Em suma, mesmo as iniciativas menos democratizadas, tanto na gestão quanto da produção de conteúdos, não deixam de ser formas de apropriação de meios ou canais de comunicação por segmentos ou membros das classes subalternizadas que exercem o direito de comunicar.

Por outro lado, as categorias e vertentes desenvolvidas neste capítulo têm um propósito didático no sentido de favorecer a compreensão

das distinções, mas ressaltando que não existem fronteiras predefinidas e nem mesmo perenes nesses processos de comunicação. As práticas sociais são datadas, dinâmicas e se alteram constantemente. Razão pela qual cabe o reconhecimento de que as abordagens diversificadas, inclusive aquelas que classificam distintas iniciativas do midiativismo como alternativas (Carvalho, 2011; Fernandes, 2019; Ramalho; Maia; Gradim, 2021; Downing, 2002; Barranqueiro; Theré 2021; Peruzzo, 2009, 2023) ou como contra hegemônicas (Marcos, 2021), partem de fundamentos teóricos consistentes e capazes de trazer outros tipos de explicações igualmente válidas, até porque sempre situam-se num determinado tempo e espaço com as configurações então identificáveis e que revelam o estado da questão naquele momento.

O cenário é dinâmico e complexo e com contradições internas, cuja compreensão exige estudo das realidades específicas. Isto é, não é afeito a generalizações e classificações apressadas do que seja a comunicação popular em contraponto à comunitária, ou do que seja o alternativo ou o independente, simplesmente porque está fora do eixo da grande mídia corporativa. Os fatores que definem os fenômenos de mídia popular, comunitária, alternativa e independente são múltiplos. Desse modo, conceitos definidos a priori, tomando como referência fronteiras conceituais estritas e inflexíveis, podem turvar o olhar sobre as artimanhas desse complexo diverso e movediço de uso dos meios por diferentes atores na era da internet. A realidade é enganosa e engenhosa (González, 2007). A compreensão mais precisa dos fenômenos comunicacionais em questão requer a observação dos processos desenvolvidos, situados nos variados contextos — comunicacional, econômico, social, político, cultural, jurídico e ideológico —, que se interrelacionam e dão a cara dos fenômenos comunicacionais.

Distinções, dentro desse manancial de experiências, são possíveis e recomendadas[44], porém, servem mais para a compreensão

44 Ver sobre as diferentes tentativas de diferenciação em: Peruzzo (2009), Miani (2011), Mattia e Lazzarotto (1996), Giannotti (2016), Fígaro (2018).

dos fenômenos do que para a formação de esquemas classificatórios que tendem a excluir o que não se enquadra facilmente, o que camufla a realidade. Há que ser observar as intersecções entre o popular, o comunitário, o alternativo e o independente tecidas nas práticas sociais, e que se renovam constantemente. Nesse sentido, é importante que o olhar atual sobre os conceitos de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, e a mídia independente, enquanto categorias, leve em conta o contexto e o tempo histórico em que foram pensados, pois refletem a realidade concreta e o nível de conhecimento disponível de cada época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário dos meios "alternativos" antes analisado, observou-se a existência de distintas práticas de Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, e de mídia independente, como categorias. Ou seja, para que seja possível falar de modo abrangedor de distintas iniciativas de comunicação para a cidadania, ou de comunicação para mudança social, como se prefere denominar em outras partes da América Latina. Por um lado, suas origens no contexto dos movimentos sociais revelam matrizes teóricas que apontam para uma posição epistêmica voltada ao humanismo e à transformação das estruturas injustas e, por outro lado, na prática, diversos matizes são criados. Enfim, não existe um único modo de fazer a "contracomunicação", além de nem sempre se configurarem em oposição aos macros sistemas econômico e político instituídos.

Algumas iniciativas se caracterizam como de resistência e, ao mesmo tempo, são proativas, de caráter comunal, refletido no nível avançado da qualidade da participação popular. Outras práticas de comunicação são mais acomodativas, ao buscarem a solução de problemas imediatos e tópicos, e assim tentam redesenhar o "modelo" de desenvolvimento social e da cidadania como caminho para a mudança da realidade de grupos e segmentos sociais oprimidos. Há também experiências

de perspectiva mais combativa, ou libertária, que lutam por transformações estruturais econômicas, políticas e culturais mais profundas. Para completar esse cenário, incluem-se os meios situados no campo das alternativas de mídia — e do jornalismo alternativo — que priorizam a criticidade e a contrainformação em benefício do interesse público, além das mídias independentes com novas formas de produzir e disseminar conteúdos, mas também existem os "independentes" conservadores e os conservadores extremistas/anticívicas ou fascistas. A diferença entre esses "independentes" é que os progressistas prestigiam a deontologia do Jornalismo — posicionamento ético, de compromisso com a verdade, interesse público, objetividade, independência a grupos (Figaro, 2018) —, o que, do meu ponto de vista, não se vê nessa outra geração midiativista da direita fascista que privilegia a pseudoverdade, a desinformação, a desestabilização da democracia e a discriminação.

Em última instância, todas as formas de comunicar de cunho cívico por parte dos segmentos sociais alijados do acesso equitativo aos de meios de comunicação que o desenvolvimento tecnológico possibilita são conquistas sociais por liberdade de expressão, sem esquecer que a liberdade de expressão se circunscreve aos limites da Constituição de 1988, construída com ampla participação civil após o fim da Ditadura Militar, e das leis instituídas, dentro das regras da democracia, do contrário, além de opressiva, ela se reverte em crime ao afrontar o regramento jurídico e os direitos humanos, sociais e políticos adquiridos socialmente.

Entre os meios populares e comunitários o desafio é, ao respeitar as diferenças, desenvolver o espírito comunitário, o nós — o *nosotros*, o *uor* —, o sentido do comum, do comunal, em superação ao individualismo e ao anticivismo.

O anticivismo, investido de pressupostos fascistas e apelos anticonstitucionais, povoa manifestações midiáticas de setores da nova extrema direita e vem encontrando maior guarida, em especial a partir das facilidades trazidas pelas mídias e redes digitais e em aplicativos de mensagens.

Enfim, existe um embate entre forças que pregam a discriminação, a violência e o retrocesso no caminhar da humanidade que vai na direção da civilidade planetária, e da sociedade brasileira em particular, e aquelas que, pelo contrário, lutam por mudanças humanitárias crescentes para a constituição de um mundo novo, no caminhar para o bem viver e a democratização da cidadania como direito humano universal.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. O que o precariado? **Blog da Boitempo**, São Paulo, 22 jul. 2013. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o--que-e-o-precariado/. Acesso em: 29 set. 2023.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R.; SILVA, J. B. da. Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH,** Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-528, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 nov. 2023.

ARAUJO, V.T de. **O que é imprensa negra?** Diálogos sobre comunicação e negritude no Brasil. Florianópolis: Insular, 2021.

ATTON, C. **Alternative media**. London: Sage Publications, 2002.

ATTON, C; HAMILTON, J. F. **Alternative Journalism.** London: Sage Publications, 2008.

BARBOSA, P. E. S. **Trajetória da imprensa lésbica no brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. Tese

(Mestrado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

BASTOS, P. N. Dialética da insularidade: notas para compreensão da hegemonia popular. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 29., 2020, Campo Grande. **Anais**... Campo Grande: Compós, 2020. p. 1-21. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/dialetica-da-insularidade-notas-para-compreensao-da-hegemonia-popular?lang=pt-br. Acesso em: 20 out. 2023.

BASTOS, P. N. **Marcha dialética do MST.** Formação e comunicação política entre campo e cidade. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2020.

BASTOS, J. S. **Entre noções e experiências**: as tensões sobre autonomia e sustentabilidade na mídia independente. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

BAUMAN, Z. **Globalização –** as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARRANQUEIRO, A.; TRERÉ, E. Comunicación alternativa y comunicación comunitaria. La conformación del campo en Europa y el diálogo con América Latina. **Chasqui**, Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, Ciespal, n. 146, p. 159-182, abr./jul. 2021.

BOAL, A. **Teatro do oprimido.** 4. ed. México: Nueva Imagen, 1989.

BOITA, T. W. **Comunicação Comunitária e Sociomuseologia**: mídias colaborativas produzidas para a preservação e difusão das culturas e memórias das comunidades LGBT. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

BUBER, M. **Sobre comunidade.** São Paulo: Perspectiva, [1935] 1987.

CARVALHO, G. Jornalismo Alternativo na era digital: reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor,** ECA-USP, a. 2, v. 2, n. 4, p. 126-142, jul./dez. 2011.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política. **Insight Inteligência,** a. IX, n. 72, jan./fev./mar. 2016.

CHAUÍ, M. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A Terra é Redonda,** 6 out. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/. Acesso em: 10 set. 2023.

CHINEM, R. **Imprensa alternativa**: jornalismo de oposição e inovação. São Paulo: Ática, 1995.

COELHO, H. M.de S. **Jornal sem patrão**: o Preto no Branco no enfrentamento da ditadura militar. 2019. 255 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019.

COLODETI, E. **Jornalismo alternativo para o século XXI**: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Ensaio sobe a revolução do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DI FELICE, M. **Net-ativismo**: da ação social ao ato conectivo. São Paulo: Paulus, 2017.

DOWNING, J. D.H. **Mídia Radical:** rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

FELINTO, E. "Olavo tem razão": Olavo de Carvalho, esoterismo e os mitos conspiratórios do imaginário político neoconservador. *In*: CONGRESSO ANUAL DA COMPÓS, 29., Campo Grande, 2020. **Anais**... UFMTS, 23 a 25 de junho de 2020. Disponível em: https://proceedings.science/compos/compos-2020/trabalhos/olavo-tem-razao-olavo-de-carvalho-esoterismo-e-os-mitos-conspiratorios-do-imagin?lang=pt-br Acesso em: 20 set. 2023.

FERNANDES, K. B. **Informação e engajamento político**: a produção de sentido no jornalismo alternativo audiovisual no Brasil, na Espanha e em Portugal. 2019. 340 f. Tese (Doutorado em Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade) – Universidade do Minho, Braga, 2019.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da. (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.

FÍGARO, R. (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho – ECA-USP, 2018. Disponível em: https://posjor.paginas.ufsc.br/files/2020/02/Novos-Arranjos-Economicos.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

FÍGARO, R.; NONATO, C. Novos 'arranjos econômicos' alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Universidade Federal da Bahia, v. 15, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2017.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GIANNOTTI, C. S. **Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016.

GOES, L. T.de Características do jornalismo alternativo dos movimentos sociais na web. **Ciberlegenda**: Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, Niterói, Universidade Federal Fluminense, n. 19, p. 1-15, out. 2007. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36679. Acesso em: 15 out. 2023.

GOHN, M. da G. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Nómadas,** Universidad Astral, n. 54, p. 140-150, eneo/jun. 2021. Disponível em: http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_20/20_12G_Sociedadecivil.pdf Acesso em: 15 nov. 2021.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasi**l: Correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GONZÁLEZ, J. A. Por una cultura del conocimiento. *In*: GONZÁLEZ, J.; AMAZURRUTIA, J.A.; MAASS, M. (org.). **Cibercultur@ e iniciación en la investigación**. México: UNAM/Instituto Mexiquense de Cultura, 2007. p. 33-91.

GOMES, W. Os três bolsonarismos do jornalismo independente brasileiro. **Revista Cult**, São Paulo: Editora Bregantini, 14 fev. 2020. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/os-tres-bolsonarismos-do-jornalismo-independente-brasileiro/. Acesso em: 6 dez. 2023.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1955] 1978.

JANE, T. J. **Comunicação para o desenvolvimento:** o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

JIMENEZ-MARTINEZ, C.; TUFTE, T.; SUZINA, A. C. Desconstruindo la comunicación participativa y el desarrollo de la sociedad civil en 2020: una perspectiva inspirada en Paulo Freire. **Commons,** Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital, Cádez, Universidad de Cádiz, v. 9, n. 2, p. 16-47, 2020. Disponível em: https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/6048/6922 Acesso em: 6 dez. 2023.

JORDAN, T. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books, 2002.

KAPLÚN, M. **A la educación por la comunicación**. La práctica de la comunicación educativa. Quito: Ediciones Ciespal, [1983] 2001.

KAPLÚN, G. La comunicación alternativa entre lo digital y lo decolonial. **Chasqui,** Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, Ciespal, n. 141, p. 75-94, ago./nov. 2019.

KAPLÚN, G.; BUQUET, G.; GARCIA D. A.; GRAÑA, F.; MARTINEZ P. M. **Vivir o sobrevivir?** Sostenibilidad de las alternativas mediáticas en Uruguay. Montevideo: Universidad de la República/AlterMedia/FIC/FES, [2019].

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

MAGENTA, M.; SCHREIBER, M. Canais bolsonaristas investigados ganharam R$ 4 milhões no YouTube, calcula PGR. **BBC News Brasil,** 8 jun. 2021. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57404691 Acesso em: 20 set. 2023.

MARÍ SÁEZ, V. M. Sobre el concepto de desborde aplicado a las prácticas contemporáneas de comunicación social transformadora. *In*: MARÍ SÁEZ, V.M.; CEBALLOS C. G. (coord.). **Desbordes comunicativos**. Comunicación, ciudadanía y transformación social. Madrid: Editorial Fragua, 2018. p. 9-27.

MARCOS, P. S.M.P. **Comunicação contra-hegemônica com perspectiva emancipatória:** experiências argentinas e brasileiras no século XXI. 2021. 594 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MATTIA, O. M.; LAZZAROTTO, V. A. **Comunicação popular**: perfil, história e alternativas das falas de um povo. Caxias do Sul: EDUSC, 1996.

MEYERS, O. Contextualizing Alternative Journalism: Haolam Hazeh and the birth of critical Israeli newsmaking. **Journalism Studies**, a. 9, n. 3, p. 374-391, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14616700801999170 Acesso em: 5 fev. 2023.

MIANI, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **InTexto** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFGRS, Porto Alegre, n. 25, p. 221-233, dez. 2011.

MORAES, D. de. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. *In*: COUTINHO, E.G. (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Processos culturais e comunicacionais, pressão e resistência. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 39-64.

PAIVA, R. Contra-mídia-hegemônica. *In*: COUTINHO, E.G. (org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Processos culturais e comunicacionais, pressão e resistência. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 163-174.

PEREIRA, E. da S. Mídias nativas: a comunicação audiovisual indígena. O caso do projeto Vídeo nas Aldeias**. Ciberlegenda,** Revista do Programa de Niterói, Universidade Federal Fluminense, n. 23, p. 61-73, 2010. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36654 Acesso em: 15 out. 2023.

PERUZZO, C. M K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: http://www.4shared.com/office/hII-tKg_o/COMUNICAO_NOS_MOVIMENTOS_POPUL.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Revista Palabra Clave**, Cundinamarca/Colômbia, Universidad de La Sabana, v. 11, n. 1-2, p. 367-379, 2008. Disponível em: https://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1690. Acesso em: 17 mar. 2020.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, PUC-SP, n. 17, p. 131-146, jun.

2009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108 Acesso em: 13 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que o gigante acordou(?). **Matrizes**, São Paulo, ECA-USP, v. 7, p. 73-93, 2013. Disponível em: https://goo.gl/dEiV82 Acesso em: 20 dez. 2023.

PERUZZO, C.M.K. **Televisão comunitária**: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. 2.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

PERUZZO, C. M. K. Interfaces entre comunicação comunitária e relações públicas populares. *In*: SAMPAIO, A de O.; FERREIRA, G. M.; CARVALHO, C. (org.). **Comunicação estratégica e gestão de marcas**. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 101-114.

PUGLIA, L. S. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, UFJF, v. 13, n. 2, p. 40-54, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12432 Acesso em: 4 out. 2023.

RAMALHO, R.; MAIA, K.; GRADIM, A. Midiativismo e mídia alternativa: congruências e particularidades no contexto das tecnologias da informação e comunicação. **Compós,** Revista da Associação Brasileira dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 24, p. 1-14, jan./dez. 2021. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2345/2058 Acesso em: 10 set. 2023.

RINCON, O. Mutações bastardas da comunicação. **Revista Matrizes,** Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECA-USP, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 65-78, jan./abr. 2018.

RODRIGUEZ, C. **Fissures in the Mediascape**: An International Study of Citizens' Media. N. York: Hampton Press, 2001.

ROSA, P. O.; REZENDE, R A.; MARTINS, V. M. de V. As consequências do etnocentrismo de Olavo de Carvalho na produção discursiva das novíssimas direitas conservadoras brasileiras. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses,** UFPR, Curitiba, v. 4. n. 2, p. 164-203, 2018. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/63832 Acesso em: 17 nov. 2023.

SANTORO, L. F. **A imagem nas mãos.** O vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus Editorial, 1989.

SILVA JUNIOR, C. H. F. **Imprensa gay Latino-Americana:** os estereótipos e a construção de outras masculinidades entre 1960 e 1980. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2023.

SIMPSON GRINBERG, M. **A comunicação alternativa na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOBRE NÓS. **Brasil Paralelo**. São Paulo, [2019?]. Disponível em: https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo?utm_medium=originais-bp Acesso em: 6 dez. 2023.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**. A política do "nós" e "eles". Porto Alegre: L&PM, 2020.

SUZINA, A. C. ***ASYMMETRIC*. Popular media initiatives and the issue of political asymmetries in the Brazilian democracy in times of digital disruption**. 2018. 452 f. Thèse (Doctorat du Domaines des Sciences Politiques et Sociales) – Louvain, Université Catholique de Louvanin, 2018.

SUZINA, A. C. Dissonância crítica e solidária: a contribuição das mídias populares ao processo de mudança social. **Chasqui,** Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, Ciespal, n. 140, p. 147-162, abr./jul. 2019.

TAMIÃO, J. S. **Escritas feministas**: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

TUFTE, T. **Communication and a citizen Change**: a social perspective. Cambridge: Polity, 2017.

UCHÔA, M. A queda de um imprestável. Ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo deixou o caro nesta sexta-feira após pressão do Senado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 mar. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/03/29/artigo-a-queda-de-um-imprestavel Acesso em: 13 nov. 2023.

VRYDAGH, F.; JIMÉNEZ-MARTÍNEZ, C. Talking with the right-wing: Pernicious polarization in Brazil and the philosophy of Paulo Freire. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 5, p. 456-473, 2020. doi: https://doi.org/10.1177/1748048520943695

XAVIER, É. T. Teologia da prosperidade: história, análise e implicações. **Kerigma,** Revista Eletrônica de Teologia. Paraná, v. 5, n. 2, p. 120-147, 2009. https://revistas.unasp.edu.br/kerygma/article/view/202 Acesso em: 23 out. 2023.

Capítulo 6

O processo de participação na comunicação popular e comunitária: dos conceitos às práticas sociais[1]

RESUMO

O texto aborda a participação da população na comunicação popular e comunitária. Objetiva identificar os níveis de participação possíveis e discutir, à luz dos conceitos, as tendências nesse tipo de envolvimento popular. Baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, mas reporta, a título de síntese analítica, a estudos empíricos anteriores. Propõe um referencial que permite a captação do tipo de participação efetivada nos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação com

1 Texto revisado do publicado no livro *Usos y abusos del participare*, organizado por THORNTON, Ricardo D.; CIMADEVILLA, Gustavo (ed.). Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010. p. 229-247.

vistas ao desenvolvimento comunitário. Conclui que existem vários níveis possíveis de participação, todos válidos, e que dependem dos processos no seio dos quais são gestados, das formas como são viabilizados e, em certa medida, da demanda social. Cada experiência constrói seu tipo de participação popular, umas mais democráticas do que outras.

Palavras-chave: Participação. Popular. Comunitário. Cidadania. Comunicação.

INTRODUÇÃO

Há diferentes vertentes no estudo da chamada comunicação popular, tais como a que enfoca as manifestações comunicacionais do campo do folclore e culturas populares, os programas popularescos e melodramáticos da mídia convencional, bem como aquela gestada no contexto dos movimentos sociais do âmbito das classes subalternas. Estudei essa última perspectiva tendo como foco central a questão participativa. Em outras palavras, interessa-me compreender as formas pelas quais a população participa do "que fazer" comunicativo no contexto dos movimentos sociais populares, das comunidades e organizações congêneres.

Propomos um referencial que permite a captação do tipo de participação efetivada nos processos de produção, planejamento e gestão da comunicação com vistas ao desenvolvimento comunitário. Ou seja, apresento vários níveis possíveis de participação na comunicação. Os mais avançados encontraram mais dificuldades de serem efetivados, dadas as nossas raízes culturais marcadamente inibidoras da participação ativa da população.

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, mas que se espelha também em experiências práticas apreendidas por pesquisas empíricas realizadas para a minha tese de doutorado[2] e posteriores

2 Publicada em livro *Comunicação anos movimentos populares*, em 1998, cuja terceira edição é de 2004.

a ela. Neste texto, faço uma síntese a partir de matrizes teóricas[3] e, ao mesmo tempo, da observação de tendências recentes no tocante à participação popular na comunicação comunitária no Brasil.

1. COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Comunicação popular e comunitária refere-se a uma comunicação que vem do povo, que diz respeito ao povo. Às vezes essa comunicação também é chamada de alternativa, horizontal, participativa, dialógica, radical etc. Na última década, no entanto, tem se percebido alguma especificidade em uma ou outra dessas manifestações[4]. Contudo, popular e povo são categorias de difícil utilização, dada a diversidade de interpretações existentes e a complexidade presente nas configurações das culturas populares[5]. Aqui a palavra povo não é tomada como sinônimo de população, mas sim a partir de seus segmentos subalternizados organizados e leva em conta todo o caráter plural, heterogêneo e histórico que lhe é condizente. Já o termo popular é usado para caracterizar uma comunicação vinculada "às lutas do povo", das classes populares, por melhores condições de existência, pela emancipação dos setores oprimidos da sociedade e para contribuir no desenvolvimento social. Ocorre inserida na dinâmica dos referidos movimentos sociais e "comunidades" e se adapta e se transforma em conformidade com as suas necessidades de expressão e capacidade de organização. Portanto, vai assimilando as mudanças constituídas no meio ambiente onde se insere. Passa de uma postura de aversão aos meios massivos para outra que procura cada vez mais ocupar maiores espaços nos grandes meios de comunicação de massa e, nos anos recentes, apropriou-se deles e também das tecnologias

3 As quais o espaço deste texto não permite detalhar, mas que se encontram em Peruzzo ([1998] 2004).

4 Ver Peruzzo (2008, 2009a).

5 Ver González (1990).

digitais, em especial das mídias sociais e aplicativos de mensagens, para uso próprio. Por nascer inserida nos movimentos sociais, um dos seus marcos está em se realizar ligada aos processos de educação popular, dentro de um momento da história do Brasil e da América Latina, em que diversos setores da população se mobilizam, se articulam e se organizam em grupos e associações para a defesa de seus próprios interesses. Nesse processo incluem os meios de comunicação como parte dos processos de ação, tanto para efeito de melhorar a comunicação com seus públicos diretos, como para angariar simpatia para suas causas e ampliar as condições de nova hegemonia na sociedade[6]. Eles contribuem para difundir a ideia de transparência na disputa pela hegemonia. É a presença de outra concepção de mundo e de outros componentes das culturas populares no cenário social, embora não seja um modo de comunicação predominante.

Esse tipo de comunicação surge, em grande parte, em decorrência do controle dos meios de comunicação de massa, amparado pelas forças do poder econômico e político, num contexto em que predomina a manipulação das mensagens em favor dos setores dominantes. Representa um questionamento à estrutura convencional dos *mass media.* A população começou a "inventar" outros meios para se comunicar, chamados na época (anos 1970 e 80) de alternativos ou populares. A palavra alternativa foi perdendo sentido em decorrência do surgimento de novas conjunturas comunicacionais que foram se pondo com o fim das ditaduras militares na América Latina, que levou à não concretização da proposta de tornar-se realmente uma alternativa perante aos *mass media.* Simultaneamente, os *mass media* foram progressivamente incorporando muitas das bandeiras e temáticas, antes de domínio restrito aos movimentos sociais populares, bem como ampliaram as possibilidades de acesso desses movimentos aos canais massivos e on-line para a transmissão de suas mensagens.

---

6 Sobre as Relações Públicas nos movimentos populares, ver texto específico da autora (Peruzzo, 2009b).

Porém, a então denominada comunicação alternativa volta à cena com todo vigor no início deste século, embora com características diferentes, principalmente aquela perpassada pela internet, entre outros fatores. A comunicação mediada por computador (CMC), especialmente na época de Web 2.0 e 3.0, contribui para ampliar os canais de participação ativa do/a cidadão/ã. Há experiências crescentes que envolvem dinâmicas colaborativas[7] em rede com a efetiva participação autônoma de seus componentes, desde comunidades virtuais até sítios colaborativos, tais como o Centro de Mídia Independente (CMI)[8] e o Overmundo[9]. Não obstante, se por um lado as possibilidades participativas por intermédio de mecanismos interativos favorecem a comunicação alternativa, por outro, há uma tendência a individualização na criação e operacionalização de sítios autônomos (blog, fotolog, website, e-zine, webradio, videolog, podcast etc.).

---

7 O que não significa que a colaboração na comunicação alternativa seja algo recente. Pelo contrário, ela sempre existiu e foi o que viabilizou muitas experiências.

8 "Organizado internacionalmente, o CMI tem redes em vários países. É constituído de voluntários que militam tanto por meio da rede mundial de computadores – cada um pode postar suas matérias no site, participar de discussões etc. –, como em projetos concretos ligados a movimentos sociais. O CMI Brasil se autodenomina "rede de produtores e produtoras independentes de mídia que busca oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente. [...] Quer dar voz à quem não têm voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial [...]". Ver mais em: www.midiaindependente.org

9 "O Overmundo é um *site* colaborativo. Um coletivo virtual. Seu objetivo é servir de canal de expressão para a produção cultural do Brasil e de comunidades de brasileiros espalhadas pelo mundo, sobretudo a que não tem acesso aos grandes meios de difusão. Adota como política de publicação uma licença *Creative Commons,* de modo a que toda a sociedade possa livremente compartilhar o que está no site, desde que seja para fins não-comerciais. O *Overmundo* contribui para difundir o acúmulo de informação cultural de forma descentralizada". Ver mais em: www.overmundo.org.br

O surgimento da comunicação popular e comunitária ajuda a quebrar a dicotomia emissor-receptor, assunto abordado com esmero por Mário Kaplún, ao democratizar o processo produtivo da comunicação. Vale dizer, também ao instituir mecanismos de participação popular avançados na comunicação. Ela utiliza vários tipos de instrumentos, como os meios interpessoais, grupais, dirigidos, massivos e digitais, desde os meios mais simples e artesanais aos mais sofisticados, tais como: boletim informativo, panfleto, alto-falante, faixa, cartaz, contato pessoal, cartilha, teatro, jornal mural, carro de som, cassete-fórum, música, fotografia, vídeo, rádio, televisão, fax, computador, satélite, internet etc.

O conteúdo divulgado reflete a visão de mundo de segmentos organizados das classes subalternas. É crítico, inconformado com a discriminação, a desigualdade social, a corrupção e todos outros aspectos do poder político e econômico que contrariam os interesses coletivos. Engloba, preferencialmente, mensagens de denúncias, reivindicações e propostas de mudanças na sociedade. Combate a violência, discute questões de saúde pública, valoriza as culturas locais e enfatiza as problemáticas que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida das pessoas em seus locais de moradia ou nas comunidades de interesse nas quais se realiza esse tipo de comunicação.

No entanto, é necessário esclarecer que nem todos os meios de comunicação que se autodenominam populares ou comunitários portam a perspectiva editorial aqui apontada e se comportam como comunitários. Sempre há quem se aproprie de canais populares e comunitários com outros interesses (sejam eles privados, político-partidários ou proselitista-religiosos), bem como aqueles que, embora façam algo em benefício das localidades onde se inserem ou aos movimentos a que se vinculam, não realizem plenamente o potencial mobilizador e comunitarista desse tipo de comunicação.

2. PARTICIPAÇÃO POPULAR NA COMUNICAÇÃO

Nos anos 1980 e 90 muito se falava em democracia, em participação popular. Mas, se a participação popular era evidente no nível geral das atividades do movimento popular, não era tão visível quando se tratava da comunicação desses mesmos movimentos. No entanto, a comunicação ali desenvolvida é portadora de nuanças democráticas porque ajuda a constituir mecanismos de elaboração da informação e sua difusão na sociedade, quais sejam:

1°) Os receptores se tornam emissores de conteúdos, além de gestores de unidades de comunicação, mesmo que não estejam protagonizando todo o processo de produção e difusão de mensagens.

2°) Implica a abertura de novos canais de expressão para segmentos sociais que não possuem acesso efetivo e regular aos grandes meios de comunicação para transmissão de suas ideias.

3°) Transmite informações a partir das bases sociais, na visão de mundo dos setores organizados subalternos.

4°) Constitui-se pelo ambiente de vida das classes subalternas onde está situada e por ajudar a formá-lo. Ou seja, são as condições locais que fazem com que as formas de organização social e de expressão popular se efetivem numa dinâmica em que as formas de comunicação que emergem desse processo também contribuam para modificar o ambiente: ajudam na conscientização, mobilização, conquista das reivindicações etc.

5°) Participa da manifestação dos conflitos entre as classes sociais. Explicita os conflitos de interesses e a disputa pela hegemonia social.

6°) Institui mecanismos de participação direta. São pessoas da própria população que discutem, planejam, decidem, produzem conteúdos e os transmitem.

7°) Significa a apropriação de canais e de técnicas de comunicação: a posse de um sistema de alto-falantes, o domínio da técnica de redação da notícia, o controle de um espaço na internet, por exemplo.

8°) Participação aparece como princípio e aspiração em grande parte do material de apoio (cartilha, manuais, folhetos etc.) utilizados pelos grupos populares nos anos 1970 e 1980. São enfocadas

metodologias de trabalho participativo, as quais acabam por orientar as práticas desenvolvidas junto ou pelos grupos comunitários. Também na produção acadêmica sobre o assunto, participação é algo presente, tanto nos estudos de casos como na perspectiva conceitual. Não obstante, é frequente a comunicação popular ser tomada, a priori, enquanto participativa e democrática sem levar em consideração o autoritarismo, às vezes implícito de lideranças.

Os aspectos evidenciados anteriormente decorrem da tentativa de compreender o porquê de a nuança participativa/democrática estar tão presente quando se trata da comunicação no âmbito dos movimentos populares. Para uma análise mais abrangente, vários outros componentes devem ser levados em consideração, por exemplo os níveis de participação e as condições em que ela ocorre.

As inspirações participativas passaram por reordenamentos no decorrer do processo histórico. Na última década do século passado pode ser observado certo recuo quanto à circulação de material de apoio às práticas de comunicação popular. A igreja católica, um ator que atuou como celeiro de movimentos sociais populares, acolhe de braços abertos a tendência carismática, o que, de certo modo, repercutiu em declínio do apoio às lutas populares e, principalmente, na formação política de lideranças. Os movimentos sindicais entraram em crise em decorrência da crise estrutural do emprego. O retorno à ordem política democrática contribui para acomodar forças políticas que viam na ditadura um inimigo em comum a ser combatido. O Estado acena com o atendimento das reivindicações populares e passa a reconhecer os movimentos sociais como interlocutores legítimos.

As organizações não governamentais (ONGs) de entidades assessoras das lutas populares assumiram papel ativo como ator social. Os movimentos populares foram se especializando nas suas lutas e ampliaram o raio de ação no sentido de tentar interferir nas políticas públicas no Brasil. Várias conferências temáticas foram criadas graças à pressão deles, como a Conferência Nacional dos Direitos

Humanos[10], em sua terceira realização em 2011. A participação popular na esfera pública em nível de conselhos populares, antes uma bandeira de luta, tornou-se real[11]. Passa a haver mais liberdade de expressão através da mídia convencional, privada e pública. Enfim, esses são exemplos de mecanismos mais amplos que ajudam a construir um ambiente de mudanças nas lutas sociais e, ao mesmo tempo, a instituir novas possibilidades de participação na comunicação, pois os movimentos populares cada vez mais vão se dando conta da necessidade de ter seus próprios canais e processos comunicativos.

Hoje em dia, com o acelerado desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, multiplicam-se as possibilidades de acesso e participação na comunicação. Mas, cabe perguntar: o que significa participar na comunicação? Juan Diaz Bordenave (1983) já tentou responder essa questão, e o mesmo se passou conosco em trabalho já mencionado (Peruzzo, [1998] 2004). Aqui trago apenas alguns dos aspectos centrais da questão[12].

3. PARTICIPAÇÃO POPULAR NA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA: CONCEITOS

Do ponto de vista teórico, ao tratarmos da participação da população na comunicação, é recomendável percorrer um caminho que possibilite captar o processo em profundidade e o contextualizando. Esse caminho pode ser a compreensão da participação popular no processo de produção, planejamento e gestão da comunicação.

---

10 Espécie de assembleia nacional e representativa das organizações dos direitos humanos de todos os estados do país na qual se discutem os problemas do setor e se votam propostas para modificar ou instituir políticas públicas que atendem às demandas civis pelo respeito aos direitos da pessoa.

11 Para estudo das mudanças no contexto dos movimentos sociais no Brasil, recomenda-se Gohn (2004).

12 Uma espécie de síntese da tese pode ser vista no artigo de Peruzzo (1996).

Para esse tipo de estudo, pode-se partir[13] dos níveis de participação apresentados por Jorge Merino Utreras, elaborados com base nos princípios aprovados pelo "Primer Seminário Latinoamericano de Comunicación Participatória" (CIESPAL, 1978) e pela "Reunión sobre Autogestión, Alcances y Participación en la Comunicación", realizada em Belgrado, em 1977.

De acordo com a síntese trazida por Merino Utreras (1988, p. 28), a participação popular, que só se consegue por meio "de uma progressiva mobilização social que trate de remover as estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que a tem obstaculizado na busca de um verdadeiro desenvolvimento social e transformação social", opera em níveis distintos:

1°) "No nível da produção, a participação implica produzir programas, mensagens, ter acesso à ajuda profissional, colocar à disposição do povo as facilidades técnicas e os recursos de produção" (Merino Utreras, 1988, p. 28-29, grifo nosso, tradução nossa).

2°) "Nível da tomada de decisão: a participação significa que o povo ou a comunidade se envolve: a) na programação (conteúdo e duração dos programas, seleção de horários etc.); b) no controle, manejo, administração e financiamento das organizações de comunicação" (Merino Utreras, 1988, p. 28-29, grifo nosso, tradução nossa).

3°) Nível de planejamento: a participação compreende o direito do povo a: "a) participar da formulação de planos e políticas: definição dos objetivos, princípios de gestão, programação, de atividades, metas e de financiamento; b) Participar na formulação de planos de comunicação nacionais, regionais e locais" (Merino Utreras, 1988, p. 28-29, grifo nosso, tradução nossa).

Para o autor, tais níveis de participação implicam grande envolvimento e maturidade política por parte das pessoas e dependem sempre das condições conjunturais e dos condicionamentos histórico-culturais de cada país (Merino Utreras, 1988).

---

13 Ver Peruzzo (1998).

A partir do que nos ensinam Merino Utreras e as experiências participativas de comunicação popular na América Latina, tento apresentar a seguir, de forma mais didática, os níveis possíveis de participação da população na comunicação popular e comunitária. Esclareço que, enquanto base conceitual para a pesquisa, desmembro os níveis apontados por Merino Utreras (1988) para tornar as modalidades participativas mais compreensíveis, e acrescento outros dois visando facilitar a captação da participação popular também na forma mais elementar, resultando no seguinte.

1°) Participação passiva: quando o ouvinte, leitor ou telespectador apenas consome a mensagem sem nenhum tipo de retorno ao emissor.

2°) Participação na mensagem: consiste no envolvimento das pessoas, em geral ocasional, em que elas dão entrevistas, depoimentos, avisos, pedem músicas, enviam sugestões, concorrem em concursos, batem papo com locutores etc., mas sem poderem interferir nos mecanismos de controle ou edição do conteúdo que emitem. Por exemplo, alguém dá entrevista, mas não sabe se ela irá ao ar ou não, ou se o repórter irá cortá-la, reproduzi-la ou acrescentar suas próprias interpretações.

3°) Participação na produção de mensagens: compreende a elaboração sistemática — periódica ou ocasional — de conteúdos (notícias, canções, desenhos, poesias etc.) a serem transmitidos pelos meios populares de comunicação, implica o domínio da informação e acesso a conhecimentos técnicos.

4°) Participação na produção de programas, boletins informativos etc.: compreende a participação da comunidade no processo de: a) planejamento do programa (ou outro canal), definindo a linha política, os objetivos, a estrutura do programa, o conteúdo, a duração, o horário etc.; b) de produção propriamente dita (redação, montagem, locução); c) edição (seleção, cortes, complementos etc.). Implica acesso à informação e domínio de conhecimentos e recursos técnicos e na partilha na tomada de decisão.

5°) Participação no planejamento global do meio de comunicação: compreende o compartilhar da população na definição da política editorial, da estrutura global da programação, dos objetivos, das estratégias, das formas de sustentação financeira, dos princípios de gestão etc. Implica partilha na tomada de decisão.

6°) Participação na gestão do veículo de comunicação: compreende a participação popular no processo de administração e controle da instituição de comunicação. Requer partilha na tomada de decisão, no exercício partilhado do poder.

7°) Participação na definição da política de comunicação local, regional e nacional: compreende o acesso à elaboração de políticas e planos globais de comunicação (Peruzzo, [1998] 2004; 2010)[14].

Como se pode observar, todos esses níveis de envolvimento popular requerem a existência de canais de participação abertos e desobstruídos. Porém, não basta a abertura de canais, há que se incentivar e facilitar a participação ampliada da população por meio de uma metodologia que a favoreça enquanto um processo que se aprimora em qualidade participativa e em produção coletiva/democrática/compartilhada. A qualidade participativa diz respeito ao nível (do mais elementar ou avançado) em que se concretiza a participação, mas também à maneira como ela é conduzida: se é autônoma e com partilha do poder decisório ou se é controlada e manipulada por lideranças ou pelo poder público, se for o caso.

Oportuno ressaltar que, por outro lado, participação nos níveis mais avançados implica adoção dos critérios de representatividade e de corresponsabilidade, pois seria inviável uma participação horizontal de todos em todos os momentos do processo comunicacional. Em suma, a participação da pessoa pode se concretizar apenas como ouvinte, telespectador ou leitor, ou significar o tomar parte dos processos de produção conteúdos, planejamento e/ou gestão

14 No texto de 2010, foram feitos alguns ajustes textuais, mas toda a base consta da obra de Peruzzo ([1998] 2004).

da comunicação. Em outros termos, pode representar um simples telefonema para cumprimentar e elogiar um locutor ou para pedir uma música, no caso do rádio, ou a produção e difusão de mensagens (entrevista, depoimento) e até a elaboração do conteúdo de um programa completo veiculado em meios sonoros e audiovisuais — massivos ou digitais — dos quais a associação comunitária seja a protagonista.

O que apresento aqui não é um esquema classificatório que se encerra em si mesmo. A participação popular na comunicação está enraizada no contexto, na realidade mais ampla onde se situa. Portanto, implica compreender a participação nos processos de ação social e de concepções de participação, tais como cogestão e autogestão[15], bem como os mecanismos de manipulação, comumente encontrados em qualquer instância ou instituição, pois trata-se do exercício de um poder.

Um dos caminhos[16] é entendê-la no contexto em que se exerce esse poder, pois toda participação pressupõe alguma forma de exercício do poder, que pode ser totalmente compartilhado, parcialmente compartilhado ou não compartilhado. Nessa perspectiva, ela pode ocorrer:

a) Como participação passiva: quando a pessoa se resigna a participar ativamente e assim delega o poder a outrem.
b) Participação controlada: ocorre por meio do controle dos participantes, ou seja, com a imposição de algumas restrições. Ela pode ser controlada por meio de dois processos, os quais não necessariamente aparecem separados entre si:

---

15 Mais detalhes em Peruzzo (1998, 2007).

16 Outra possibilidade é tomá-la em graus e níveis de relações entre uma organização e seus membros, como faz Bordenave (1983, p. 30-36): o menor grau é o da informação, em seguida a consulta facultativa, consulta obrigatória, elaboração/recomendação, delegação e autogestão.

b.1) Pelos limites que se impingem à participação. Ela se concretiza em fragmentos secundários e parciais como, por exemplo, nas escolhas possibilitadas quando da votação do orçamento público de uma prefeitura, ou na escolha do nome de uma televisão comunitária, mas não nas definições de sua política de programação.

b.1) Pela manipulação da participação. Significa a adequação das demandas aos interesses de quem domina a estrutura do poder, por imposição disfarçada ou clientelismo político.

c) Participação – poder: nesta modalidade a participação se realiza com base em processos que favorecem a atuação de forma democrática, ativa e autônoma. Aqui de fato há partilha de poder de decisão, embora em níveis diferenciados:

c.1) Na cogestão: delega-se parcelas do poder de decisão, ou seja, nos aspectos que não interferem na sua estrutura central, que permanece intacto. Exemplo: possibilita-se a participação na definição da política de programação de um canal comunitário, mas não se permite redefinir sua estratégia de sustentabilidade.

c.2) Na autogestão: participação direta da população na tomada de decisão em todas as instâncias de poder. As deliberações competem às próprias pessoas, nas instâncias que lhes couberem, e não a pessoas "competentes" ou designadas para tanto. Porém, autogestão não pode ser confundida com outras formas de autogoverno, tais como as cooperativas ou controle operário popular de mecanismos de gestão (Peruzzo, [1998] 2004, p. 77-89).

Participação mais avançada na comunicação, em se tratando de Brasil, terá que ser conquistada (DEMO, 1988). Nossas tradições socioculturais não lhe são favoráveis. As representações sociais[17] construí-

17 Sobre representações sociais recomenda-se a leitura de Moscovici (1979).

das ao longo do tempo nos remetem a uma visão de que somos menos capazes de falar publicamente, de produzir nossos próprios sistemas de informação e de comunicação e assim por diante. Somos um povo que herdou a opressão sofrida pelos indígenas, negros e brancos subjugados pelas aristocracias desde a colonização estrangeira e depois pelo capital transnacional. O processo de conquista da cidadania ativa, do participar como sujeito na sociedade e, particularmente, dos meios de comunicação, tende a ser conflituoso e demorado. As mediações são muitas, dentre as quais está também o dirigismo autoritário de lideranças — ditas populares — e de instituições mediadoras, os interesses privados e político-partidários e até a apatia, o conformismo e a acomodação por parte da população. Esses últimos aspectos decorrem do tipo de representação social produzida e reproduzida historicamente, como já apontado, e que ajuda a conformar a doxa.

A doxa é um sistema de informação operativo e se

> [...] concretiza em instituições especializadas na metabolização e elaboração permanente do discurso social (igrejas, cortes, escolas, academias, galerias, televisões, universidades etc.) e em outras não especializadas como as famílias e redes de convivência cotidiana" e formata a subjetividade dos indivíduos (González, 2007, p. 41).

Devido às configurações dessa magnitude, Mário Kaplún (1987, p. 70) tem razão ao afirmar, com base na sua experiência com o sistema de comunicação grupal denominado Cassete-fórum, que participação popular

> [...] é um processo longo e lento que não se dá de um dia para o outro, nem ao longo de um ano de trabalho. Pode levar muito tempo até que um grupo chegue ao degrau de maturidade e consciência crítica que lhe permita superar seus conhecimentos culturais e diálogos tornando possível uma efetiva participação autônoma na comunicação.

Essa mesma noção é apresentada por Bordenave (1983, p. 46) ao dizer: "participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa". Sim, é o que ocorre, na prática, desde que haja situação favorável a tal aprendizado. As condições propícias ou não para se avançar em qualidade participativa são constituídas pelas próprias pessoas enquanto sujeitos do processo histórico. Por vezes, apesar de bem intencionadas, algumas lideranças populares se espelham nos meios comerciais para gerirem as emissoras comunitárias, o que as distanciam de uma proposta comunitarista e participativa em graus desejáveis como parte de um processo de ampliação da cidadania.

O desafio está em superar as contradições que impingem configurações desfavoráveis ao desenvolvimento da cidadania plena a todas as pessoas. Propostas, programas, políticas, iniciativas as mais diversas estão ao redor do mundo, desde as pequenas comunidades até governos e organismos internacionais como a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Se por um lado os movimentos sociais populares representam formas de lutas das classes subalternas para se avançar na democratização da cidadania, por outro, sempre há necessidade de mobilizar pessoas ou mesmo se iniciar processos novos de articulação visando à consecução de metas com vistas ao desenvolvimento humano. Uma dessas possibilidades é a formação de Comunidades Emergentes de Conhecimento Local (CECL) na perspectiva da cibercultur@[18].

Nessa linha de raciocínio, o desenvolvimento de uma CECL pressupõe

> [...] cultivar três habilidades cognitivas, essencialmente humanas, mas cuja destreza, domínio e maestria dependem sempre de variáveis sócio-históricas e nessa medida também do efeito de distribuições geopolíticas desiguais. Essas habilidades são, a

18 Cibercultur@ é entendida a partir do prefixo grego *kyber* (ciber), da palavra latina cultura e do símbolo @. (González, 2008, p. 127).

> saber, a informação, a comunicação e o conhecimento (González, 2011, p. 8).

Uma comunidade emergente de conhecimento incorpora a seu processo de desenvolvimento social a capacidade instalada dos CCDs (computadores, conexão à internet, dispositivos de digitalização mecânica e ótica etc.), mas ultrapassa o vetor meramente tecnológico[19]. Significa a possibilidade da construção de comunidades autogovernadas e competentemente constituídas a partir das habilidades mencionadas.

> O desenvolvimento de comunidades emergentes se concentra em facilitar uma dinâmica horizontal, próxima à educação popular de Freire e outros, que lhes permitem apropriar-se coletivamente da tecnologia para gerar uma capacidade de narrar-se e de construir-se em 'nosotros' [referindo-se a Lenkersdorf] autodeterminante e não derivado de imposições externas" (González, 2009, p. 65, tradução nossa).

Trata-se de uma perspectiva que pode ajudar as comunidades a se organizarem (e não apenas algumas de suas lideranças) para a criação e o uso compartilhado de um canal de comunicação, a partir das necessidades de expressão e dos interesses coletivos percebidos e priorizados por elas próprias.

Porém, não é demais lembrar que a criação de canais de comunicação se insere num contexto mais amplo de mobilização social, ou seja, da constituição de articulações coletivas com vistas à transformação social. As formas emancipatórias de articulação popular têm na informação e na comunicação seus pilares para a geração de conhecimento, e também a maneira de comunicá-lo.

---

19 Ver mais em: http://www.labcomplex.net/

4.TENDÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA PRÁTICA

Teoricamente, há uma diversidade de interpretações acerca da participação popular. Na prática existem várias formas de participação popular na comunicação, das mais elementares às mais aperfeiçoadas. Tomo como referência os parâmetros citados e outros fundamentos teóricos e históricos relativos à participação, os quais não cabem nos limites deste texto, para tentar compreender como ocorre a participação da população na comunicação no âmbito dos movimentos populares e de comunidades, mais especificamente no rádio, em experiências realizadas no Brasil e em outros países da América Latina[20]. Todavia, não realizei estudo comparativo. O núcleo da investigação esteve centrado na questão participativa e buscou captar as especificidades de cada experiência. Para o trabalho de doutoramento, utilizei dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, estudo documental, entrevistas e observação participante realizada numa comunidade. Neste texto, agreguei interpretações a partir de novas pesquisas que procuram acompanhar os desdobramentos da comunicação popular e comunitária no Brasil desde o final dos anos 1990 até a primeira década deste início de século.

Em última instância, continuo afirmando que cada experiência constrói um tipo de participação. Umas são mais e outras menos democráticas. Umas desenvolvem práticas participativas em níveis elementares (participação ocasional no nível das mensagens), outras favorecem a participação autônoma das pessoas e dos grupos organizados até nos processos decisórios e na produção de programas, planejamento das ações estratégicas e na gestão de unidades de comunicação.

No conjunto, foi possível detectar que a participação da população na produção de mensagens e de programas, e o consequente acesso à capacitação técnica, estão bastante democratizados, porém

20 Ver Peruzzo ([1998] 2004).

somente no âmbito das equipes de comunicação, e não junto à população em geral. A tendência geral é que a participação ampliada da comunidade seja mais desenvolvida apenas em nível da transmissão de mensagens, através de depoimentos, cartas, entrevistas, depoimentos, sugestões etc.

Nesse sentido, recursos técnicos são disponibilizados à população, mas isso acaba não democratizando todo o processo de produção, planejamento e gestão da comunicação. Em outras palavras, a participação ampliada da população nos meios comunitários de comunicação — rádios, jornais, televisão e internet etc. — ainda se dá nos níveis mais elementares, como mostrados anteriormente, ou seja, como receptor e até interferindo nos conteúdos, mas sem poder de controle sobre o que é difundido. Falo numa visão de conjunto, porque é comum encontramos também experiências bastante avançadas em termos de participação da população. Por exemplo, há rádios comunitárias que desenvolvem suas práticas centradas no interesse coletivo, no uso compartilhado da grade de programação e democracia na tomada de decisões. São experiências em que as equipes são renovadas periodicamente e que a população tem espaço e é incentivada a se envolver nas atividades rotineiras de trabalho das emissoras de rádio. Cedem-se espaços para programas feitos pelos próprios moradores ou entidades comunitárias, oferecem-se treinamentos a possíveis radialistas populares, são feitas avaliações coletivas e promovidos fóruns ampliados de discussão sobre o meio de comunicação comunitário, entre outros. É o caso de emissoras radiofônicas como a Rádio Heliópolis e a Rádio Cantareira (São Paulo), que realizam atividades como as mencionadas anteriormente e compartilham, de fato, toda a grade de programação com moradores das localidades onde se localizam.

Por outro lado, a participação no planejamento e na tomada de decisões sobre linhas de conteúdo, formatos de programas e sobre o conjunto da programação, também, grosso modo, é efetivada apenas dentro das equipes de comunicação, ou, na pior das hipóteses e

o que é comum, apenas pela direção. Salvo algumas exceções, tais como nas Rádios Mineras da Bolívia (anos 1950), Rádio Enriquillo da República Dominicana (anos 1980), Rádio Heliópolis (Heliópolis – SP) e Rádio Cantareira (Serra da Cantareira – SP) e a também brasileira Rádio Esperança de Guaribas (Piauí), nos anos 1990 e 2010. Esta última foi criada num processo coletivo em que tudo foi discutido, planejado e decidido com ampla participação popular, contando inclusive com trabalho voluntário na edificação das instalações e na doação de recursos para sua viabilização. No final, uma rádio totalmente enraizada na realidade local contava com pessoas da própria comunidade na irradiação de conteúdos que lhes dizia respeito, pelo menos até que as disputas políticas partidárias impedissem que ela continuasse avançando em qualidade participativa.

No nível da gestão, ou seja, da administração e na tomada de decisões sobre mecanismos de sustentabilidade etc., mais uma vez excetuando casos como os das emissoras citadas, as decisões costumam ficar circunscritas às equipes ou à direção, no que se refere à gestão. Mas, na maioria dos casos de rádios comunitárias que funcionam legalmente, nem existem canais abertos que viabilizem a partilha do poder de decisão no que se refere à gestão. Porém, não se trata de uma regra geral aplicável de forma indiscriminada. Os canais comunitários na televisão a cabo, por exemplo, possuem instâncias de gestão que se submetem as decisões emanadas da assembleia geral constituída por membros da associação de usuários. Em outros casos, os mecanismos de gestão acabam um tanto difusos porque estão diluídos no contexto do funcionamento das organizações populares, mas que são geridas coletivamente. Por outro lado, se há a propriedade coletiva do meio de comunicação[21] e se existe um coletivo o dirigindo, há aí um tipo de gestão coletiva.

---

21 No Brasil, trata-se de uma obrigatoriedade. A autorização para funcionamento de rádios e canais comunitários na televisão só é emitida em nome de associações constituídas coletivamente. Claro que sempre há casos em que se burlam esses conceitos, após obtidas as autorizações.

Constatei ainda que onde foram abertos canais de participação, e estes foram correspondidos pelas comunidades. Todavia, nem sempre correspondeu totalmente às expectativas das equipes. Ou seja, às vezes os espaços propiciados nos canais de comunicação não eram aproveitados em sua totalidade pela população. Exemplo: a participação de entidades e movimentos sociais nos programas de livre acesso abertos pelos canais comunitários da televisão a cabo (POA TV – Porto Alegre/RS, TV Aberta – São Paulo/SP, no Brasil) foi mais baixa do que se esperava[22]. Às vezes também as pessoas delegam a quem está à frente de uma emissora comunitária de rádio a atribuição de "tomar conta" dela. As causas que levam a esse tipo de postura da população constituem oportuna pergunta para novas pesquisas. Parte da explicação pode estar na forma pouco democrática com que o próprio meio de comunicação às vezes é criado e administrado.

Por outro lado, há que se observar que não há regra que determine a necessidade de os meios comunitários prevejam a participação ampliada de toda população local em todas as instâncias de seu funcionamento. Primeiro, pela inviabilidade de um envolvimento ilimitado de pessoas nas instâncias produtivas e decisórias. Para tanto, há sistemas de representatividade que funcionam muito bem. Uma possibilidade é trabalhar com representantes de organizações e movimentos populares (na criação e difusão de programas), além de se possuir espaços para a participação ampliada (reuniões de pauta e de avaliação por exemplo). Segundo, porque nem sempre essa participação ampliada é requerida. No caso dos canais comunitários no sistema cabo de televisão brasileiro, à título de exemplificação, a gestão e o uso da grade de programação são de responsabilidade da *Associação de Usuários do Canal Comunitário,* criada e constituída por organizações civis sem fins lucrativos. Ela é que, por meio de mecanismos decisórios democráticos, tendo como a principal instância a assembleia das associadas, dirige e processa a tomada de decisões. A grade

22 Ver TV comunitária (Peruzzo, 2007).

de programação, nesse caso, é partilhada entre as associadas, as quais podem decidir por abrir espaço para a participação direta dos cidadãos e de entidades que não têm condições de produzir seus próprios programas, segundo as diretrizes e condições concretas de cada Canal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as várias formas de participação popular na comunicação são válidas. Ainda é melhor participar modestamente do que não participar. Porém, parece-me que não é mais suficiente se contentar com um tipo de participação que permaneça na intenção de dar apenas "voz a quem não tem voz" ou, ainda, "abrir os microfones ao povo", ideias tão propaladas nas últimas décadas do século XX do mundo da comunicação e de educação popular.

Nesse nível a participação popular é importante e desejável e, apesar de simples, continua de difícil realização em diversas partes do continente latino-americano. O desenvolvimento de formas mais ousadas de participação popular na comunicação, ou seja, quando a população pode gradativamente criar, planejar, produzir, transmitir conteúdos e gerir seus canais de comunicação comunitários, representa a ampliação no exercício da cidadania.

Há de serem superadas, ainda, práticas ditas democráticas, mas que no fundo a democracia se restringe a pequenos grupos de lideranças. Alguns líderes populares, por fazerem parte das bases ou conviverem com elas, às vezes se julgam no direito de ter autonomia para processar a comunicação por sua própria vontade, seus gostos e interesses. E ainda afirmam estar fazendo aquilo que as bases desejam e precisam.

O jeito de muitas lideranças com suas posturas autoritárias e centralizadoras, às vezes reproduzindo o que assimilaram da própria experiência pessoal, outras vezes condicionadas por convicções políticas de esquerda vanguardistas, contribuem para a inibição da participação ativa da população.

A comunicação popular participativa passa pela questão da cultura, da redefinição da cultura, pelas necessidades e pelas oportunidades vividas. Assim, como cultura é algo dinâmico, mesmo sem tradições participativas, segmentos da população, aqui e acolá, vão alterando certos padrões antiparticipativos do fazer comunicacional. Todo processo de mudança é lento, mas, se inspirado da democracia ensinada por Paulo Freire e Mário Kaplún, entre muitos outros, ele segue seu curso histórico. Afinal, participação popular é algo que se constrói, algo que se conquista. No contexto da formação de comunidades emergentes de conhecimento local, esse processo pode ser mais efetivo porque se insere numa proposta mais ampla de transformação das estruturas opressoras das pessoas e dos povos.

REFERÊNCIAS

ALBERT, M. *et al.* **Autogestão hoje**: teorias e práticas contemporâneas. Trad. Felipe Corrêa e Raphael Amaral. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação?** 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

CARVALHO, N. V. de. **Autogestão:** o nascimento das ONGs. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CIESPAL. **Seminario Latinoamericano de Comunicación Participatoria**. Quito: Ciespal/Unesco, 1978.

CIESPAL. "**Informe final". Primer Taller Latinoamericano sobre Planificación Participatoria y Comunicación Educativa.** Quito: Ciespal/Unesco, 1980.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez/Aut. Associados, 1988.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GONZÁLEZ, J. A. El desarrollo de cibercultur@ en proyectos de conocimiento: hacia una comunidad emergente de investigación. **Comunicação & Sociedade**: Revista o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UMESP. São Bernardo do Campo, v. 32, n. 55, p. 5-33, abr./jun. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v32n55p1-2. Acesso em: 21 out. 2023.

GONZÁLEZ, J. A. **Sociologia de las culturas subalternas**. Baja California: Universidad Autónoma, Mexicali - BC, 1990.

GONZÁLEZ, J. A. Por una cultura de conocimiento. *In*: GONZÁLEZ, J. A. AMOZURRUTIA, J. A; MAASS, M. (coord.). **Cibercultur@ e iniciación a la investigación.** Cidade do México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Instituto Mexiquense de Cultura/CEICH-UNAM, 2007. p. 33-92.

GONZÁLEZ, J. A. Pantallas vemos, sociedades no sabemos – barruntos (conjeturas) sobre temporalidades progressivamente apantalladas y cibercultur@. **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, a. 32, n. 1, p. 51-68, 2009.

KAPLÚN, M. Uruguai, participação, práxis, problema. A Experiência do Cassete-foro. *In*: SIMPSON GRINBERG, M. (org.). **A comunicação alternativa na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1987.

MERINO UTRERAS, J. **La comunicación participatoria en América Latina**. Quito: Ciespal, 1979.

MERINO UTRERAS, J. **Comunicación popular, alternativa y participatoria**. Quito: Ciespal, 1988. (Manuales Didácticos Ciespal).

MOSCOVICI, S. La representación social: un concepto perdido. *In:* MOSCOVICI, S. **El psicoanálisis, su imagen y su publico**. 2. ed. Buenos Aires: Huemul, 1979. p. 27-44.

MOTTA, F. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, C. Autogestão e o "novo cooperativismo". **Ministério do Trabalho e do Emprego,** Brasília, maio 2004. Disponível em: www.tem.gov.br/. Acesso em: 23 nov. 2006.

PERUZZO, C. M. K. Participation in community communication. *In*: SERVAES, J. (org.). **Participatory communication for social change**. New Delhi/Thousand Oaks/London: Sage, 1996. p. 162-179.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação a construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, [1998] 2004.

PERUZZO, C. M. K. **Televisão comunitária**: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra clave**: Revista da Faculdad de Comunicación, Cundinamarca/Colombia, Universidad de la Sabana, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008. Disponível em: http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503. Acesso em: 7 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**: Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009a. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108. Acesso em: 7 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K. Relações públicas nos movimentos sociais e nas "comunidades": princípios, estratégias e atividades. *In*: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Relações públicas**: história, teorias e estratégicas nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009b. p. 417-438.

SPARKS, C. Globalization, development and the mass media. Los Angeles/London/New Delhi/Singapore: Sage, 2007.

THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (ed.). **Usos y abusos del participare**. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010.

Capítulo 7

A comunicação nos movimentos sociais e o direito à comunicação: sinais de um direito de cidadania de quinta geração[1]

1 Publicado em espanhol na ***Commons***: Revista de Comunicación y Cultura Digital, Cádiz, Universidad de Cádiz, v. 5, n. 2, p. 8-36, 2016. Esta versão atualiza e amplia a primeira versão, publicada com o título "Comunicação nos movimentos sociais: uma nova perspectiva de direitos humanos" na revista ***Contemporânea***, Salvador, UFBA Online, v. 11, p. 161-181, 2013. P.S.: os dados citados neste texto correspondem à época de publicação do texto para não descaracterizar os traços distintivos da discussão da época.

RESUMO

Este texto discute a comunicação nos movimentos sociais populares e tem por objetivo situar a questão do direito à comunicação enquanto dimensão dos direitos humanos e de cidadania. Reflete-se sobre a comunicação construída neste universo em seu processo educativo/comunicativo. O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica. A Comunicação faz parte do processo de mobilização dos movimentos sociais populares através da história. Ela se interconecta aos direitos de cidadania de primeira, segunda, terceira e quarta gerações. A terceira representa um avanço na concepção da cidadania, pois incorpora a noção de direitos e coletivos. Mas talvez tenha chegado a hora de se dar um passo à frente. Isto é, conceber os direitos humanos à comunicação como dimensão específica de direitos, de quinta geração, ou *dimensão comunicacional* da cidadania. Conclui-se que a comunicação popular e comunitária expressa rica diversidade de práticas e contribui para a ampliação do status da cidadania ao dar sinais de construção e reconhecimento de uma nova geração de direitos.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Comunicação; Direito à comunicação; Cidadania.

INTRODUÇÃO

Movimentos sociais populares, direitos humanos, cultura e comunicação são fenômenos intercorrentes no espaço concreto de suas realizações, ao longo da história e em conformidade com o nível de consciência e capacidade de articulação social em cada período.

Entre uma multiplicidade de formas e meios, a comunicação se expressa em processos interativos pessoais e grupais dialógicos, e através de canais tecnológicos. Ela permeia as dinâmicas sociais, embora contenha suas especificidades.

Este estudo, baseado em pesquisa bibliográfica, enfatiza as nuances típicas da Comunicação no contexto dos movimentos sociais populares e das comunidades. Pergunta sobre as relações entre cidadania e comunicação comunitária, especialmente a popular e comunitária, e tem por objetivo situar a questão do direito à comunicação enquanto dimensão dos direitos humanos e de cidadania.

As interrelações entre cidadania e comunicação podem ser analisadas a partir de diversos ângulos, mas a tendência predominante é enfatizar as interfaces entre os cidadania e os grandes meios de comunicação (ou a indústria cultural), além das modernas tecnologias da "sociedade da informação". Em geral, estuda-se o papel dos meios de comunicação como espaços de ampliação do acesso à informação, aos produtos culturais e como servem de fórum ao debate sobre a diversidade, como também por proporcionar mais participação social na esfera pública.

Como disse o chileno Hopenhayn (2001, p. 120):

> [...] por novos movimentos sociais, talvez porque a indústria cultural hoje amplifica vozes que antes não estavam representadas nos espaços de deliberação, a mudança passa pela evolução política ou pública de atores que não carregam as clássicas demandas de aumentos salariais ou benefícios sociais, mas levantam preocupações mais em campos simbólicos do que materiais. Nesse sentido, destaca-se a irrupção simbólica de questões de gênero, etnia, sexualidade, consumo, entre outras. Questões em que a reivindicação pela igualdade de direitos adere fortemente à reivindicação da diferença [...].

O autor complementa: "o campo da cidadania se enriquece na medida em que a porosidade da indústria cultural e a comunicação global permitem reivindicar e promover direitos culturais" (Hopenhayn, 2001, p. 121).

Há ainda outra tendência forte, a de analisar criticamente as formas de negação dos direitos de cidadania nas práticas midiáticas e de observar suas limitações em contribuir para a expansão da cidadania. Nesse sentido, investiga-se a (in)visibilidade das pessoas (principalmente negros, mulheres, pobres, gays, jovens etc.) e dos movimentos populares devido à omissão ou manipulação baseada em estereótipos depreciativos. A crítica também é contundente à "mediocridade da informação social" veiculada pelos meios de comunicação de massa "e que se refere, entre outras questões, à negação de informações básicas sobre recursos e projetos econômicos e sociais [...], [também] da saturação do receptor pelo superdimensionamento de questões supérfluas" (Mata, 2006, p. 11). Portanto, são visões e práticas comuns na mídia que prejudicam o desenvolvimento da cidadania e têm obtido interesse na área da Comunicação e em outras áreas do conhecimento.

Em menor escala, são estudos sobre a interconexão da cidadania com a comunicação popular, comunitária e alternativa e sobre o direito à comunicação[2], perspectiva adotada neste artigo. O direito à comunicação em geral é mais abordado sob a ótica dos direitos individuais à informação e liberdade de expressão, bem como relacionado aos principais meios de comunicação e às tecnologias de informação e comunicação (acesso, consumo, participação, visibilidade). Neste texto, enfatizo esse direito, mas de outro ângulo, ou seja, no nível da comunicação dos segmentos subalternos organizados das sociedades. Esta se constitui em modalidades de comunicação sem fins lucrativos desenvolvidas por setores populares organizados em movimentos sociais, organizações de base e comunidades que utilizam formas de comunicação direta face a face e canais tecnológicos próprios e autônomos para expressar suas visões de mundo, denúncias e reivindicações e, assim, ampliar seus direitos de cidadania, não só para

2 Ver también Mata (2006), Cerbino e Belotti (2016), Gumucio Dagron (2012), Peruzzo (2005), entre otros.

poder se comunicar, mas também para as demais dimensões civis, políticas, culturais e sociais.

O texto é desenvolvido a partir de quatro pontos centrais: a comunicação nos movimentos sociais populares e comunidades; comunicação popular/comunitária[3] e mobilização social; comunicação como direito humano; e o cruzamento entre educação e comunicação comunitária como um modo de preparação ao exercício da cidadania.

1. A COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

Movimentos sociais populares são articulações da sociedade civil constituídas por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos e se organizam para reivindicá-los quando estes não são efetivados na prática. Aqueles de base popular se organizam na própria dinâmica de ação e tendem a se institucionalizar como forma de consolidação e legitimação social. Enquanto forças organizadas, conscientes e dispostas a lutar, são artífices de primeira ordem no processo de transformação social, embora um conjunto de fatores (liberdade, consciência, união) e de atores (pessoas, igrejas, representações políticas, organizações) se soma para que mudanças se concretizem.

Há várias categorias de movimentos sociais populares. David Aberle (*apud* Gohn, 2004, p. 267) os classifica como transformadores, dos reformistas, dos redentores e dos alternativos. Tomando por base a realidade brasileira, preferi identificá-los a partir de fatores que os motivam ou orientam sua razão de ser, tais como:

a) Movimentos vinculados a melhorias das condições de trabalho e de remuneração (movimento de professores e de outras categorias profissionais).

---

3 O termo popular deriva da palavra "povo" e é usado para referir-se aos segmentos empobrecidos da população ou das classes subalternas.

b) Os que defendem os direitos humanos relativos a segmentos sociais a partir de determinadas características de natureza humana (gênero, idade, raça e cor — por exemplo, o movimento de mulheres, dos indígenas, dos negros, dos homossexuais, das crianças etc. — Exemplos: Movimento de Mulheres, Meninos e Meninas de Rua etc.).
c) Aqueles voltados a resolver problemas decorrentes das desigualdades que afetam grandes contingentes populacionais (movimentos de transporte, moradia, terra, saúde, lazer, meio ambiente, paz, contra a violência, defesa dos animais etc. Exemplos: Movimento Nacional pela Moradia, Movimento Passe Livre e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Alguns são apoiados por instituições que os incentivam ou os abrigam, tais como igrejas, partidos políticos, escolas e universidades, a exemplo da Pastoral da Terra e do Movimento Fé e Política.
d) Movimentos político-ideológicos (lutas por participação política, protestos por antagonismos políticos, reivindicações por democracia, mudança de regime etc.).

Quanto aos movimentos político-ideológicos, para Maria da Glória Gohn (2004, p. 268-271), são os movimentos construídos decorrentes de conjunturas políticas de uma nação (a exemplo de insurreições políticas, revoltas, motins, revoluções etc.), assim como os surgidos a partir de ideologias — apesar de a ideologia perpassar qualquer movimento —, tais como o anarquismo e o marxismo, que geram fluxos e refluxos conforme as conjunturas. No entanto, do meu ponto de vista, os movimentos políticos não ocorrem apenas em momento conjuntural extremo de luta. Recentemente, o mundo pôde presenciar a formação de movimentos sociais de cunho político, os quais podem emergir de manifestações públicas "espontâneas" em decorrência de algum acontecimento marcante ou se desencadeiam movimentos sociais previamente existentes, mas que ganham expressividade a partir da articulação favorecida pelas mídias e redes

sociais virtuais. São exemplos o *Occupy Wall Street Movement*, iniciado em 2011, com protestos contra as corporações financeiras nos Estados Unidos; o *Yo Soy 132* no México, que eclode como um protesto, mas reivindica mudanças estruturais na sociedade mexicana (2012); o movimento *Democracia Real Ya,* que motivou as manifestações de "*Los Indignados"* (2011), na Espanha; aqueles ligados ao "Primavera Árabe", contra os regimes ditatoriais no Egito, Líbia, Bahrein, Tunísia, Síria, Iêmen, Argélia e Jordânia, em anos anteriores. Grandes manifestações públicas no Brasil eclodiram em junho de 2013 e em 2015/2016 nas principais cidades, tanto para externar reivindicações múltiplas quanto para protestar contra ou a favor de governos e representantes políticos[4].

Na formação dos movimentos sociais há a confluência de identidades, na visão de Manuel Castells (2000, p. 23-24), necessárias na articulação dos movimentos sociais, pois organizam significados. Elas podem ser classificadas legitimadoras (introduzidas pelas instituições dominantes no intuito de manter a dominação), de resistência (criadas por atores que se sentem ameaçados pela estrutura de dominação, como por exemplo as gangues) e identidades de projeto (forjadas por atores para construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e transformar a estrutura social).

Neste texto, tomo como base apenas os movimentos sociais populares (das classes subalternas) brasileiros que se caracterizam como transformadores e construtores de identidades de projeto, na linha da terceira categoria mostrada por Castells. Algo que as grandes manifestações recentes no Brasil demonstraram não possuir. Porém, a ideia de construção de identidades de projeto pode ser identificada em movimentos sociais anteriores, a exemplo do consolidado Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Com as devidas

---

4 P.S.: também em 2021, mesmo em meio às recomendações de distanciamento social devido à pandemia de covid-19, ocorreram grandes manifestações em protesto contra do governo Bolsonaro, e outras a seu favor.

redefinições políticas características de um período histórico que restabelece as regras democráticas, o aperfeiçoamento da práxis dos movimentos e a criação de novos, bem como com o crescimento de organizações não governamentais (ONGs), que por vezes acabam assumindo funções antes exercidas por movimentos sociais, o Brasil[5] segue gestando suas forças políticas que formam frentes combativas de caráter político-contestador e outras mais preocupadas em encaminhar soluções diante das violações dos direitos de cidadania ligados ao bem-estar social. Disso surgem ainda a conquista de espaços para participar de arenas de negociação normatizadas, tais como os conselhos setoriais, como o Conselho da Criança e do Adolescente. Esses conselhos são civis, com a participação de representantes do setor público, que atuam como instâncias nas estruturas dos governos municipal e estadual, e trabalham para formular, deliberar e regular políticas públicas e ações para proteger os direitos de grupos específicos.

Em suma, há uma diversidade de movimentos que engloba desde o Movimento dos Trabalhos Rurais Sem Terra (MST); o Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH); a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e as dezenas de organizações de mulheres; o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC); o Movimento Nacional do Direito à Moradia (MNDM); o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB) e suas ramificações em estados do Brasil; as várias articulações do movimento ecológico; além das centenas de outros grupos e ONGs de base social que desenvolvem trabalho social-educativo (junto a adolescentes e jovens, moradores de rua) visando resolver problemas concretos de segmentos sociais que sofrem as consequências do desrespeito aos direitos fundamentais.

---

5 A referência é explicita ao Brasil para possibilitar uma abordagem mais situada, mas há semelhanças com muitos outros países da América Latina, Europa, África e Ásia.

O significado dessas manifestações no âmbito da sociedade civil no Brasil tem sido relevante, pois elas ajudam gerar uma dinâmica de conscientização política e de mobilização social com força suficiente para mexer com as estruturas políticas e interferir nas políticas públicas para que possam ser condizentes aos interesses das maiorias, o que se viu reforçado com a emergência dos novos movimentos sociais do último outono brasileiro.

Em nível mundial, é importante lembrar a mobilização internacional relativa ao Fórum Social Mundial (FSM), que tem como lema "Um outro mundo é possível" e propõe um desenvolvimento que tenha o ser humano como força motivadora e destinatária de seus resultados. O elevado número de pessoas e de entidades que se reúnem anualmente desde 2001[6] nos fóruns mundiais e regionais

---

6 Na primeira década deste século, o Fórum Social Mundial, como o de 2005, chegou a reunir, em Porto Alegre, Brasil, cerca de 155 mil participantes e 6.588 organizações de mais de 156 países. Em seguida, o FSM foi se deslocando para outros países e continentes, também reunindo milhares de pessoas, porém em escala mais reduzida, mas igualmente com números muito expressivos. Dados históricos interessantes podem ser vistos em Boletim FSM (2007). Em 2008, o FSM foi descentralizado. Houve uma semana de mobilização e ação global marcada por um dia de visibilidade mundial em 26 de janeiro de 2008. Organizações, redes, movimentos sociais e coletivos de todas as partes do planeta foram convidados a planejar ações, encontros, reuniões, marchas e outras atividades realizadas em nível local (aldeias, zonas rurais, centros urbanos), regional e nacional com a adesão de mais de 1.600 organizações e indivíduos de todo o mundo (Processo FSM, 2008). Em 2009, participaram cerca de 113 mil pessoas de 142 países em Belém – PA, Brasil (FSM 2007; Números [...], 2010). Em 2010, o número de participantes foi de 35 mil pessoas de 39 países em Porto Alegre – RS, Brasil (Números [...], 2010). Em Dakar (Senegal), no ano de 2011, a participação registrada é de 75 mil pessoas de 132 países, 1.205 organizações e 1.200 atividades autogestionárias (Fórum [...], 2011). Em 2012, em Porto Alegre – RS, Brasil, o número foi de cerca 40 mil pessoas e 600 atividades autogestionadas (Fórum [...], 2012a). Dando uns saltos nesse histórico, o FSM de 2015 reuniu 45.000 pessoas de 4.400 organizações e movimento sociais de 120

para discutir e apresentar propostas alternativas de vida em sociedade indica sua importância como ator político coletivo mundial.

O Fórum Social Mundial provocou o surgimento de Fóruns correlatos pelo mundo, como o Fórum Social das Américas, o Fórum Social Brasileiro, FS Alemão, FS Los Angeles, FS Catalão, FS Mercosul, FSM da Tríplice Fronteira, Fórum Social Mundial das Migrações, Fórum Social da Zona Sul de São Paulo e muitos outros. Entre os aspectos inovadores do FSM, destaco o fato de ele se constituir não enquanto instância burocrática, mas como articulação social em formato de rede.

Trata-se de espaço para interlocução e troca de conhecimentos e até como fonte de inspiração para planos e modos de intervenção na realidade, a partir do conhecimento compartilhado. O evento acaba se constituindo numa grande arena de debates a partir de painéis, mesas-redondas e conferências, mas principalmente por atividades autogestionárias protagonizadas por organizações da sociedade civil. Para a efetivação de tais atividades, as próprias entidades se inscrevem, custeiam suas despesas, relatam suas experiências e as colocam em discussão, o que resulta na explicitação de ampla diversidade de iniciativas realizadas com o objetivo último de construir a justiça social alterando as condições de existência e de desenvolvimento.

O tema do FSM de 2012 foi "Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental". Ele se constituiu num espaço de debates preparatórios para a Cúpula dos Povos, reunião alternativa à cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que aconteceu em junho no Rio de Janeiro, Brasil (Fórum [...], 2012a). Em 2013, 2014 e 2015 os fóruns continuaram a discutir temas relacionados à crise capitalista, à democracia, à justiça social e ambiental, aos movimentos populares no Oriente Médio, à soberania dos povos e

---

países, o de 2018, em sua décima oitava edição, teve representantes de 120 países, e em 2023 contou com mais de 10 mil pessoas participando de atividades (Fórum [...], 2023).

à dignidade humana. E em 2016 o tema central foi "Paz, Democracia, Direitos dos Povos do Planeta", abordando questões que se referem à ação judicial por respeito aos direitos humanos e/ou contra suas violações[7].

No conjunto das sociedades, diferentemente do que às vezes se pensa, há um processo de mobilização social de proporções imensas, como demonstra o FSM, além das manifestações internas em países, como tem ocorrido recentemente na Europa, no mundo árabe e nos Estados Unidos, conforme já foi apontado. Contudo, os grandes meios de comunicação praticamente não divulgam o fenômeno do Fórum Social Mundial, nem as mobilizações internas nos países e os fóruns temáticos e regionais, e quando o fazem os tratam de forma tendenciosa, fragmentada e editada em aspectos "pitorescos", às vezes os mais festivos, o que impede a compreensão de forma integral por parte da população. O contraponto é feito pelas mídias alternativas e comunitárias como formas de expressão autônomas da sociedade civil. Dessa forma, esses canais passam a representar vozes cidadãs que não estão representadas nos meios de comunicação privados e públicos convencionais, uma vez condicionados pela lógica do mercado ou por políticas estatais conservadoras. Maria Cristina Mata (2006), da Argentina, mostra a partir de uma investigação que não se pode esperar que a mídia represente os interesses dos segmentos populares. "A sua importância reside na capacidade que têm de formar opiniões e de entreter ou distrair as pessoas dos temas verdadeiramente importantes sobre os quais não se informa nem se investigada" (Mata, 2006, p. 11).

---

7 P.S.: nos anos seguintes o FSM continuou acontecendo sempre no mês de janeiro e, em 2021, devido à pandemia de covid-19 globalizada, o evento, em sua vigésima edição, foi realizado de modo on-line, com o tema central "Mundo pós-covid-19". Contou com marcha virtual, atividades auto-organizadas, grandes conferências temáticas e assembleias, além de mais de 10 mil participantes e 1.280 organizações de 144 países. Ver mais detalhes em: https://wsf2021.net/programa-evento/

Por outro lado, sempre há um espaço de circulação de conteúdos úteis ao desenvolvimento da cidadania nos *maistream media*. Enquanto isso, na América Latina, apesar de haver clareza sobre o potencial dos meios de comunicação de massa para amplificar a cidadania, na prática eles acabam por limitá-la a aspectos mínimos de circulação de informações (nem sempre de qualidade ética desejável) e de promover o acesso a bens culturais e de entretenimento, com todo o apoio político, econômico e jurídico dos governos da região, com raras exceções. Nesse contexto, a efetivação dos direitos de cidadania comunicacional acaba sendo ampliada por movimentos populares, coletivos e organizações civis que desenvolvem seus próprios meios e formas de se comunicar e fazer valer seus interesses e necessidades.

2. COMUNICAÇÃO POPULAR/COMUNITÁRIA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais populares em toda a história e em conformidade com a capacidade de organização e com os recursos disponíveis em cada época. O Fórum Social Mundial, por exemplo, adquiriu grandes proporções porque soube usar a internet como canal de comunicação. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou de pequenos boletins informativos ao uso de revistas e ao papel de protagonista de uma agência de notícias, a *Brasil de Fato*. Enfim, os movimentos populares se adequam às condições dadas para poderem se comunicar. No Brasil e nos demais países da América Latina e de outros continentes, os movimentos sempre usaram meios próprios de comunicação conhecidos como populares, comunitários, participativos ou alternativos, em geral chamados de comunicação para a mudança social. Assim fazem, por um lado, pela necessidade de falarem a seus públicos específicos e, por outro, devido ao cerceamento à sua liberdade de expressão por parte do Sistema Nacional de Comunicação. Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na

internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária tradicional ou a webradio, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo[8] ou na internet, são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista ou ampliação dos direitos de cidadania, incluindo o de comunicar.

Nessa dinâmica, o empoderamento de processos comunicacionais autônomos tem sido percebido como necessidade enquanto canais de expressão na dinâmica de mobilização e organização popular. Mesmo sob o controle e o poder de coação do regime militar (1964–1985) em sua fase de declínio e correndo todos os riscos decorrentes da conjuntura política de então — o Estado de Exceção e seus mecanismos de repressão —, os movimentos sociais populares e outras organizações progressistas ousaram criar canais alternativos para se comunicar. Exerceram — e continuam a exercer — o direito de comunicar na prática, tanto usando meios alternativos como maneira de escapar do controle e da repressão policial, quanto enfrentando dispositivos legais contrários e impeditivos, como é o caso da radiodifusão comunitária. Ainda quando não havia lei de rádio comunitária, usava-se o alto-falante e, posteriormente, entrava-se no ar na forma de rádio livre. Em face do fechamento de um grande número de emissoras comunitárias, algumas entraram na justiça para garantir o direito constitucional à liberdade de expressão e obtiveram liminares favoráveis.

No nível teórico-político, a questão das políticas públicas democráticas de comunicação foi muito discutida na América Latina[9] e

---

8 Ressalvando que a passagem de um meio "artesanal" de comunicação para outro de alto desenvolvimento tecnológico não significa a superação do uso das formas mais simples e antigas. Pelo contrário, a coexistência de ambas persiste nesta primeira década do século XXI.

9 Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina, realizada na Costa Rica, em julho de 1976, seguida de todo

demais países do então chamado "Terceiro Mundo" nos anos 1970 e 1980, precedida pelo chamamento da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) ainda nos anos 1960. As motivações para tanto estavam nas condições de controle dos fluxos internacionais de informação uma vez inseridos numa ordem econômica internacional centrada no difusionismo da estratégia de industrialização, baseada na teoria da modernização, favorável aos interesses do grande capital controlado pelos países desenvolvidos. Por meio das agências de notícias e da exportação de produtos da indústria cultural, além da inversão direta de recursos em meios de comunicação da América Latina, difundiam a visão de mundo e o modo de vida dos Estados Unidos e de países europeus, o que caracteriza uma forma de dominação cultural[10], ao mesmo tempo que impedia a circulação mundial da informação proveniente de fontes latinas, africanas e asiáticas e até mesmo entre os países dessas regiões. No entanto, no contexto de contradições estruturais, de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas advindas do modelo em questão, mas que obtinham o alinhamento da mídia oficial, pública e privada, nacional e regional, surgem a proposta e as práticas de uma comunicação horizontal[11], popular ou comunitária. Ou seja, uma comunitária participativa e democrática, realizada por meio do

---

um movimento internacional de análise crítica do fluxo internacional de informação, da formulação do Relatório MacBride e das propostas de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC).

10 Ver Reyes Matta (1980), Beltrán (1982) e Wertheim (1979).

11 Recomendo a leitura de: Reyes Matta, F. From Right to práxis: a model of communciation with active social participation. *In*: Seminar on International de Communications and Third Word Participation. Amsterdam, 2977. **Anais** [...]. Amsterdam, 5-8 set. 1977; BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles. **Comunicação & Sociedade**: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. S.B.do Campo, UMESP, n. 6, p. 5-35, set. 1981, além de obras de Mário Kaplún, Juan Diaz Bordenave, Miguel Azcueta, Daniel Prieto Castilho e da própria autora, entre outros.

envolvimento ativo das pessoas como emissoras e receptoras de mensagens nas organizações de base popular, ou associativas e sem fins lucrativos. Desde essa práxis verificam-se sinais da demanda social por uma outra perspectiva do direito de comunicar, que não apenas o acesso à informação, nem só de meios de comunicação, mas de processos de organização e mobilização comunitários que incluem meios.

Os processos de comunicação popular e comunitária existentes são inúmeros internamente nos países e no continente latino-americano. Eles fazem a diferença na informação local, na democratização das vozes e na produção cultural de comunidades ao estabelecer compromissos com o conteúdo educacional e a crítica social. No entanto, os governos[12] não têm favorecido a comunicação comunitária. No Brasil, por exemplo, além da falta de uma política de comunicação pública que possibilite a democratização dos meios de comunicação, a lei das rádios comunitárias é muito restritiva do ponto de vista de quem pode operá-la e da abrangência do sinal, além da repressão severa às emissoras não legalizadas (mesmo com pedidos de autorização em processos lentos de análise pelo órgão público responsável) e a ausência de recursos públicos e outros mecanismos de financiamento que viabilizem seu funcionamento. Mesmo nessas condições, as práticas existentes são expressivas.

A comunicação popular e comunitária no Brasil, nas experiências gestadas e administradas coletivamente por entidades comunitárias[13] e a serviço do interesse público, significa uma "outra" comunicação — como disse Mário Kaplún —, uma vez realizada por setores

---

12 Com exceção da Argentina, do Equador e do Uruguai, que nos últimos tempos de governos de esquerda foram promulgadas leis que democratizam o acesso da sociedade aos meios de comunicação e favorecem a participação do setor comunitário.

13 Nem todas as experiências que se dizem comunitárias conseguem escapar da tendência de reproduzir os cânones dos grandes meios comunicação e aos interesses de privatização do que, em tese, é um bem coletivo.

organizados das classes subalternas, de acordo com as necessidades de mobilização social, de falar com seus públicos e de externar sua visão de mundo na sociedade, com vistas a mudar as condições de desigualdade e preparar a conquista da hegemonia.

Nessa perspectiva, ela é uma forma de exercer o direito de comunicar na prática. Ajuda a construir *processos* — de comunicação grupal, interpessoal na coordenação de ações; de educação informal e não formal de adolescentes e jovens; de autopromoção de mulheres; de organização de trabalhadores rurais etc. —, e a criar *meios (canais)* de comunicação, como o jornalzinho, o website, a rádio comunitária, o vídeo popular, o canal comunitário na TV a cabo e assim por diante. Há inúmeros exemplos de articulações que constroem processos e, simultaneamente, valem-se ou não de meios comunicativos tecnológicos na estratégia de mobilização para a transformação social, como atestam a Rádio Comunitária Cantareira[14]; a WebTV Cidade Tiradentes[15]; o Movimento Pombas Urbanas[16], também da Cidade Tiradentes, os três da periferia da cidade São Paulo; e o

---

14 A rádio comunitária Cantareira FM foi criada em 1995 e tem o propósito de contribuir para melhorar as condições de existência da comunidade e de respeito aos direitos humanos contribuir em Brasilândia, São Paulo. Ver em: http://www.radiocantareira.org/

15 Grupo Ecológico Cultural Tic Pac é uma associação comunitária localizada na Cidade Tiradentes, São Paulo, que organiza cursos, oficinas e atividades culturais para a comunidade do entorno. Ela possui a WebTV, que atua como Ponto de Cultura e desenvolve a produção de audiovisuais sobre a realidade local com finalidade educativa. Ver em: http://agectiopac.wordpress.com/

16 Pombas Urbanas é um grupo que enfatiza a arte e a cultura local, especialmente por meio do teatro popular, em populoso Conjunto Habitacional do extremo leste da capital de São Paulo, Cidade Tiradentes. Atua junto a adolescentes, jovens e suas famílias por meio de processos artísticos e com o uso de instrumentos de comunicação comunitária. Ver em: http://pombasurbanas.org.br/blog/?page_id=898

Movimento Enraizados[17], sediado no Rio de Janeiro, mas com ramificações pelo país.

Da mesma forma, a América Latina como um todo registra uma longa experiência de comunicação popular e comunitária baseada em princípios e práticas participativas, desde as rádios comunitárias mineiras na Bolívia em meados do século XX, as históricas Escolas Radiofônicas Populares em diversos países, existem experiências de sistemas de comunicação as mais diversas, instaladas localmente e movidas de baixo para cima. Estas últimas estão por toda parte, como Rádio Ilumán, Rádio Sucumbios e Rádio ERPR, no Equador, e Rádio A4Voces, Rádio Superfície e Rádio Voz Juvenil, na Argentina (Cerbino; Berlotti, 2016). Exemplos semelhantes podem ser encontrados no México, Colômbia, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, Costa Rica, Venezuela, Paraguai e assim por diante.

São expressões atuais de um movimento por liberdade de comunicação que se constrói ao longo da história. Até em nível internacional já se apregoou a necessidade de formação de Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). A Unesco chegou a criar a *Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação*, coordenada por Sean MacBride, a qual defendeu políticas democráticas de comunicação e o direito à comunicação, entre outros aspectos. O resultado dos trabalhos da Comissão foi apresentado no *Informe MacBride* ou *Um mundo, Muitas Vozes*[18], em fevereiro de 1980.

---

17 Movimento Enraizados é um coletivo formado por jovens de bairros periféricos (favelas). Organiza-se a partir dos princípios da cultura hip-hop e se propõe a promover a ampliação do conhecimento crítico sobre a realidade e o desenvolvimento da cidadania juvenil negra. Está organizado em cerca de duas dezenas de cidades brasileiras e possui uma webradio e uma WebTV. Ver em: http://www.enraizados.com.br

18 Documento publicado no Brasil pela Editora da Fundação Getúlio Vargas, em 1983, sob o título "Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação em nossa época".

3. COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO E DE CIDADANIA

Cada vez mais a questão do Direito à Comunicação se torna explícita[19] no Brasil e em outros países. Sob essa expressão se reafirmam os preceitos legais, historicamente conquistados, que garantem o acesso à informação e o direito à liberdade de opinião, criação e expressão, mas, ao mesmo tempo, são enfatizadas novas perspectivas. Entre elas pode-se destacar a contestação ao desrespeito às minorias e aos direitos humanos pela grande mídia[20], os direitos culturais e a defesa do acesso dos cidadãos e cidadãs e das organizações sociais sem fins lucrativos aos canais de comunicação na condição de protagonistas. Em outros termos, as abordagens teóricas e os ordenamentos jurídicos que se referem ao tema tendem a enfocar o direito de comunicar a partir do ângulo do

---

19 Assim como nos anos 1980 e 1990, a academia abriu espaços para o debate das formas horizontais e alternativas de comunicação, neste momento o debate volta a despertar interesses diante da expressividade concreta que adquire na realidade social. As palavras-chave hoje passam a ser direito à comunicação, comunicação comunitária e mídia alternativa, possivelmente pelo fenômeno social que representam: essas modalidades de comunicação estão em todos os lugares e numa variedade de formatos jamais vista. No entanto, esse tipo de enfoque tem sido o de menor adesão na academia, tanto do ponto de vista da investigação científica quanto do ensino.

20 Vide ações civis impetradas na justiça, por meio do Ministério Público Federal, contra a violação de direitos humanos pela televisão, cujas decisões determinaram punições tais como o pagamento de multas, retirada de programa do ar e a garantia do direito de resposta. Exemplo: o programa Tardes Quentes, da Rede TV, apresentado por João Kleber, exibia quadros que violavam os direitos humanos, em especial dos homossexuais. A justiça determinou, entre outros aspectos, que no lugar do Tardes Quentes fosse exibida programação com 30 horas de duração produzida pelas organizações envolvidas na Ação Civil Pública. Resultado: programas denominados "Direitos de Resposta", com uma hora de duração, foram veiculados durante 30 dias. Ver em: http://www.intervozes.org.br/destaque-4

direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de opinião e de expressão. Mas, seu espectro na atualidade é mais amplo. Passa também pelo direito a conteúdos midiáticos de boa qualidade ou eticamente responsáveis, pelo respeito e proteção às diferenças identitárias de pessoas ou segmentos populacionais (não discriminação, sem estereótipos e sem manchar a imagem), direito à privacidade, acesso aos direitos culturais acessíveis através das tecnologias de comunicação e informação (difusão das culturas, compartilhamento do conhecimentos científicos e artísticos etc.), direito à diversidade comunicativa, direito à democracia comunicacional (infraestrutura, espectros e habilidades), enfim, direito ao poder de comunicar. Portanto, a concepção de direito humano e de cidadania[21] à comunicação se renova, principalmente por enfatizar a dimensão do acesso ao poder de comunicar, pois implica empoderamento das tecnologias e demais condições necessárias à sua concretização. Como foi dito anteriormente,

> [...] as liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, [...], nem apenas no direito de expressar-se por 'quaisquer meios' – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. (Peruzzo, 2005, p. 28).

No conjunto, essas manifestações, no momento atual:

---

21 Embora a separação não seja explícita nem divisível, os direitos humanos precedem e podem estar à frente dos direitos de cidadania, pois são sentidos e reivindicados mesmo sem o amparo legal. Ou seja, passam a ser direitos de cidadania quando legalmente reconhecidos pelos mecanismos legais e formais do Estado. O direito humano é inerente à pessoa e o direito da cidadania é aquele reconhecido nas leis e na Constituição (lei maior) de um país.

a) Representam a explicitação do direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas representativas de segmentos organizados das classes subalternas (os demais já o têm) ao poder de comunicar, ou seja, ao acesso também aos canais de comunicação massivos e digitais na condição de emissores de conteúdos próprios e de gestores autônomos de meios a serviço das "comunidades" e movimentos populares. Nas primeiras décadas do século passado, os movimentos sociais se contentavam — ou melhor, eram obrigados a se contentar — com meios artesanais e de baixo alcance de comunicação (jornalzinho, panfleto, megafone, alto-falante, cartazes). Em seguida, o que se quer é assegurar o acesso aos canais mais modernos, eficazes, ágeis e com capacidade de atingir um público mais amplo simultaneamente. A demanda é por agregar as possibilidades comunicativas que as atuais Tecnologias de Informação e Comunicação (TICC) oferecem sem desprezar as formas mais tradicionais que continuam em uso principalmente nas regiões mais distantes e desprovidas de recursos econômicos e tecnológicos.
b) Explicitam a aparição da comunicação como direito no mesmo nível dos demais direitos, como os de moradia digna, educação, saúde e assim por diante. Nesse sentido, ele significa um fenômeno específico, o direito de isonomia (igualdade de direitos) e isegoria comunicacional (liberdade para expressar e direito de ser ouvido). Ao mesmo tempo, a comunicação popular, comunitária e alternativa serve de mediação para a conquista de outros direitos de cidadania[22]. Em outros termos, a comunicação pode contribuir nos processos de conhecimento, organização e ação com vistas a assegurar o cumprimento de todos os direitos humanos.
c) Reivindicam a ampliação da esfera pública para além da burguesa por intermédio da participação cidadã. Possibilitam

22 Ver Gumucio Dagron (2012).

trazer novas visões de mundo (das classes subalternas), novos valores, denúncias e reivindicações, o que favorece o debate, tornam transparentes os conflitos sociais e, ao mesmo tempo, constroem-se elos e identificações no processo de disputa pela hegemonia.

d) Expandem a noção de direitos individuais para a de direitos coletivos, inclusive o direito de comunicar. Ou seja, direitos de grupos humanos, comunidades, coletivos, movimentos sociais ao empoderamento dos canais de comunicação e informação.

Parece-me tratar-se de uma indicação de movimento correlato àquele que identifica a passagem da cidadania de uma fase à outra de maior qualidade, dos direitos civis e políticos individuais aos direitos sociais e coletivos (Bobbio, 1992; Vieira, 2000), caracterizados como gerações de direitos. Para esses autores, os direitos humanos podem ser agrupados como de primeira geração (civis e políticos); de segunda (sociais, econômicos e culturais); de terceira (coletivos); e de quarta (bioética) gerações de direito, conforme será mais explicitado adiante.

Antes, saliento que a noção de "geração de direitos do homem" é atribuída ao jurista Karel Vasak, que a usou pela primeira vez em 1979, em aula inaugural no Curso do Instituto Internacional dos Direitos do Homem, em Estraburgo, segundo Antonio A. Cançado Trindade (2000), seu ex-aluno. Portanto, ele é o precursor da referida expressão, fazendo uma analogia ao lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade[23], como direitos de primeira,

---

23 Em outras palavras, para Karel Vasak (*apud* LIMA, 2003, p. 1, citando Flavia Piovesan), "a primeira geração dos direitos humanos seria a dos direitos civis e políticos, fundamentados na liberdade (liberté). A segunda geração, por sua vez, seria a dos direitos econômicos, sociais e culturais, baseados na igualdade (égalité). Por fim, a última geração seria a dos direitos de solidariedade, em especial o direito ao desenvolvimento, a paz e ao meio ambiente, coroando a tríade com a fraternidade (fraternité)".

segunda e terceira gerações. Nas palavras de Trindade (2000, informação oral[24]): "*liberté, egalité, fraternité. A primeira geração, liberté: os direitos de liberdade e os direitos individuais. A segunda geração, egalité: os direitos de igualdade e econômico-sociais. A terceira geração diz respeito a solidarité: os direitos de solidariedade.*"[25].

Por outro lado, a classificação dos direitos em gerações — amplamente divulgada a partir de Bobbio — tem sido criticada (Trindade, 2000; Scarlet, 1998; Piovesan, 1998; Lima, 2003), considerada sem fundamento jurídico, sem correspondência das gerações de direitos ao processo histórico, divisionista ou fantasiosa por ensejar a impressão da superação de uma geração por outra, entre outras.

Sem entrar no mérito das críticas, adoto esse tipo de agrupamento por considerá-lo apropriado para esclarecer as metamorfoses pelas quais passa a percepção do que seja direito humano em cada época e lugar, ou da mudança de qualidade da concepção de cidadania. Entendo essas gerações todas como entrelaçadas (Peruzzo, 2005, p. 32) entre si e às práticas sociais, pois são históricas e inseparáveis e se constituem em forma de espiral. Não as vejo como fases em que uma geração de direitos supera a outra, pelo contrário, uma ajuda a dar mais densidade à outra, uma vez que se constituem e avançam de acordo com as transformações na sociedade.

Com base na noção de gerações de direitos, tento situar os direitos à comunicação no contexto dos conceitos de cidadania.

Num primeiro momento, advogava-se apenas pelo direito à informação e à liberdade de expressão, aos poucos esse direito foi sendo percebido de forma mais ampla, acompanhando a evolução da

---

24 Em palestra proferida no Seminário Direitos Humanos das Mulheres: A Proteção Internacional (V Conferência Nacional de Direitos Humanos), realizado no dia 25 de maio de 2000, em Brasília.

25 O juiz e catedrático Paulo Bonavides (2008) propõe transladar o direito à paz como direito de terceira geração, na concepção de Karel Vasak, para uma geração específica — a quinta —, justificando ser necessário tirar a paz da invisibilidade.

cidadania. Mesmo não sendo reconhecido em termos jurídicos o é pela legitimação social. Afinal, como diz Bobbio (1992, p. 73), "a doutrina dos direitos do homem nasceu da filosofia jusnaturalista, [a qual justifica] a existência de direitos pertencentes ao homem enquanto tal, independente do Estado", o direito natural.[26]

Na minha interpretação, o direito de comunicar[27] se entrecruza a todas as dimensões e gerações dos direitos de cidadania, no entanto é mais visível apenas nos de primeira geração. Nessa geração ele remete, na perspectiva de Marshall (1967), Bobbio (1992) e Vieira (2000), à *dimensão civil* (liberdade de acesso à informação, liberdade de opinião, de expressão, de crença etc.) e *política* de cidadania (voto, participação), universos nos quais a comunicação está claramente contemplada.

Mas, podem ser identificados também nos de segunda geração, porque se incluem na *dimensão social, econômica e cultural* (direito ao trabalho, à saúde, acesso a bens como os do patrimônio histórico e cultural) (Vieira, 2000; Bobbio, 1992). Esses direitos tendem a ser mais reconhecidos quanto à educação, à moradia etc., mas não no âmbito comunicacional, o que gera invisibilidade ao direito à comunicação. A operação dos sistemas midiáticos tem sido reservada às classes dominantes e ao poder público governamental. No entanto, os meios de comunicação e as tecnologias são bens públicos e pertencem a todas as classes sociais.

Os direitos à comunicação podem ser percebidos, com algum esforço, como imersos aos de terceira geração (direito à autodeterminação dos povos, direito à paz, ao meio ambiente etc.) em que o

---

26 Nessa origem, parte-se da "hipótese de um estado da natureza, onde os direitos do homem são poucos e essenciais: o direito à vida e à sobrevivência, que inclui também o direito à propriedade; e o direito à liberdade" (Bobbio, 1992, p. 73), como direito natural, mas convém lembrar que não há unanimidade de interpretação do que seja direito natural, o que torna o conceito questionável.

27 Ver Peruzzo (2005).

titular não é mais o indivíduo, mas grupos humanos, a coletividade (Vieira, 2000, p. 23). Há avanço na noção de direito do homem genérico, enquanto ser humano, para o específico tomado na diversidade (Bobbio, 1992, p. 23), pois incorpora o direito à diferença. Ou seja, há um progresso na noção de direitos. Ao mesmo tempo que mantém a percepção dos direitos do ser humano individualmente, passa a reconhecer alguns direitos como coletivos: direito de grupos humanos, de comunidades, da humanidade, dos movimentos coletivos e da espécie humana, que se manifestam em diversas formas de organização social de interesse público (defesa da qualidade de vida, do consumidor, do ecossistema, dos canais de expressão partilhados) e ainda na incorporação na noção do direito as diferenças[28], em todos os sentidos, sejam elas de gênero, raça, idade, fé, cultura e condições físicas. Entender a comunicação como direito humano, inserida nos direitos de terceira geração, representa um avanço na visão do direito de comunicar e na própria concepção da cidadania, tanto pela passagem à percepção de direito coletivo quanto porque dá mais visibilidade à comunicação que tende a ficar um tanto imperceptível nas dimensões clássicas da cidadania, uma vez no âmbito dos direitos sociais em que se priorizam aqueles diretamente ligados às condições de vida.

Quanto aos direitos de quarta geração, atribuídos ao biodireito ou ao universo da bioética (Vieira, 2000), estão o direito à vida e suas formas de reprodução, dado o acelerado desenvolvimento da biotecnologia. Segundo Lima Neto (1998, p. 1), nele está o direito da pessoa e da humanidade de "não ter seu patrimônio genético alterado" diante dos riscos de alteração e deterioração do genoma humano. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Genoma Humano*[29], adotada pela

---

28 A aprovação pela Unesco, no dia 20 de outubro de 2005, da *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* representa a legitimação mundial do reconhecimento dos direitos de terceira geração.

29 O texto da Declaração está disponível em português no site: unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122990por.pdf.

Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1997, em seu artigo primeiro atesta: "O genoma humano constitui a base da unidade fundamental de todos os membros da família humana bem como de sua inerente dignidade e diversidade. Num sentido simbólico, é o patrimônio da humanidade" (Unesco, [1997] 2001, p. 7). Com esse documento, a Unesco traça parâmetros para a regulação da pesquisa nos campos da Biologia, da Genética e da Medicina. A meu ver, no bojo dessa quarta geração de direitos, o direito à comunicação também se faz presente na perspectiva do direito à informação, à privacidade e da lealdade comunicativa especificamente nos campos mencionados.

Como se pode observar, a qualidade (ou status) da cidadania se modifica no processo histórico. Talvez tenha chegado a hora de se dar um passo à frente e reivindicar que o direito à Comunicação seja percebido como geração específica de direitos humanos, de quinta geração: direitos comunicacionais ou direito à comunicação[30] que, por sua vez, interconecta-se aos direitos culturais[31]. Essa reivindicação se justifica em razão do papel central que historicamente os meios de comunicação e as tecnologias de informação e comunicação eletromagnéticos

---

30 Existe quem já advogou a elevação do direito à comunicação como quarta geração de direitos (Ramos, 2005), mas como esta geração já foi ocupada pelos direitos do campo da bioética, parece-me que a quinta geração lhe caberia bem. Por outro lado, há também quem defende (Bonavides, 2008; Furtado; Mendes, 2008) o direito à paz como de quinta geração. Não importa qual grau de geração será reservado aos direitos à comunicação, mas sim que eles sejam reconhecidos como merecedores de uma classificação geracional.

31 Embora o direito à comunicação seja indissociável dos direitos culturais, talvez o direito cultural possa se desenvolver como uma sexta geração de direitos. Enfim, são crescentes as demandas dos movimentos sociais populares pelo respeito às diferenças culturais e por participação na vida pública, além de desenvolver conhecimento e obter o reconhecimento do direito à cultura, não apenas no sentido de usufruir dos bens culturais produzidos por especialistas, mas do desenvolvimento cultural e da produção cultural propriamente dita pelo próprio povo, e de seu compartimento público.

e digitais, tais como o rádio, a televisão, a informática e a internet, exercem na sociedade. A sua legitimação como dimensão específica de direitos humanos ajudaria a fortalecer as lutas pela democracia da sociedade e da comunicação, quer dizer, da democratização do poder de comunicar. Seria um indicativo para modificar alterações das leis que privilegiam o controle dos meios por grandes grupos econômicos, tornando possível às organizações das classes subalternizadas o poder de gerarem e de usufruírem da produção cultural e informativa e do conhecimento. Ajudaria o fortalecimento do poder de pressão para se proporcionar o empoderamento dos meios tecnológicos de informação e comunicação por parte do cidadão e suas organizações coletivas e sem fins lucrativos como protagonistas — emissor, difusor, gestor, mediador, receptor —, e não apenas como receptor ou consumidor de conteúdos. A demanda pelo direito de comunicar foi explicitada de modo coletivo por países da América Latina e dos demais continentes e registrada no já mencionado *Informe MacBride*, ainda nos anos 1970[32].

O reconhecimento dos direitos à comunicação como geração distinta de direitos nos conceitos de cidadania fortalece a própria concepção de cidadania porque a atualiza quanto à percepção da importância da Comunicação na sociedade contemporânea, colocando o direito à comunicação no mesmo nível dos demais direitos. Se os mecanismos midiáticos cada vez mais mexem com a cultura e com o modo ser e perceber o mundo, eles estão interferindo na ecologia simbólica da espécie. Se há de se cuidar do genoma, por que não cuidar das mentalidades? Por outro lado, o avanço no nível de reconhecimento da comunicação como direito torna-o mais perceptível, enquanto direito, aos olhos de todos, sejam eles os próprios cidadãos, o poder judiciário, órgãos do

---

32 Documento elaborado pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação e que encerrou os trabalhos em dezembro de 1979. O documento foi aprovado pela Unesco e recebeu o título *Un solo mundo, voces múltiples,* mas ficou conhecido por *Informe MacBride.* A primeira edição em inglês é de 1980. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf

poder executivo (da polícia, por exemplo, que vive fechando rádios comunitárias no Brasil e cerceando o direito humano e constitucional de liberdade de expressão), o parlamento e as empresas privadas, maiores beneficiadas com concessões para operar os sistemas midiáticos (*mainstream media*).

4. O CRUZAMENTO ENTRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A comunicação comunitária é uma das formas de se exercitar o direito à comunicação. É ela quem se situa mais próxima, está ao alcance das pessoas nos locais de moradia ou outros espaços de participação comunitária. Tem sido denominada de comunicação participativa, popular, horizontal ou alternativa, entre outras expressões, para se referir ao processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil na América Latina. Ela ocorre no bojo de uma práxis de atores coletivos que se articulam de modo a provocar a mobilização social e realizar ações concretas com vistas à melhoria da consciência política e das condições de existência das populações empobrecidas. Portanto, entende-se a comunicação comunitária como aquela desenvolvida de forma democrática por grupos populares em comunidades, bairros, espaços on-line etc., segundo seus interesses, necessidades e capacidades. É feita pela e para a comunidade (Peruzzo, 2008a, p. 2). Portanto, funda-se na participação ativa dos membros em todo o processo de praticar comunicação.

Trata-se de uma comunicação cuja origem remonta à ação dos movimentos sociais populares típicos do fim dos anos 1970[33] e que perpassam as décadas seguintes no Brasil, sendo, portanto, características

33 Referência às décadas precedentes marcadas pelo cerceamento da participação em face da Ditadura Militar instaurada no país em 1964, o que não pressupõe desconsiderar que as expressões comunicacionais de resistência do povo existiram antes.

do processo de reação ao controle político, às condições degradantes de vida e ao desrespeito aos direitos humanos que foram se instaurando no país ao longo do tempo, sem menosprezar o fato de que nas primeiras décadas do século passado também existiram jornais e outros meios de comunicação alternativa a serviço dos interesses dos trabalhadores[34]. Fala-se, pois, de uma comunicação vinculada às lutas mais amplas de segmentos empobrecidos da população, mas organizados, e que tem como finalidade contribuir para solucionar problemas que afetam o dia a dia das pessoas e a ampliar os direitos de cidadania (Peruzzo, 2008b, p. 2). É feita "na marra", na base do voluntariado, com os recursos escassos que se tem e conforme as necessidades e a realidade de cada situação. Ela ajuda a ampliar a efetivação dos demais direitos de cidadania, como já dito, porque contribui para gerar conhecimento e para mudar as condições concretas de existência.

A comunicação comunitária, popular e alternativa se configura em grande variedade de feições, tais como a *verbal e gestual* (comunicação interpessoal, grupal), *impressa* (panfleto, boletim, fanzine, jornalzinho, cartaz, faixa), *sonora* (carro e bicicleta de som, alto-falante, rádio comunitária), *audiovisual* (vídeo, TV de Rua, Canal Comunitário na televisão a cabo) e a digital (blogs, websites, comunidades virtuais, redes, e-zines, emissoras comunitárias na internet). Está repleta de distorções e, simultaneamente, de virtudes. Se falarmos de maneira geral, convém dizer que as distorções têm relação com o jogo de interesses distintos que movem a criação de um meio comunitário de comunicação. Há aqueles de caráter mobilizador e educativo que visam prestar serviços comunitários para melhorar a qualidade de vida de segmentos da população. Outros se movem por interesses comerciais, pois há quem se aproprie de meios comunitários, especialmente do rádio, como forma de arrecadar dinheiro. Há também os interesses de caráter religioso. E, ainda, os de cunho personalista e/ou político-eleitoral.

34 Ver Peruzzo (2004).

Outras distorções ocorrem em virtude da falta de recursos financeiros, práticas autoritárias de lideranças, uso político eleitoral, falta de preparação adequada para o manuseio da comunicação etc. No segmento das experiências que se pautam pelo interesse público, o campo das virtudes é amplo. O meio comunitário contribui para melhorar as condições de vida e de conhecimento das pessoas por meio da conscientização e promoção dos direitos humanos, favorece o exercício da cidadania ao abrir espaço para difundir a voz do cidadão e possibilitar que este participe ativamente das demais fases do processo comunicativo, como dos próprios planos de *produção e difusão* de conteúdos e da gestão do meio.

Em relação ao processo educativo, os participantes das comunidades operam sistemas de comunicação comunitários mesmo sem possuírem formação específica. Aprendem na prática, uns com os outros, recebem ajuda esporádica de aliados e às vezes até têm a oportunidade de participar de cursos de curta ou longa duração. Contudo, o exercício de atividades de comunicação comunitária — como uma vertente da comunicação para o desenvolvimento participativo e sustentável — poderia ser melhorado, em alguns casos, se houvesse a possibilidade de formação específica para tal fim. Específica no sentido de respeitar a dinâmica e a lógica da comunicação comunitária. É comum que essa formação tenda a conduzir os comunicadores populares a reproduzirem os padrões da mídia comercial de grande porte, exceto quando é processada por agentes sociais sintonizados com a perspectiva da transformação da sociedade.

Na verdade, é importante a preparação das pessoas para o uso de técnicas e tecnologias de comunicação. Há necessidade de alfabetizar para o uso das linguagens audiovisuais, da imprensa e as digitais: domínio das técnicas de diagramação de jornal, manuseio de computador, criação de blogs, operação de filmadoras etc. Portanto, no jogo da necessidade de adquirir competências, agrega-se um "novo" direito, o do acesso ao conhecimento técnico e especializado em comunicação. Mas, não se trata apenas de "atualizar" o domínio de técnicas e

tecnologias. O desafio é incorporar o modo coletivo de operacionalizá-las para ultrapassar os parâmetros da chamada "inclusão" digital, e gerar processos de troca e geração de conhecimento, uma vez permeadas pela vontade de compartilhar e aprimorar os sistemas de informação e comunicação. Esta última, a comunicação, vai além de meios e mensagens, de emissão e recepção. Ela faz parte das relações sociais na dinâmica de coordenação de ações no processo de auto-organização para o exercício da cidadania ativa.

Essa linha de pensamento se interconecta com a proposta da *cibercultur@*[35], que se coaduna para se redesenhar o mundo, ou seja, resgatar coletivamente o conhecimento sobre nossa história e identidades enquanto sociedades que passaram por processos de dominação, como elemento para entender o presente e traçar nossos próprios caminhos na construção de um mundo possível (González, 2007). Trata-se do ato de compreensão do mundo de que fala Paulo Freire (1982, p. 11), que "não se esgota na decodificação pura da palavra [...], mas se alonga na inteligência do mundo". Não basta saber usar as máquinas e os softwares, mas saber colocá-los a serviço da construção coletiva de um mundo que insira o ser humano como meio e fim do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a importância dos *mass media* e da comunicação digital em se comprometerem com a ampliação da cidadania, é a tímida comunicação comunitária e alternativa que avança nessa direção, até porque é ela que alcança a comunidade, o bairro e o movimento popular de forma a proporcionar o protagonismo e o seu empoderamento por parte dos cidadãos organizados.

O exercício do direito à comunicação popular, comunitária e alternativa se entrelaça aos modos de educação *informal* (processada

35 Ver Jorge A. González (2008).

no dia a dia e por meio das práticas no âmbito da comunicação) e a educação *não formal* (participação em treinamentos, oficinas propiciadas por instituições) que ocorrem no contexto das lutas sociais e possibilitam rico processo em que a educação e a comunicação se entrelaçam. Resta a demanda para incrementá-los na educação *formal.* Até quando a escola vai garantir somente a alfabetização da escrita e a leitura textual? Na perspectiva de assegurar o direito de cidadania à educação, há de se levar em conta que os meios de comunicação também, informalmente, educam, mas praticam linguagens diferentes. Saber lê-los, interpretá-los, dominar os seus códigos, operacionalizá-los correspondem à pertinência em se ampliar a consciência sobre o direito de ter direito à comunicação e à cultura. Entre as melhores maneiras de conhecer o funcionamento dos meios de comunicação com um todo, seu poder de influência e as possibilidades de manipulação das mensagens, destacam-se a práxis da mídia, ou seja, a execução de projetos concretos de comunicação e a reflexão sobre eles. A participação ativa na comunicação para a transformação social em sua diversidade de práticas, no bojo da mobilização social mais ampla, contribui para a ampliação do status da cidadania. Em outras palavras, contribui para redimensionar o sentido de esfera pública ao forçar sua ampliação de modo a acolher a participação deliberativa dos segmentos organizados das classes subalternas. Esfera pública, para ser realmente pública, pressupõe a democracia da palavra como exercício de isonomia e isegoria; igualdade de liberdade de expressão e o direito de ser ouvido.

O direito à comunicação é multifacetado, como explicitado anteriormente. Urge a necessidade de que sua dimensão no nível comunitário e de que as práticas dos grupos sociais que se mobilizam para ampliar a cidadania sejam percebidas no mesmo grau de importância daquele do universo da grande mídia e do ciberespaço.

Caberia, finalmente, perguntar o que a comunicação comunitária tem a ver com governança. Em poucas palavras, diria que ela contribui para formar cidadãos capazes de compreender o mundo e

de se organizar para transformá-lo. Transformar o mundo como? Na perspectiva do *outro desenvolvimento*, participativo e sustentável, cuja economia seja estruturada para atender prioritariamente às necessidades humanas.

REFERÊNCIAS

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles. **Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. S.B.do Campo, UMESP, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 4. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLETIM FSM, 2007. **Fórum Social Mundial**. Porto Alegre: FSM, 5 out. 2007.

BONAVIDES, P. Direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

BONAVIDES, P. A quinta geração de direitos fundamentais. **Direitos Fundamentais & Justiça**, n. 3, p. 82-93, abr./jun. 2008. Disponível em: www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/3_Doutrina_5.pdf. Acesso em: 27 mar. 2013.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura - poder da identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 2.

CERBINO, M.; BELOTTI, F. Medios comunitarios como ejercicio de ciudadanía comunicativa: experiencias desde Argentina y Ecuador. **Comunicar,** Huelva, Espanha, v. 24, n. 47, p. 49-56, 2016.

FÓRUM Social Mundial 2011 Dakar. **Fórum Social Mundial,** Porto Alegre, 2011. Disponível em: fsm2011.org.br/números. Acesso em: 31 jul. 2012.

FÓRUM Social Mundial 2012: grupos temáticos rumo à Cúpula dos Povos. **FSM**, São Paulo, 11 jan. 2012a. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=3606&cd_language=1. Acesso em: 31 jul. 2012.

FÓRUM social começa hoje e espera... **Uol Notícias**, São Paulo, 24 jan. 2012b. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/01/24/forum-social-mundial-comeca-hoje-e--espera-reunir-40-mil-em-porto-alegre.htm. Acesso em: 31 jul. 2012.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL 2023 termina com chamado a permanecer nas ruas. **ASSFSM**, Poro Alegre, 31 jan. 2023. Disponível em: https://assufsm.com.br/forum-social-mundial-2023-termina--com-chamado-a-permanecer-nas-ruas/. Acesso em: 15 nov. 2023

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

FSM 2007. **Fórum Social Mundial,** Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://fsm10.procempa.com.br/wordpress/?p=338. Acesso em: 31 jul. 2012.

FURTADO, E. T.; MENDES, A. S.V. Os direitos de 5ª. Geração enquanto direito à paz e seus reflexos no mundo do trabalho. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17., 2008, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 20 a 22 de novembro de 2008. Disponível em: www.conpedi.org.br/arquivos/anais/brasilia/02_335pdf. Acesso em: 27 mar. 2013.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GONZÁLEZ, J. A. Cibercultur@ como estrategia de comunicación compleja desde la periferia**. IC Revista Científica de Información y Comunicación**, n. 4, p. 29-47, 2007. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3639058. Acesso em: 8 dez. 2023.

GONZÁLEZ, J.A. Digitalizados por decreto. Cibercultur@: inclusão forçada na América Latina. **Matrizes**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Paulo, ECA-USP, a. 2, v. 1 p. 113-138, 2008.

GUMUCIO DAGRON, A. El derecho a la comunicación: articulador de los derechos humanos. **Razón y Palabra**, México, n. 80, p. 1-31, ago./out. 2012. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N80/V80/00_Dagron_V80.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016.

HOPENHAYN, M. Viejas y nuevas formas de la ciudadanía. **Revista de la Cepal**, Santiago de Chile-Chile, Naciones Unidas, n. 73, p. 117-128, 2001.

LIMA, G. M. Críticas à teoria das gerações (ou mesmo dimensões) dos direitos fundamentais. **Jusnavigandi**, p. 1, 2003. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/4666/criticas-a-teoria-das-geracoes-ou-mesmo-dimensoes-dos-direitos-fundamentais. Acesso em: 26 mar. 2013.

LIMA NETO, F. V. Direitos humanos de 4ª.geração. **DHnet** - Direitos Humanos na Internet, 1998. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/geracaodh/4_geracao.html. Acesso em: 25 mar. 2013.

MACBRIDE, S. **Un solo mundo, voces múltiples**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. (Coleção Popular). Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf. Acesso em: 29 mar. 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATA, M.C. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, San Leopoldo-Brasil, Unisinos, v. VIII, n. 1, p. 5-15, 2006.

NÚMEROS do FSM 2010. **Fórum Social Mundial**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://fsm10.procempa.com.br/wordpress/. Acesso em: 31 jul. 2012.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, a. 2, n. 3, p. 18-41, jul/dic. 2005. Disponível em: http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145. Acesso em: 23 mar. 2013.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra clave**: revista da Faculdad de Comunicación. Cundinamarca/Colombia, Universidad de la Sabana, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008a.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação. **Revista Fronteiras**. São Leopoldo, UNISINOS, v. 11,

n. 1, p. 33-43, 2008b. Disponível em: http://www.fronteiras.unisinos.br/pdf/64.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; VEJA CASANOVA, J. (org.). **Trazos de una otra comunicación en América Latina**. Barranquilla: Universidad del Norte, 2011.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PROCESSO FSM 2008. Chamada para um Dia de Mobilização e Ação Global. Fórum Social Mundial. Porto Alegre: FSM, [2008]. Disponível em: http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=chamada2008. Acesso em: 29 jun. 2008.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas culturais. *In*: MELO, J. M.de; SATHLER, L. (org.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 245-253.

REYES MATTA, F. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

TRINDADE, A. Palestra proferida no Seminário Direitos Humanos das Mulheres: A Proteção Internacional. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 5., 2000, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, Câmara dos Deputados, 25 de maio de 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/cancado_bob.htm. Acesso em: 29 mar. 2013.

UNESCO. **Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos** – da teoria à prática. Brasília: Unesco – Representação no Brasil, [1977] 2001. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122990por.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WERTHEIM, J. (org.) **Meios de comunicação**: realidade e mito. São Paulo: Nacional, 1979.

Capítulo 8

Comunicação e diretos humanos: que cidadania queremos?

RESUMO

Este trabalho assume uma perspectiva analítico-teórica e começa discutindo aspectos do cenário conflitivo de visões sobre os direitos humanos na sociedade brasileira atual para em seguida situar os conceitos de cidadania e de direito à comunicação em novas acepções, uma vez pensados a partir de concepções decoloniais. O estudo tem por base a pesquisa bibliográfica que identifica e sistematiza aspectos centrais de conceitos que embasam a fundamentação do texto. Objetiva-se discutir perspectivas de mudança na compreensão dos direitos humanos, em especial do direito à comunicação, além de prospectar ideias em torno do pensamento decolonial e de um pós-desenvolvimento como horizonte mais favorável de respeito aos direitos. Conclui-se que uma nova abordagem de cidadania pressupõe não apenas amenizar os problemas que afetam os grupos minorizados das classes

subalternizadas e a sociedade como um todo, fazendo valer o respeito aos direitos humanos e cívicos, mas pensar na transformação da realidade como processo de construção coletiva e reconhecendo o papel central da comunicação.

Palavras-chave: Direitos humanos. Direito à comunicação. Cidadania. Descolonização.

INTRODUÇÃO

Por que falar de direitos humanos em pleno século XXI? Afinal, parece haver consenso de que o respeito aos direitos fundamentais protetivos da condição humana é algo já conquistado, naturalizado e com amparo legal. Contudo, a visão em favor dos direitos pode ser até majoritária, mas, no Brasil atual, mostra-se não consensual. Há uma profusão de negação de direitos já assegurados pela Constituição do país, como também a propagação deliberada de pós-verdades que negam avanços sociopolíticos, fatos históricos e até comprovações científicas, por exemplo propagando mentiras que afrontam leis e assuntos de interesse coletivo, como a saúde e a saúde pública, um direito constitucional e humano. São posturas preconceituosas e intolerantes de um segmento de indivíduos contrários aos direitos igualitários para todas as pessoas, e que abalam as estruturas da alteridade e da paz social. Desse modo, o tema dos direitos humanos, uma conquista antiga, mas ainda não plenamente respeitada, não perde a atualidade, tanto pela necessidade de sua afirmação quanto porque ainda há direitos a serem conquistados. Nesse embate se mesclam incontáveis movimentos sociais e atores dos mais diversos que lutam diuturnamente pela preservação das conquistas e reivindicam novos direitos.

A negação de direitos da pessoa testemunha uma crise humanitária, que em "nossa época tem, sem dúvida, sua origem na experiência da ineficácia humana que imputa a abundância de nossos meios

de atuar e a extensão de nossas ações [...]". A própria consciência de si se desintegra (Levinas, [1972] 2013, p. 84-85).

Num cenário, por um lado conflitivo e, por outro, repleto de sinais de mudança e reivindicações pelo reconhecimento de "novos" direitos, este texto ensaístico, baseado em pesquisa bibliográfica que identifica e sistematiza aspectos centrais de conceitos que embasam a fundamentação do texto. Objetiva-se discutir perspectivas de mudança na compreensão dos direitos humanos, em especial do direito à comunicação, além de prospectar ideias em torno do pensamento decolonial e de um pós-desenvolvimento como horizonte mais favorável de respeito aos direitos.

1. COMUNICAR SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E POR ELES

A concepção de direitos humanos na atualidade decorre de uma construção histórica processada ao longo do tempo e em diferentes culturas, cujos contextos opressivos da condição humana do sujeito também geraram formas de resistência e lutas por mudança de valores e práticas sociais (Pinsky; Bassanezi Pinsky, 2003). Aos poucos foram agregadas novas visões de direitos (Vieira, 2000; Bobbio, 1992), percebidos como tal e conquistados "como fundamentais à condição humana e a convivência coletiva. Esses direitos estiveram inseridos, de alguma forma, nas diversas sociedades, num processo dialético de construção, desconstrução e reconstrução" (Krohling, 2009, p. 45).

Ao serem incorporados nos códigos legais, são reconhecidos como direitos fundamentais e incorporam concepções de direitos humanos que são aqueles inerentes à própria condição de pessoa, do Ser.

A Constituição Brasileira de 1998 estabelece como direitos e garantias fundamentais os direitos relacionados à existência (Art.5º); os direitos sociais (de educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social e assistências) (Art.6); direitos de nacionalidade (Art.12); direitos políticos (Art.14); e os direitos

relacionados à organização e à participação em partidos políticos (Art.17). Especialmente o seu artigo 5º, é explícito ao estabelecer que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade" (BRASIL, 2016, art. 5º).

Nesses termos, o direito à vida pressupõe existir com dignidade, ter liberdade de ir e vir e de opinião nos termos constitucionais, ter direito à não discriminação, à proteção física e jurídica e à propriedade em sua função social.

Nas palavras de Pinsky (2003, p. 9),

> [...] ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo ter direitos civis. É também participar dos destinos da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação dos indivíduos na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

A convivência civilizatória requer respeito aos princípios constitucionais como conquistas da cidadania. Mas, tomando por base o Brasil que traz violações históricas de direitos das mulheres, negros e indígenas, nos últimos anos recrudescem ensaios de negação da igualdade, apesar de garantida em leis, e da responsabilidade cívica perante o outro e ao interesse público que se manifestam na intolerância, na discriminação e na dominação.

A dominação expressa-se em atos visando destituir conquistas cidadãs históricas e a perpetuar as condições geradoras de desigualdades e das discriminações. Por exemplo, na edição de algumas políticas públicas, na formulação de leis e decretos-leis que favorecem certos segmentos do capital em detrimento do interesse público, do

meio ambiente, da paz social, dos direitos dos povos indígenas, como também da restrição da participação popular na formulação de diretrizes para as políticas e decisões do governo.

A intolerância e a discriminação tornam-se transparentes quando se afronta o respeito à diversidade e à dignidade como se vê no dia a dia das relações sociais e de instituições de Estado perante a sociedade. Afinal, existem direitos humanos comuns a todos os seres, independentemente de classe social, nível de renda, cor da pele, procedência geográfica, local de nascimento, etnia, gênero, cultura, sexualidade ou religião, e que asseguram a dignidade humana. De fato, os direitos humanos são inerentes à pessoa — precedem os direitos legais, de cidadania, ou seja, aqueles reconhecidos pelo Estado. São universais — não dependem de nacionalidades e ultrapassam fronteiras de uma nação, como o direito à vida, à dignidade e a ter os direitos respeitados.

Os direitos humanos são históricos. Avançam à medida que são reconhecidos como direitos pela sociedade e pelo Estado. Mas os direitos da pessoa, inerentes à condição humana, sempre estão à frente, pois irrompem como reivindicação de necessidades não satisfeitas (Dussel, 2006), em geral postulados por movimentos sociais, portanto, precedem os direitos de cidadania, aqueles juridicamente reconhecidos. São direitos sentidos e reclamados pela sociedade civil e passam a mover o status da cidadania em determinado contexto histórico. Por exemplo, o direito das mulheres em relação aos dos homens[1], os direitos da pessoa com deficiência física, cognitiva ou sensorial de ser conhecida como ser humano e com direito ao convívio social, portanto, não rejeitada, abandonada ou isolada em sanatórios ou em escolas especiais, são direitos da pessoa antes de serem legitimados pelo Estado como direito de cidadania. Afinal, existem preceitos, normas, declarações e leis

1 O voto feminino foi permitido só em 1932 no Brasil. A disparidade salarial entre mulheres e homens persiste. Pesquisa Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas, do Instituto Ethos e do BID, revelou que as mulheres recebem 70% da massa salarial obtida pelos homens (Instituto Ethos, 2016).

— universais e nacionais — que asseguram direitos às pessoas e a segmentos humanos, ou seja, são reconhecidos social e legalmente. Portanto, caracterizam-se como direitos de cidadania e são inalienáveis.

A legitimação dos direitos — tanto os humanos como os de cidadania — decorre de lutas sociais, que têm entre seus expoentes os movimentos sociais (ecológicos, de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, pela terra, saúde, educação, do mundo do trabalho etc.), pois só a pressão social organizada faz avançar as visões do que se entende por direito, por parte dos legisladores e do Estado, e na visão das próprias pessoas, às vezes imbuídas de preconceitos e visões marcadas pelo racismo e heteropatriarcalismo, pois reproduzem concepções colonialistas do poder, do saber e do ser.

No conjunto da sociedade brasileira, persistem situações concretas de preconceito, discriminação e violação do respeito aos direitos à equidade e às diferenças de diversas matrizes, especialmente de mulheres, negros[2], indígenas, pessoas LGBTQIA+[3], pobres e nordestinos, apesar da existência de aparatos legais que tipificam o preconceito, a difamação, a incitação à violência, a misoginia e a discriminação como crimes previstos pelo Código Civil, pelo Código Penal e pela Constituição do Brasil[4].

---

2 Segundo o Atlas da Violência 2021, "em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra" (Cerqueira *et al.*, 2021, p. 49).

3 Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais, queer, assexuados e outros.

4 Ver Artigo 5º, inciso XLVII, Art. 3º, inciso IV e Art.5º, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil. E ainda o Art. 186 do Código Civil e o Art. 286 do Código Penal, além do Art.11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Art.1º, top. 1, da Convenção Americana dos Direitos Humanos, entre outros tratados.

Desse modo, discutir os direitos humanos e, no contexto deles, o papel dos meios de comunicação, e da própria comunicação como um direito humano, está na ordem do dia.

Há uma corrosão de valores no interior das culturas que urge ser questionada. Há uma crise de humanismo (Levinas, [1972] 2013) quando a consciência de si se desintegra.

Como já disse Paulo Freire (1996, p. 19-20, grifos nossos) ainda nos anos 1990, e soa atual, faz parte do

> [...] pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero **ofende a substantividade do ser humano** e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando **vivemos a impunidade** dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres [...]. Pensar e fazer errado [...] não tem nada que ver com o bom senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez.

Portanto, as práticas crescentes de racismo, de feminicídio e de comportamentos homofóbicos e misóginos afrontam a substantividade humana, ao mesmo tempo que são criminosas, ridículas e imorais. Os direitos conquistados não têm volta, pelo contrário, tendem a crescer, queiram ou não queiram as forças simpatizantes ao extremismo e fundamentalismo de direita, de cunho colonialista e patriarcal.

Contudo, cabe dizer que negar o preconceito e a discriminação não quer dizer apenas instituir um clima cultural e político de tolerância, mas de reconhecimento do outro em sua dignidade e, assim, avançar na concepção do respeito ao outro, em suas diferenças, como princípio, meio e meta a ser alcançada em sua plenitude. Ou seja, não se trata apenas de tolerar o outro, em sua diferença, por exemplo,

de cor da pele, de gênero ou condição social, mas de vê-lo como Ser igual em sua humanidade.

O princípio da equidade é pedra angular da cidadania e da democracia e pode ser tomado em todas as esferas da vida em sociedade. Portanto, desde o convívio familiar e social, no tratamento e nas oportunidades no mundo do trabalho e o direito à equidade de acesso ao patrimônio socialmente construído, ou seja, todos aqueles do universo dos direitos de cidadania — civis, políticos, sociais, bioéticos, culturais e comunicacionais, individuais e coletivos.

Os meios de comunicação fazem parte do patrimônio social, e o acesso igualitário a eles faz parte dos direitos de cidadania. No universo dos meios de comunicação, apesar de se verificarem avanços no respeito à diversidade — por exemplo no papel de pessoas não binárias em telenovelas e no jornalismo de referência —, ainda persistem absurdos, principalmente em programas jornalísticos "policialescos" na televisão e no rádio. É comum o tratamento discriminatório, preconceituoso e pejorativo sobre movimentos sociais e determinados segmentos, em especial pobres, negros, mulheres e LGBTQIA+. Uma pesquisa sobre *Violações de Direitos Humanos na Mídia Brasileira* (2015) mostra a persistência das violações de direitos humanos sobre os quais há leis, decretos, cujo teor os reconhece como direito de cidadania, o que infringe a legislação brasileira e multilateral em vigor.

A necessidade de mudança nas estruturas geradoras e mantenedoras das desigualdades e da discriminação no conjunto da sociedade vem acompanhada da premência da aplicação das leis para assegurar o respeito aos direitos legalmente assegurados e da mudança de mentalidades culturais discriminatórias.

Os meios de comunicação e as profissões do campo da comunicação têm especial responsabilidade na disseminação de conteúdos não discriminatórios pela mídia e no cultivo da informação fidedigna e respeitosa sobre todos os seguimentos sociais. Já se sabe que atuam eficazmente formando mentalidades adeptas ao consumismo e ao conservadorismo, então podem também ajudar a cultivar valores

favoráveis à dignidade humana. Para tanto, urge democratizar os meios e a comunicação de modo a comportar a diversidade de vozes de diferentes atores sociais. Refere-se à diversificação dos meios de comunicação em termos de número e de feições dos emissores, com espaço à comunicação pública, não só de governo, mas aquela desenvolvida pelas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, ou seja, os meios comunitários e alternativos.

Os diversos atores sociais cívicos, como os movimentos sociais, coletivos populares, conselhos, instituições educacionais e demais organizações civis de interesse público, têm grande potencial de contribuir mais efetivamente na disseminação de visões críticas da realidade e para dar visibilidade às demandas por direitos civis, políticos, econômicos, sociais e comunicacionais dos setores das classes subalternizadas.

A mediação entre esses tipos de atores, a sociedade e o Estado, é perpassada pela comunicação, o que evidencia sua importância para a efetivação dos direitos. Comunicar sobre os direitos e pelos direitos, tanto através dos meios tradicionais quanto das mídias digitais e dos meios alternativos e comunitários de comunicação, significa exercitar o direito de comunicar. Especialmente os meios populares, comunitários e alternativos desenvolvem processos de contracomunicação, pois em geral atuam na contramão informativa e na incidência política perante as forças dominantes resistentes a mudanças culturais e estruturais, como no controle da mídia e do poder econômico, político e ideológico.

Nesse âmbito, são desenvolvidos processos comunicacionais que têm como protagonistas principais os movimentos sociais e organizações civis sem interesse de lucro que desenvolvem a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa enquanto categoria abrangente cujo eixo central é uma comunicação emancipadora que denuncia situações de opressão, reivindica direitos e incide politicamente para interferir nas decisões do poder público e para instituir ou modificar políticas públicas e exercitar o direito de participação política.

A comunicação, nessa perspectiva, reivindica modificação das políticas públicas de comunicação, tema que saiu de pauta, mas o problema de concentração da mídia não foi resolvido, pois seu controle majoritário permanece sob o poder de conglomerados econômicos.

Nessa condição, em concomitância com comunicação face a face e com a coordenação de ações, esses protagonistas empoderam-se da mídia para poderem exercer seu dever de cidadania, o de lutar para que os demais direitos — como à educação de qualidade, à terra, à vida, à igualdade de tratamento e oportunidades etc. — sejam alcançados por todos que necessitem ter seus direitos reconhecidos. É a realização do direito de "dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar" (Freire, 1985, p. 49).

2. QUE CIDADANIA?

A cidadania é construída e seu status se modifica no embate entre as forças sociais, econômicas, políticas e jurídicas. Então, a primeira resposta a essa pergunta é simples: a cidadania almejada é aquela garantidora dos direitos e deveres em sua plenitude, o que quer dizer que vão além dos direitos básicos fundamentais, discutidos na seção anterior, portanto, incorporando progressivamente novos direitos, segundo as transformações históricas e culturais. Desse modo, a cidadania desejada inclui a cidadania comunicacional, pois o direito à comunicação é um dos direitos desses novos tempos diante do crescente processo de midiatização das sociedades (Verón, 2014). A cidadania comunicacional possui, no mínimo, três dimensões.

A primeira, remete aos direitos e deveres dos agentes e protagonistas dos meios de comunicação — dos tradicionais aos modernos — que, em síntese, englobam a responsabilização sobre: a) liberdade de expressão e garantia do acesso público à informação; b) a qualidade dos conteúdos produzidos e difundidos — informação, dados gerados e entretenimento; c) a veracidade — negação da desinformação,

calúnia, injúria e difamação; d) o respeito à privacidade de dados e dos envolvidos nos processos de comunicação.

A segunda dimensão diz respeito ao direito à comunicação, o que inclui o acesso às tecnologias de informação e comunicação também por parte das organizações coletivas sem fins lucrativos e movimentos sociais, em igualdade de condições àquelas proporcionadas aos conglomerados de mídia e aos governos. A democratização da comunicação é um dos elementos essenciais à realização da cidadania comunicacional, pois o reconhecimento da comunicação como um direito, no mesmo nível dos demais, é um componente chave dos conceitos de cidadania.

O direito de comunicar está embutido nas várias gerações teóricas da cidadania (Marshall, 1992; Vieira, 2000; Bobbio, 1992) já legitimadas pela teoria e pela sociedade. Esse direito se insere na primeira geração e direitos — os civis e políticos reconhecidos no fim do século XVIII e no século XIX (liberdade individual, liberdade de expressão, de participação no exercício do poder político e de associação). Aparece também na segunda geração de direitos — os direitos sociais reconhecidos no século XX (bem-estar, viver com dignidade, participação na partilha do patrimônio socialmente construído, etc.). Faz parte também da terceira geração de direitos aqueles que transcendem os direitos dos indivíduos e passam a ser percebidos como dos grupos sociais os mais diversos, os quais aparecem apenas na segunda metade do século XX e ganhando status de direitos de cidadania (direitos das mulheres, dos negros, grupos distintos em gênero e sexualidades, direito dos países, direito à paz, à preservação e cuidados com a vida no planeta). A comunicação também permeia a quarta geração de direitos (VIEIRA, 2000), conferido no fim do século XX e início do século XXI direitos concernentes à bioética — direitos genéticos, à vida e demais desdobramentos perante os avanços do campo da engenharia genética.

A essas gerações de direitos cabe ainda acrescentar as mediações do pluriverso (Kothari *et al.*, 2021): os direitos não são apenas uma

questão de direitos humanos (antropocentrismo), mas de biocentrismo, pois todas as formas de vida importam (ESCOBAR, 2009). Daí o grande avanço dos debates e das exigências em torno dos critérios ecológicos e de dignidade e valorização de todos os grupos humanos em suas ancestralidades e distintas culturas.

Contudo, apesar de a comunicação poder ser reconhecida nas referidas dimensões de direitos, diante de sua centralidade no mundo contemporâneo e da crescente midiatização da sociedade (Ferreira, 2016), cabe demandar uma geração específica de direitos à comunicação, em outros termos, da cidadania comunicacional como uma quinta geração de direitos[5] (Peruzzo, 2013). Nessa geração, o requerimento é pelo reconhecimento do direito à comunicação como direito coletivo dos grupos minorizados e organizados das classes subalternizadas ao acesso ao poder de comunicar, isto é, de possuírem condições de empoderamento dos meios e das tecnologias de comunicação como sujeitos, como emissores de conteúdos e gestores de seus próprios meios e canais midiáticos, e não apenas como receptores.

Na geração de direitos à comunicação incluem-se os direitos elencados por Cees Hamelink (2002), ou seja, além dos direitos no universo da informação, cabem os direitos culturais na preservação e promoção da diversidade cultural e das tradições; os direitos de proteção quanto à privacidade e contra a informação enganosa e distorcida etc.; os direitos coletivos de acesso das comunidades à comunicação pública — às infraestruturas de comunicação, aos recursos adequados, à distribuição do conhecimento e habilidades, à igualdade de

5 Existe outra abordagem sobre a elevação do direito à comunicação como geração de direitos, mas de quarta geração de direitos (Ramos, 2005), porém, como a geração já foi ocupada pelos direitos do campo da bioética, me parece que a quinta geração lhe caberia bem. Por outro lado, há quem defenda (Bonavides, 2008; Furtado; Mendes, 2008) o direito à paz como de quinta geração, também uma noção importante. Talvez a promoção de debates sobre essas questões poderia contribuir para caminhos consensuais sobre as gerações de direitos na atualidade.

oportunidades econômicas e à correção das desigualdades; e os direitos de participação: direito de adquirir as capacidades necessárias para participar plenamente da comunicação pública, da tomada de decisões públicas sobre o provimento de informação, da produção de cultura e do conhecimento e da aplicação de tecnologias de comunicação.

Os meios de comunicação fazem parte do património social, e o acesso igualitário dos grupos humanos a eles, na condição de protagonistas, compõe o mosaico dos direitos de cidadania, o que inclui o direito à comunicação (Peruzzo, 2005; Guareschi, 2013). Esse direito transcende a liberdade de expressão e o direito de receber informações, ou seja, de ser informado e de informar. É o direito ao acesso das pessoas e suas organizações coletivas aos meios de comunicação e a suas infraestruturas tecnológicas, como protagonistas, em processo que ao mesmo tempo que se exerce o direito à comunicação, esse exercício ajuda na conquista dos demais direitos. Como disse Mattelart (2009), a construção social do direito à Comunicação é parte integrante dos direitos humanos. O direito à comunicação significa exercitar o poder de comunicar, como sujeito, individual ou coletivo, na condição de produtor, editor, difusor e receptor de conteúdos através do empoderamento de meios e canais comunicacionais próprios.

Portanto, a cidadania comunicacional inscreve os direitos na perspectiva de direitos coletivos e do protagonismo popular cidadão que tem uma potência transformadora, pois é voltada à ampliação da qualidade do status da cidadania na perspectiva cívica, o que inclui a responsabilização sobre o interesse público como interesse das maiorias e do processo civilizatório (e não como simples liberdade de opinião, às vezes advogada mesmo tendo caráter criminoso por infringir direitos, leis e a Constituição).

Voltando às dimensões da cidadania comunicacional, a terceira é a da participação, que se realiza no bojo e simultaneamente à primeira (protagonismo popular) e à segunda (acesso equitativo às tecnologias). O participar está no eixo do conceito de cidadania. Ser cidadão, ser cidadã significa participar da vida em sociedade, mas

como se participa indica a qualidade da cidadania, pois seu exercício não tem sido igualitário a todos os segmentos sociais. Basta olhar as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e de domínio dos meios de comunicação ao nosso redor para se perceber que a "distribuição" dos direitos de cidadania é desigual.

Participar nos meios de comunicação pode significar uma dezena de coisas. A palavra participação tem sido bastante simplificada ao ser usada para se falar de qualquer tipo de envolvimento nos meios tradicionais e plataformas digitais de comunicação. De fato, o envolvimento pode se dar quando as pessoas participam ouvindo, assistindo, lendo, enviado mensagem, pedindo música ou informando sobre algum fato, por exemplo sobre a situação do trânsito enquanto se transita na cidade e se telefona ou manda uma mensagem por aplicativo para uma emissora de rádio. Ou quando alguém dá uma entrevista, posta comentários em redes de mídias digitais etc. É um tipo de participação apenas no nível da mensagem. Mas, num nível mais elevado se pode participar também no planejamento, na produção e na difusão de conteúdos, como é comum nos meios populares e comunitários de comunicação. Em suma, o avanço da cidadania comunicacional requer melhoria na qualidade participativa no contexto da práxis coletiva do movimento social ou comunidade a que se pertence.

Teoricamente, existem níveis de participação — dos mais elementares aos mais avançados —, e o tipo de nível revela como se participa do quefazer comunicacional. Merino Utreras (1979) traz boas chaves de participação quando documenta as discussões sobre autogestão no Seminário Latinoamericano de Comunicación Participatória, falando da *participação na produção* (de programas, mensagens com apropriação do saber técnico), na *tomada de decisões* (sobre programação, controle e administração) e no *planejamento da comunicação* (participação na formulação de planos e políticas do próprio meio de comunicação e em nível mais amplo).

Essas categorias permitem detalhar os vários níveis possíveis de participação popular no processo de comunicação a partir das práticas

sociais (Peruzzo, 2004, 2010): a) *participação como receptor de mensagens* (quando há o consumo linear de conteúdos); b) participação *no nível da mensagem*, mas sem interferir no poder de decisão sobre a edição e os critérios de difusão, por exemplo, quando se participa dando entrevistas, depoimentos etc.; c) *participação na produção de conteúdos*, tais como na elaboração de notícias, poesias, desenhos, canções; d) *participação na produção* de programas, vídeos, boletins etc., o que pressupõe um envolvimento mais contundente, por exemplo no planejamento do programa de rádio ou de um jornal definindo a linha editorial, os objetivos, a montagem, a redação ou locução, a edição etc.; e) *participação no planejamento* global do meio de comunicação, sua política editorial, estratégias de gestão, de sustentabilidade e de programação; f) *participação popular da gestão* do veículo de comunicação, ou seja, no seu processo de administração; g) *participação da população na definição da política de comunicação* local, regional e nacional, definindo seus princípios e parâmetros legais. Como se pode perceber, excetuando os dois primeiros níveis, os demais são mais avançados e pressupõem a participação na partilha de poder de decisão, um poder que é coletivizado e gestado na práxis dos movimentos sociais e de comunidades.

O debate e a formulação de conceitos sobre participação ativa nos meios de comunicação estiveram em evidência nos anos 1970. Em Belgrado, capital da Sérvia, em 1977, aconteceu a *Reunión sobre Autogestión, Alcance y Participación en la Comunicación* (Merino Utreras, 1988). Também se realizou, em 1978, o *Primer Seminário Latinoamericano de Comunicación Participaria*, título de uma publicação do Ciespal (1978). Esses são marcos importantes no contexto da discussão sobre a situação de controle da circulação mundial da informação que culminaram na realização de pesquisas e na formulação e divulgação do Informe MacBride (Um Mundo [...], 1983) e na formulação de proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC) (Reyes Matta, 1980).

Os referidos documentos (Ciespal, 1978; Merino Utreras, 1988; Um Mundo [...], 1983; Reyes Matta, 1980), entre outros, como o artigo de Luis Ramiro Beltrán (1981), com o sugestivo título *Adeus a Aristóteles: a comunicação horizontal*, documentam eventos de um momento histórico ímpar de efervescência do debate político internacional sobre os meios de comunicação, num contexto de incremento do difusionismo desenvolvimentista e de vigência de ditaduras militares na América Latina com severas restrições à liberdade de imprensa e de organização social.

2.1 Perspectivas decoloniais

Os limites e as contradições do "modelo" de desenvolvimento em curso no contexto do neoliberalismo têm motivado movimentos políticos e de pesquisa que buscam desvendar as configurações do mundo atual e, ao mesmo tempo, gerar vetores capazes de elaborar propostas de transformação. Esses vetores instigam uma segunda resposta à pergunta sobre que cidadania queremos, a que exige pensar sobre que sociedade queremos. Nesse sentido, os princípios da ética da liberação (Dussel, 1998) e as propostas decoloniais vão tecendo novas perspectivas civilizatórias.

O movimento investigativo e político internacional e, em especial na América Latina, vem construindo novas epistemologias científicas para entender as realidades histórica e atual marcadas pelo colonialismo ao longo dos séculos. Muitos autores, por exemplo Quijano (2005), Escobar (2009, 2012) e Silva (2011), desvendam criticamente os mecanismos estruturais e estruturantes que condicionam o capitalismo e o tipo de desenvolvimento nas sociedades do ocidente destrutivo dos ecossistemas ambientais, e se expandem mundo afora influenciando os modos de desenvolvimento das nações e a geração do conhecimento. Simultaneamente, são discutidas as perspectivas para necessárias transformações, passando por propostas de desdesenvolvimento, pós-desenvolvimento e do bem viver (Mance, 2015;

Silva, 2011; Acosta, 2011; Gudynas, 2009; Esteva, 2009; Ehlers Zurita, 2016; Contreras, 2014), a partir de novos modos de estar e conviver no mundo implicados em processos de decolonização.

Uma transformação nessa direção pressupõe fazer um giro decolonial — que não é só uma referência ao passado, mas ao mundo atual —, incurso na decolonização do ser e do saber (Mignolo, 2017; Maldonado-Torres, 2008) e da decolonialidade do poder (Quijano, 2005).

As estruturas de poder e as estruturas de pensamento (Quijano, 2005) são instituidoras do domínio no mercado capitalista internacional e marcadas pelo eurocentrismo a partir da ideia classificatória de raças (inferiores e superiores) e controle das subjetividades, das culturas e da produção do conhecimento desde o tempo colonial.

A *colonialidade do poder*, segundo Quijano (2005), configura-se como um padrão global de controle do capitalismo mundial, inclusive das subjetividades dos povos colonizados.

> A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais de este padrão de poder é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência de dominação colonial e permeia uma das dimensões más importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 117).

A *colonialidade do saber* (Lander, 2000; Mignolo, 2017; Maldonado-Torres, 2008) diz respeito à geopolítica do conhecimento, das concepções teóricas e políticas neoliberais de enxergar a sociedade e das formas dominantes de fazer ciência condicionadas pelos paradigmas epistêmicos eurocêntricos do saber.

O conhecimento "está ancorado em projetos com uma orientação histórica, econômica e política. O que desvelou a 'colonialidade'

é a dimensão imperial do conhecimento ocidental que foi construída, transformada e disseminada durante os últimos 500 anos" (Mignolo, 2017, p. 24). Decolonizar o saber é desprender-se dessa colonialidade do conhecimento, que se pretende universal, de suas regras e pressupostos epistêmicos. "Não há outra maneira de saber, fazer e ser descolonialmente, senão mediante um compromisso com a desobediência epistemológica" (Mignolo, 2017, p. 23).

A *colonialidade do ser* (Maldonado-Torres, 2008; Mignolo, 2017) é relacionada à colonialidade do poder e do saber e produz a desqualificação e desumanização do outro em seu caráter ontológico, portanto, enquanto Ser. "A colonialidade do ser naturaliza a escravidão e a servidão, legitima o genocídio em nome do progresso (e de Deus) e banaliza a violência, a desigualdade e a injustiça [...]" (Silva, 2011, p. 12).

Em síntese, "a 'colonialidade' equivale a 'uma matriz ou padrão colonial de poder', o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade" (Mignolo, 2017, p. 13). E o conceito de

> [...] giro des-colonial em sua expressão mais básica busca colocar no centro do debate a questão da colonização como componente constitutivo da modernidade, e a descolonização como um sem número indefinido de estratégias e formas contestatárias que demandam uma transformação radical nas formas hegemônicas atuais de poder, ser e conhecer (Maldonado-Torres, 2008, p. 66, tradução minha).

Esses questionamentos confrontam o tipo de sociedade em que vivemos, tensionam seus mecanismos estruturantes e negam o tipo de desenvolvimento predominante, ou seja, o desenvolvimento capitalista — baseado na exploração, no individualismo, no consumismo

e na competição, sempre se reinventando para prosseguir dominante —, e propõem o pós-desenvolvimento, o bem viver ou algo a porvir.

É nessa perspectiva que se situam os debates decoloniais. O mundo parece construir alternativas capazes de gestar uma "vida boa em plenitude" (Contreras, 2014), sem acumulação desigual e em busca do equilíbrio nas relações com a Mãe Terra. Enfim, aspira-se um modo de vida baseado num sistema de convivência comunal, colaborativa e solidária, desde valores ou cosmovisões ancestrais do bem conviver e do bem viver (Contreras, 2014). Como diz Ehlers Zurita (2016), nós, humanos, somos parte da natureza, e não donos dela. Escobar (2009, p. 28) esclarece: novos tempos remetem à constituição de uma "nova ética que subordina os objetivos econômicos aos critérios ecológicos, de dignidade humana e o bem-estar das pessoas", de uma sociedade que se fundamenta no antropocentrismo (centralidade do ser humano no universo) para uma sociedade assentada no biocentrismo (todas as formas de vida são importantes).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre que cidadania queremos, o desafio não é só amenizar os problemas que afetam os grupos minorizados das classes subalternas e a sociedade como um todo, fazendo valer o respeito aos direitos humanos e cívicos. É reconhecer o papel central da comunicação. É transformar a realidade. É pensar um novo projeto de sociedade como construção coletiva... Então, surge nova pergunta: afinal, que sociedade queremos? Numa possível nova sociedade, tal como vislumbram as concepções decoloniais, possivelmente o próprio conceito de cidadania em suas assertividades eurocêntricas será ressignificado.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. El buen (con)vivir, una utopía por (re)construir. Alcances de la Constitución de Montecristi. **Obets.** Revista De Ciencias Sociales, Universidad de Alicante, v. 6, n. 1, p. 35-67, 2011.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: a comunicação horizontal. **Revista Comunicação & Sociedade**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Bernardo do Campo, UMESP, n. 66, p. 5-35, 1981.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 4. reimp. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, P. A quinta geração de direitos fundamentais. **Direitos Fundamentais & Justiça**, n. 3, p. 82-93, abr./jun. 2008. Disponível em: www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/3_Doutrina_5.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da Violência 2021** São Paulo: FBSP/IPEA/IJSN, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf. Acesso em: 2 dez. 2022.

CONTRERAS, B. A. **Sentipensamientos.** De la comunicación-desarrollo a la comunicación para el buen vivir. Quito: UASB/Editorial Tierra, 2014.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DUSSEL, E. **Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión**. Madrid: Editorial Trota, 1998.

DUSSEL, E. **20 teses de política.** México: Siglo XXI, 2006.

EHLERS ZURITA, F. Construyendo la sociedad del buen vivir. *In*: SIERRA C. F.; MALDONADO R., C. (org.). **Comunicación, decolinialidad y buen vivir**. Quito: Ciespal, 2016.

ESCOBAR, A. Una minga para el postdesarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, ALAI, ano XXXIII, II época, jun. 2009.

ESCOBAR, A. **Más allá del Tercer Mundo**: globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2012.

ESTEVA, G. Más allá del desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, ALAI, ano XXXIII, II época, jun. 2009.

FERREIRA, G. M. Estudos de Comunicação: da enunciação à mediatização. **Intexto** (UFRGS. Online), v. 37, p. 101-117, set./dez. 2016. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/68981 Acesso em: 20 nov. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, E. T.; MENDES, A. S.V. Os direitos de 5ª. Geração enquanto direito à paz e seus reflexos no mundo do trabalho. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17., 2008, Brasília.

Anais [...]. Brasília, 20 a 22 de novembro de 2008. Disponível em: www.conpedi.org.br/arquivos/anais/brasilia/02_335pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

GUARESCHI, P. **O direito humano à comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GUDYNAS, E. El día después del Desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, ALAI, ano XXXIII, II época, jun. 2009.

HAMELINK, C. El derecho a comunicarse. **Boletim PADH**. Ecuador: Universidad Andina Simon Bolívar, nov. 2002. Disponível em: www.uasb.edu.ec/padh/boletin4/cris/hamelink.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas.** São Paulo: Instituto Ethos e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), maio 2016. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr. Acesso em: 16 maio 2018.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. **Pluriverso**. Um dicionário do pós-desenvolvimento. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

KROHLING, A. **Direitos humanos fundamentais**. Diálogo intercultural e democracia. São Paulo: Paulus, 2009.

LANDER, E. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LEVINAS, E. **Humanismo del otgro hombre**. 7. ed. México: Siglo XXI Editores, [1972] 2013.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa,** n. 9, p. 61,72, jul./dic. 2008.

MANCE, E. Libertação e bem-viver. **Revista Filosofazer**, Passo Fundo, Inst. Sup.de Filosofia Berthier (IFIBE), n. 46, jan./jun. 2015.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTELART, A. Palestra proferida no encerramento da IV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, realizada em outubro de 2008, no Recife. Tradução de Edgard Rebouças. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, Intercom, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan./jun. 2009. Disponível em: https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/236/229 Acesso em: 2 dez. 2022.

MERINO UTRERAS, J. **La comunicación participatória en América Latina**. Quito: Ciespal, 1979.

MERINO UTRERAS, J. **Comunicación popular, alternativa y comunitaria**. Quito: Ciespal, 1988.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, Unila, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares.** A participação na construção da cidadania. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo: ALAIC, a. II, n. 3, p. 18-41, jul./dic. 2005.

PERUZZO, C. M. K. O processo de participação na comunicação popular e comunitária. *In*: THORNTON, R.D.; CIMADEVILLA, G. (org.). **Usos y abusos del participare.** Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010. p. 229-247.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea,** Revista de Comunicação e Cultura, Salvador, FACOM-UFBA, v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/0. Acesso em: 2 dez. 2022.

PINSKY, J. Introdução. *In*: PINSKY, J.; BASSANEZI PINSKY, C. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-13.

PINSKY, J.; BASSANEZI PINSKY, C. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

RAMOS, M. C. Comunicação, direitos sociais e políticas culturais. *In*: MELO, J. M.de.; SATHLER, L. (org.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005. p. 245-253.

REYES MATTA, F. **A informação na nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SILVA, J. de S. **Hacia el 'dia después del Desarrollo'**. Descolonizar la comunicación y la educación... Campina Grande: ALER, fev. 2011.

QUIJANO, A. **Colonidalidade e poder**. **Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacsco, 2005.

UM MUNDO e muitas vozes. Comunicação e informação na nossa época. Tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. p. XI-XVI.

VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Revista Matrizes**, São Paulo, ECA-USP, v. 8, n. 1, p. 13-19, jan./jun. 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82928. Acesso em: 20 nov. 2022.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VIOLAÇÕES de Direitos Humanos na Mídia. Guia de Monitoramento. São Paulo: ANDI/Artigo 19/Intervozes/Procuradoria Federal de Direitos Humanos/Ministério Público Federal, 2015. v. 1. Disponível em: https://intervozes.org.br/publicacoes/guia-violacoes--de-direitos-humanos-na-midia-volume-i/. Acesso em: 8 dez. 2023.

Posfácio

A escolha por um posfácio em vez de conclusões ou considerações finais se deve à estratégia da obra, a de reunir capítulos como unidades, contendo, cada uma, breves considerações.

No conjunto, o livro procurou observar as alterações que se processam na práxis da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, mas sem deixar de prestar a devida atenção aos aspectos históricos e aos conceitos basilares que fundamentam esse segmento comunicacional, principalmente diante das rápidas e contínuas mudanças que se processam na atualidade, e da tendência em se enfatizar o momento presente nas recentes pesquisas. Nesse sentido, estudar as alterações, ou seja, o que se modifica, mas simultaneamente analisar o que permanece, possibilita uma visão mais completa e dinâmica dos fenômenos comunicacionais alternativos.

Ultimamente, vários matizes políticos e ideológicos perfilam nas mídias alternativas. No entanto, vale destacar que apesar de haver diversidade de novos atores, observa-se que a Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa continua viva enquanto práxis, e a expressão pode ser considerada como categoria abrangente para associar o disperso que é composto por múltiplas distinções, mas que se aproximam enquanto portadoras de visões e práticas em favor das lutas pela democracia dos meios de comunicação e seu empoderamento pela sociedade civil.

Da matriz de uma Comunicação Popular de resistência à opressão e cerceamento das formas de expressão, emanam iniciativas comunicacionais singulares, e desse modo algumas configurações comunicacionais vão tomando feições específicas, como as do universo do alternativo. Se por um lado, historicamente, o alternativo revela faces específicas que confluem no sentido de uma transgressão progressista movida pela esperança e pelo civismo, por outro lado, afloram iniciativas midiáticas, em especial nas mídias sociais digitais, em linha contrária. O conservadorismo com valores patriarcais e fascistas, a cultura do ódio contra o diferente e os direitos

humanos, progressivamente conquistados, a disseminação de informações falsas e com afronta às regras da democracia constitucionalmente estabelecidas no país, dão o tom dessa vertente militante do midiativismo contemporâneo. Porém, outras vertentes de meios alternativos de comunicação seguem atuantes no espírito da disseminação de conteúdos críticos em relação aos mais variados temas, problemas estruturais, fatos e tratamento da informação jornalística, com autonomia e em contraste com os conteúdos majoritariamente difundidos pelos grandes meios de comunicação em mãos de grandes grupos econômicos.

Em suma, existe um fenômeno comunicativo complexo que aflora com a expansão das mídias sociais digitais e que está à espera de explicações. Mas, é um fenômeno em construção, um fenômeno que se modifica e se ressignifica conforme cada momento histórico.

Uma coisa é certa: as utopias continuam vivas, apesar de disputarem espaço com a antiutopia. No âmbito da comunicação popular cívica, em especial do âmbito dos movimentos sociais populares, opera-se com a utopia no sentido de uma desejável sociedade, com justiça social, bem-estar para todos e convivência numa cultura de paz. A partir de Thomas More (1478–1535)[1], a utopia é vista como algo ainda sem lugar ou impossível de se realizar, mas ela também tem sido ressignificada como "uma possibilidade", como esperança — do verbo esperançar um mundo melhor (não esperar, mas ir atrás, construir), segundo Paulo Freire[2]. Na visão de Eduardo Galeano[3], "a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por

---

1 MORUS, T. **Utopia**. Tradução de Anah de Melo Franco. Brasília, IPRI/ Editora UnB, 2004.

2 FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

3 GALEANO, E. **Las palabras andantes.** 5. ed. Buenos Aires: Catálogos S.R.L, [1993] 2001. p. 230.

mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

Então, a utopia pode ser vista como uma construção simbólica para o futuro, e que inspira a nossa presença transformadora no mundo.

No universo simbólico da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa, os sentidos da utopia se concretizam na dialética entre o simbólico e o real. No nível simbólico, opera-se com a utopia da igualdade, do respeito às diferenças e de cidadania para todos/as/es, mas não como algo irrealizável, e sim como passível de ser conquistado. A utopia também está no plano real porque existem milhares de iniciativas de organização e de mobilização popular e comunitária — nas quais a comunicação se interconecta — e que, de algum modo, ajudam a transformar a realidade de opressão de jovens, crianças e adultos[4], em busca da realização do direito à felicidade. Tudo isso acontece em pequena escala, é verdade, mas que ao transcenderem-se e multiplicarem-se em diferentes e muitos territórios simbólicos e da vida concreta, tornam-se gigantes. Então, existe utopia revestida de concretude em práticas de educação e comunicação populares no Brasil. Mas, essa dialética utópica-realista também provoca reações contrárias, as distopias ou antiutopias, cujo cerne chega a ridicularizar as conquistas sociais intrínsecas à substantividade do Ser, a defesa da vida, dos direitos e do cuidado com o planeta. Assim é o movimento histórico, entre consensos e conflitos, dos quais também emerge o novo. Que esse novo possa ser a favor, e não contra a humanidade do Ser, numa nova etapa civilizatória que efetive a dimensão cívica da cidadania.

São Paulo, 18 de novembro de 2023.

---

4 Ver PERUZZO, C. M. K. Um Brasil, muitas vozes: a voz dos movimentos populares no exercício do direito de comunicar e vozes dissonantes. *In*: NAIR, N.; PESSOA, S. C.; ANDRADE, I. H. (org.). **Um mundo e muitas vozes:** da utopia à distopia? São Paulo: Intercom, 2021. p. 88-102.

GRAŪNA EDUFES